

Revista de debates da FASE

# [PROPOSTA]

2022 - Ano 45  
n.º **131**

Edição Comemorativa

FASE



ISSN: 1982-8950



**PROPOSTA**  
170  
SOBERANIA ALIMENTAR

**PROPOSTA**  
Edição DIREITO A CIDADE

**PROPOSTA**  
EDIÇÃO ESPECIAL  
CONVENÇÃO 189 DA OIT  
O DESAFIO DOS PARIAIS  
REQUEREM PARA UM SONHO  
CAPACITAÇÃO E PROTOCOLOS  
E MAIS

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
JUVENTUDE: MIL FACES

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Da Rio92 à Rio+20:  
reformar direitos e buscar caminhos

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
FASE 50 ANOS  
e os desafios do futuro

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
São João de Meriti!  
Projeto habitacional e organização popular

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

**PROPOSTA**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
MOVIMENTOS POPULARES URBANOS

**PROPOSTA**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
ELEIÇÕES E CIDADANIA

**PROPOSTA-13**  
revista o serviço da educação de base

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
DIREITO A CIDADE:  
A LUTA POR UM DIREITO COLETIVO

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
PERIURBANOS:  
mulheres construindo o direito à cidade

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Justiça Climática

**PROPOSTA-1**  
revista o serviço da educação de base

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
DIREITO A CIDADE:  
A LUTA POR UM DIREITO COLETIVO

**PROPOSTA**  
Revista de Debate da Fase  
Natureza e alimentos:  
soberania e segurança alimentar e nutricional

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Quando todas se encontram:  
a luta feminista contra as desigualdades

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
A questão étnica e os movimentos sociais

**PROPOSTA**  
Edição DIREITO A CIDADE

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

**PROPOSTA**  
EDIÇÃO ESPECIAL  
CONVENÇÃO 189 DA OIT  
O DESAFIO DOS PARIAIS  
REQUEREM PARA UM SONHO  
CAPACITAÇÃO E PROTOCOLOS  
E MAIS

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Da Rio92 à Rio+20:  
reformar direitos e buscar caminhos

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Justiça Climática

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Constituição:  
qual é o que está escrito

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Habitação: uma questão política

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
azônia: velhos desafios, novos desafios

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Economia Solidária e Tecnologia Social

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Trabalho e desenvolvimento humano

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Desigualdades de gênero

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
Administrações populares

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
TRABALHADORES RURAIS  
Fazer nossa

**PROPOSTA-11**  
revista o serviço da educação de base  
VIDEO POPULAR  
AS OUTRAS CORES DA IMAGEM

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
ASSALARIADOS RURAIS  
Para onde vai a organização?

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
ARTICULAÇÃO DAS LUTAS URBANAS  
Uma diversidade de caminhos

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
O que pinta de novo pinta na tela do povo

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Desafios da Educação

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Opção Brasileira

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
ONGs: nova fase, mais esperança

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
Globalização: cidadania governabilidade

**PROPOSTA-6**  
revista o serviço da educação de base  
Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

**PROPOSTA**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
AGRICULTURA ALTERNATIVA  
Viabilizando a pequena produção

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
MUNICÍPIOS HABITACIONAIS  
Da casa à cidadania

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
LUTA E ORGANIZAÇÃO CAMPONESA

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
Formação Sindical em Debate

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
Associação de Moradores e Participação Popular  
A Luta dos Loteamentos

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
EDUCAÇÃO POPULAR NA NICARÁGUA  
COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ  
SINDICALISMO UNITÁRIO  
CONAM MULHER

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
GREVES MOVIMENTOS DE BAIRRO X ESTADO  
ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES  
EDUCAÇÃO POPULAR

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
RACA E CULTURA

**PROPOSTA-8**  
revista o serviço da educação de base

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
OS DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL

**PROPOSTA**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
ELEIÇÕES E CIDADANIA

**PROPOSTA**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
Assalariados Rurais  
NOVOS DESAFIOS

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
ESCOLAS COMUNITÁRIAS  
Uma vivência de 14 anos

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
Uma experiência em educação popular:  
A LUTA PELA POSSE DA TERRA E A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO BAIRRO DE SACRAMENTA — BELÉM DO PAÍSA

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
5º encontro latino-americano de educação popular

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
EDUCAÇÃO POPULAR NA NICARÁGUA  
COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ  
SINDICALISMO UNITÁRIO  
CONAM MULHER

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
GREVES MOVIMENTOS DE BAIRRO X ESTADO  
ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES  
EDUCAÇÃO POPULAR

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL

**PROPOSTA**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
MOVIMENTOS POPULARES URBANOS

**PROPOSTA**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
MUDAR A VIDA  
COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
QUAL DESENVOLVIMENTO  
Desafios das ONGs e movimentos sociais na Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
A questão étnica e os movimentos sociais

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS:  
A guerra do Brasil

**proposta**  
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR  
O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL

**PROPOSTA-12**  
revista o serviço da educação de base

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
FASE 50 ANOS  
e os desafios do futuro

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
JUVENTUDE: MIL FACES

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
QUAL DESENVOLVIMENTO  
Desafios das ONGs e movimentos sociais na Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
SOBERANIA ALIMENTAR

**PROPOSTA**  
Revista Trimestral de Debate da Fase  
SOBERANIA ALIMENTAR



## FASE Nacional

### Conselho Deliberativo

Presidente - Tatiana Dahmer Pereira  
 Vice-Presidente - Leilah Landim Assumpção  
 1º Secretário - André Pacheco Teixeira Mendes  
 2ª Secretária - Leila De Andrade Linhares Barsted  
 3ª Secretária - Fátima Vianna Melo

### Suplentes

Adhemar Dos Santos Mineiro  
 Renato Sergio Maluf  
 José Sergio Leite Lopes  
 Generosa De Oliveira Silva

### Conselho Fiscal

Jorge Vicente Muñoz  
 Carlos Bernardo Vainer  
 Ricardo Gouveia Correa

### Suplente

Paulo Frederico Petersen

### Associados

Ana Toni  
 Benedito Roberto Barbosa  
 Breno M. Bringel  
 Cândido Grzybowski  
 Humberto Santos Palmeira  
 Isabel Cristina Da Costa Cardoso  
 Yves Do Amaral Lesbaupin  
 Liszt Benjamin Vieira  
 Lúcia Maria Xavier De Castro  
 Márcia Da Silva Pereira Leite  
 Paulo Pena Schutz  
 Silvio Caccia Bava  
 Vanessa Schottz Rodrigues

### Direção

Diretora Executiva Nacional - Leticia Rangel Tura  
 Diretor Executivo Adjunto - Evanildo Barbosa da Silva

**Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.**

Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de "Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas" (BY-NC-ND)  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/br/>



# [PROPOSTA]

## Expediente

### Organizadores

Claudio Nogueira  
 Jorge Eduardo Durão  
 Luiz Antônio Carvalho

### Produção editorial e revisão

Luciana Figueiredo

### Projeto Gráfico Original

Maurilio Soares / Casa da Comunicação

### Diagramação e Capa

Pablo Ramos

### Fotos

As imagens que ilustram esta edição comemorativa são do acervo da FASE e foram originalmente publicadas nas edições anteriores da **Proposta**

### Foto de Capa

Capa da primeira edição, junho de 1976  
 Arte sobre gravura de José Costa Leite

### Pesquisa de Imagens

Rosilene Miliotti

### Apoio Institucional

**Brot**  
für die Welt



Publicada há mais de 40 anos, a revista **Proposta** é um instrumento político de reflexão sobre as realidades do país, tendo como objetivo intervir no debate oferecendo uma visão alternativa em seus artigos e entrevistas.

[www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)  
 Tel. (21) 2536-7350  
 Fax: (21) 2536-7359  
[comunicacao@fase.org.br](mailto:comunicacao@fase.org.br)

## Editorial

# RAZÕES PARA COMEMORAR 60 ANOS

Não pode causar estranheza o fato de pessoas relacionadas com a FASE se perguntarem se faria sentido comemorar os 60 anos da entidade, completados no dia 30 de novembro de 2021. Comemorar esse aniversário em meio à pandemia, com o país enlutado por centenas de milhares de mortes, em pleno caos social – em meio à fome e ao desemprego – poderia parecer uma manifestação de insensibilidade. Acreditamos, porém, que há razões importantes para comemorar os 60 anos de uma organização que em todas as etapas da sua existência revelou uma extraordinária resiliência, que só pode ser explicada pela sua capacidade de atualizar os princípios norteadores da sua ação, sem nunca abrir mão dos seus valores essenciais de luta contra as desigualdades e dos seus laços orgânicos com os segmentos da população brasileira, que resistem permanentemente às situações de negação de direitos que marcam a sociedade brasileira, estruturalmente desigual e injusta, e, hoje, se afundando na barbárie e no desmonte da sua frágil institucionalidade democrática.

Propomos que a comemoração dos 60 anos da FASE, e dessa sua capacidade de se adaptar às intempéries, às alterações cíclicas – aos avanços e aos retrocessos – do contexto da sua atuação, seja também um momento de celebração das resistências populares às forças reacionárias que tomaram de assalto o poder. Atuamos hoje num terreno de incertezas, dramático, num momento muito doloroso para a maioria do povo brasileiro. Sem romper com a sua tradição na defesa de direitos e de uma visão crítica das ações assistencialistas que criassem dependências, a FASE respondeu agilmente aos desafios da perversa combinação da pandemia com a crise econômica e social, realizando um conjunto significativo de ações emergenciais reveladoras do seu enraizamento. Ao mesmo tempo em que percebeu que a pandemia mostrou a centralidade que o cuidado tem na vida e a importância da solidariedade, a FASE não abriu mão da sua incidência política no enfrentamento do colapso ambiental, social e econômico, cuja gestão é a marca essencial do capitalismo brasileiro.

A partir do golpe de 2016, a FASE procurou adequar-se às novas circunstâncias de desmonte das políticas públicas, da legislação ambiental, do sistema de proteção social, dos direitos dos trabalhadores, dos direitos territoriais, entre

outros temas. Na radicalização desse processo com o governo Bolsonaro, com a declaração de um verdadeiro estado de guerra do Estado brasileiro contra a massa da população, a resiliência da FASE e sua capacidade de contribuir para o fortalecimento da resistência dos grupos com que trabalha está sendo mais uma vez posta à prova neste momento em que comemoramos nossos 60 anos de existência.

Nesta edição da **Proposta**, reeditamos uma seleção de artigos publicados nos 130 números da revista, criada em 1976. Esses textos revelam a permanente sintonia entre a dinâmica interna da FASE e aqueles processos mais amplos relativos à luta contra as desigualdades e à vida dos sujeitos coletivos populares na sociedade brasileira. [P]



## [ 1960-1975 ]

RESGATE DA TRAJETÓRIA DA FASE: RAZÕES PARA LUTAR POR IGUALDADE E PELOS DIREITOS!

## [ 1976-1980 ]

RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA AO CAPITALISMO AUTORITÁRIO

Apresentação  
10

A questão agrária segundo Alberto Passos Guimarães e Otávio Velho  
10

## [ 1981-1990 ]

DA RESISTÊNCIA E APOIO À CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS COLETIVOS À CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO

Aprendendo com a experiência vivida: a intervenção da FASE  
20

Crise de poder e alternativas populares  
28

São Paulo: os novos desafios depois de Guariba  
32

Vale do Guaporé: política agrícola na fronteira  
41

## [ 1991-2000 ]

UMA SOCIEDADE CIVIL ATIVA E CRÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS NO BRASIL

CUT – Conflito e negociação  
50

Modelo de desenvolvimento: mudança real ou adaptação?  
53

Fórum pela Democratização da Comunicação quer sacudir a sociedade civil  
58

Desenvolvimento humano e população afrodescendente no Brasil: uma questão de raça  
62

Brasil sustentável e democrático: uma proposta de investigação e mobilização popular  
72

## [ 2001-2010 ]

TEMPOS DE LUTA PELA AMPLIAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO E PELA PARTICIPAÇÃO POPULAR

A caminho de Beijing+5  
80

Gênero, políticas públicas e cidadania: uma experiência urbana na Baixada Fluminense  
88

O Brasil tem Fome de Direitos!  
92

Fórum Social Mundial: muito mais que um evento  
99

Uma campanha de desterritorialização  
103

## [ 2021-2022 ]

O PERÍODO EM CURSO, SEUS RETROCESSOS, GOLPES, PANDEMIA, DESMONTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A FASE EM LUTA E FORTALECENDO A RESILIÊNCIA DEMOCRÁTICA COM A SOCIEDADE BRASILEIRA

Vida militarizada: pontos sobre a violência urbana no Rio de Janeiro  
124

As mulheres negras, a negação dos direitos e o acesso às políticas públicas  
128

O desafio dos pariwat em rede  
131

A soberania dos povos sobre os sistemas alimentares contra a captura corporativa  
139

Água é bem comum, não mercadoria!  
143

## [ 2011-2020 ]

DIREITO A UM BRASIL SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICO

Contra a mercantilização e a privatização da vida e da natureza, os Bens Comuns  
108

Nem neoliberalismo, nem desenvolvimentismo: por um Brasil democrático, sem desigualdades e com Justiça Ambiental  
112

O papel dos fundos de apoio e a ação transformadora dos pequenos projetos  
118



# [ 1960-1975 ]

## RESGATE DA TRAJETÓRIA DA FASE: RAZÕES PARA LUTAR POR IGUALDADE E PELOS DIREITOS!

A FASE, fundada por um sacerdote católico, Padre Leising, nos anos 1960 do século passado – num contexto de ilusões acerca das possibilidades de o Brasil contar com o apoio dos EUA para realizar uma espécie de “desenvolvimento a convite” –, logo teve de responder aos desafios da atuação junto aos grupos populares em plena ditadura militar, enfrentando a radicalização do regime e da repressão, ao mesmo tempo em que assumia a identidade de organização de Educação Popular e se enraizava no território nacional. O texto que se segue foi extraído do livro *Pensar com os outros – 50 anos de FASE: Trajetórias de uma organização da sociedade civil brasileira*, de Leilah Landim e Tatiana Dahmer Pereira (2011, pp. 15-16).

### A construção da FASE, décadas de 60 e 70:

A FASE passou por verdadeiros avatares  
(Jorge Eduardo Durão)<sup>1</sup>

A FASE assume para si uma história institucional contínua ou não estaríamos comemorando seus 50 anos. No entanto, é também consensual, para os que vivem e constroem essa trajetória, a ideia de que a entidade passou por transformações relevantes no tempo. Sobretudo, em termos de ideários norteadores de sua ação, de alianças e de posições assumidas no campo político e no espaço público brasileiro que também se transformava.

A radicalidade de algumas dessas mudanças ou, ao contrário, as marcas e vestígios de histórias passadas, ou ainda matizes que assumem transformações menos visíveis e intensas têm sido temas de interpretações variadas para

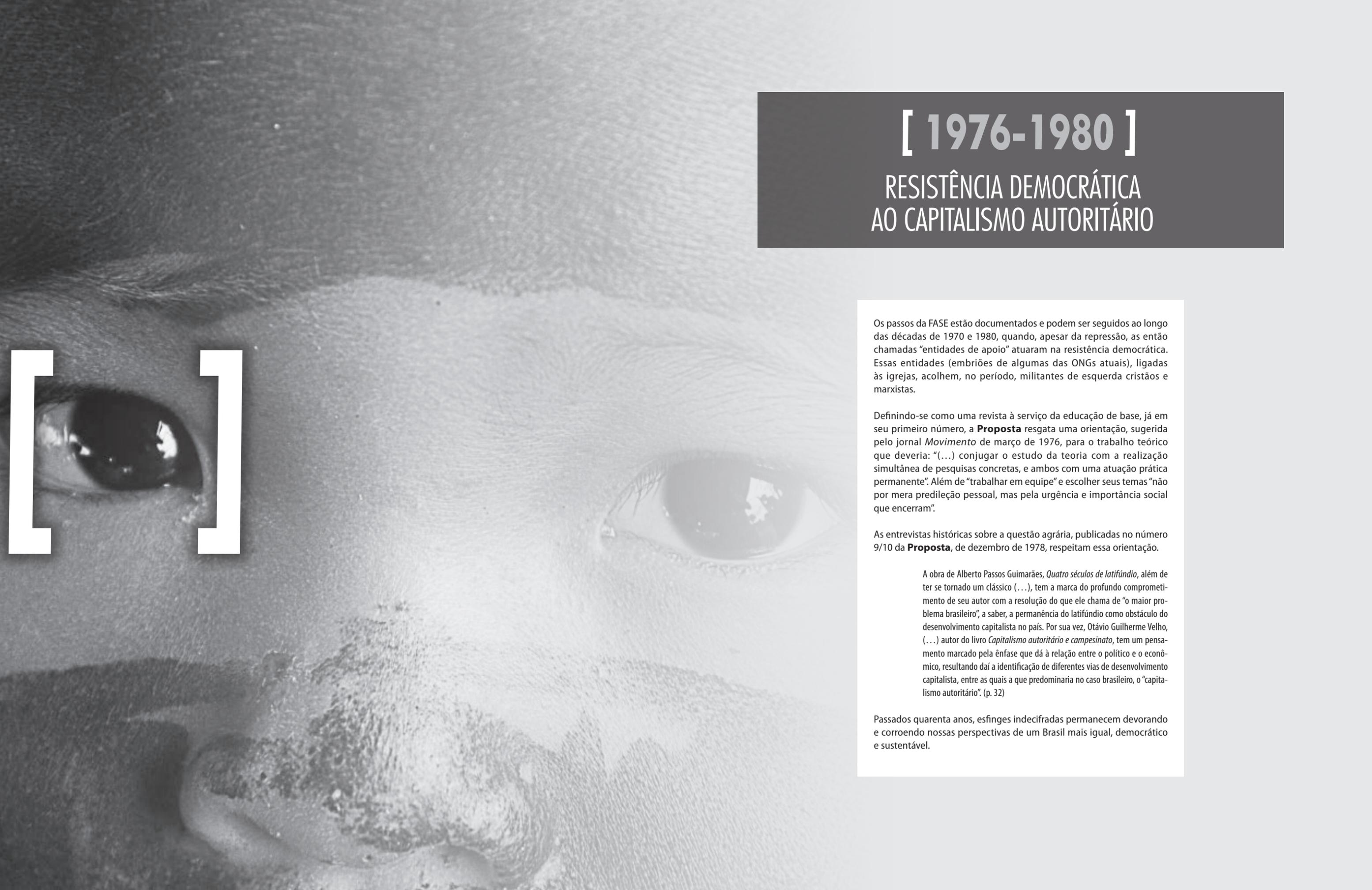
os que pensam e vivem essa história. Outro consenso, entretanto, também faz parte da memória da instituição: o de que uma grande “virada” iniciou-se a partir de meados dos anos 70. Culminando, em inícios dos anos 80, em uma FASE nacionalmente estruturada e auto definida como entidade de educação popular, posicionada no campo da esquerda democrática brasileira, tendo caráter autônomo (na época autonomia ressaltada, sobretudo, quanto à Igreja da qual nascera e aos grupos e partidos políticos presentes nos movimentos populares da virada da década com os quais, então, se relacionava muito proximamente).

Nesses anos de “avatar” (digamos entre 1976, ano em que seu fundador sai da direção, e 1982, ano em que se produz o documento *Compromissos Básicos da FASE*), convivem personagens antigos e novos. Gente de origens e momentos diferenciados de entrada na entidade assim como se misturam projetos e práticas de naturezas diversas, quanto à sua relação com a sociedade, o campo assistencial e o político, bem como com o campo dos financiamentos.

São variadas as dinâmicas e “agentes de educação” que constroem as controvérsias que permeiam a entidade nos finais dos anos 70. Interessa aqui ressaltar que as disputas internas por que passa a entidade e que a vão conformar nos anos 80, deram-se sobre um terreno institucional pré-construído ao longo de quinze anos, com razoável solidez. Mantendo na crise sua integridade enquanto tal.

(...) estudar a FASE é entendê-la enquanto instituição específica, mas ao mesmo tempo é contribuir para compreender processos mais amplos dos quais ela é participante emblemática.

<sup>1</sup> Jorge Eduardo Durão [1992]. Depoimento concedido a Leilah Landim *apud* *Do serviço invisível à profissão sem nome*.



[ 1976-1980 ]

## RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA AO CAPITALISMO AUTORITÁRIO

Os passos da FASE estão documentados e podem ser seguidos ao longo das décadas de 1970 e 1980, quando, apesar da repressão, as então chamadas “entidades de apoio” atuaram na resistência democrática. Essas entidades (embriões de algumas das ONGs atuais), ligadas às igrejas, acolhem, no período, militantes de esquerda cristãos e marxistas.

Definindo-se como uma revista à serviço da educação de base, já em seu primeiro número, a **Proposta** resgata uma orientação, sugerida pelo jornal *Movimento* de março de 1976, para o trabalho teórico que deveria: “(...) conjugar o estudo da teoria com a realização simultânea de pesquisas concretas, e ambos com uma atuação prática permanente”. Além de “trabalhar em equipe” e escolher seus temas “não por mera predileção pessoal, mas pela urgência e importância social que encerram”.

As entrevistas históricas sobre a questão agrária, publicadas no número 9/10 da **Proposta**, de dezembro de 1978, respeitam essa orientação.

A obra de Alberto Passos Guimarães, *Quatro séculos de latifúndio*, além de ter se tornado um clássico (...), tem a marca do profundo comprometimento de seu autor com a resolução do que ele chama de “o maior problema brasileiro”, a saber, a permanência do latifúndio como obstáculo do desenvolvimento capitalista no país. Por sua vez, Otávio Guilherme Velho, (...) autor do livro *Capitalismo autoritário e campesinato*, tem um pensamento marcado pela ênfase que dá à relação entre o político e o econômico, resultando daí a identificação de diferentes vias de desenvolvimento capitalista, entre as quais a que predominaria no caso brasileiro, o “capitalismo autoritário”. (p. 32)

Passados quarenta anos, esfinges indecifradas permanecem devorando e corroendo nossas perspectivas de um Brasil mais igual, democrático e sustentável.

## Apresentação

O que nos está interessando é encontrar os meios de fazer uma revista simples, de leitura fácil e, na medida do possível, agradável. É uma busca que vai levar algum tempo

**Michel Rousseau**

Coordenador Nacional da FASE em 1976

Originalmente publicado em

**Proposta** n.º1 junho de 1976, pp. 1-2

Estamos tentando criar mais um instrumento. Um instrumento no campo da Comunicação. Por isso mesmo tem que ser leve, ágil e enquadrado em nossas possibilidades financeiras.

Vamos tentar, com exceção da capa, fazê-la toda em casa, com nossos recursos. As variações possíveis quanto a tipos se restringem às esferas da máquina de escrever. A paginação, diagramação e editoração estão sendo realizadas de forma artesanal e tentativa.

O que nos está interessando é encontrar os meios de fazer uma revista simples, de leitura fácil e, na medida do possível, agradável. É uma busca que vai levar algum tempo, pois a tarefa de encontrar tanto a linguagem como a disposição gráfica que sirva aos nossos propósitos requer aprendizado e experiências. Mas como esta não é uma tarefa só nossa, considerando que atinge também os leitores que deverão reagir, é certo que alcançaremos nossas metas.

Como será notado, este instrumento procura facilitar o trabalho da FASE, dentro de suas preocupações fundamentais, e daquelas entidades ou programas que exercem seus trabalhos na mesma perspectiva e com as mesmas preocupações.

Tem, ao mesmo tempo, uma intenção aglutinadora, que é a de servir de instrumento para maior divulgação das experiências vividas por diferentes programas e entidades que, na maior parte das vezes, agem isoladamente. Tudo isso está bem dentro do espírito com que foi criada a comissão "Ad Hoc" no encontro de Salvador, que se formou exatamente como uma tentativa de aglutinar experiências e ação.

Creemos, finalmente, que os números devem ser encarados como uma carta, uma longa carta, que espera, necessita (e aguarda!) resposta. Sempre. Dessas respostas depende sua continuidade, sua atualização e relevância.

## A questão agrária segundo Alberto Passos Guimarães e Otávio Velho

Os autores de *Quatro séculos de latifúndio e Capitalismo autoritário e campesinato* abordam suas visões sobre as lutas e o destino histórico das classes sociais no campo<sup>1</sup>

### Conselho de Redação da Proposta

As entrevistas que se seguem visam retirar a questão do plano puramente teórico, sociológico, e propiciar a abordagem das perspectivas que se abrem para as massas rurais no plano político, suas formas de organização e suas experiências de luta. Assim, o leitor de **Proposta** poderá verificar que mesmo os aspectos abordados de forma mais abstrata são frequentemente retomados pelo ângulo de suas implicações políticas imediatas.

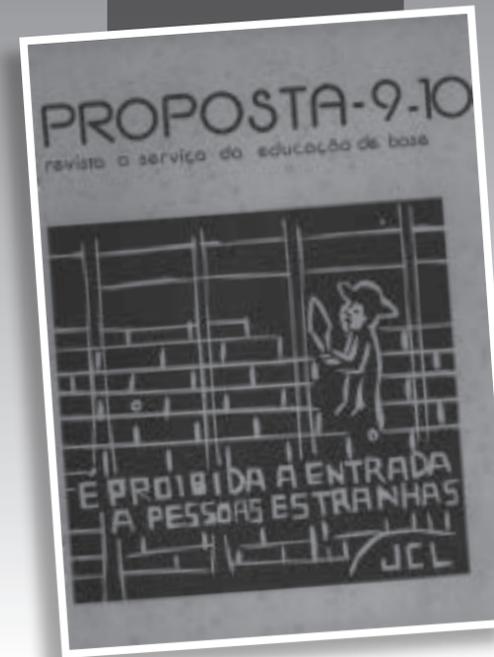
### Entrevista com Alberto Passos Guimarães

**PROPOSTA:** Como o senhor vê atualmente, em termos de importância relativa, o campesinato e o proletariado agrícola brasileiro? O tão falado desenvolvimento do capitalismo no campo tem se dado às custas da dissolução da economia camponesa no Brasil?

**ALBERTO PASSOS GUIMARÃES:** A tese do desaparecimento do campesinato em geral com o desenvolvimento do capitalismo é defendida no Brasil por vários autores, inclusive por Maria Isaura Pereira de Queiroz. (...) Se considerarmos que o campesinato é um conceito amplo, que inclui desde os pequenos produtores, os minifúndios, até uma parte da agricultura capitalista, que é também camponesa – os chamados camponeses ricos –, temos uma faixa realmente respeitável em números e produção. Quer dizer, até o Censo de 1970, as propriedades de até 100 hectares (ha) que têm características camponesas (...), ou seja, uma alta participação dos membros da família na produção, têm uma participação maior na produção de

<sup>1</sup> As entrevistas na íntegra podem ser lidas na edição original da Revista Proposta, no link <https://fase.org.br/pt/acervo/arquivo-revista-proposta/edicao-9-e-10dezembro-1978/>.

Originalmente publicado em  
**Proposta** n.º 9/10,  
dezembro de 1978, pp. 31-64

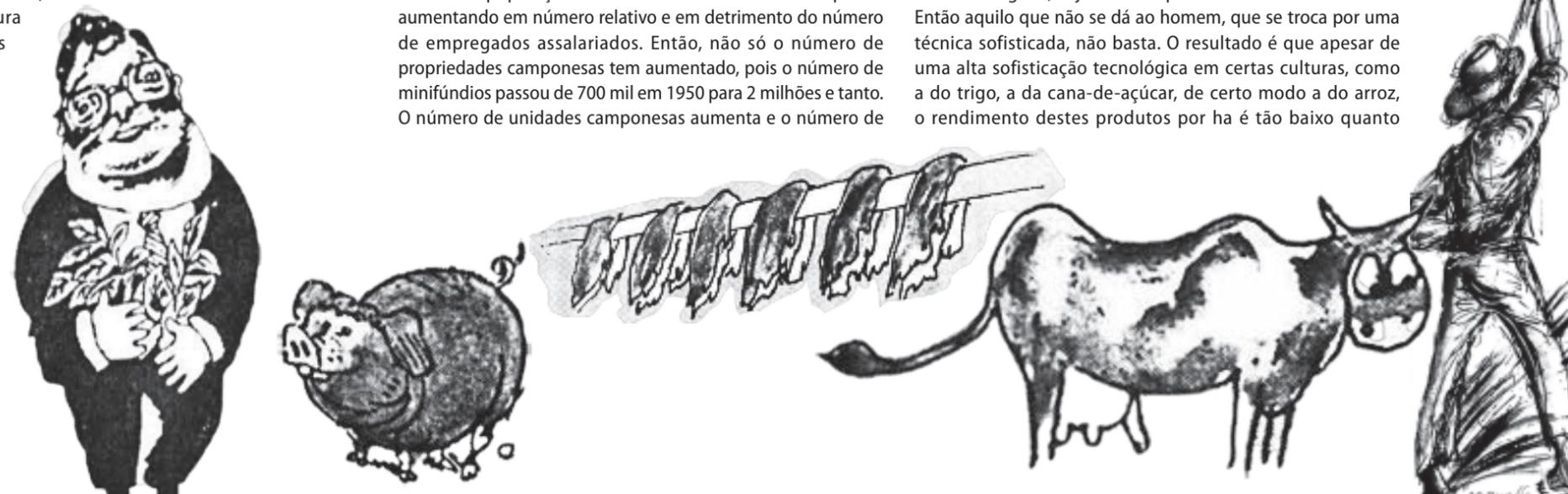


vários gêneros, inclusive gêneros de exportação. Excluindo a cana-de-açúcar, onde há maior participação das propriedades latifundiárias, os principais produtos, principalmente os alimentícios, provinham de propriedades menores de 100 ha. Então, ao contrário de uma tendência ao desaparecimento do campesinato no Brasil, o que nós vemos é uma ascensão numérica e uma participação cada vez maior na produção, que em certos anos pode reduzir-se, mas que vem se mantendo mais ou menos alta, da economia camponesa.

Além disso, o que se pode chamar de caráter familiar da economia, da agricultura, vem se acentuando no Brasil. Os dados censitários mostram que o número de membros da família na população economicamente ativa do campo vai aumentando em número relativo e em detrimento do número de empregados assalariados. Então, não só o número de propriedades camponesas tem aumentado, pois o número de minifúndios passou de 700 mil em 1950 para 2 milhões e tanto. O número de unidades camponesas aumenta e o número de

membros da família não remunerados aumenta em detrimento do número de assalariados. Não há razão nenhuma para supor que haja uma descamponeização; ao contrário, a economia agrícola brasileira está se acamponeizando, o que não exclui, no polo oposto, a existência de grandes propriedades rurais, algumas em níveis de produção altamente sofisticadas. São propriedades capitalistas no sentido da utilização de insumos modernos, mas não são propriedades capitalistas no sentido da liberdade de venda da força de trabalho, da liberdade de locomoção e das liberdades em geral que deve ter um trabalhador, seja ele do campo ou da cidade. Este fenômeno de transformação dos latifúndios tradicionais em latifúndios capitalistas temos chamado de modernização conservadora, quer dizer, é uma aparente e superficial modernização tecnológica que não é seguida da preparação do homem para produzir dentro destas novas condições. (...)

Acho que as transformações capitalistas no campo seguem um determinado modelo (...) altamente concentracionista das propriedades, das rendas, que visa, de certo modo, a criar um mercado para os insumos modernos, que, diga-se de passagem, são produzidos por empresas multinacionais, produtoras de tratores, de colhedoras, de automotrizes, de produtos químicos, defensivos etc., toda esta coletânea de insumos modernos que são produzidos por grandes empresas sofisticadas e multinacionais. Cria-se um mercado para isto, através da transformação do latifúndio tradicional em latifúndio moderno. Estas transformações que podem ser consideradas capitalistas, e de fato são, são mais do que isso, são transformações do que é tradicional num capitalismo monopolista, que toma por base grandes empresas multinacionais fornecedoras desses insumos etc., processadoras dos produtos agrícolas. Estas transformações capitalistas que existem não incluem o homem na sua forma fundamental. A essência do trabalho assalariado capitalista é a plena liberdade que tem o homem de vender sua força de trabalho e poder conduzir-se como um homem livre dentro da empresa a que ele serve, a quem ele vende sua força de trabalho. Mas não é o que acontece no Brasil. Aqui, o trabalhador rural é um homem desnutrido, desassistido, doente em geral, cujo nível de produtividade é muito baixo. Então aquilo que não se dá ao homem, que se troca por uma técnica sofisticada, não basta. O resultado é que apesar de uma alta sofisticação tecnológica em certas culturas, como a do trigo, a da cana-de-açúcar, de certo modo a do arroz, o rendimento destes produtos por ha é tão baixo quanto



o da Europa há 100, 200 anos, quando prevalecia a tração animal como a principal força de tração. Então, se investe uma fortuna, se super equipam estes latifúndios, mas não se obtêm um rendimento correspondente. Por quê? Porque não se investe no homem, não se dá ao homem aquelas características novas que têm que acompanhar as transformações tecnológicas. (...)

**P:** O senhor considera que o monopólio da terra constitui ainda o eixo da questão agrária?

**APG:** Por esse quadro que tracei, vê-se que essa é a principal influência. Enquanto o senhor de terras compra tratores e colhedoras e instrumentos mecânicos de alto nível tecnológico, ele continua a ser o senhor de terras de antigamente, não mudou. E se ele mudou, se o proprietário disso mudou, se é uma terra que pertence a uma sociedade anônima, o senhor de terras transfere as suas condições pré-capitalistas, seus métodos, seus processos pré-capitalistas para um capataz que vai executar aquelas tarefas que ele delega da mesma maneira que há 300 anos um senhor de escravos agia, ou com nuances muito leves. De fato, é isso que se vê. O resultado do capitalismo aparece na produtividade, no lucro. O lucro é em geral baixo, porque ninguém pode negar um fato que é histórico. A agricultura deixou de ser no conjunto uma atividade econômica, deixou de ser uma atividade autossustentável. Não só no Brasil, como em qualquer parte do mundo a agricultura vive de subsídios. Não há uma agricultura hoje que deixe de receber do Estado qualquer forma de subsídio. Essa é uma razão ou a principal razão da crise agrária. A agricultura mudou a sua estrutura, ela hoje exige capitais muito elevados para operar. Isso diminui a taxa de lucro, em virtude da composição orgânica do capital. Nas empresas mais capitalizadas a taxa de lucro é menor em virtude dos altos custos decorrentes dos insumos artificiais que ela usa e do equipamento mecânico, combustível etc. que ela tem que adquirir. Além de terem elevados os seus custos, não podem transferir estes custos para o consumidor, porque numa sociedade dita industrial prevalecem aquelas exigências e os interesses da indústria. Primeiro, a indústria adquire matérias-primas pelos menores preços possíveis, portanto, ela pressiona a agricultura para baixar os seus preços. Por outro lado, a agricultura produtora de alimentos é um fator importante na elevação da taxa de lucros na indústria, porque em países principalmente como o nosso, menos desenvolvidos, a alimentação representa 50%, 70% dos salários, das despesas dos trabalhadores. Então, qualquer aumento nos preços dos gêneros alimentícios irá resultar numa pressão por alta de salários. A indústria tem este duplo objetivo: primeiro, reduzir os custos das matérias-primas, o que é facilitado pela organização monopolista do mercado de matérias-primas; e segundo, reduzir ao mínimo os custos, os preços dos gêneros de alimentação para que eles não contribuam para a alta dos salários. Por aí se vê que há uma briga entre o ministério da Agricultura e o da Fazenda. O ministro

da Agricultura querendo elevar os preços e o ministro da Fazenda querendo impor preços menores. (...)

**P:** A seu ver, posseiros e pequenos proprietários colocam-se face a essa questão, da mesma forma que os trabalhadores das grandes explorações, do tipo moradores e colonos?

**APG:** Uso um nome genérico que abrange posseiro, pequeno proprietário, que chamo de explorante. O Censo usa, por exemplo, "responsável pela exploração". Aqui realmente é preciso distinguir duas categorias que existem no campo. De um lado, o campesinato, que abrange todos os que exploram a terra, seja a título de posseiro, ocupante ou proprietário, ou de arrendatário também. Constituem as propriedades de mínima dimensão, que considero como limite arbitrário 100 ha. Do outro lado, estão os trabalhadores assalariados, que constituem uma outra categoria com interesses diferentes. O campesinato tem interesses semelhantes ao da pequena burguesia ou da burguesia rural e os trabalhadores estão num outro polo, porque são assalariados de camponeses pequenos e camponeses grandes. Estas são duas categorias que podem estar juntas por determinadas aspirações, mas podem se separar desde que seus interesses entrem em conflito. Como patrões e empregados eles não podem entender-se da mesma maneira que patrões e empregados em qualquer atividade capitalista. Agora, como camponeses, eles têm interesses comuns porque visam, por exemplo, pagar menos impostos, obter melhores preços para seus produtos, baixar os custos dos arrendamentos, inclusive ambos sofrem do mesmo modo com as elevadas taxas de valorização das terras, que no Brasil têm sido muito altas nos últimos anos. (...)

**P:** Aceitando a premissa de que a questão da democracia corresponda a um anseio do campesinato, gostaríamos de saber como o senhor vê as perspectivas dessa luta camponesa, uma vez que os camponeses parecem estar contidos numa posição puramente defensiva, pela conservação da posse da terra contra a exploração. Quais são os seus aliados nessa luta?

**APG:** Não se pode de modo nenhum desconhecer a importância que tem a luta democrática para a melhoria dos padrões de vida no campo, seja dos camponeses, seja dos assalariados rurais. Esse é um dos aspectos em que camponeses e assalariados rurais estão juntos. Eles dependem de condições democráticas para reivindicar as melhorias a que aspiram. Isso do ponto de vista técnico, profissional operacional. E também do ponto de vista político. Não é por acaso que nós não temos nem nunca tivemos no Brasil um partido camponês. A própria existência do campesinato é ainda reconhecida por poucos, muitos até ignoram. Um dos aspectos fundamentais da luta democrática dos camponeses está na democratização da propriedade rural, que no Brasil é altamente centralizada, concentrada e, portanto, aristocratizada. Nesse sentido, a reforma agrária é um caminho para democratização da propriedade, democratização da renda, melhor distribuição da renda no

campo e para dar os fundamentos do regime democrático. Não se ignora que em nossa história nós temos vivido mais tempos de arbítrio do que tempos democráticos. Isso tem as suas raízes principalmente no campo. Todos os movimentos contrarrevolucionários visam, principalmente, extinguir, eliminar os movimentos camponeses ou de assalariados agrícolas. Depois de 1964, sabe-se que os primeiros a serem atingidos foram os operários rurais, os camponeses, através das Ligas Camponesas, que eram tidas como verdadeiros demônios, inimigos da Humanidade. Eram pobres homens que apenas lutavam por condições melhores que eles nunca tiveram na história brasileira.

Sobre as perspectivas dessa luta, pela democracia rural, pela democracia no campo, eu vejo como caminho indispensável a reforma agrária. Isso não interessa apenas aos trabalhadores rurais e aos camponeses. Interessa, também, fundamentalmente aos trabalhadores urbanos, porque não havendo condições no campo para uma vida melhor desses trabalhadores, as migrações para as cidades tendem a aumentar, a avolumar-se neste próximo futuro. Nós temos uma superpopulação relativa no Brasil, enorme. E essa população não está sendo absorvida pelo desenvolvimento urbano-industrial. Os dados estatísticos mostram que uma parte considerável das migrações do campo para as cidades se desloca para o que se chama de setor terciário: comércio, serviços e atividades menores. As atividades industriais, mesmo quando o Brasil alcançava taxas bastante altas de desenvolvimento, de crescimento do produto nacional bruto – 10, 11% como alcançou em certos anos –, mesmo durante esta fase o crescimento das indústrias não dava para absorver as migrações rurais. Então, criam-se nessas ocasiões o que no século XIX chamavam-se as classes perigosas, que são um segmento da superpopulação relativa, que é formada pela parte mais pobre, mais desesperada, pelos mendigos, pelos desempregados e também pelo que se costuma chamar de população marginalizada. Esse conjunto está aumentando no Brasil. E as consequências disso nós vemos pelo aumento das taxas de criminalidade urbana e pela incapacidade que a sociedade e as autoridades têm, mostram ter, confessam ter, de não poder modificar a situação. Como todos nós sabemos, o crime praticamente se transferiu do campo para as cidades, os efeitos da miséria rural explodiram no campo antigamente, através de formas de luta como o cangaço, os fanáticos etc. Hoje, não se vê mais isso.

Um outro aspecto das consequências da superpopulação relativa é a criação do exército de reserva do trabalho. Acho que no Brasil nós deveríamos conceituar melhor como exército de reserva do trabalho do que de exército de reserva industrial. Porque, na realidade, é um conceito mais amplo. Está se formando um mercado que reúne os excedentes que se transformam em reserva da indústria e também os excedentes que se transformam em reserva de outras atividades, atividades urbanas ou atividades rurais. O trabalhador volante, por exemplo, é um trabalhador nômade

e que pode ser incluído como reserva do trabalho rural, não industrial. Então, esse conceito de exército de reserva tende a abranger um maior número de e mais amplas categorias do que o exército industrial. O que se está formando, num país como o nosso, ainda não desenvolvido ou completamente desenvolvido, é este tipo de excedente, de exército de reserva. À medida que aumenta o exército de reserva do trabalho, pioram as condições dos trabalhadores urbanos, porque este exército de trabalho, como cresce além dos níveis que podemos chamar de normais, produz um efeito depressivo nos níveis salariais. Então, os trabalhadores urbanos são prejudicados por esse desequilíbrio demográfico que se expressa através da superpopulação relativa, dos excedentes de população no campo. Na medida que esses excedentes se dirigem para os centros urbanos ou proximidades dos centros urbanos, influenciam no sentido de exprimirem os níveis salariais. É do interesse de todos os trabalhadores urbanos se irmanar com os trabalhadores rurais, os camponeses inclusive, para obterem melhores condições de vida no campo, porque só assim se poderiam reduzir os afluxos de trabalhadores em número acima das possibilidades de absorção das atividades urbanas e industriais. Isso leva os trabalhadores urbanos a se organizarem não só para obter melhores condições de vida como também para ajudarem os trabalhadores do campo a resolverem os seus próprios problemas. Essa é a razão porque os trabalhadores urbanos se empenham, também, por uma solução do tipo de uma reforma agrária que compreender necessariamente a divisão da terra, a distribuição melhor dos meios de produção e da renda e a elevação dos níveis de vida das condições sub-humanas atualmente existentes para pelo menos condições que se aproximem daquelas condições humanas. (...)

**P:** Com o desaparecimento das Ligas Camponesas, os sindicatos de trabalhadores rurais se tornaram a forma de organização principal, senão exclusiva, das massas rurais. Qual seria, a seu ver, o balanço da atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais nos últimos anos? E como se dá a participação dos assalariados agrícolas nas lutas das massas rurais hoje no Brasil?

**APG:** Acho que os sindicatos de trabalhadores têm um papel decisivo nesta luta e podem ser os herdeiros das Ligas Camponesas – naturalmente, depurados dos vários erros que foram cometidos. Mas acho que é ainda um outro tipo de organização que se faz necessária no campo. Os sindicatos dos trabalhadores rurais, apesar de incluírem camponeses pobres, que são também parcialmente assalariados, excluem outras camadas de camponeses, então deveria haver uma associação entre os interesses dos assalariados e os interesses dos camponeses pobres e médios. Se nós analisarmos as diferentes camadas da população camponesa nós vemos que os assalariados rurais e os camponeses pobres têm interesses quase iguais, com apenas uma diferença: mesmo os camponeses pobres podem eventualmente se transformar em patrões em determinadas épocas

do ano. Nas épocas de colheita, por exemplo, às vezes o camponês pobre precisa do trabalho assalariado para proceder a sua colheita, e outros trabalhos desse tipo. Mas em geral, os camponeses pobres e os assalariados rurais têm interesses muito próximos. Mas, além disso, o apoio dos camponeses médios é fundamental. Não pode ser desprezado. Nós devemos formar no campo uma frente tão ampla contra o sistema latifundiário, quanto pode servir para as cidades. Os inimigos dos camponeses e dos assalariados, os principais inimigos deles, são um grupo muito reduzido, uma elite de grandes latifundiários que na realidade conduz a política rural no Brasil.

Mas são poucos esses chamados líderes das classes produtoras, é um grupo mínimo ao qual agora vem se juntar as multinacionais que recebem de presente verdadeiras mamatas, como o projeto Jari, o Vale Cristalino da Volkswagen e várias outras multinacionais que estão recebendo de presente uma parte considerável do Brasil. De modo que eles estão em número reduzido, mas são muito fortes, e a organização rural por uma reforma agrária, por melhores condições de vida, pela melhor distribuição da renda, pela distribuição melhor dos meios de produção, deve ser sustentada e apoiada por uma Frente Ampla, que não só deve abranger os camponeses pobres e os assalariados rurais, mas também os camponeses médios e alguns também camponeses mais abastados.

Desde que tenha interesse específico, o sindicato se coloca, via de regra e em geral, como um reivindicador de melhores condições de trabalho e salário. São empregados rurais que reivindicam contra os patrões rurais. Mas muitos desses patrões rurais têm interesses comuns em outros aspectos com os assalariados. Eles não combinam bem em relação ao pagamento de salários, nas disputas salariais, mas se unem por muitas outras reivindicações. Acontece que o sindicato é por definição anti-patrão, ao passo que quem defende os interesses dos camponeses médios e pobres? Há associações que incluem estas categorias, acredito eu. Porque se nós falarmos de associações rurais apesar de elas abrangerem uma parte do campesinato médio e alto, elas são dirigidas pelos grandes, pelos patrões, grandes agricultores. Creio que no campo ainda está faltando uma forma de coordenar os interesses e aspirações dessas camadas: os camponeses pobres e médios, principalmente os camponeses médios. (...)

**P:** Como o senhor vê, do ponto de vista das lutas atuais e futuras do campesinato, a atuação da Igreja, CPT e agentes pastorais?

**APG:** Sobre a atuação da Igreja, principalmente da Comissão Pastoral da Terra, (...) a eficiência do trabalho deles neste sentido é inegável e merece o apoio das pessoas que querem modificar o quadro rural, melhorando a situação desse povo que vive no campo.

### Entrevista com Otávio Velho

**PROPOSTA:** Como vê atualmente em termos de importância relativa o campesinato e o proletariado agrícola brasileiro? O tão falado desenvolvimento do capitalismo no campo tem-se dado às custas da dissolução da economia camponesa no Brasil?

**OTÁVIO VELHO:** (...) o desenvolvimento do capitalismo no campo não tem uma forma única, existem muitas formas pelas quais ele se dá. (...) Quando se fala em proletarização ou em expropriação, a experiência diz que isso aparece de diversas maneiras. Algumas delas alcançam um limite; você também pode chegar a ter o proletário no sentido estrito, quando existem muitas maneiras de expropriação e proletarização que não necessariamente chegam a um limite. E há as formas de proletarização e expropriação parciais.

Por exemplo, a expropriação: o sujeito pode ser expropriado de muitas coisas que não sejam simplesmente o seu pedaço de terra; de uma série de outros canais e acessos e veículos que ele tem, por exemplo, de comercialização e que se tornam inacessíveis a ele. O seu acesso à terra pode ser limitado sem ser absolutamente abolido, ele pode ter que obedecer a determinadas regras a que antes ele não obedecia, como, por exemplo, no caso do Maranhão, onde o sujeito não pode mais ter acesso livre aos babaçuais. É uma forma de expropriação, mas, por um lado, não implica necessariamente que com isso o sujeito vá se transformar num proletário no seu sentido assim mais restrito.

Por outro lado, existe aquela famosa história do sujeito que tem algum tipo de acesso à terra, que pode ser um acesso muito indireto, dando-se através da mediação de um proprietário legítimo, como ocorre com parceiros, arrendatários etc. Se, de um jeito ou de outro, eles podem ter um acesso à terra, por outro lado eles têm também alguma maneira de trabalho proletário. Neste caso, a tendência, digamos, mais pró-camponês, seria, de certa forma, ver sempre esse trabalho proletário como uma espécie de apêndice ou de complemento do trabalho na terra enquanto camponês propriamente.

(...) Então, há esse tipo também de semiproletarização, quando o cara tem terra, mas trabalha fora, por exemplo. Acho que todas essas nuances têm que ser examinadas. Não há dúvida nenhuma, no entanto, de que há uma tendência muito forte, no modo do desenvolvimento capitalista brasileiro dominante, a uma proletarização *lato sensu*. Refiro-me a esse modo de desenvolvimento capitalista no geral, que tenho empregado para não me referir apenas a uma lógica econômica, mas realmente a todo um modo, um estilo, um padrão que é também político, e que envolve não só formas mais institucionalizadas de desenvolvimento do processo, como as formas que a gente sabe as mais violentas de expropriação que estão aí. Portanto, acredito que uma certa defesa do camponês tem ainda um sentido político, que não deve ser ignorado. (...)

**P:** Mas adaptação por parte dos próprios...

**OV:** Dos próprios camponeses. Por exemplo, uma diferenciação interna do campesinato, digamos, que achei muito interessante (no Maranhão). É uma diferença entre aqueles que se mantêm, que mantêm como modelo de *tenência* da terra, para usar a expressão espanhola, a terra livre, e aqueles setores que tentam realmente se adaptar a um processo geral, que eles não controlam, de passagem de um sistema de terra livre para um sistema de parcelamento, onde o que sobressai enormemente no caso do parcelamento é a expropriação, a transformação, o cercamento dos camponeses nas grandes propriedades. Mas esse processo geral abre para determinados setores a possibilidade de eles tentarem realizar essa passagem, da terra livre para seu próprio parcelamento. Então, me pareceu muito evidente, no caso desse campesinato da área, essa diferenciação entre aqueles que tentam realizar esta passagem (embora não esteja garantida de maneira alguma essa possibilidade) e aqueles que não tentam ou não podem tentar realizar esta passagem. Então, para esta parte, que é a maioria, sem dúvida nenhuma, as perspectivas são realmente só a proletarização ou a migração.

**P:** Seriam coisas, como por exemplo, a prática cada vez mais difundida de plantar árvores frutíferas, coisas que antes não estavam nas preocupações?

**OV:** Exatamente. Por exemplo, nesta área em que nós estivemos, três coisas apareceram bem claramente. A cultura permanente, que lá é basicamente de banana e de laranja, e a pequena criação de gado. Achei isso muito interessante, para mim, deu muito o que pensar em termos das nossas próprias formulações a respeito do que seja uma economia camponesa. Veja a famosa ideia da alternatividade entre autoconsumo e mercado: de certa forma, essa opção deles prejudica mais ou menos esse tipo de alternatividade – que nós sempre colocamos como sendo uma coisa muito central – em função não de uma lógica interna, mas de um contexto geral, que faz com que eles reajam com essas transformações realizadas na maneira pela qual eles se colocam. O que há de comum, me parece, em relação a essas formas no caso do Maranhão é a tentativa de marcar o território, seja através do capim ou da própria cerca, quando eles podem cercar. Não há lógica interna de funcionamento da unidade camponesa que possa explicar porque eles estão fazendo essa passagem.

**P:** Gostaria de insistir na segunda parte dessa pergunta: com relação à proletarização, por exemplo, no surgimento de boias-frias, de trabalhadores expulsos das fazendas de cana-de-açúcar no Nordeste, qual é, na sua opinião, a relação entre a dissolução da economia camponesa e a proletarização, nesses processos mais visíveis, pelo menos? O ponto de partida dessas transformações deveria ser pensado como economia camponesa? Ou seriam processos paralelos? Por exemplo, o surgimento de boias-frias, dessa proletarização

que se dá em escala maciça e visível em determinadas regiões do país, isso tem a ver com o problema da dissolução da economia camponesa? Esses antigos moradores, colonos ou parceiros, devem ser pensados como camponeses?

**OV:** (...) no limite pode levar à explosão da própria noção de camponês, a perguntar até que ponto ela ainda é uma noção realmente útil. Num artigo que saiu em *The Journal of Peasant Studies*,<sup>2</sup> o autor sugere que essa noção de camponês realmente não se realiza historicamente, isso é um rótulo que, de fato, nas análises concretas, inclusive dos clássicos, aparece muito. (...) O que aparece é exatamente isso de que você está falando agora: colono, arrendatário, pequeno burguês, as coisas mais concretizadas. Então, sem dúvida nenhuma, acho que essa noção de camponês é muito geral para dar conta dessas formas todas a que você estava se referindo antes. (...)

**P:** (...) você já tem apontado o problema, com relação aos camponeses do Maranhão, por exemplo, do que se chamou de desmarginalização, da sua ligação com o mercado. Ora, essa ligação supõe uma série de coisas que não são controladas pelos camponeses. Como o transporte, as dificuldades que as vias de comunicação deficientes colocam para essa ligação com o mercado. Por outro lado, em termos de consumo de determinados produtos, essa ligação já está muito avançada.

**OV:** Sem dúvida. O famoso problema do intermediário. Deu para perceber, com relação ao problema da laranja, que hoje é importante não só para o consumo local essa laranja que é plantada pelos camponeses – vamos continuar a falar em camponês, mas a essa altura já fico cada vez com mais dificuldade; no caso do Maranhão, tendo a falar como o pessoal da área fala, lavrador. Então, essa produção não só é importante nessas cidades, como nós chegamos a comprovar, na central de abastecimento de São Luís, a importância que o negócio está tendo. (...) Uma coisa em relação a isso é que, de qualquer forma, é importante não cair no polo oposto a aquela ideia que parte do pressuposto de que o camponês quer terra e o proletário quer legislação trabalhista, melhoria salarial. Logo, já que está aumentando a proletarização no campo, o problema da terra estaria se tornando menos importante e mais importante estariam se tornando os problemas mais estritamente trabalhistas. Tem-se que tomar um pouco de cuidado com essa formulação mecânica. Tenho insistido também na relativização do camponês e do proletário, na ideia de que são categorias nossas, onde os sujeitos, os atores envolvidos nesse processo todo, não precisam definir as suas identidades como sendo estritamente de camponês ou estritamente de proletário. Eles podem se ver como algo que eventualmente se realize enquanto camponês ou se realize enquanto proletário. E não alguma coisa dada eternamente no testamento de Adão.

<sup>2</sup> Judith Ennew, Paul Hirst e Keith Tribe. Campesinato como uma Categoria Econômica. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 4, n.º 4, julho de 1977.

**P:** Poderia tirar daí, então, como uma possibilidade, que proletários do campo em determinadas circunstâncias lutassem por terras?

**OV:** Sem dúvida nenhuma. E por outro lado, que também os chamados camponeses eventualmente se interessassem por outras coisas que não por terra. (...) E não é o fato de haver uma espécie de disponibilidade relativa, uma certa aplicabilidade relativa da força de trabalho, que automaticamente vai fazer com que ele abandone o lugar onde ele está ganhando um salário para ir trabalhar na terra dele; isso não acontece assim tão mecanicamente. Às vezes, o sujeito pode preferir continuar a trabalhar enquanto proletário mesmo que isso signifique um prejuízo relativo em termos daquilo que ele poderia aplicar da sua força de trabalho na terra. (...)

**P:** É interessante, por exemplo, como há muitos casos de camponeses que vão para o garimpo, ficam bastante tempo lá e depois usam o dinheiro ganho dentro de uma estratégia camponesa. (...)

**OV:** Você está falando em camponês e proletário, mas outra possibilidade, que muitas vezes eles tentam abrir no campo, é o pequeno comércio, por exemplo. Em muitas situações, vejo que o sujeito tenta se utilizar do trabalho na terra para conseguir um pequeno comércio, porque é extremamente valorizado também. Uma das coisas implícitas na ideia de camponês é uma ideia de unidade familiar em que existe um chefe de família – que é mais ou menos uma espécie de corporificação da família enquanto tal –, de certa forma, passa por ser a família. Isso é verdade em certo nível, mas acho que também existem estudos que chamaram atenção para os conflitos internos. (...)

**P:** Alguns autores vêm insistindo na ideia de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem criado relações de produção não capitalistas. Como vê isso?

**OV:** Estou para ler o texto do Martins<sup>3</sup> que usa esse tipo de formulação. Acho importante ler e, não tendo lido, não fico seguro para analisar. Nós usamos muito aqui no Museu aquela ideia dos modos de produção, e então a ideia de que existem modos de produção diferentes. Você pode ter um modo de produção camponês que é distinto do modo de produção capitalista. Mais uma vez, tem sido muito fértil, sob uma série de aspectos, examinar o mesmo fenômeno sob óticas diferentes. Mas vejo alguns pontos negativos. Um deles é uma espécie de visão um pouco exterior das coisas. Por exemplo, o camponês como algo exterior ao capitalismo, algo exterior ao processo dominante, como se fossem lógicas diferentes que apenas se tangenciam, não mais do que isso. (...)

**P:** A questão da terra tem sido colocada em termos de uma questão democrática, quer dizer, o acesso à terra

corresponderia a um anseio democrático do campesinato. (...) Quais seriam a seu ver os aliados dos camponeses nessa luta?

**OV:** (...) em áreas como o Maranhão, apesar de, à primeira vista, tendermos a achar que não, existem diferenças, por exemplo, entre o proprietário maranhense e o proprietário que vem de fora; entre o cara que está mais ou menos ligado ao estado; entre o sujeito que, de alguma forma, está comprometido com o próprio comércio dos produtos camponeses e o que não está; entre o proprietário de terra que tem diversos outros papéis sociais e o que é estrita e especializadamente proprietário de terra; Então, os grupos sociais envolvidos são muitos. É claro que, num determinado nível, eles todos se juntam, há uma luta de classe, no seu sentido mais geral, envolvida. Mas, no processo político do dia a dia, o que se verifica, inclusive, são alianças políticas as mais surpreendentes. (...)

**P:** Será que o fato de que agora grandes grupos financeiros do Sul, industriais do Sul, estejam interessados na propriedade da terra nas áreas de fronteira. Será que isso não terá feito a balança se inclinar extremamente contra o camponês?

**OV:** Definitivamente não. (...) Digamos que se chegasse a uma situação normal de acesso à terra, de acesso ao crédito para estes grandes grupos. Seria obrigatoriamente interessante, dentro das possibilidades todas que eles têm de aplicação de capital, realmente a grande exploração capitalista nessas áreas. É nesse sentido que digo que a política agrária me parece hoje cada vez mais importante e decisiva. Acho que não há necessariamente nada de irreversível nesse processo. Já existem notícias em alguns lugares de grandes proprietários que já estão percebendo como sendo interessante para eles, do ponto de vista do seu lucro capitalista, o loteamento total ou parcial de suas terras e a venda a lavradores. Isso é muito incipiente e acontece apenas em alguns lugares, e mesmo esse acesso não está garantido para a grande massa camponesa. Mas nada impede que também não seja uma forma de realização do desenvolvimento capitalista. Tudo isso são conjecturas. No momento, o que está presente avassaladoramente é a expropriação, a entrega de terras com as maiores facilidades de todos os pontos de vista, jurídico etc. aos grandes grupos.

Você perguntou sobre as alianças, não é? Acho que existem muitas alianças táticas que podem ser realizadas no plano local e que, às vezes, por sectarismo, não se percebe, porque existem contradições que podem se tornar localmente importantes entre grupos e subgrupos. Fora isso, num plano mais geral, acho que há o consumidor urbano que eventualmente poderá ser um aliado, o trabalhador urbano no sentido um pouco mais restrito. Mas essas alianças só vão poder se realizar, se consolidar, à medida que o próprio processo político se abrir em certo grau, que permitir articulações mais concretas entre esses grupos que, no momento, são extremamente difíceis de se realizarem com resultados políticos palpáveis. (...)

**P:** Com o desaparecimento das ligas camponesas, os sindicatos dos trabalhadores rurais se tornaram a forma de organização principal, se não exclusiva, das massas rurais. Qual seria, a seu ver, o balanço da atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais dos últimos anos? Como vê também do ponto de vista das lutas atuais e futuras do campesinato, a atuação da Igreja, da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e dos agentes pastorais?

**OV:** Acho que, sem dúvida nenhuma, tem sido muito importante, em geral, a atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil nos últimos anos. (...) Uma coisa muito positiva é que parece que alguns dos setores mais combativos, mais organizados, que mais amadureceram no processo nos últimos anos, conseguiram ter uma influência bastante grande no plano nacional, no plano da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Mas a essa influência deles no plano nacional não corresponde uma influência semelhante localmente para o país como um todo. É um fenômeno de certa forma curioso. Muitas vezes, você tem o contrário. Aqui, você tem exatamente a Confederação numa posição mais avançada do que muitos dos sindicatos no plano local. Existem áreas onde os sindicatos aparecem bastante fracos, até realizando alianças bastante espúrias, mas basicamente fracos no sentido de realmente não ganharem força no próprio seio do campesinato. O pesquisador percebe a variação de área para área. Existem áreas onde, se não passar pelo sindicato, você não consegue ter acesso ao próprio campesinato. Existem áreas onde o sindicato é de tal forma marginal ao cotidiano do campesinato que realmente faz muito pouca diferença se você utiliza a mediação do sindicato ou não. (...)

**P:** Essa diferenciação também se coloca com relação à participação dos assalariados rurais?

**OV:** (...) Pelo que conheço indiretamente, acho que em muitas áreas os sindicatos têm tido dificuldades em incorporar aos sindicatos os assalariados rurais e, às vezes, existem certas contradições que têm que ser tratadas entre o que sejam os interesses de um e de outro. E, outras vezes, o sindicato tem dificuldade em assumir realmente quais são as bandeiras, quais são os interesses desse fenômeno que é novo nessas áreas, esses assalariados rurais.

Por exemplo, tenho ouvido formulações a respeito de os sindicatos tentarem insistir na importância da carteira de trabalho e do trabalho mais estabilizado em áreas onde esses assalariados no esquema de clandestino, de boias-frias, não chegam a se unir com tanta convicção da importância disso quanto o próprio sindicato. Então, acho que, nesses casos, é preciso não partir simplesmente da ideia de uma espécie de falsa consciência da parte desses assalariados, mas verificar qual o contexto que dá sentido a esse tipo de posição, quais são os valores mais profundos que de alguma maneira estão por trás disso. Parece-me que, em algumas áreas, a ideia do

trabalho clandestino traz para esses trabalhadores uma certa noção de manutenção de uma certa disponibilidade que lhe dá algumas facilidades a mais no mercado do que o trabalho estabilizado com carteira assinada. Embora em outras áreas, em outras situações, a carteira seja da maior importância, a gente sabe disso. O trabalho estável é da maior importância, mas tenho a impressão de que, entre outras coisas, há uma dificuldade nessa direção, sim.

Parece-me, a grosso modo, que no Nordeste, sobretudo em Pernambuco, os sindicatos dão a maior importância. E na Amazônia, muitas vezes a Igreja parece dar mais importância do que os sindicatos. Não que uma coisa deva excluir a outra, pelo contrário, mas, concretamente, a gente sente que a importância relativa desses vários grupos varia muito dentro de uma área. Acho que a da Igreja também. É óbvia para nós todos, talvez sobretudo no caso da Amazônia. Talvez, inclusive, até certo ponto, cobrindo o fato de que o movimento sindical parece relativamente fraco na Amazônia em comparação, pelo menos, com determinadas áreas do Nordeste. (...) Também faz parte do desdobramento do processo que possam surgir novos canais de atuação. Novas possibilidades de organização. Acho que aí, em relação a isso, é preciso ter uma posição muito equilibrada. Acho que, por um lado, a gente tem que lutar pela abertura do processo também nessa direção, para que não se dê apenas no que diz respeito à política formal, dos grandes partidos. Mas que se abram cada vez mais possibilidades de organização em todos os níveis, das mais variadas formas, para a população rural. Isso é basicamente uma coisa pela qual temos que lutar e que pode ter muitos desdobramentos. (...)

Em relação a essas várias formas de organização, sobretudo as atualmente existentes que são tão importantes, ou seja os sindicatos, a Igreja e seus desdobramentos, uma coisa extremamente importante é que haja colaboração entre esses vários grupos e que se evite que, em nome de uma delas, de alguma forma, se perca algo das outras. (...) [P]



<sup>3</sup> José de Souza Martins, autor do livro *O cativo da terra*, publicado em 1979.



[ 1981-1990 ]

## DA RESISTÊNCIA E APOIO À CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS COLETIVOS À CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO

A FASE teve uma importante atuação, nestas décadas, na reorganização dos movimentos sociais, destacando-se no papel de articulação dos sujeitos políticos. Ainda nos anos 1980, a FASE já denunciava o modelo de desenvolvimento baseado na industrialização acelerada, na internacionalização da economia, na concentração fundiária, na urbanização explosiva. Dizia que os trabalhadores e as trabalhadoras foram excluídos dos ganhos do crescimento econômico e agora eram vítimas da crise. No final da década, realizou-se o processo constituinte no qual a FASE se somou à intensa participação popular.

A persistência ainda hoje de um vigoroso movimento de sem-teto, para enfrentar “uma ocupação desordenada do solo urbano, realizada sem qualquer controle social e estimulada pela omissão oficial dos governantes, transformou o direito de morar em fonte de especulação imobiliária e qualquer pedaço de terra em mercadoria altamente lucrativa”, não consegue esconder os avanços das lutas populares nesse terreno desde de sua enunciação na edição da **Proposta** de abril de 1986, por Grazia de Grazia e Haroldo Abreu (nº. 29, pp. 40-51).

Da mesma forma, as investidas atuais contra o “pacto de 88” e a Constituição dele derivada demonstram que os “zigue-zagues entre avanços e resistência democrática”, e reações e refluxos conduzidos com a intenção de preservar o bloco de poder, denunciados por Cunca Bocayuva no número 37 (pp 3-6), ultrapassam a década de 1980. O persistente flagelo social do agro, sobretudo nas novas fronteiras agrícolas, também não elide de todo as conquistas dos canavieiros de Guariba (SP), relatadas pela FASE Jaboticabal no número 42 da **Proposta**, e dos camponeses de Mato Grosso. A luta pela democracia não termina nunca.

## Aprendendo com a experiência vivida: a intervenção da FASE

Propostas iniciais de atuação nos territórios evoluem a partir da vivência e do aprendizado com as situações cotidianas e condições de vida e trabalho da população

**Haroldo Baptista de Abreu** – ex-integrante do Grupo de Assessoria Nacional da FASE (GAN)

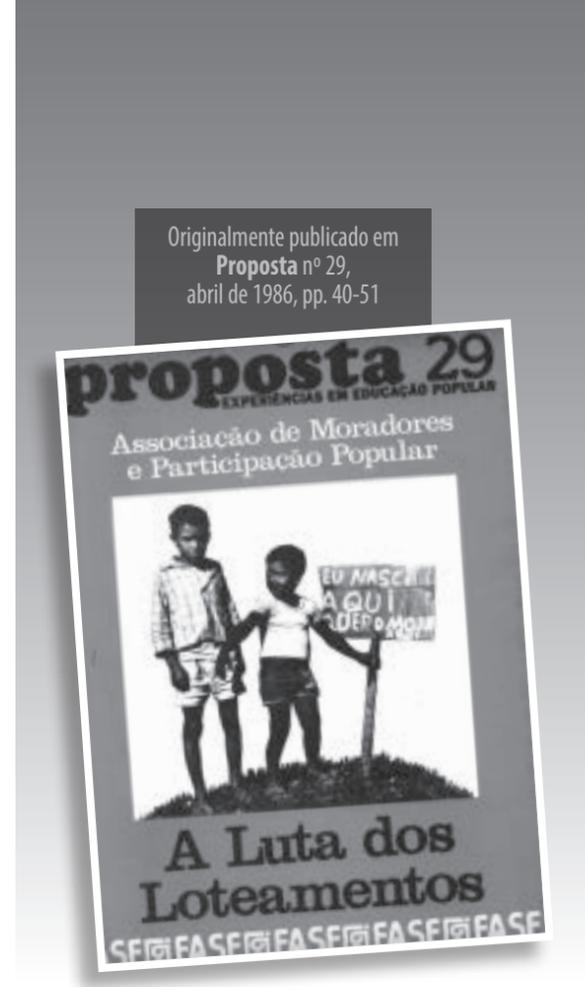
**Anne W. Kepple** – assistente Social (UFRJ), mestra em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), ex-técnica em educação não formal (FASE-Rio) e ex-assessora nacional da FASE

Neste artigo, pretendemos avaliar algumas questões que consideramos fundamentais na intervenção educativa da FASE no processo de luta e organização dos moradores em loteamentos irregulares e clandestinos da Zona Oeste do Rio. Mas, antes, convém ressaltar que o técnico da FASE, responsável por esta intervenção, em nenhum momento a executou de modo isolado ou desarticulado de um coletivo mais amplo de educadores voluntários e lideranças da região. Tanto a execução de tarefas quanto a reflexão sobre estas caracterizaram-se como um processo coletivamente vivenciado e organizado, sem o qual não teria sido possível a realização dessa experiência educativa e renovadora.

Portanto, não podemos deixar de homenagear os companheiros da Pastoral Operária, do Departamento Comunitário do IAB (Instituto dos Advogados do Brasil), advogados e, principalmente, as lideranças e moradores dos loteamentos que construíram em mutirão estas páginas de vida e de conquistas, desde os mais terríveis e obscuros dias de resistência à ditadura. Companheiros que enfrentaram ameaças, prisões, ou mesmo que tombaram na luta por uma esperança de dias melhores.

### Uma ideia e o seu lugar: a organização operária e os conflitos urbanos

Em 1978, o trabalho do técnico da FASE no processo de criação da Pastoral Operária de Campo Grande tinha por objetivo a organização de operários através de cursos sobre os direitos dos trabalhadores realizados em algumas igrejas da região. Buscava-se, com a utilização de audiovisuais e dinâmicas de grupo, motivá-los para uma maior preocupação com a realidade vivida por eles na fábrica e despertar a consciência coletiva de seus direitos de classe.



Originalmente publicado em  
Proposta nº 29,  
abril de 1986, pp. 40-51

Esperava-se, ansiosamente, naquela conjuntura, a entrada em cena dos trabalhadores. Nesse contexto, essa intervenção orientava-se no sentido de organizar e formar, a partir do bairro, ativistas para o movimento operário-sindical, com vistas a uma posterior reprodução do processo educativo no interior dos locais de trabalho e nos sindicatos. Ou, pelo menos, constituir grupos de apoio ao movimento dos trabalhadores. Nesse sentido, contribuir para um avanço da consciência e organização classista era essencial e inadiável.

Sabia-se que os bairros da região eram de periferia e carentes de saneamento básico, de transportes coletivos, e com muitos outros problemas não explicitados. Eram carências conhecidas, mas não suficientemente dimensionadas em sua importância no cotidiano e nas expectativas dos moradores – e não apenas trabalhadores – da região. Pois, de acordo com a proposta original, esses problemas não propiciavam a organização classista em seu eixo central que é o mundo da produção capitalista.

Discutia-se, ou se tentava discutir, os direitos (na esfera do trabalho) e a história das lutas, conquistas e dificuldades da classe operária. Mas nos momentos de descontração, emergiam assuntos como despejos, valas, condições de transporte, crimes etc. A realidade, desse modo, foi-se impondo sobre os objetivos dos educadores. Aprendia-se com os grupos que a proposta estava fora do contexto, isto é, as ideias não correspondiam ao lugar. Após um processo

de avaliação coletiva, mudou-se o rumo e a perspectiva do trabalho, dinamizando-se os debates sobre as condições de vida e moradia nos bairros, particularmente sobre os problemas de despejos nos loteamentos.

Se a proposta anterior não teve a receptividade esperada, a nova perspectiva rapidamente se reproduziu e ganhou corpo, superando o divórcio entre a teoria e a realidade. Consubstanciava-se uma identidade entre os educadores e os moradores da região que se transferia dos cursos para o interior dos bairros, como demonstram as experiências do Vilar Santa Rosa e Jardim Bela Vista, ainda em 1978.<sup>1</sup>

Pode-se afirmar, portanto, que o processo de autocritica do coletivo de educadores transformou-se no despertar dessa nova força social para a arena de lutas da sociedade. Possibilitou, também, tornar público o que antes era o paraíso subterrâneo dos interesses privados dos loteadores e especuladores, rompendo as amarras da passividade e da convivência social com uma situação de expropriação de direitos que eram reconhecidos até pela legislação da própria ditadura. Essa realidade, ao se tornar pública, permitiu obter a solidariedade de amplos segmentos da sociedade civil, como a OAB, a Igreja, demais movimentos sociais e até de segmentos do próprio aparelho de Estado – aliados imprescindíveis diante da correlação de forças naquela conjuntura repressiva.

Para o coletivo de educadores surgia um novo desafio. Tornava-se imprescindível conhecer as contradições vividas nos loteamentos e sentidas pelos moradores. Definir uma nova estratégia educativa, com base nas aspirações e experiências coletivas das massas populares dos loteamentos, exigia um grande investimento em estudos e, principalmente, em convivência com as paixões,<sup>2</sup> explicitadas ou não, dos diversos grupos de moradores com os quais se mantinham contatos. Socializar experiências e informações passava a ser o mais precioso instrumento da prática educativa.

<sup>1</sup> Ver a respeito o artigo "Narrando a História de uma Luta", nesta mesma edição, que pode ser consultada em <https://fase.org.br/pt/acervo/arquivo-revista-proposta/edicao-29-abril-de-1986/>.

<sup>2</sup> Aplica-se a categoria "paixões" referida aos aspectos da vida cotidiana, de uma classe ou outro segmento popular, que permitem a unificação de suas aspirações e anseios individuais em interesses coletivos.

### Experimentando a luta e socializando as experiências: os eixos de transformação da consciência

O despertar dessa força social submersa nos esquecidos loteamentos trouxe para os educadores a necessidade de entender e criticar os conflitos – as suas origens, os interesses em jogo e os seus possíveis desdobramentos – inerentes a esta realidade. Mas, para tanto, os educadores tiveram que assumir como seus os interesses e anseios mais sentidos pelos moradores. Isto só foi possível pelo contato permanente e direto envolvendo moradores e educadores no mesmo cotidiano de resistência: deter a ganância e o abuso dos loteadores. Sem esse envolvimento dos educadores, organizados a partir da intervenção da FASE, dificilmente haveria motivação para exercer qualquer ação educativa, ou mesmo um estudo sistemático.

“

**Discutia-se, ou se tentava discutir, os direitos (na esfera do trabalho) e a história das lutas, conquistas e dificuldades da classe operária. Mas nos momentos de descontração, emergiam assuntos como despejos, valas, condições de transporte, crimes etc. A realidade, desse modo, foi-se impondo sobre os objetivos dos educadores.**

Nesse sentido é que se destaca a importância do conhecimento da realidade, que é um poderoso instrumento na luta pela libertação e transformação social, quando se articula com as aspirações populares e se subordina a estas. Mas essa subordinação só se efetua quando os intelectuais envolvidos com a educação popular se identificam, numa só perspectiva de classe, com as questões sociais dos oprimidos e participam da reflexão coletiva das massas, socializando e transformando (referindo-se aqui também aos intelectuais) os conhecimentos e as consciências envolvidas.

Todas essas considerações servem para reforçar a necessidade que os intelectuais, envolvidos em experiências educativas, têm de estudar a realidade.<sup>3</sup> Foi com base nessa concepção, ainda que nem sempre com esta clareza, que o técnico da FASE e os educadores – particularmente os arquitetos e advogados – estudaram a fundo as contradições do processo de urbanização capitalista, toda a legislação sobre loteamento e urbanização, diversas experiências de movimentos sociais no espaço da cidade, o papel do Estado na gestão desse espaço etc.

Ainda que o conjunto desses conhecimentos não tenha sido devidamente socializado e submetido ao crivo do movimento,

<sup>3</sup> Inclusive os aspectos de unidade e de conflito entre a consciência dos intelectuais e das massas populares, pois entre elas não há uma identificação linear e absoluta, mas essencialmente contraditória. Nesse sentido, a busca de integração, entre o projeto dos intelectuais e as aspirações populares, proporciona transformações e redirecionamentos na consciência das classes populares e dos intelectuais orgânicos.

eles contribuíram, em larga escala, para o avanço da consciência nos mais diversos loteamentos e para a capacitação de muitas lideranças do movimento. A utilização desses conhecimentos pelo movimento, sob a forma de ação coletiva na luta que envolve os representantes do Estado e os loteadores, tem contribuído decididamente para uma reformulação da própria organização estatal. Já não é mais possível às diversas agências estatais alegarem desconhecimento da realidade para justificar omissão ou conivência com os loteadores. Nesse processo, a ação coletiva, organicamente embasada no conhecimento socializado, tem obrigado a uma mudança não apenas na legislação sobre loteamentos, mas na própria postura dos órgãos executivo, legislativo e judiciário.<sup>4</sup>

Evidentemente, este processo só foi possível devido às mudanças na correlação de forças da sociedade e ao gradativo avanço das forças democráticas e populares. Questões, estas, que os educadores buscaram avaliar permanentemente com as lideranças do movimento, com vistas a conquistar a solidariedade de outras forças da sociedade civil, tirar proveito das contradições no interior do próprio Estado e, desse modo, ampliar os espaços para as propostas e as ações do movimento dos loteamentos.

Mesmo com diversas imperfeições e erros cometidos pelas precipitações de natureza intelectual ou emocional – em última instância, ideológica – é essa a perspectiva que tem presidido a intervenção educativa junto aos loteamentos.

### A formação da consciência coletiva

Como vimos acima, o primeiro pressuposto de uma educação popular renovadora pode ser encontrado na articulação do educador com a realidade objetiva, particularmente em consonância com o senso comum das massas populares. Tais adequação e interação permanentes e críticas<sup>5</sup> configuram as bases materiais de qualquer processo de transformação substantiva da realidade pela ação das massas que se organizam e constroem uma nova consciência social (com uma nova concepção do mundo).

O segundo pressuposto encontra-se no conteúdo e nas perspectivas programáticas dos educadores. Para que uma educação de natureza popular se torne historicamente transformadora, ela deve trazer de modo explícito uma proposta de sociedade que, além de não permitir a exploração do homem pelo homem, promova a participação popular em todos os processos de decisão e em todas as esferas da vida social. Nesse sentido, educar passa a ser sinônimo de estimular a luta coletiva e organizada contra todas as formas de alienação social.

Com base nessas premissas, o conjunto dos educadores, junto aos loteamentos da Zona Oeste do Rio, teve como centro de sua intervenção o estímulo, e muitas vezes a promoção, sem intermediação, da ação e da reflexão coletivas feitas pelas lideranças e moradores dos bairros. As mais diversas experiências contaram com a participação daqueles, sempre com a preocupação de combinar propostas intelectualmente elaboradas com as aspirações das massas.

Essa preocupação esteve presente desde os primeiros momentos de articulação do movimento, como nos primeiros levantamentos feitos de casa em casa para se tomar conhecimento da situação em que se encontrava cada lote e, evidentemente, das arbitrariedades dos loteadores. Cada passo da pesquisa, assim como cada fato novo de que se tomava conhecimento, eram amplamente discutidos para que a decisão a ser tomada pudesse expressar a vontade consciente do maior segmento possível dos moradores, e não apenas do pequeno grupo mais ativo.

Desse modo, proporciona-se uma participação mais massiva na experiência de luta, o que contribui para alargar a sua legitimidade, socializando-se as decisões e abrindo-se espaços para a crítica ao imobilismo dominante. Este um componente ideológico restritivo que se deve tentar superar no senso comum, dominante entre as massas populares. Pois, sem a superação do sentimento de impotência ou de crença messiânica na salvação por uma força (uma liderança populista?) de fora da comunidade (ou da classe), torna-se quase impossível a reprodução e a ampliação, entre as massas, de uma consciência coletiva, que se reconheça como sujeito social possuidor de uma vontade transformadora.

A mesma concepção pode ser vista nas diversas manifestações organizadas pelo movimento. Destacam-se, aqui, as diferentes experiências de enfrentamento com o Estado. Desde as reivindicações mais imediatas e restritas – como a limpeza de valas – até as mais duradouras e amplas – como a modificação da legislação sobre loteamentos com a punição dos loteadores –, o método de experimentar a luta e socializá-la tem sido estimulado pelos educadores. Nesses casos de confronto e negociação com o Estado, ênfase particular tem sido dada ao tema dos direitos de cidadania. Entendendo-se como direitos não apenas os reconhecidos em leis de natureza liberal ou corporativa, mas, essencialmente, os reconhecidos pelas aspirações populares e legitimados pela maioria. Nesse sentido, as lutas do movimento pela modificação da legislação urbana, ainda que nos limites da lógica do capital,<sup>6</sup> vêm representando um avanço na busca pelo autorreconhecimento coletivo como

<sup>6</sup> Ou seja, estas lutas não representam, ainda, uma ruptura com a concepção capitalista de cidade, que subordina as demandas sociais (por equipamentos e serviços urbanos) à acumulação e reprodução do capital. Pois essa ruptura só se torna possível após um determinado processo de acumulação de forças e de construção de uma nova concepção de cidade (e de sociedade) pelo movimento popular e por seus intelectuais orgânicos.

sujeito capaz de conquistar e transformar os direitos de cidadania.<sup>7</sup>

Em todo esse processo de estruturação do movimento, com base na luta e na reflexão coletivas, deve ser ressaltada a experiência das comissões organizadas em cada loteamento que formaram os núcleos de reprodução ampliada dessa concepção no interior dos bairros. Essas comissões tiveram um papel decisivo na configuração do movimento e na construção de sua identidade social centrada nas aspirações de parcelas significativas dos que vivem nos loteamentos. A consolidação dessa identidade pode ser particularmente constatada durante o processo de constituição do CUB (Conselho de União dos Bairros), em 1980, após a experiência do “Grupo Terra-Habituação” e dos “Encontrões dos Bairros”.<sup>8</sup>

No decorrer desse processo que levou à organização do CUB, foram intensas as avaliações sobre as contradições vividas nos loteamentos irregulares e clandestinos e na Zona Oeste do Rio. As lideranças e ativistas do movimento não só compreenderam as especificidades de sua experiência, como passaram a cobrar uma representação orgânica (e um símbolo) que identificasse publicamente o movimento, além de avançarem na consciência da necessidade de sua própria organização.

Em contrapartida, esse processo apresentava o risco de cristalização de um corporativismo, ou, o que seria mais restritivo, de um pequeno grupo fechado em si mesmo. Mas essa contradição foi superada pela permanente reflexão sobre o fortalecimento do movimento, através da busca de um maior enraizamento social e de massas, de uma maior articulação com outros movimentos sociais e segmentos da sociedade civil, além da necessária expansão da experiência de luta para outros loteamentos que apresentassem contradições semelhantes.

Desde então, o CUB expandiu-se por um número crescente de loteamentos e fortaleceu os seus vínculos com outros movimentos da sociedade civil, particularmente com a FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro), o que ampliou consideravelmente o campo de atuação das lideranças locais e as demandas do movimento. Tal crescimento, em contrapartida, atropelou a dinâmica de trabalho das comissões, da coordenação e dos próprios educadores. A execução das novas tarefas, relativas à expansão da luta para novos loteamentos, não deixou espaço para o trabalho de capacitação de lideranças. A experiência

<sup>7</sup> A questão que se coloca é a transformação da prática social da cidadania, substituindo a sua matriz liberal – de direitos civis, políticos e até sociais dos indivíduos proprietários (do capital ou apenas da força de trabalho no mercado capitalista) – por outra de natureza democrática e socialista, com base na participação direta das massas organizadas na produção e gestão dos direitos. Nesse sentido, essa cidadania coletiva e orgânica das massas pressupõe a conquista de um direito essencial (que deve ser inalienável) pelos movimentos populares: o direito de conquistar (e gerir) direitos.

<sup>8</sup> Ver a nota 1 deste artigo.

de ação e reflexão coletivas, com desdobramentos massivos, manteve-se, por força dessas razões, restrita a uma parcela das comissões e a um limitado número de bairros. Mais adiante voltaremos a falar dessas dificuldades.

### Questionando o individualismo da lei

O movimento dos moradores em loteamentos da Zona Oeste vem lutando, desde o seu início, por efetivas garantias institucionais ao elementar direito de cada cidadão ser proprietário de seu lote (sem ameaças de despejo), e dispor dos equipamentos e serviços urbanos (de consumo coletivo) necessários, como o saneamento básico. O eixo central das lutas apresenta-se, ainda, dentro dos limites da ideologia dominante que se expressa nas leis e se reproduz nas aspirações populares.<sup>9</sup>

Se esta ideologia de configuração aquisitiva,<sup>10</sup> por um lado, enquadra-se nos limites do modo de vida dominante e de sua concepção na sociedade, por outro, é o elo que une os anseios individuais e permite a construção de uma identidade de força social aos membros de uma comunidade. Interesses comuns os unem e permitem a constituição de um movimento de massas que supera a soma dos interesses individuais envolvidos. Permite, também, a superação dos estreitos limites do direito individual e a promoção de um direito em bases coletivas, abrindo espaços, inclusive, para a formulação de uma nova concepção do direito (e da cidadania) com fundamentos socialistas.<sup>11</sup>

Entretanto, a superação do individualismo expresso nas leis e na consciência aquisitiva – em sua essência uma concepção liberal – apresenta-se ainda como um sonho, cuja realização depende de um longo processo de acumulação de forças e de transformação da consciência com base na experimentação coletiva dos limites da realidade. Neste momento, a proposta educacional deve concentrar-se na crítica da interpelação individualizada e que atende aos interesses dos governantes e das instituições legais. No atual momento institucional, o fundamental é o reconhecimento do direito coletivo, quer seja por uma nova postura das agências estatais ou, ainda, pela transformação da legislação vigente.

<sup>9</sup> Tanto as leis (e as demais instituições estatais) quanto o senso comum da sociedade brasileira encontram-se sobredeterminados por essa ideologia concebida a partir dos interesses da propriedade capitalista. As relações sociais (capitalistas) são interpretadas, por esta concepção, como relações entre indivíduos proprietários (de bens e de capacidade racional), livres em suas iniciativas e realizações (em disputa com outros indivíduos) e iguais perante a lei e o Estado. Desse modo, a sociedade é pensada como uma associação de indivíduos que buscam racionalmente realizar-se (encontrar a satisfação) através da aquisição de bens materiais e do desempenho esperado pela sociedade (capitalista) de seus papéis sociais. Entretanto, essa concepção de vida vem mantendo uma relação puramente crítica com a lógica do processo de acumulação e distribuição (do capital) predominante na sociedade brasileira, que não tem permitido a realização dos interesses aquisitivos das classes populares.

<sup>10</sup> Que impulsiona os indivíduos em busca de bens e de um padrão de vida sempre crescente.

<sup>11</sup> Ver nota 7.

<sup>4</sup> Sobre esse assunto, consultar a nota 1 neste artigo.

<sup>5</sup> Inclusive a unidade contraditória entre intelectuais orgânicos e classes populares (ver nota 3).

A este respeito, o movimento já experimentou algumas conquistas, como as emendas ao projeto original da Lei n.º 234/81, que ampliou o reconhecimento aos direitos coletivos dos moradores em loteamentos irregulares e clandestinos e restringiu as arbitrariedades contra esses direitos. O mesmo podemos dizer do reconhecimento pelo Judiciário das ações coletivas contra os loteadores, da utilização de um espaço público (a Procuradoria do Estado) em defesa dos moradores e do permanente uso da ação judicial como um instrumento de mobilização e reflexão. Acrescente-se, ainda, que o movimento sempre procurou tornar público o que as leis e a ideologia dominante consideram como restrito à esfera do privado. Em outras palavras, até hoje o movimento procurou fazer uso da institucionalidade, mas sempre tentando alargar os seus limites e transformar o seu conteúdo ideológico.<sup>12</sup>

Essas conquistas do movimento podem ser constatadas, também, pela inserção da questão dos loteamentos irregulares e clandestinos na plataforma eleitoral da maioria dos candidatos à Prefeitura durante a campanha eleitoral de 1985. Portanto, no que diz respeito ao reconhecimento público, o movimento foi plenamente vitorioso. Não há mais espaço para as tentativas de reduzi-lo a uma simples querela judicial. Nem é mais possível a omissão ou conivência dos governos, pois já se generalizou a consciência de que compete ao Estado, particularmente à Prefeitura Municipal como gestora do espaço urbano, o atendimento das reivindicações dos loteamentos.

O poder público apresenta-se hoje irremediavelmente comprometido com os problemas dos loteamentos. A questão está em definir como a Prefeitura vai enfrentar os loteadores, e qual a política de urbanização a ser adotada. Tanto os educadores como uma parcela das lideranças estão conscientes de que, sem a participação ativa do movimento organizado na elaboração de projetos de interesse da comunidade, assim como a fiscalização de sua execução, o espaço de manobras de setores do governo, contrários às propostas do movimento ou interessados em subordiná-las aos seus projetos populistas e/ou clientelistas, será consideravelmente ampliado.

### Contribuindo para a organização de um movimento de bairros autônomo, unitário e amplo

Os primeiros cantatas dos loteamentos com outros movimentos de bairro no Rio de Janeiro deram-se em função da busca de respaldo “externo” à resistência contra os despejos e outras arbitrariedades sofridas pelos moradores. Tais cantatas foram se tornando mais permanentes e estreitos, conforme avançavam as lutas e a consciência sobre a necessidade de acumulação de forças através da articulação entre os vários movimentos populares.

Entretanto, o processo de articulação com os demais movimentos, particularmente com a FAMERJ, pode ser definido como

progressivo, mas não como linear e sem dificuldades. Se pelo lado das lideranças dos loteamentos verificava-se uma legítima necessidade de afirmação da autonomia e identidade orgânica de seu movimento – o que gerava inclusive uma forte resistência à ideia de incorporação à FAMERJ, com críticas e suspeitas sobre a representatividade e as intenções das lideranças desta federação –, pelo lado das lideranças da FAMERJ verificava-se uma legítima crítica contra o suposto paralelismo do movimento dos loteamentos, particularmente contra o CUB.

Convém ressaltar a existência de uma história real de desencontros entre a FAMERJ e o CUB. Diferenças de origens e de formas de procedimento entre os dois movimentos configuravam o pano de fundo dessa separação. Se a primeira nasceu de uma articulação entre determinadas entidades representativas de alguns bairros, ou mesmo de natureza cultural, o CUB surgiu da articulação entre as comissões de luta nos loteamentos. Até este momento, a FAMERJ, como entidade federativa, ainda não havia demonstrado, em suas atividades ou propostas, uma real preocupação com a organização da resistência do conjunto dos moradores em loteamentos irregulares e clandestinos. Somente após um longo processo de discussão e experiência conjuntas, as resistências e desconfianças puderam ser superadas.<sup>13</sup>

No decorrer de 1981, com base em diversas ações unitárias, como a participação da FAMERJ em diversas mobilizações do CUB, o ato de 19 de maio, a resistência contra o golpismo de determinadas tendências no I Congresso Nacional de Associações de Moradores (CONAM), ocorre uma maior aproximação entre as lideranças de ambos os movimentos. Combinando-se essa aproximação com um intenso processo de discussão promovido pelos educadores, ambos passam a reconhecer a legitimidade das críticas recíprocas, e dão início à incorporação do CUB à FAMERJ, o que se consolida no I Congresso desta.

Para o coletivo de educadores, a integração do CUB à FAMERJ era fundamental estrategicamente, pois ampliaria a legitimidade e a força dos dois lados. Entretanto, era preciso garantir um espaço de reprodução do movimento de loteamentos para que este não perdesse a sua identidade no interior da federação. Este espaço foi garantido, inicialmente, pela organização de zonal oeste da federação e, posteriormente, pela plenária de loteamentos.<sup>14</sup>

A reestruturação da FAMERJ, envolvendo uma substancial reformulação de sua concepção federativa, pode ser avaliada como um passo fundamental para a unificação e ampliação dos diferentes movimentos de bairro no Estado do Rio. Dela participaram não apenas as lideranças e intelectuais do extinto CUB, mas também as lideranças da federação e dos movimentos municipais, como o MAB (Federação das Associações de Bairros) de Nova Iguaçu.

Nesse sentido, é possível afirmar que essa reorganização federativa – reconhecendo a legitimidade dos movimentos que construíram a sua própria identidade de modo independente da FAMERJ – foi um momento de extrema lucidez do conjunto das forças que atuam no movimento popular no Rio de Janeiro. Trata-se de um momento histórico na construção do mais importante movimento social-urbano em nosso País, que atua em quase todas as frentes de luta dos bairros fluminenses.<sup>15</sup> Desde então, a FAMERJ passa a ser reconhecida por todos os segmentos da sociedade como a maior e mais combativa entidade da sociedade civil no estado do Rio de Janeiro.

### A necessária mudança de rumo: enfrentando as dificuldades do movimento

O movimento dos loteamentos hoje congrega mais de 200 associações e transcende a Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. As conquistas alcançadas já são bastante significativas, particularmente no que diz respeito a sua dimensão social (cerca de 400 loteamentos da cidade), legitimidade (reconhecida por quase todos os segmentos da sociedade e do Estado) e capacidade de intervenção na gestão da coisa pública (pressionando a Prefeitura e diversos órgãos da administração estadual).

Mas, concretamente, a sua maior conquista foi a constituição do Núcleo da Procuradoria Estadual para encaminhar os processos de regularização dos loteamentos, com uma decisiva participação dos representantes dos moradores em suas deliberações. Recentemente, já no final de 1985, e após uma grande manifestação à porta da Prefeitura, o movimento conquistou a criação da Procuradoria Municipal, que poderá

<sup>15</sup> Somente o movimento de favelados mantém-se organizado por fora da FAMERJ, através de suas associações específicas e da Federação de Associações em Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ).

vir a se transformar no espaço privilegiado para obrigar a administração municipal a atender às reivindicações do conjunto de moradores em loteamentos irregulares e a agir com mais energia contra os loteadores.

Apesar de todos esses avanços, pode-se perceber algumas dificuldades enfrentadas hoje pelo movimento dos loteamentos e pela própria FAMERJ. Questões que, evidentemente, são fontes de preocupação para todos que se empenham pela educação e avanço do movimento popular.

### Como participar na gestão do espaço público?

As diversas conquistas dos moradores em loteamentos irregulares, particularmente a constituição do Núcleo da Procuradoria, não podem nem devem obscurecer a necessária avaliação das condições de participação do movimento em órgãos do aparelho de Estado. Evidentemente, tal participação envolve um leque de contradições que deve ser analisado e, sobretudo, experimentado pelo movimento, suas lideranças e seus assessores.

A primeira dessas contradições pode ser encontrada na natureza da própria participação de um movimento popular no interior de um aparelho de Estado historicamente excludente e clientelista em sua “racionalidade técnico-administrativa”.<sup>16</sup> Os sucessivos governos – tanto no âmbito estadual quanto no municipal – voltaram-se quase que exclusivamente para os interesses do capital, particularmente da reprodução do capital

<sup>16</sup> Entendendo-se esta racionalidade como a reprodução da ideologia dominante que atribui ao Estado um papel de “gerente socialmente neutro do bem comum”. Ou seja, o Estado deve ser o administrador do espaço público garantindo a reprodução dos interesses e iniciativas privadas e redistribuindo os seus recursos de acordo com as conveniências, disponibilidades e prioridades que se apresentam a esta lógica despoliticadora da gestão pública.



<sup>12</sup> Ver nota 1 deste artigo.

<sup>13</sup> Ver a nota 1 deste artigo.

<sup>14</sup> Idem.

envolvido com a especulação imobiliária (isto é, do direito de morar), em suas políticas relativas à urbanização e saneamento. Sempre incorporaram as demandas por equipamentos urbanos sob a ótica dessa racionalidade técnica (disponibilidade de recursos e prioridades administrativas). Tal incorporação vem se processando por meio da mediação de agentes de clientela, responsáveis pela reprodução eleitoral das máquinas e interesses no poder, junto aos diferentes segmentos sociais.

Os atuais detentores da máquina administrativa, há três anos no exercício do mandato, elegeram-se como caudatários de uma ampla insatisfação popular com esses esquemas da gestão pública. Apesar de enérgicos e enfáticos discursos anti-clientelistas, este governo manteve intata a institucionalidade estatal, que perpetua os canais de favorecimento e exclui a participação popular. Objetivamente, a presente gestão não se sustenta apenas sobre os dividendos da máquina clientelista, mas sobre uma aliança com setores das administrações passadas<sup>17</sup> e, essencialmente, sobre a esperança passiva das massas populares, realimentada permanentemente pela habilidade e o mito do governador líder de extrema habilidade que, através de algumas obras de grande impacto popular e de uma retórica reformista, é capaz de resgatar para si as aspirações do senso comum das massas e seduzir (e cooptar) forças políticas e lideranças populares comprometidas com a transformação social.<sup>18</sup> (No que diz respeito ao novo governo municipal, empossado no dia 1º de janeiro, ainda não é possível afirmar se este reproduzirá ou não as bases de sustentação do governo estadual.)

Evidentemente, não faz parte desse esquema de sustentação política a participação organizada e direta da população na gestão da coisa pública, que não deve ser confundida com a abertura de canais de negociação entre agentes do aparelho de Estado e representantes do movimento social organizado.

<sup>17</sup> Diversas agências governamentais são mantidas nas mãos de chaguistas (e não-chaguistas) umbilicalmente comprometidos com interesses privados que se reproduzem através da especulação, principalmente em relação ao uso do solo urbano. O próprio partido do governo estadual e municipal tornou-se a grande esperança de reprodução eleitoral (e política, em sentido amplo) dos chamados “ex-chaguistas”. (Obs.: chamamos de chaguistas a todos aqueles comprometidos com a política do ex-governador Chagas Freitas, que organizou uma enorme máquina clientelista e de impunidade, favorecendo os grandes interesses da especulação e da contravenção, desde os mais agudos tempos da ditadura.)

<sup>18</sup> Um grande número de antigas lideranças reconhecidas, principalmente em favelas e bairros populares, estão hoje empregadas em diversas agências do Estado.

Pois a intervenção direta das massas – ou de quaisquer outros segmentos organizados da sociedade – na formulação e na decisão das políticas públicas é incompatível com os fundamentos da lógica, política e eleitoral, no populismo. Não seria possível ao governo manter intatas e sem traumas a institucionalidade de suas agências de clientela e a sua aliança com setores das gestões anteriores, se as massas organizadas ocupassem espaços decisórios no interior do Estado, pois a intervenção popular reduziria os espaços de reprodução dos interesses envolvidos nesses esquemas de sustentação. Mas, acima de tudo, a participação organizada e autônoma das massas significaria estimulá-las a não mais delegar os seus interesses a um líder e a se tornarem soberanas e sujeito de seu próprio destino. Neste caso, tenderiam a romper com a passividade de seu senso comum e a transformar as suas aspirações em vontade política, o que desarticulária a matriz de reprodução desta política.

“

**O segundo pressuposto encontra-se no conteúdo e nas perspectivas programáticas dos educadores. Para que uma educação de natureza popular se torne historicamente transformadora, ela deve trazer de modo explícito uma proposta de sociedade que, além de não permitir a exploração do homem pelo homem, promova a participação popular em todos os processos de decisão.**

Objetivamente, os órgãos e agentes do Estado, particularmente a Secretaria Municipal de Obras e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos, vêm dificultando, de todas as formas possíveis, os encaminhamentos dados pelo Núcleo da Procuradoria. Estas agências estatais, além de impedir qualquer participação do movimento na elaboração e execução de seus planos, chegam a desrespeitar as resoluções e encaminhamentos da Procuradoria Estadual favoráveis ao movimento.<sup>19</sup> Práticas que caracterizam uma política excludente, tanto em relação à sociedade civil organizada, como a outros setores do próprio Estado. O que demonstra a perpetuação, nesses organismos, de interesses comprometidos com a especulação, os loteadores e o clientelismo.

Por tudo isso, a luta dos movimentos populares para introduzir aspectos de gestão direta nas diversas agências governamentais deve continuar enfrentando grandes resistências institucionais e políticas, que transcendem a lógica interna do Estado e do governo. No seio do próprio movimento de loteamentos e da FAMERJ, vem crescendo o número de lideranças seduzidas pelo governo estadual e que tendem a legitimá-lo. Pode-se, inclusive, afirmar que a correlação de forças não se apresenta favorável, neste momento, para um aprofundamento crítico das relações entre o movimento e o aparelho de Estado.

Entretanto, deixar-se vencer por este momento de perplexidade é o que menos interessa ao próprio movimento. Se já não

<sup>19</sup> Ver nota 1 neste artigo.

é mais possível retomar as lutas do período de resistência, deve-se reconhecer que estas apresentaram muitos ensinamentos. É perfeitamente possível resgatar a experiência de reflexão e ação coletivas com vistas à consolidação das conquistas já alcançadas e formulação de novas propostas. Ampliar e aprofundar o debate no interior de cada loteamento, rearticulando as aspirações populares, para o enfrentamento das dificuldades deste novo contexto, permanece como eixo da intervenção educativa.

No plano político-institucional, a intervenção dos educadores junto ao movimento deve reavaliar as garantias legais e políticas de sustentação de sua presença no Núcleo da Procuradoria, as alianças possíveis na sociedade civil e no interior do Estado e as condições que permitam obrigar a Prefeitura a atender às reivindicações dos loteamentos – regularização e saneamento – e às ações contra os loteadores. Todos esses temas e mais a importância de uma nova Constituição – a ser elaborada pelo Congresso Constituinte – para os interesses do conjunto dos moradores não podem ficar restritos a uma pequena parcela, mais politizada, das lideranças.

No plano político-organizacional, devem ser reavaliados os seus canais internos e externos de participação de massa, os métodos de direção (e a vida) das associações de moradores, a ampliação e/ou a criação de novos espaços de discussão de propostas e, fundamentalmente, a qualidade (e a expressão) de suas mobilizações. Essas questões podem e devem ser inseridas no processo de discussão de cada um dos temas já relacionados acima e de muitos outros “colocados” pelo movimento.

A mobilização e a participação do conjunto dos moradores em loteamentos mudaram de patamar. O movimento não pode mais avançar sem discutir – e elaborar propostas – sobre a sua participação institucional, a política de urbanização para a cidade e sua organização e dinâmica internas. Ampliar a representatividade e o controle popular no interior do movimento, e deste sobre a gestão do Estado, são os grandes desafios. Mas, para isso, é necessário ter propostas claras e objetivas e que estas correspondam às aspirações das massas.

### Da multiplicação de associações à capacitação de lideranças

Todos esses desafios políticos – institucionais ou organizacionais – do movimento trazem à tona uma outra questão: o movimento multiplicou o número de associações de moradores – a maioria sem qualquer enraizamento social –, mas não capacitou a maioria de suas lideranças para o “trabalho de massa” e o enfrentamento com o aparelho de Estado. O crescimento do movimento, particularmente no que se refere ao número de entidades e às suas demandas sociais, foi muito mais acelerado que o de sua capacidade interna de formação de lideranças. Os próprios educadores “de fora” dos loteamentos e o técnico da FASE não conseguiram acompanhar todas as demandas do movimento e encontrar tempo para enfrentar a necessidade de formar “quadros de direção” deste.

Nesse momento de reorientação do processo de lutas e organização do movimento, onde a sua expansão ocorre mais lentamente, vive-se uma grande oportunidade para uma vigorosa ação formativa de suas lideranças. O atual estágio das lutas exige que os diferentes níveis dirigentes do movimento estejam preparados para os novos desafios e avanços. Para tanto, a proposta educativa – de entidades e, principalmente, dos “partidos populares” – não se deve voltar apenas para os “quadros de direção”, mas ter como prioridade a capacitação e a multiplicação das “lideranças intermediárias”. Tanto os primeiros como as segundas devem ser capazes de organizar o “trabalho de massa” – com base na ação e reflexão coletivas – e a vida das associações de moradores, de modo a confrontar as propostas do movimento com as aspirações do senso comum das massas, para que estas venham a participar das mobilizações e do processo decisório de suas entidades representativas. Pois somente com base nessa participação pode ser organizada uma dinâmica de surgimento e renovação de autênticas lideranças populares.

No que diz respeito à formação dos “quadros dirigentes”, estes não podem nem devem se resumir à cúpula do movimento. O trabalho educativo deve buscar, permanentemente, elevar as lideranças intermediárias à qualidade de direção, capazes de analisar e formular propostas para o movimento. Nesse sentido, estes devem ter o instrumental teórico-político mínimo para compreender a lógica dos conflitos urbanos e sociais, os interesses e projetos em disputa na conjuntura enfrentada pelo movimento, assim como outras habilitações e informações exigidas pela prática dos movimentos sociais.

Nunca é demais lembrar que os dirigentes de um movimento devem, sempre que possível, estar presentes no “trabalho de massa” e na vida de sua comunidade, para que não corra o risco de ser derrotado pelo maior adversário interno dos movimentos sociais: o descolamento entre a cúpula dirigente e a sua base social, matriz de inúmeras crises de natureza política e orgânica, entre as quais a perda de representatividade da direção e de suas propostas, além do poder de mobilização e pressão social.

Contudo, para transformar esses sonhos em realidade, é preciso muito esforço e dedicação. Não apenas de mobilização, mas também de trabalho intelectual, que não pode, nem deve, ser um direito restrito a uma minoria. Os instrumentos teóricos e metodológicos de análise e de formulação sobre as contradições vividas devem ser socializados. Pois a luta contra a alienação material passa, também, pela luta contra a alienação intelectual e moral. Na prática, elas são inseparáveis. [P]

## Crise de poder e alternativas populares

Em meio ao debate sobre a nova Constituição brasileira, a FASE resgata experiências de educação popular e as mais ricas práticas de mobilização social

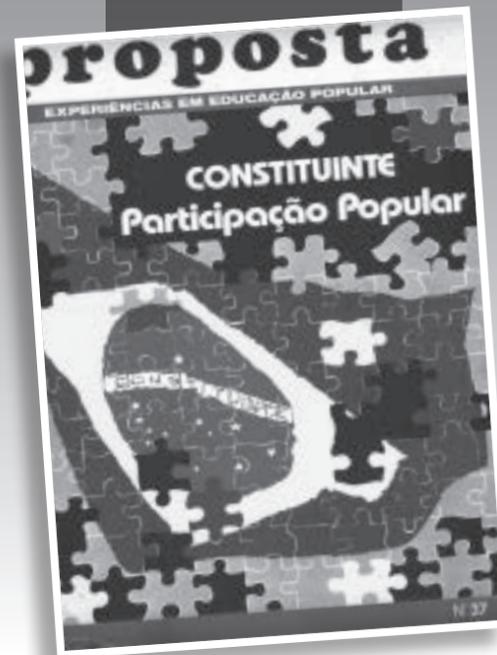
**Pedro Cláudio Cunca Bocayuva** – professor de História e ex-assessor da FASE nacional

A construção desse número da revista **Proposta** partiu da preocupação de registrarmos a relação entre experiências educativas e o processo político institucional. Na conjuntura marcada pela convocação de um Congresso Constituinte procuramos inventariar as formas e instrumentos utilizados pelos movimentos e organizações populares, na ocupação dos espaços abertos na crise do poder ditatorial, na sua dimensão de educação política.

A década de 1980 vem se pautando pelo zigue-zague entre avanço e resistência democrática de corte popular, e reações e refluxos conduzidos com a intenção de preservar o bloco do poder. Os elementos de continuidade política do regime autoritário vêm sendo limitados pelas forças sociais ligadas aos trabalhadores e aos excluídos pelo capitalismo brasileiro. A questão social e a questão democrática têm forçado o movimento operário e popular a buscar renovar os seus recursos de consciência e organização, para interferir nesse quadro. E nas brechas desse quadro de crise de direção política, em que os de cima não conseguem reciclar a sua dominação, nem os de baixo conseguem conformar um novo bloco de forças capaz de produzir uma alternativa de governo e de poder, é nesse espaço que se localizam as preocupações e os experimentos registrados neste número da **Proposta**.

Na tentativa de resgatar e divulgar algumas das experiências de educação popular ligadas ao processo político em curso, por motivos óbvios, escolhemos o tema da Constituinte. Classicamente, a questão da Constituinte é o ponto de condensação das lutas democráticas, no quadro de crises revolucionárias ou de crises de poder (num sentido amplo, crise de regime, crise de governo). Em geral podemos considerar as Constituintes como pontos limites das mudanças aceitas pelos segmentos dominantes, e ponto de partida das reformas sociais mais profundas que podem levar a processos de ruptura popular com mudanças no regime econômico, político e social. Como ponto de fusão de contradições políticas e anseios diversos de uma formação social, na pior das hipóteses, espelho das contradições de classe que atravessam organicamente uma sociedade, a Constituinte pode

Originalmente publicado em  
**Proposta** n.º 37,  
agosto de 1938, pp. 3-6



permitir a organização e a formulação dos diferentes interesses sociais mesmo sem atendê-los.

O recorte popular numa conjuntura em movimento, as novas formas de entendimento do processo político refletidas por novas formas de organização popular, que ocorreram no Brasil entre 1985 e 1988, cujo efeito mais geral teve sua manifestação mais evidente na(s) campanha(s) pelas emendas populares. Mas daí para trás e daí para a frente resolvemos os diversos matizes da experiência política popular, referida ao quadro institucional, e foi no subsolo da luta política, na sutileza das experiências de formação de lideranças, nos debates e nos cursos que captamos as duas grandes linhas que nortearam o processo de esclarecimento político dos setores populares, mais empenhados em participar do processo constituinte. Foi nos capilares das experiências locais que encontramos os esforços mais concentrados de transformar uma forma de transição política pelo alto conduzida sob tutela burocrático-militar, um processo de Constituinte controlado e fortemente hegemônico pelas forças conservadoras do grande capital e do latifúndio num momento de ampliação da participação popular. Foi nos experimentos de luta-consciência e organização política de base local que encontramos duas das mais ricas experiências de mobilização popular.

### Os eixos da reflexão política

Os dois eixos de interpretação política da forma como as forças populares deveriam explorar a conjuntura da Constituinte encontram-se representados nos depoimentos de Herbert

José de Souza, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), e Cláudio Nascimento, da Comunidade Educativa (CEDAC). Nas ocupações do primeiro, o movimento constituinte é captado como totalidade, como expressão concentrada das relações de poder na sociedade brasileira, onde a crise de representação política e a crise social vão se materializando na primeira radiografia da sociedade brasileira. O quadro brasileiro mesmo no que tem de mais perverso vai se revelando, e o próprio processo constituinte com seus debates e mesmo com suas frustrações vai tendo um efeito generalizador de educação política.

A síntese política levada a efeito pelos enfrentamentos da Constituinte pode, na visão de Betinho, representar a construção das correntes e forças partidárias, que dentro e fora do Congresso vão tomando consciência de si mesmas, a transparência do processo político institucional permite desnudar parte dos poderes nacionais. O resultado geral desse desnudamento político poderá ser um avanço qualitativo da consciência democrática do nosso povo, inclusive no retrato que temos de nós mesmos.

Já a segunda linha de abordagem da questão institucional procura resgatar os aspectos da educação política, pelos elementos de democracia direta que podem se desenvolver nesse quadro de crise. A verdade da capacidade de ampliar as conquistas populares, para Cláudio Nascimento, depende da construção da autonomia dos movimentos sociais em face aos mecanismos de dominação.

O sentido de classe da democracia política é ressaltado nessa segunda linha de trabalho de formação e intervenção no processo constituinte. A atenção do educador se orienta para as experiências que podem impulsionar elementos de construção de relações de poder diversas das existentes. Valorizar a componente revolucionária da conjuntura de crise, principalmente de fora para dentro, de baixo para cima, a partir dos locais e dos organismos próprios dos trabalhadores e do povo. Nessa perspectiva a modificação das relações de força na sociedade depende de uma estratégia de independência política, cujas formas fazem parte da experiência histórico-universal das classes oprimidas.

Estamos diante de duas formas de manifestação da cultura política voltada para a formação e educação política dos setores populares. Mas a resposta para esses eixos de interpretação que informaram os experimentos de

participação popular nesse período encontra em dois municípios brasileiros soluções práticas extremamente significativas.

Merece referência especial a entrevista com Pedro Oliveira, do Instituto de Estudos da Religião (ISER), na medida em que procura definir a relação entre educação popular e participação política dos segmentos da chamada “igreja popular”. Ultrapassando os marcos das amarras ideológicas para o pensar e o agir políticos, “pessoas de igreja” assumiram suas tarefas e compromissos com a dimensão clas-

“

**A atenção do educador se orienta para as experiências que podem impulsionar elementos de construção de relações de poder diversas das existentes. Valorizar a componente revolucionária da conjuntura de crise, principalmente de fora para dentro, de baixo para cima, a partir dos locais e dos organismos próprios dos trabalhadores e do povo.**

sista e secular da existência, sem deixar de reconhecer uma esfera própria da “dimensão de fé”. Já César Caldeira contribuiu para este número com uma das sistematizações mais precisas, que abarcou o trabalho formativo e informativo dos primeiros embates em torno do tema Constituinte. Sistematização que pode ser complementada, na dimensão entre cidadania e conquistas jurídico-políticas populares, pela experiência do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP-PE) que detalha toda a sequência de uma experiência que utilizou desde as cartilhas até a radiodifusão.

A construção de movimentos sociais de novo tipo, mesmo quando trata de velhas formas de opressão e exploração, fez parte da dinâmica de construção da dimensão popular da sociedade civil no Brasil. Incluímos nessa publicação referências que nos foram entregues por representantes de movimentos sociais, cuja natureza renovadora fala por si mesma: o Movimento dos Meninos de Rua, a REDE Mulher e o Movimento dos Seringueiros. Ampliamos, assim, sobremaneira o leque das experiências, ao trazeremos breves informações sobre esses movimentos que indicam o aprofundamento político-cultural do alcance temático das matérias aqui publicadas. É evidente que ficamos devedores no que se refere a um tratamento, neste número de **Proposta**, da questão do negro, da questão sindical e da problemática indígena.

### As experiências de dimensão municipal

A crise do regime político nacional, na sua dimensão de crise de poder, de crise de autoridade e de falência administrativa das classes dominantes, teve respostas criativas da parte dos movimentos populares de São João de Meriti, no Rio de Janeiro, e de Vila Velha, no Espírito Santo. As possibilidades mais ricas de explosão de uma conjuntura ainda não definida respondem em parte às perspectivas que vêm sendo frustradas pelo processo constituinte nacional.

Instituir uma nova ordem social que represente os trabalhadores e o povo significa fazer muitas perguntas, mas o que caracteriza o experimento político recente do nosso povo, que teve uma marca de mais de 12 milhões de assinaturas por reformas de base através de emendas populares, é não esperar um desfecho negativo da crise aberta com o advento da chamada “Nova República”. Ao invés de considerar o momento político como um momento de repetição das velhas formas de manipulação política, de conciliação das elites, resolvemos e conseguimos captar uma conjuntura em movimento.

Na busca de se afirmar como poder municipal, os movimentos populares de Vila Velha e São João de Meriti vão prefigurando as condições de ser governo. Movimentos, partidos e organizações populares assumem uma nova estrutura, a nova democracia aparece como um terreno possível, ao menos ali nos elos mais frágeis da dominação de classe.

Se embaixo a coisa caminha, em cima ela não deixa de produzir os seus efeitos. Conseguimos colher inúmeros instrumentos de controle político, por parte do movimento popular, de certos compromissos até folhetos de acompanhamento do comportamento de representantes. Os votos dados pelos constituintes são acompanhados conforme os interesses e compromissos assumidos, e mesmo a indicação de alguns parlamentares sofreu a influência das cartas de princípio e das plataformas, nascidas de encontros. Uma representação orgânica ainda está longe, mas a vinculação política do parlamentar já tem um conjunto de elos que levam o movimento popular a tentar guardar um pouco do controle e da informação acerca do comportamento dos representantes escolhidos.

Processo limitado na aparência, pois que foi difícil colhermos experiências com significado tão evidente quanto as aqui apontadas e registradas. Mas o gigantesco efeito dos pequenos debates e cursos se fez ver em escala nacional, nos comitês e nas articulações sindicais e comunitárias pela participação popular na Constituinte. Mas é preciso que esse tipo de atividade encontre o seu fio de continuidade. Qual direção tomar daqui para a frente?

### O alcance do trabalho de educação política

Educação política supõe trabalho intelectual, divulgação de informações, elaboração de instrumentos. Educação política supõe desdobramentos organizativos com efeitos de poder. Nas grandes campanhas o destaque vai para a articulação dos rurais, onde a vontade do movimento pela reforma agrária alcançou a forma de uma proposta de fazer a própria lei.

Brasília sentiu por diversas vezes a presença dos trabalhadores rurais, dos sem-terra etc. Mas, apesar da generalização da luta, da ampliação das expectativas e da propaganda em torno da reforma agrária, nessa como nas outras questões democráticas e sociais que interessam aos trabalhadores a luta será longa.

Os zigue-zagues da luta política podem produzir desânimo, daí que memória e educação fazem parte do processo de acumulação política de forças por uma democracia de novo tipo no Brasil. Registramos esses traços dessa conjuntura inconclusa, na esperança de aprofundar os efeitos e os experimentos aqui registrados, e em oposição à desesperança que nos ameaça como complemento ideológico da força dos poderosos. Nenhuma derrota política se consuma sem uma derrota no plano da consciência, sem uma derrota subjetiva que afete o ânimo e a vontade e apague a experiência. Mas as luzes continuam acesas nas pequenas cidades, em Vila Velha e São João de Meriti, quando o institucional pode ser disputado como poder real, ali está aberta a brecha da política transformadora.

### Aspectos da participação da FASE

Resumidamente, a participação da FASE no processo, além de ter elaborado com um grupo de entidades (Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, CEDAC, ISER, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Comissão Nacional Pastoral Operária – CPO, IBASE e Sociedade Estadual dos Professores – SEP) cartilhas e outros materiais informativos e educativos, variou de acordo com a região.

Em São Paulo, por exemplo, uma das atividades de capacitação e relação entre entidades foi a participação num seminário organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 12 de dezembro de 1986: “Constituinte: direitos aprovados, direitos conquistados”. No Rio de Janeiro, dentro do coletivo de entidades da cidade, participou da discussão sobre o uso do solo urbano e a Reforma Urbana e da elaboração da proposta popular de Reforma Urbana levada ao Congresso Constituinte. No Conselho de Delegados dos Ferroviários, a FASE participou do debate sobre a Constituinte relacionado às questões de trabalho, saúde etc. E com os metalúrgicos, participou de um seminário sobre os resultados parciais da Constituinte, produzindo, junto com o IBASE, o CEDAC e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), um dossiê com tiragem de 500 exemplares sobre estes resultados parciais no capítulo dos Direitos Sociais. Em São João de Meriti, através da assessoria à Federação das Associações dos Moradores de São João de Meriti (ABM), a FASE participou das atividades de formação política voltadas para o processo Constituinte.

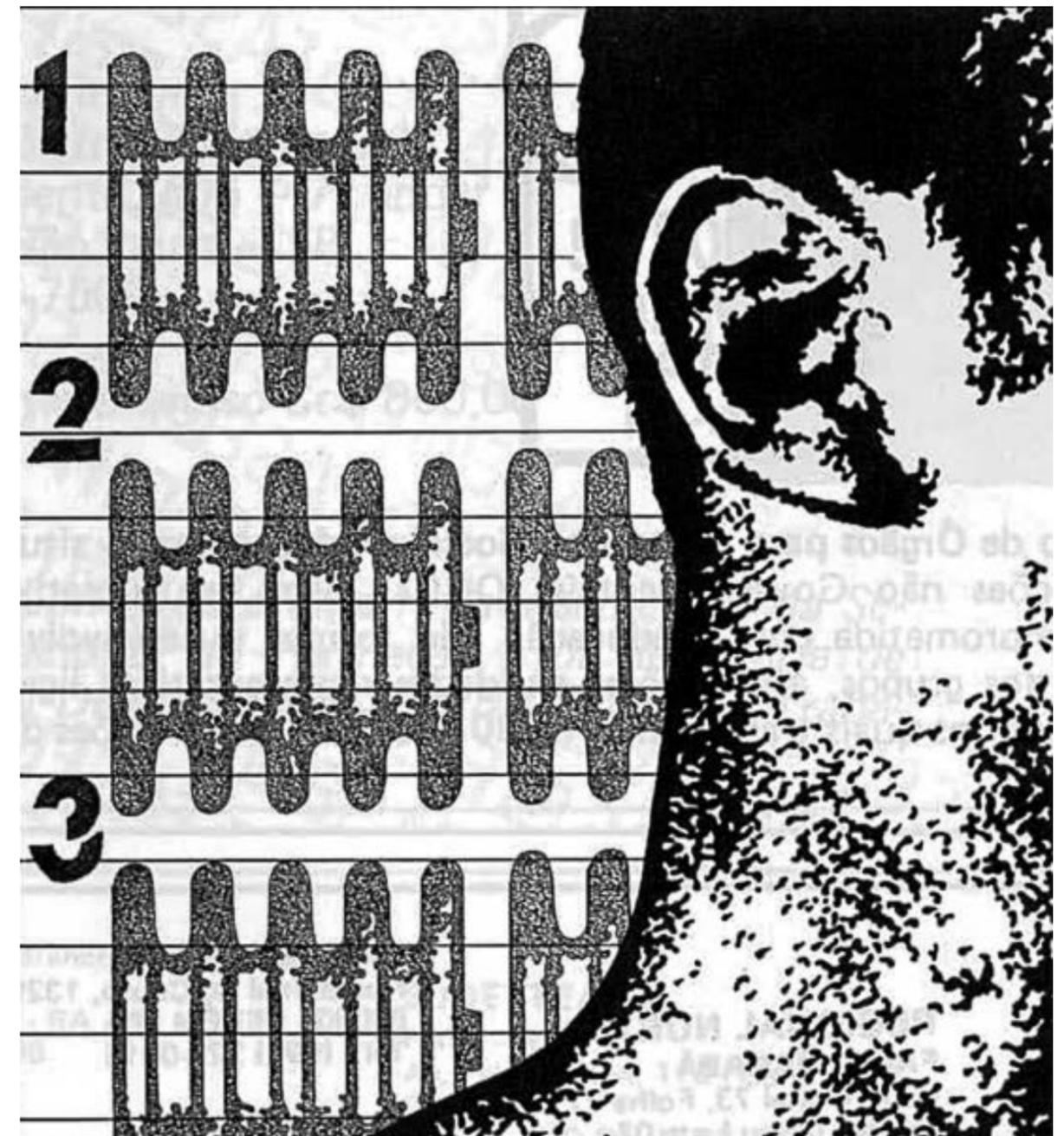
“

**Educação política supõe trabalho intelectual, divulgação de informações, elaboração de instrumentos. Educação política supõe desdobramentos organizativos com efeitos de poder.**

Em Maceió, num grupo com a CUT, realizou 10 reuniões para a discussão das propostas populares para a Constituinte. Participou também dos debates sobre a participação do movimento sindical na Constituinte e sobre a Convenção/87 da OIT<sup>1</sup> (Unidade ou Pluralismo Sindical) com o objetivo de discutir a posição do movimento sindical frente à Assembleia Nacional Constituinte. No Recife, junto com um grupo de trabalhadores da Construção Civil da Colina, realizou a discussão sobre o Congresso Constituinte; elaborou o jornal da Constituinte com o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), o GAJOP, a Comissão de Justiça e Paz e a ETAPAS (Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social); participou do seminário “Questões Atuais Sobre Reforma Urbana”, que discutiu a legislação nacional

e municipal sobre solo urbano e tirou propostas para a Constituinte. Em São Luís, junto com o Comitê de Defesa do Bairro Coroado, participou dos encontros comunitários para debater a Constituinte, nos quais participaram entre 50 e 100 pessoas. Em Manaus, a equipe da FASE teve um papel decisivo na fase inicial de estruturação do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, assumindo inclusive sua coordenação. O plenário organizou palestras com Dom Luciano Mendes de Almeida (CNBB) e o deputado federal Luís Inácio Lula da Silva (PT/SP), que tiveram ampla repercussão; encaminhou a coleta de assinaturas para as propostas de Emendas Populares e articulou a ida de trabalhadores rurais amazonenses a Brasília na caravana nacional pró reforma agrária. [P]

<sup>1</sup> Organização Internacional do Trabalho



## São Paulo: os novos desafios depois de Guariba

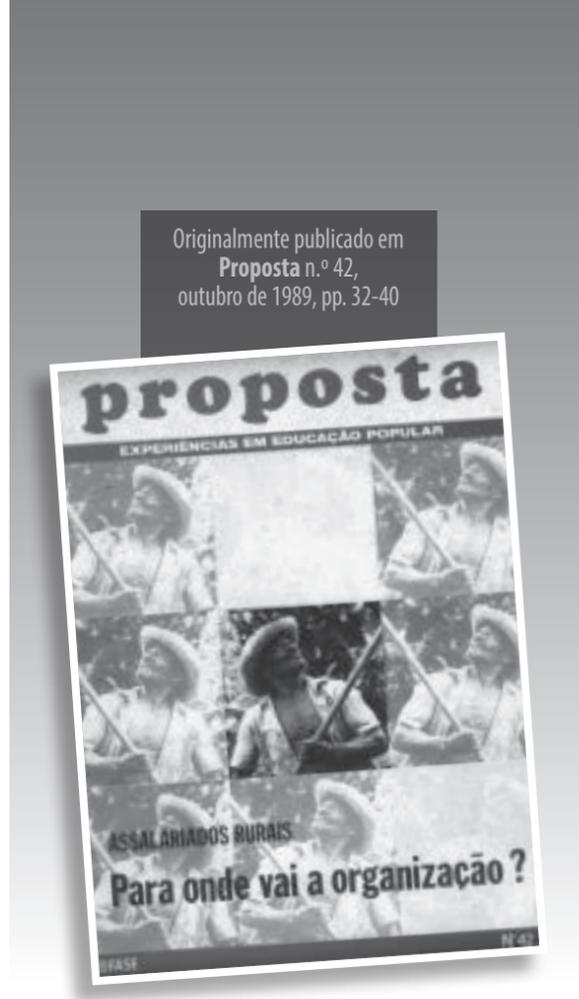
Avanço do capitalismo no campo brasileiro mostra a urgência da criação de canais de participação e reivindicação para transformações concretas de vida dos trabalhadores

Equipe FASE/Jaboticabal (SP)

A região de Ribeirão Preto concentra o maior número de usinas de açúcar e destilarias de álcool do estado de São Paulo e, conseqüentemente, do país. Um dos setores mais favorecidos por subsídios governamentais, a agroindústria sucroalcooleira criou um empresariado de muita expressão, representando o que há de mais concreto no avanço do capitalismo no campo brasileiro. Pelo seu poder concentrador e modernizador, ela eliminou o sistema de colonato na região, tornando-se uma das grandes responsáveis pela constituição do grande excedente de mão de obra. Fortemente articulada e geradora de um sobrelucro extraordinário, à custa dos trabalhadores, consegue mantê-los nos limites mínimos de sua reprodução. Além de valer-se do expediente da grande rotatividade de mão de obra e do emprego por tempo determinado, atrai ou busca trabalhadores de outras regiões e de outros estados para manter o achatamento salarial.

Por outro lado, na região de Ribeirão Preto, que possui uma das maiores rendas *per capita* do Brasil, foram se criando as condições para a formação de uma identidade social entre estes trabalhadores temporários, autoidentificados como cortadores de cana (ou apanhadores de laranja, no caso deste outro produto). Estes trabalhadores revelaram que, para transformar as suas condições concretas de vida e trabalho, era necessário trocar o sonho de um emprego melhor nas indústrias pela criação de canais de participação e reivindicação. Neste contexto é que entendemos as mobilizações pós 84 e as transformações que vêm ocorrendo no movimento sindical dos trabalhadores rurais paulistas.

De fato, a região canavieira de Ribeirão Preto vem passando, desde 1984, por uma série de mobilizações com repercussão nacional. Desencadeadas na cidade de Guariba, em maio daquele ano, e alastrando-se pelas demais cidades da região e mesmo de outros estados, como Paraná e Rio de Janeiro, tais mobilizações tinham inicialmente como móvel central a luta contra o sistema de 7 ruas no corte da cana-de-açúcar. Lutava-se na prática contra a superexploração a que sempre



Originalmente publicado em  
Proposta n.º 42,  
outubro de 1989, pp. 32-40

estiveram submetidos os volantes rurais. Tidas de imediato pelos usineiros e pelo Estado como uma convulsão social, foram tratadas como tal e atendidas em suas reivindicações imediatas.

Depoimentos dos trabalhadores na safra de 1983 e mesmo na safra de 1984 dão conta da iniciativa dos usineiros de passar do sistema de 5 ruas para o de 7 ruas. No sistema de 5 ruas, os trabalhadores ficam responsáveis pelo corte de uma faixa de 5 ruas de cana, tendo que amontoar o produto em uma leira contínua na terceira rua, para posterior carregamento mecânico. Com a alteração, o trabalhador teria que cortar mais duas linhas de cana, tendo que depositá-las não mais na leira contínua, mas em pequenos montes que se distanciam de 2 a 2,5m. Dessa maneira, o trabalhador teria aumentado de 6 para 9m o seu eixo, ou seja, teria de se deslocar mais lateralmente, diminuindo a distância percorrida para a frente, cortando, portanto, menos cana. Quando o sistema de 7 ruas chegou a vigorar, a queda de rendimento do cortador foi da ordem de 25%. “Este sistema encurta a vida da gente”, disse na época um trabalhador, revelando a percepção do limite de resistência que estava sendo violado pela dimensão do desgaste físico. Do ponto de vista dos usineiros, no entanto, havia vantagens: redução da ordem de 40% nos gastos com combustível na operação de carregamento mecânico, com o aumento da distância entre as leiras e com a dispensa da máquina para amontoar a cana; e diminuição dos custos industriais com a lavagem de cana, porque o amontoamento manual possibilita que a cana colhida tenha menos terra agregada. A greve de 84 frustrou a tentativa de implantação do sistema de 7 ruas, mantendo as 5 ruas.

Na década de 1960, passou-se do sistema de 3 para 4 ruas, e nas décadas de 1970 e 1980, de 4 para 5 ruas. A tentativa dos patrões de implantar 7 ruas foi frustrada pela greve de 84.

Posteriormente surgiram outras greves, e um processo dinâmico se encarregou de resolver certos impasses e criar outros. Nosso objetivo no presente trabalho é perceber quais têm sido concretamente os avanços para a classe trabalhadora no desenrolar das campanhas salariais, menos do ponto de vista econômico e mais do ponto de vista sindical/político-educativo.

### Agro indústria canavieira na região: características básicas

A agroindústria canavieira no estado de São Paulo passou por dois momentos de expansão. Um primeiro momento com a saída de Cuba do mercado internacional, principalmente do mercado norte-americano, em 1960, e mais recentemente, a partir de 1975, devido aos incentivos do Proálcool – Programa Nacional do Álcool. As unidades produtivas (usinas e destilarias) aumentaram sua produção em números-índices de 100 para 936 entre as safras de 1969/70 e 1979/80.

De fato, a produção sucroalcooleira, a partir de meados dos anos 1970, transformou definitivamente a região de Ribeirão Preto em uma zona monocultora de cana-de-açúcar, alterando o sistema de produção e organização do trabalho, sempre visando aumentar a produtividade.

O sistema de produção ao longo das três últimas décadas apresentou mudanças substanciais, que visavam o aumento da produtividade: a largura do eito, que inicialmente era de 3 ruas, passou para 5 no início dos anos 1970 e para 7 em 1983, época em que algumas usinas da região estudavam a possibilidade de aumentar o eito para 9 ruas; adotou-se também o corte da cana queimada, fazendo com que os movimentos corporais exigidos para o corte diminuíssem sensivelmente.

Do ponto de vista das relações de trabalho, as modificações não foram menores. Os gatos,<sup>1</sup> que surgiram nos anos 1960, possuíam um caminho e eles mesmos fiscalizavam o trabalho desenvolvido pela turma. Em meados da década de 1970, porém, são substituídos por empreiteiras e, a partir do início dos anos 1980, começa a se verificar a

<sup>1</sup> Gatos são os empreiteiros que contratam trabalhadores temporários no período das safras, intermediando a mão de obra utilizada pelos usineiros e grandes proprietários no corte da cana.

contratação de trabalhadores pelas próprias usinas, criando um vínculo direto com as mesmas.

O controle do trabalhador sobre a produção diária também é afetado na medida em que o corte é socializado, como colocam D’Incao e Botelho:<sup>2</sup>

A socialização das operações de corte da cana soma-se às transformações na forma de arregimentação e contratação dos trabalhadores como fator importante na substituição de sua unidade de referência principal – a turma – pela frente de trabalho ou pela usina. Com o objetivo de elevar a produtividade do trabalho, o sistema de trabalho mais individualizado, onde um trabalhador, uma família ou um pequeno grupo de trabalhadores recebia uma pequena área de cana para cortar, é substituído pelo sistema de trabalho mais socializado, no qual os trabalhadores são distribuídos em toda a extensão do canavial e cortam, simultaneamente, um certo número de fileiras ou ruas de cana. De tal maneira que se reduzem custos com transportes ou combustíveis e fiscalização do trabalho, além de se estabelecer um ritmo coletivo para o trabalho, que passa a ser perseguido por todos os trabalhadores, criando entre eles uma certa competitividade – consciente ou inconsciente – e elevando-lhes a produtividade individual.

Recentemente, em especial a partir de 1987, nota-se uma tendência de utilização de colhedoras mecânicas, em substituição à mão de obra, o que poderia vir a alterar a composição orgânica do capital, em um espaço de tempo relativamente curto.

Segundo informações colhidas no jornal *Gazeta Mercantil*, algumas unidades produtivas teriam possibilidade de mecanizar o corte de cana em até 50% nas próximas safras. Como consequência, teríamos, a médio prazo, uma diminuição numérica dos cortadores de cana assalariados temporariamente e um crescimento do número de tratoristas.

Desta forma, o desenvolvimento econômico da região de Ribeirão Preto em geral, e da agroindústria canavieira em particular, caracterizou-se como concentrador de renda e poupador de mão de obra.

O modelo de desenvolvimento adotado teve por base a superexploração da força de trabalho e, ainda, a instabilidade do trabalhador frente à mecanização agrícola que atinge somente determinadas etapas do processo produtivo.

<sup>2</sup> D’INCAO, M.C.; BOTELHO, M.R. Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no estado de São Paulo. In: SADER, E. (Org.) *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

Este modelo se evidencia nas condições de vida e de trabalho dos assalariados temporários. Constituindo-se a mão de obra fundamental durante os períodos de colheita das principais culturas paulistas, estes trabalhadores “sem especialização” veem-se na contingência de aceitar qualquer trabalho durante a entressafra. Trabalhando no campo na base da produção que efetivam durante certas épocas do ano, concentram-se nas cidades de pequeno porte, verdadeiras “cidades-dormitórios”, onde não encontram sequer a infraestrutura básica: o esgoto corre pelas ruas, a assistência médica é deficitária, não existem creches, entre outras carências.

### Sindicalismo rural e o despertar das “cidades-dormitórios”

Quando paramos para observar o movimento sindical dos trabalhadores rurais em São Paulo, em sua historicidade, constatamos que o sindicalismo paulista nasceu de duas vertentes que disputavam o espaço institucional legal: de um lado, a Igreja conservadora que atuava através dos círculos operários, fundando sindicatos e formando lideranças; de outro, o PCB (Partido Comunista Brasileiro), com orientação própria, fundando inicialmente as associações ou uniões de trabalhadores na agricultura e posteriormente, sindicatos. O golpe de março de 1964 representou, neste contexto específico, a vitória das forças conservadoras, quando muitos militantes foram presos ou deixaram suas bases sindicais, possibilitando, nos anos subsequentes, a intervenção nos sindicatos mais voltados às questões trabalhistas. Isto resultou na cristalização de um sindicalismo burocratizado, conservador, sem representatividade e assistencialista.

Paralelamente a esses processos, os trabalhadores temporários da agricultura paulista percorriam um longo e tortuoso caminho, vendo-se obrigados a abandonar as esperanças de um trabalho na cidade pela dura realidade do trabalho temporário na agricultura. Estes trabalhadores foram, pouco a pouco, formando um código de luta comum e estabelecendo suas próprias estratégias de luta: primeiro, pequenas paradas de turma em que o inimigo principal era o gato, mediador das relações entre a usina e os boias-frias; com o passar do tempo, pelo próprio avanço das relações de trabalho na agroindústria canavieira, paradas das frentes de trabalho.

No início dos anos 1980, certas transformações marcam o movimento sindical dos trabalhadores rurais. O dirigente Elia Neves – que se elege presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara e integra, mais tarde, a diretoria da Fetaesp (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo) –, seguindo orientação do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, procura desenvolver um trabalho mais próximo ao boia-fria. O movimento sindical dos trabalhadores rurais procura estabelecer relações com os trabalhadores temporários paulistas. Anteriormente, a elaboração das pautas de reivindicações dos trabalhadores temporários – sem a participação destes – era feita por técnicos ligados à Fetaesp. Neste momento, porém, procurou-se elaborar uma pauta de reivindicações mais colada nas necessidades imediatas dos trabalhadores (segurança no transporte, eliminação do gato etc.), utilizando como estratégia a realização de assembleias. Por mais criticável que seja, esta foi a primeira tentativa de aproximação entre o movimento sindical dos trabalhadores rurais e o movimento social que eclodira.

Dentro deste contexto, vamos encontrar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que iniciou seus trabalhos na região em 1979. Muito embora enfrentando problemas de falta de pessoal e infraestrutura, a CPT desenvolveu um papel significativo, promovendo encontros, cursos e assembleias.

Em maio de 1984, a insatisfação dos boias-frias atinge seu limite máximo em Guariba, cidade-dormitório, que ganhou destaque dado o grau de violência com que explode (1 morto, 33 feridos a bala, prédios destruídos e vários veículos incendiados). A organização desses trabalhadores – uma das características do movimento – deu-se fora do sindicato, não obstante os esforços do movimento sindical dos trabalhadores rurais e da CPT para canalizá-lo para dentro do sindicato.

É a partir desse momento que começa a se tornar claro para os trabalhadores temporários na agricultura o papel do sindicato como único canal legal de organização e participação para as questões trabalhistas.

Surpreendidos novamente em janeiro de 1985, no período da entressafra da cana-de-açúcar, quando algumas cidades-dormitórios entram em greve contra o desemprego, questionando desta maneira a forma específica de desenvolvimento do capitalismo no campo, usineiros e Estado viram-se mais uma

vez obrigados a responder a essa pressão. A greve não possuía apenas o caráter de paralisação da produção, mas também de criação de um acontecimento social, em que se denunciavam as condições de vida e trabalho da categoria.

Os acontecimentos de maio de 1985, por sua vez, foram decisivos para o desenrolar do movimento. Nesta ocasião, segundo Vera Lúcia Botta Ferrante, além das reivindicações salariais, contaram principalmente aquelas que implicavam na conquista de um “certo nível de controle da produção”, tais como: alteração na forma de pagamento (de tonelada por metro), comprovante diário de produção, assim como pagamento em envelope com o total da produção em metros. Uma repressão violentíssima ocorreu este ano e foi amplamente divulgada pela imprensa. Este contexto justificou para a Fetaesp a necessidade da assinatura de um acordo com os patrões como forma de deter a violência. Mesmo contestado por lideranças sindicais, este acordo tornou-se o início de uma outra fase para o movimento dos trabalhadores de cana da região.

### 1988: evidenciam-se os impasses

Os movimentos grevistas que eclodiram a partir de 1984 provocaram profundas transformações no sindicalismo de

trabalhadores rurais. Percebe-se que, como canal de expressão e participação, os trabalhadores buscaram fundamentalmente os sindicatos, seja através da formação de novos sindicatos ou da renovação das diretorias antigas, comprometidas com o sindicalismo burocrático e assistencialista.

Se as mobilizações do ano de 1984 tiveram como desfechos acordos isolados, a partir de 1985 a federação se encarrega de coordenar as mobilizações e estabelecer acordo válido para todo o Estado de São Paulo.

Na prática, isto significou o afastamento das “comissões de negociação composta por trabalhadores”, cabendo a estes apenas a participação em piquetes e nas assembleias de deflagração de greve e aprovação do acordo, aumentando desta forma a possibilidade de manipulação dos trabalhadores.

Uma greve regional, como ocorreu em 1987, sem dúvida exerce uma pressão muito maior sobre o patronato da região; porém, como a negociação ocorre em nível estadual, e a maioria do patronato não tem suas unidades produtivas paradas, o avanço das conquistas se vê emperrado. Basta comparar para perceber que os acordos coletivos firmados em nível estadual em 1986 (ano de greves isoladas) e em 1987

## Movimento sindical e mecanização do corte de cana em São Paulo

Nos dias 25 e 26 de agosto de 1988, um grupo de 40 pessoas reuniu-se em Sertãozinho, Estado de São Paulo, para uma discussão inédita no movimento sindical rural brasileiro: os impactos da mecanização do corte de cana sobre os trabalhadores e sua organização sindical. O “Seminário Intersindical sobre Mecanização do Corte de Cana” reuniu dirigentes de STRs da região de Ribeirão Preto (SP), professores universitários e assessores do Dieese, FASE, Partido dos Trabalhadores e de algumas secretarias municipais de trabalho de prefeituras da área.

Quais são os impactos da mecanização do corte de cana sobre os trabalhadores e sua organização sindical? O relatório final do seminário aponta para três consequências principais:

- Redução do poder de barganha dos trabalhadores junto às grandes usinas no momento das greves;
- Acirramento das contradições já existentes entre grandes usinas, mais capitalizadas e com mais condições de mecanizar o corte/ e as pequenas usinas e fornecedores de cana; e
- A necessidade de ampliar o movimento para os demais trabalhadores assalariados do campo, não representados pelo movimento sindical de trabalhadores rurais, tais como tratoristas, motoristas e mecânicos, que com a mecanização assume um papel mais importante.

Discutindo esses três itens, as conclusões do seminário alertam para a importância de refletir sobre a questão, na medida em que são as grandes usinas que têm maior peso na hora das negociações salariais. Além disso, as contradições entre os patrões não podem deixar de ser levadas em conta pelos movimentos dos trabalhadores. Por último, foi destacada a questão de se colocar no centro da reflexão a necessidade ou não dos sindicatos representarem o conjunto dos assalariados da agricultura.

Novas questões estão sendo colocadas para os dirigentes sindicais. A colhedeira aumentou o desemprego, o que não pôde ser dimensionado com precisão até o momento; a mecanização permite aos usineiros fazer uma maior seleção de pessoal, para a qual conta positivamente o rendimento no trabalho e negativamente a participação sindical do trabalhador; a mecanização do corte permite ainda que as usinas continuem operando mesmo com greve dos cortadores de cana, aumentando o poder de barganha dos patrões.

Para enfrentar a nova realidade, um dos principais eixos de ação sindical ressaltado foi a necessidade de trabalhar as demais categorias envolvidas com as usinas e destilarias: os sindicatos de alimentação e dos químicos. O relatório final destaca ainda a necessidade de o movimento pensar alternativas que deixem os trabalhadores mais fortes.

(ano em que 130 mil trabalhadores estiveram paralisados) são iguais no que se refere tanto às cláusulas sociais como econômicas.

É verdade que os acordos isolados firmados em 1986 avançam em conquistas por unidade de produção, sempre diretamente ligadas ao processo de trabalho, tais como montes de cana mais próximos, o corte do ponteiro da cana podendo ser realizado após esta ter sido amontoada ou até mesmo a conquista do pagamento da cana por metro linear. Porém, essas conquistas pontuais dificilmente são mantidas de um ano para outro.

A campanha salarial de 1988 pode ser tomada como exemplo sintetizador dos impasses hoje presentes no movimento.

De fato, todo o processo de unificação da pauta de reivindicações (sub-regional, regional e estadual) foi marcado por um clima tenso de cisão entre o grupo regional de Ribeirão Preto/Araraquara e o restante da Fetaesp, que compreende, em todo o estado de São Paulo, um total de sete grupos regionais, sendo que a cada diretor executivo desta é dada a responsabilidade pela coordenação e dinamização de um grupo regional.

Juntando os grupos regionais de Araraquara e Ribeirão Preto, somam-se aproximadamente 50 STRs (sindicatos de trabalhadores rurais). A coordenação do grupo regional de Araraquara, que exerce uma hegemonia no interior destes dois grupos, promoveu três encontros por setor para unificação da pauta de reivindicações: em Barrinha, Catanduva e Jaú. Estes encontros tiraram cada um, respectivamente, sua pauta de reivindicações, tendo em vista que cada STR traria a sua própria pauta e aí se fariam as discussões. O encontro que se realizou em Barrinha foi o que serviu, de fato, como linha mestra para os demais encontros por ter trazido as melhores propostas do ponto de vista econômico-social, como também do ponto de vista político-organizativo.

Com a junção dos grupos regionais de Araraquara e Ribeirão Preto, foi realizado um encontro em Sertãozinho para a unificação da pauta de reivindicações. Neste contexto, pelo fato de as propostas de Jaboticabal (aprovadas no encontro de Barrinha) serem as melhores e pelo fato da maior presença de trabalhadores dos STRs participantes deste, não foi nada difícil passar as propostas dentro do encontro.

O fórum que legitimou a unificação da pauta de reivindicações a serem encaminhadas à classe patronal foi a assembleia da Fetaesp, em Agudos, marcada por uma forte disputa entre os setores ultrapelegos do movimento sindical rural paulista e o grupo regional de Araraquara/Ribeirão Preto, apoiado por mais alguns STRs com presença na CUT (Central Única dos Trabalhadores) e alguns independentes.

Posteriormente, muito poucos foram os STRs que realmente se mobilizaram para a criação de canais efetivos de pressão sobre

a classe patronal e o governo. Os poucos, sindicatos que se propuseram a mobilizar a categoria não conseguiram muito êxito.

Percebe-se aí a fragilidade do movimento sindical dos trabalhadores rurais – amarrado, sem criatividade, limitando-se a assembleias em grande parte vazias. Soma-se a isso a estratégia patronal de ludibriar os trabalhadores, tentando convencê-los das vantagens da sua contraproposta e utilizando-se, para tal fim, de panfletagens e assembleias nas roças.

É importante destacar também que o processo de mecanização no corte da cana, já bastante desenvolvido em algumas das principais unidades de produção, oferecia uma boa retaguarda à classe patronal. Este novo elemento pega desprevenidas as lideranças sindicais que, sem conhecimento de causa, ficam imobilizadas. A mecanização do corte de cana seria, posteriormente, tema de um seminário promovido pelos grupos regionais de Araraquara e Ribeirão Preto, em agosto de 1988, objetivando suprir a carência de conhecimento desse processo (ver box). Os desdobramentos desse seminário conduzem à elaboração de uma proposta de grande importância histórica na luta dos assalariados rurais, ou seja, uma proposta de reestruturação sindical, de que trataremos adiante.

Como se não bastasse isso, a cisão dentro da Fetaesp fez com que sua direção, na quase totalidade, se mostrasse pouco disposta a inverter o quadro negativo a que os assalariados rurais estavam submetidos, não se empenhando em conseguir uma boa negociação para os cortadores de cana. A assinatura de um “Termo de Compromisso” entre as partes significou um forte retrocesso, tanto no que se refere à questão socioeconômica, em que não se avançou sequer uma vírgula ao acordo de 1987, como sobre a questão jurídico-política – o processo em julgamento no TRT, sem previsão de término, e sem uma estratégia definida de pressão junto a patrões e governo, provocou um refluxo do movimento sindical.

### Uma nova estruturação sindical

O seminário promovido pelos grupos regionais de Araraquara e Ribeirão Preto, para discutir a questão da mecanização do corte de cana, trouxe também como saldo uma avaliação profunda de toda a estrutura sindical. Só é possível ao movimento sindical oferecer respostas ao processo de mecanização englobando, numa luta articulada, todos os trabalhadores, incluindo tratoristas, condutores de veículos, operadores de máquinas, que, em geral, pertencem a sindicatos de práticas bastante atrasadas.

Além disso, outros fatores contribuíram decisivamente para que as lideranças sindicais apostassem numa nova estruturação sindical:

a) A cisão dentro da diretoria da Fetaesp se aprofunda em 1987, quando em setembro, data-base dos assalariados do

Estado de São Paulo (excetuando-se cortadores de cana e os apanhadores de laranja), o acordo coletivo de trabalho firmado pela entidade, mas só assinado pelo seu presidente, era contrário em forma e conteúdo às práticas desenvolvidas na região de Ribeirão Preto.

Em nível de forma, o acordo firmado se caracterizava por ser um acordo “por cima”, sem discussão com os sindicatos e muito menos com os trabalhadores, contrariando a prática das campanhas salariais da região, onde se busca uma mobilização e uma pauta colada nas reivindicações imediatas.

Em nível de conteúdo, além de ignorar alguns direitos trabalhistas conquistados em anos anteriores, o piso salarial estabelecido era inferior ao efetivamente pago na região, uma vez que os movimentos grevistas atuaram no sentido de aumentar os salários.

O fato da diretoria da Fetaesp ser composta basicamente por pequenos produtores (que apoiaram os encaminhamentos dados em setembro de 1987) reforçou o clima de desmembramento por parte dos STRs predominantemente de assalariados;

b) A campanha salarial de 1988 dos canavieiros foi também marcada pelos embates internos da Fetaesp. Sem apoio da federação até mesmo para confecção de panfletos para mobilização de trabalhadores, no momento de unificação da pauta, a cisão se evidenciou: por um lado a ala conservadora da Fetaesp mobilizou todos os sindicatos sob sua influência, na grande maioria de pequenos produtores, para se contraporem ao grupo de Araraquara e Ribeirão Preto, que em sua grande parte são exclusivamente de assalariados.

O Sindicato dos Empregados Rurais, ao incorporar um estatuto que contempla também tratoristas, condutores de veículos e operadores de máquinas agrícolas, busca preencher um espaço não ocupado pelos STRs e de fundamental importância para a mobilização dos assalariados rurais.

Destaquem-se, além disso, as grandes conquistas introduzidas no estatuto do Sindicato dos Empregados Rurais no que se refere a mudanças estruturais. Buscando o avanço organizativo e a democratização nas decisões, o sindicato prevê a organização por local de trabalho, criando as seções sindicais, que poderão ser turmas de caminhão. Cada seção

sindical, ao se constituir, elegerá um representante que fará parte do conselho deliberativo, instância superior à diretoria executiva e subordinada somente à assembleia. Este conselho, à medida que as seções sindicais forem criadas, poderá transformar-se numa instância cada vez mais representativa e definidora dos rumos do sindicato.

A proposta dessa nova instância de decisão dentro do sindicato, conselho deliberativo, que se contrapõe à velha estrutura dos STRs onde o presidente e a diretoria concentram poderes e decidem sobre tudo, levou diretores de vários sindicatos, que não aceitam abrir mão de suas prerrogativas, a desistirem de participar da reestruturação sindical desenvolvida na região de Araraquara/Ribeirão Preto.

A urgência de reestruturção sindical, contudo, impeliu os dirigentes sindicais mais atuantes a levarem em frente o projeto. Convocada pelos STRs de Pitangueiras, Barrinha e Cravinhos, já que haviam decidido em assembleia a transformação do sindicato e aprovação do novo estatuto, com registro em cartório, além da desfiliação da Fetaesp, realizou-se em Jaboticabal, no dia 16 de abril de 1989, a assembleia de fundação da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), com a presença expressiva de mais de 400 trabalhadores representando mais de uma dezena de sindicatos. Esta assembleia aprovou, ao mesmo tempo, a pauta unificada de reivindicações dos trabalhadores da cana.

“

**Só é possível ao movimento sindical oferecer respostas ao processo de mecanização englobando, numa luta articulada, todos os trabalhadores, incluindo tratoristas, condutores de veículos, operadores de máquinas, que, em geral, pertencem a sindicatos de práticas bastante atrasadas.**

Há que se anotar a rapidez do processo de reestruturação sindical e implantação da Feraesp, o que veio a limitar a participação mais abrangente das bases sindicais nas discussões. Isto se deve, em grande parte, à necessidade de se criar uma situação de fato – a existência dos SERs (sindicatos dos empregados rurais) e da federação respectiva – tendo em vista garantir a direção das negociações dos trabalhadores da cana, com data-base em 1º de maio.

### A intervenção educativa da FASE/Jaboticabal

É dentro deste contexto complexo e dinâmico que a equipe FASE/Jaboticabal vem buscando maior clareza na definição de uma intervenção educativa que lhe possibilite, através do acúmulo de experiências no campo organizativo-formativo dos sindicatos e no espaço das ações articuladas e encaminhamentos gerados pelo movimento sindical, contribuir efetivamente na construção de um sindicalismo mais combativo, democrático e classista.

Chegando na região de Ribeirão Preto nos primeiros meses do ano de 1987, a equipe propôs-se como tarefa imediata realizar um amplo levantamento da realidade regional para entender o processo de modernização no campo, implantado pela agroindústria sucroalcooleira, e as tentativas de respostas por parte do movimento dos trabalhadores rurais assalariados. Foram meses de estudos e discussões internas, contatos frequentes com dirigentes sindicais e trabalhadores que, aos poucos, abriram espaços de aproximação e aceitação da equipe junto aos STRs da região e, através destes, de participação em encontros em assembleias da Fetaesp.

Entre os avanços e os limites do movimento sindical dos trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto, há que se ressaltar alguns saldos positivos. Um deles foi o esforço de aproximação entre o movimento sindical e o movimento social, numa tentativa de analisar e acumular as lutas dos trabalhadores para dentro do sindicato. A despeito dos avanços, contudo, é também verdade que os desafios hoje colocados se revelam qualitativamente diferentes.

Nos últimos anos, foram fundados 9 sindicatos de trabalhadores rurais, aumentando para 32 seu número na região. Dos 23 que já existiam, 11 tiveram oposições sindicais, sendo que em 5 estas saíram vitoriosas. Contudo, muito embora este quadro indique o esforço de participação e mudança no movimento dos trabalhadores rurais, a sua organicidade é ainda muito débil. Dos sindicatos constituídos na década de 1980, os de Dobrada, São Joaquim da Barra, Monte Azul Paulista e Miguelópolis apresentam sérias limitações, dada a sua pequena base sindical, em face do poder econômico que os cerca. O STR de Taquaritinga, cooptado pelo patronato, procura esvaziar a luta dos canavieiros em momentos de organização coletiva, desarticulando se da campanha salarial unificada. O STR de Guariba, conhecido demais pela sua liderança “combativa”, tornou-se presa, em fins de 1985, da ala malufista do PDS (Partido Democrático Social) em troca de benesses sociais.

O surgimento de novas lideranças, que se destacaram nas lutas concretas e, em muitos casos, se tornaram direções sindicais através da criação de novos sindicatos ou da criação de oposições sindicais, trouxe avanços e mudanças. Percebe-se, contudo, que a articulação entre estas e outras lideranças na busca de propostas de organização dos assalariados rurais não tem, em geral, revertido numa participação mais permanente das bases sindicais.

As mobilizações expressivas que o movimento sindical vem conseguindo nas campanhas salariais dos últimos anos deixam entrever o potencial de pressão dos trabalhadores rurais na sua luta por melhores condições de vida e trabalho. Os usineiros, de outro lado, respondem através de expedientes incorporadores de tecnologia. Tudo indica que, com o avanço das mobilizações dos assalariados rurais após 1984, os usineiros passaram a investir mais na mecanização do corte

da cana, até então vista como antieconômica. Como forma de reduzir os prejuízos advindos de eventuais paralisações de trabalhadores, toda uma infraestrutura foi montada para melhorar o desempenho da mecanização. Com isso, as próprias usinas já reconhecem que vem diminuindo o número de trabalhadores volantes durante as safras. Parece que as usinas, desta maneira, pretendem manter um número estável de trabalhadores durante o ano inteiro, “atendendo” (de maneira perversa, porque assim poupa-se e segmenta-se ainda mais a mão de obra, dificultando sua organização política) uma antiga reivindicação do movimento sindical: o contrato anual de trabalho.

Dentro deste quadro de luta e enfrentamento de classes, os dirigentes sindicais da região tomaram a iniciativa de reestruturação sindical, valendo-se da maior autonomia conquistada pelos trabalhadores na nova Constituição. O fracasso da campanha salarial de 1988 apontou para os limites do movimento e para a necessidade de mudanças. Assim, ao propor e fundar os sindicatos dos empregados rurais e a nova federação, o movimento sindical busca criar as condições para a emergência de um sindicalismo mais dinâmico e participativo, além de mais adequado para enfrentar os desafios presentes de unificação das lutas dos trabalhadores. Englobando-se num só sindicato todos os empregados rurais, inclusive tratoristas, operadores de máquinas, entre outros trabalhadores, apresenta-se uma resposta às práticas patronais de segmentação cada vez maior dos trabalhadores.

Como se percebe, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, ou melhor agora, dos empregados rurais, demonstrou ter visão e iniciativa. Cabe-lhe ainda como tarefa urgente consolidar o novo sindicato, tendo de superar, para isso, alguns desafios importantes:

**a)** A base sindical não se ajusta à realidade vivenciada pelos trabalhadores, pois estes moram no limite de um determinado município e possuem (quando possuem) vínculo empregatício em outros, criando problemas de representação sindical.

**b)** A prática de mobilização por local de moradia apresenta-se eficaz nos momentos de lutas conjuntas dos trabalhadores de diversas usinas, mas, em lutas específicas contra uma determinada unidade produtiva, principalmente para o cumprimento do acordo, tem-se mostrado frágil, dada a variedade de cidades (e conseqüentemente diferentes sindicatos) de onde provêm os trabalhadores.

**c)** O baixo índice de sindicalização, aliado à ausência de uma participação mais efetiva e permanente de um número significativo de trabalhadores no sindicato, torna-o vulnerável a direções mais assistencialistas e acomodadas.

**d)** A grande carência de recursos financeiros impossibilita ao sindicato a liberação de mais de um ou dois diretores. Esta situação faz com que, muitas vezes, as decisões se concentrem



demasiadamente no presidente, limitando a própria capacitação de seus companheiros de diretoria no exercício de suas funções e dificultando uma direção mais elogiada e representativa.

e) O pequeno número de quadros de lideranças mais comprometidas com o fortalecimento do sindicato faz-se sentir na quase total ausência de formas organizativas atuantes e duradouras. Ao propor a constituição de seções sindicais – a organização por local de trabalho – os sindicatos terão de levar em conta essa limitação e investir muito na sua superação.

Como a FASE no seu papel de entidade a serviço da educação popular pode contribuir com o movimento sindical dos empregados rurais na superação dos muitos desafios com que este se depara para se estruturar e conseguir avanços mais significativos na organização e luta dos trabalhadores?

Se, num primeiro momento, foi importante que a equipe acompanhasse todas as articulações no âmbito do movimento (no grupo sub-regional, no grupo regional, no Departamento Rural da CUT, na tentativa de articular “grupos de interesse”, isto é, trabalhadores de diversos sindicatos empregados numa mesma unidade de produção) para adquirir uma visão global do mesmo, hoje torna-se necessário qualificar a forma de sua intervenção educativa, minimizando os riscos de uma ação dispersiva.

A opção pelos sindicatos de Pitangueiras, Bebedouro e Barrinha surgiu como resposta à necessidade de um trabalho mais direto que possa contribuir efetivamente na construção de um sindicalismo mais participativo e estruturado. Além de acompanhar as direções desses sindicatos num processo cumulativo de formação e capacitação, tendo em vista o papel importante que os dirigentes detêm na efetivação de formas organizativas mais permanentes de participação e mobilização dos trabalhadores, a equipe propôs-se a apoiar as iniciativas nascidas nesses SERs de nucleação de trabalhadores nas bases. O trabalho educativo sistemático junto a alguns destes núcleos irá, sem dúvida, fortalecer a organização incipiente e significar um acúmulo de experiências para a implantação das formas organizativas previstas na nova estrutura sindical.

A participação ativa da equipe nas discussões que conduziram às recentes mudanças dentro do movimento sindical, com a criação dos sindicatos dos empregados rurais e da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, aponta para a necessidade de uma definição mais precisa

de sua atuação ao nível mais abrangente das articulações, tendo em vista, entre outras coisas, garantir e ampliar os espaços organizativos e assegurar uma representatividade crescente nas várias instâncias do movimento. A articulação dos sindicatos cutistas com os sindicatos mais atuantes poderá trazer resultados significativos na consolidação das propostas atualmente presentes no movimento de uma organização mais participativa e combativa dos sindicatos. [P]



## Vale do Guaporé: política agrícola na fronteira<sup>1</sup>

Região com permanente fluxo de interesses contraditórios e graves problemas sociais revelou necessidade de ação mais permanente e consistente

Ricardo Tavares – ex-assessor da FASE;  
Carmela Pezzuti, Claudia Maria Calorio,  
Vicente José Puhl e Murilo Pinto da Silva (in memoriam)  
– ex-técnicos da equipe FASE/Guaporé

O Vale do Guaporé é uma região de fronteira. Em duplo sentido: fronteira da expansão capitalista e fronteira territorial, próximo à divisa do Brasil com a Bolívia, no Mato Grosso (MT). O rio Guaporé é quem o baliza e define o sentido geográfico da microrregião.

Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade são dois municípios da microrregião Alto-Guaporé-Jauru onde se desenvolve o trabalho educativo da equipe da FASE. Estão a cerca de 420 quilômetros de Cuiabá, capital do Mato Grosso. Moram atualmente no Vale cerca de 100 mil pessoas, mais da metade na zona rural.

É uma região de extrema concentração de terras, marcada por conflitos fundiários, com tudo aquilo que geralmente vem associado a eles no Brasil: mortes, tocaia, repressão policial e milícias privadas formadas por jagunços.

No início da década de 1970, no município de Pontes e Lacerda, ocorreram violentos conflitos entre jagunços e posseiros, na Gleba Testolin. Tropas do Exército intervieram. É dessa época também o genocídio dos índios Nhambikwara, quando as grandes fazendas do Vale do Guaporé se instalaram com ajuda de incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Esses conflitos se tornam compreensíveis a partir de dois dados fundamentais. Em primeiro lugar, a fertilidade do solo da região. É terra muito boa, que atrai tanto latifundiários quanto camponeses expulsos de várias outras regiões do estado e do país. Em segundo lugar, a abertura da estrada BR-364 (Cuiabá – Porto Velho) – cujo traçado chegou a ser alterado pelos fazendeiros para beneficiá-los na ocupação da região – facilitou o acesso, ao cruzar a área.

<sup>1</sup> Este artigo foi construído a partir de documentos da equipe FASE/Guaporé e do Movimento Lavradores Unidos.

Originalmente publicado em  
Proposta n.º 44,  
maio de 1990, pp. 33-37



É preciso acrescentar mais alguns dados, entretanto, para entender os conflitos. O estado do Mato Grosso possui oficialmente 74,85% de sua superfície “titulada”. As aspás são necessárias porque os processos de titulação de terras são muito duvidosos e é grande a superposição de títulos, fator que frequentemente envolve conflitos. O potencial de terras devolutas, no entanto, não é desprezível. Equivalem a duas vezes a extensão do Rio Grande do Norte ou da Paraíba, ou a três vezes os estados do Espírito Santo ou Rio de Janeiro. A situação do Vale do Guaporé não se distingue neste sentido da existente em todo o estado do Mato Grosso.

### Os educadores e o campesinato

A equipe que trabalha atualmente nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda (quatro técnicos) tem sua origem na Associação de Solidariedade às Comunidades Carentes de Mato Grosso, que no início da década de 1980 trabalhava na periferia de Cuiabá e, posteriormente, passou a desenvolver também trabalhos na zona rural. Apenas um dos técnicos se incorporou mais tarde, em 1987, ao grupo.

O trabalho rural era desenvolvido em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso (CPT-MT). Eram desenvolvidos miniprojetos com duração nunca superior a nove meses. A opção por trabalhar nesses dois municípios se deu a partir da percepção de que o Vale do Guaporé era uma região de fronteira agrícola, com um permanente fluxo de interesses contraditórios e graves problemas

sociais. A experiência dos primeiros anos, contudo, revelou a necessidade de uma ação mais permanente e consistente. Daí, os técnicos decidiram discutir uma proposta de trabalho com a FASE e se incorporaram à entidade.

Uma das principais constatações que estimulou a equipe a optar pelo trabalho na região e buscar organizar uma intervenção mais permanente foi a de que existe ali um espaço para a produção camponesa singular dentro do Estado do Mato Grosso. Mesmo sem a titulação da terra assegurada, um número expressivo de posseiros luta pela sobrevivência e procura um espaço de inserção social como pequenos produtores.

A maioria dos trabalhadores rurais da região do Vale do Guaporé é constituída por posseiros. Eles são oriundos dos estados do Sudeste (Minas Gerais e São Paulo) e do Nordeste (principalmente Ceará, Sergipe e Alagoas). São trabalhadores que migraram na perspectiva de obtenção da terra. Normalmente, tiveram antes passagem pelo Paraná, onde cultivavam café e algodão. Posteriormente passaram pelo Mato Grosso do Sul e, atraídos pela promessa de terra disponível para compra a preço baixo (ou mesmo de reforma agrária), chegaram ao Vale do Guaporé.

Estes grandes fluxos de migração se dão a partir do início da década de 1970 e se intensificam na década de 1980, continuando ainda hoje. A predominância na região é de posseiros inseridos em diferentes processos de acesso à terra.

No processo de ocupação das terras há diferentes móveis no interior do campesinato, que constituem inclusive importantes indicadores sobre sua diferenciação interna.

Os “desbravadores” são grupos minoritários que se aglutinaram em torno da ocupação de terras improdutivas e que hoje estão praticamente extintos. Ocupavam a terra, dividiam os lotes e vendiam parte deles, para promover uma capitalização inicial. Há também casos de venda total da área ocupada. Recebiam apoio de políticos e comerciantes locais, muitas vezes.

Esse tipo de ação motivou acusações das autoridades governamentais e de setores patronais, que denunciavam a “indústria da ocupação”. Estes grupos praticamente desapareceram em função da maior disposição à permanência na área, à diminuição das terras não tituladas e, também, à forte repressão (oficial ou não) que dizimou muitos deles.

Outros grupos de posseiros são conhecidos como “compradores”. De maior peso na região, eles compram direitos de posse em localidades mais ou menos afastadas, a baixo custo, usando para isso suas economias. Visam estabilizar-se na área, especulando menos com a terra. O grande problema é a descapitalização, pois o pouco que possuem investem na compra da terra. Muitas vezes se sujeitam a vender a terra obtida para latifundiários, por não ter como tocar o trabalho.

Embora predominem os posseiros, há também na região arrendatários e assalariados. Por ter na pecuária, atividade que utiliza pouca mão de obra, uma de suas explorações principais, o Vale do Guaporé não abriga uma quantidade expressiva de assalariados. Os poucos assalariados são submetidos à mais brutal exploração, às vezes até mesmo a trabalho análogo à escravidão nas fazendas de pecuária. Uma usina de álcool instalada em Vila Bela, a Alcomat, criou exclusivamente em tomo de si uma zona de assalariados muito pequena.

Existe ainda um grupo de meeiros. São lavradores vindos nos fluxos de migração, que ainda não conseguiram recursos para comprar uma posse.

A intervenção educativa da equipe tem privilegiado os posseiros, especialmente o grupo que adquire terra com recursos próprios e mostra maior disposição à permanência na terra. A possibilidade de desenvolvimento de uma produção autônoma pelos posseiros, no entanto, esbarra na tendência geral do capitalismo no campo, ou seja, uma política agrária e agrícola refratárias à pequena produção.

### A região

Para se visualizar o cenário onde essa produção camponesa tem a possibilidade social de realização na fronteira agrícola brasileira é preciso indicar quais são os atores que se movimentam em torno.

O latifúndio pecuarista é a exploração econômica predominante na região. Caracterizou-se nas décadas de 1970 e 1980 pela maciça utilização da violência, como já dissemos. Nos dois últimos anos, entretanto, essa violência vem se reduzindo. O último conflito armado data de 1986. Mas a questão fundiária continua irresolúvel: a maioria dos posseiros ainda não possui títulos que legalizem a ocupação da terra e, em meados de 1988, o Incra distribuiu títulos de terras para latifundiários.

Uma das formas alternativas do latifúndio tem sido a compra de lotes de posseiros descapitalizados. O apoio da repressão oficial diminuiu um pouco. O governo do estado, apesar de ter baixado um decreto proibindo a intervenção da PM em conflitos de terra, a partir de pressões generalizadas a nível local, nacional e internacional, continua se fazendo presente nesses casos, ainda que de forma mais discreta.

O segundo grande interesse capitalista existente na região é o capital agroindustrial, presente a partir da entrada de agroindústrias voltadas à produção, processamento e comercialização de algodão. A primeira iniciativa destas empresas foi investir em produção própria em grandes fazendas, mas em seguida buscaram a integração da produção de algodão por pequenos produtores.

Nesta medida, acreditamos que o interesse do capital agroindustrial na região se contrapõe, de certa forma, aos interesses do latifúndio pecuarista, tendo em conta que a forma de exploração buscada tem sido a produção integrada, que pressupõe basear-se na pequena produção (contraditória pois com interesses do latifúndio pecuarista).

O capital comercial tem origem local. São os “marreteiros” que visam a compra da pequena produção de banana, milho, feijão e arroz. Não se observa tendência a financiamento da produção; é compra pura e simples.

O extrativismo é outra forma de exploração capitalista presente no Vale do Guaporé. É pouca a madeira beneficiada na região. A extração é enviada para Cuiabá e estados do Sul. Firms exploradoras de borracha também estão se implantando na região, mas ainda não chegaram à fase de produção.

Outra situação que vale assinalar é o potencial de exploração mineral da região. Um exemplo: no município de Araputanga, vizinho a Jauru, já se encontra instalada a mineradora Manaita/BP, sociedade do grupo Roberto Marinho com a British Petroleum. Só em 1988 retiraram 1,5 tonelada de ouro.

Outro dado interessante é que 75% das áreas do Vale utilizadas para mineração estão nas mãos de grupos multinacionais, e que só em Pontes e Lacerda já existem cerca de 4 mil garimpeiros.

A presença do Estado é um ponto extremamente relevante, tanto pelas características de sua presença quanto pela sua ausência. A região do Vale do Guaporé tem sido um chamariz tanto para o latifúndio quanto para os lavradores. Tradicionalmente, a presença do Estado tem sido marcada pelo favoritismo em relação aos interesses do latifúndio. A intervenção da Polícia Militar foi uma constante, até 1987, quando esta prática foi atenuada. Naquele momento, no entanto, noticiou-se que cerca de 40% dos policiais trocaram seu emprego na PM pelas milícias dos latifundiários.

Os escritórios da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) mobilizam três técnicos em Pontes e Lacerda e um em Vila Bela, mas sua atuação não é muito eficaz. Criam associações sem critério e estes organismos usualmente passam a ser controlados por fazendeiros e políticos. O acompanhamento do Crédito Rural faz com que o trabalho

desses técnicos se volte para os grandes proprietários, pois os posseiros, sem títulos de terra, estão completamente à margem do financiamento público.

O estímulo ao associativismo parece ser orientação oficial. Inúmeras agências têm atuado neste sentido: LBA (Legião Brasileira de Assistência), Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), Procerá (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), Fundec (Fundação de Apoio à Escola Técnica) etc. O clientelismo político e eleitoral é componente básico nessas iniciativas.

O Banco Mundial é outro ator econômico que intervém na área. Financiamentos do Bird, repassados ao governo federal, sustentam o Polonoroeste, projeto de grande porte. Vila Bela e Pontes e Lacerda são dois dos 16 municípios abarcados pelo Polonoroeste.

“

**existe ali um espaço para a produção camponesa singular dentro do Estado do Mato Grosso. Mesmo sem a titulação da terra assegurada, um número expressivo de posseiros luta pela sobrevivência e procura um espaço de inserção social como pequenos produtores.**

Os objetivos do Polonoroeste, segundo o discurso oficial, eram em princípio contribuir para a melhoria das condições de vida da população carente. Previa-se inicialmente o assentamento de 17 mil famílias, através de projetos de colonização. Posteriormente, este número caiu para 5 mil famílias e, em meados dos anos 1980, os executores do projeto e o Banco Mundial decidiram eliminar a previsão de assentamentos. O Vale do Guaporé é, assim, uma região sem assentamentos dirigidos.

Mais recentemente, o Banco Mundial suspendeu o financiamento ao Polonoroeste, a partir de pressões de organizações internacionais de defesa da ecologia e dos índios, e determinou a realização de um zoneamento agroecológico da região.

O governo brasileiro, no entanto, continua perseguindo a liberação de um empréstimo de US\$ 167 milhões, para desdobramento da primeira fase do financiamento. Em janeiro deste ano, ocorreu mais uma rodada de negociações entre técnicos do Banco Mundial e do governo.

A ferrovia Leste-Oeste, empreendimento estatal e privado, cortará o Vale quando estiver pronto, dentro de alguns anos, o trecho ligando Cuiabá a Porto Velho, na segunda etapa de sua construção. A primeira etapa ligará Uberlândia (MG) a Santa Fé (SP) e estará pronta em três anos. A segunda etapa terá dois braços: Cuiabá – Santarém e Cuiabá – Porto Velho, quando então passará pelo Vale do Guaporé. O principal mentor desta ferrovia é o empresário Olacir de Moraes (“o maior produtor de soja do mundo”), grande latifundiário naquela região, que também começa a plantar algodão em larga escala.

Outro aspecto estratégico importante a ser ressaltado é a construção da estrada ligando Cáceres, no Mato Grosso, a Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Esta estrada se ligará, na Bolívia, à rodovia Panamericana, que leva ao porto de Arica, no Chile, abrindo uma passagem para o Oceano Pacífico, cobiçada pelos exportadores de produtos primários brasileiros.

Também uma hidrovia está entre os empreendimentos que cortam o Vale do Guaporé. Ligará, a partir de Cáceres, o rio Uruguai à Bacia do Prata. O objetivo desta hidrovia é principalmente subir com combustível e descer com matéria-prima (madeira, produtos agrícolas etc.). Boa parte desta obra está concluída, o que prenuncia uma catástrofe ecológica: ela corta o Pantanal Mato-grossense transportando combustível.

Muito provavelmente todas essas iniciativas não estão se dando de forma isolada, na medida em que está em fase final a decisão sobre implantação de uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE) no município de Cáceres (MT), incluindo a abertura de uma agência da Cacex.

O Profao (Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental), ou Calha Sul, é o mais novo instrumento de intervenção do governo federal e está subordinado diretamente ao Gabinete Militar da Presidência da República. Somente no ano passado os prefeitos da região participaram da discussão sobre o novo programa em Cuiabá.

A região, como se vê, é estratégica do ponto de vista econômico e político.

### Política agrícola

Os posseiros do Vale do Guaporé podem estar totalmente marginalizados da política agrícola oficial. Mas não estão livres dos seus efeitos. O capital e o Estado têm grandes projetos para a região, com prioridades já definidas e objetivos ambiciosos. Tudo isso aumenta o interesse pelas glebas de terra nas mãos dos posseiros e cria novas questões para a sua sobrevivência e para a intervenção educativa da FASE.

É como se a gente, com muito sacrifício nosso e de nossa família, construirmos nossa casa no nosso pedaço de terra. Plantamos e fazemos a nossa criação. Somos de repente surpreendidos por animal do mato. Lá se vai nossa roça de milho, as galinhas, os porcos.

Se a gente fica parado e não enfrenta, não adianta plantar e

criar outra vez. O animal vem e leva. Aí perdemos a colheita, os porcos, as galinhas e muitos dias de serviço. Então a gente chega à conclusão que temos de perder dia de serviço para caçar o animal. (...)

Mas para caçar o animal é preciso conhecer o animal que caçamos. Não é a mesma coisa caçar um gambá do que estar no meio de um bando de queixada, ou muito menos enfrentar uma onça. (...)

O gambá é um animal pequeno, arraia miúda, é fácil. Já o queixada ataca em bando, é preciso ter manha, com mais companheiro e bem municiado. Agora a onça, esta é o animal perigoso, exige muito preparo, muita experiência e malícia.

Isto é apenas uma comparação, porque todos nós sabemos quais são os animais que nos roubam mais. A onça, o gambá e o queixada atacam porque estão com fome, agora os outros animais nos atacam porque querem se apossar de todas as riquezas do mundo, querem ser maiores que todos. (...)

Mas o homem que é homem, aquele que acredita em si mesmo e na sua classe, pode enfrentar toda classe de animais. É uma questão de tempo e oportunidade. Para isto estamos construindo o Movimento. Abrindo picadas e plantando nossos marcos de luta, temos de trocar ideias e ver quais os animais tivemos condições de enfrentar, quais aqueles que temos condições de enfrentar e quais ainda não temos condições de enfrentar.

Acertamos alguns gambás e estamos enfrentando outros com as Associações. Podemos não ter condições de cutucar a onça e quando for mexer com ela não é para cutucar, é para enfrentar. Mas algum queixada que nos anda rondando já não dá para enfrentar? Trocamos ideia sobre o enfrentamento na exploração da compra do algodão. (...) Trocamos ideia sobre o perigo cada vez maior de perder a própria terra, motivado pelos interesses cada vez maiores da região.

Mas não se abre picada apenas trocando ideia, não se enfrenta animal algum apenas trocando ideia, é preciso plantar nossos marcos de luta.

(Preparação do I Encontro do Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé, 1989, mimeo.)

Em dezembro de 1989, 50 lavradores se reuniram na Primeira Assembleia do Movimento União dos Lavradores do Vale do Guaporé, articulando trabalhadores de Vila Bela e Pontes e Lacerda. Foi um momento importante e um salto qualitativo no processo de organização dos lavradores do Vale do Guaporé. Mas tudo isso tem história.

A partir de 1986, o trabalho da FASE se deu a nível de nucleação de grupos de lavradores e de desenvolvimento de atividades de formação e treinamento, para negociações de preço do produto com as agroindústrias de algodão, e de lutas pela terra e por estradas vicinais. Este trabalho se desdobrou na criação de associações de produtores em várias localidades. Foram instaladas também pequenas máquinas de beneficiamento de arroz com o apoio da FASE.

A Primeira Assembleia do Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé foi o coroamento desse trabalho, que procurou articular as lutas econômicas com a acumulação de forças para o enfrentamento da questão sindical. Uma nova assembleia está prevista para dezembro de 1990.

Uma avaliação das lutas desenvolvidas até agora é feita pelo próprio movimento:

O direito ao título de terra ainda não conquistamos. Não conquistamos o direito de melhorar para a nossa produção, na condição e assistência ao plantio, basta ver a doença no algodão este ano.

O movimento começou com o direito de comer o arroz que produzimos, o arroz da despesa. Todos sabemos que a exploração existe. (...) E aí vem a chupança da gente. É a renda muito alta, é o roubo do frete que muitos companheiros têm de pagar, o dia de serviço que se perde.

Esta foi a primeira picada que o Movimento começou a abrir. (...) A picada foi aberta, o marco de luta plantado.

(Preparação do I Encontro dos Lavradores do Vale do Guaporé)

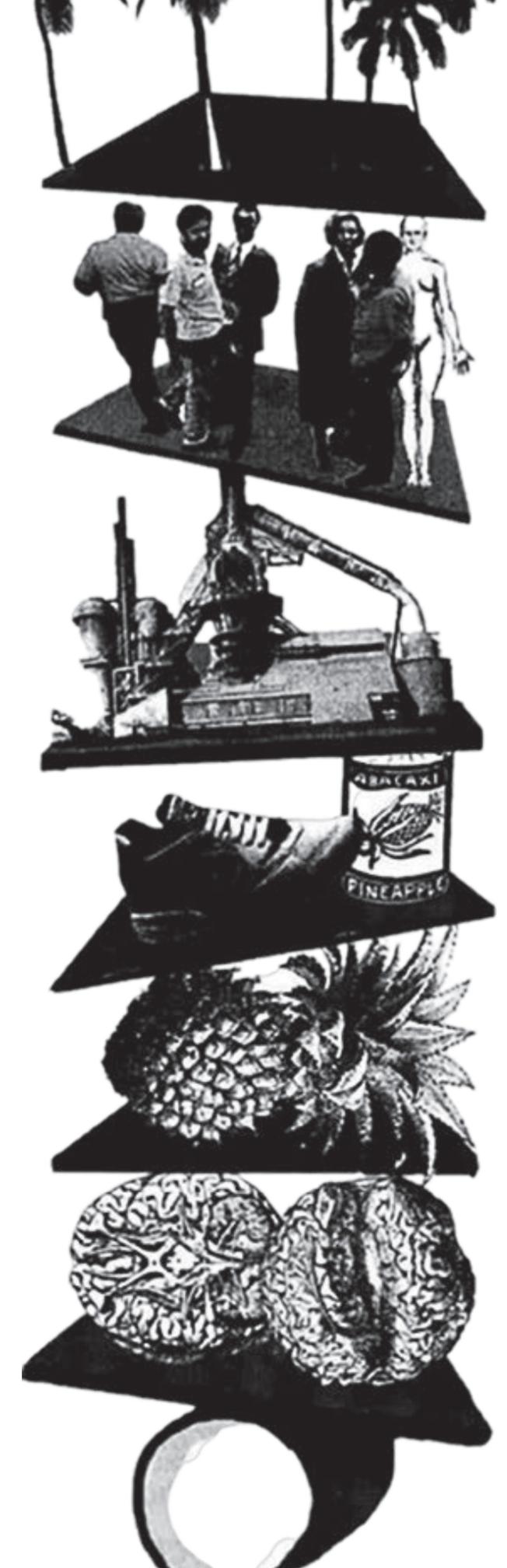
Um dos objetivos da equipe no momento é apoiar o movimento na criação de um Centro de Treinamento Agrícola para lideranças, capaz de ser útil ao Movimento em todo o Vale do Guaporé. As perspectivas da intervenção se dão em dois níveis: a questão da produção e a questão organizativa em suas diferentes formas (sindical, associativa etc.).

O fato do Vale do Guaporé ser uma região nova, com terras de boa qualidade, potencializa a busca de alternativas pela pequena produção. Esta viabilidade das alternativas é reforçada pelo possível aproveitamento das "brechas" detectadas nas contradições de interesses do capital na região (o interesse das agroindústrias se contrapondo aos interesses do latifúndio pecuarista).

Um exemplo que pode ser dado concretamente é o aproveitamento do interesse das agroindústrias no estímulo à produção integrada de algodão. Com isto se divide a classe dominante e se pressiona pela obtenção do título da posse da terra.

“

**Na medida em que as associações se consolidam, alicerçadas em lutas e pequenas melhorias conseguidas, permitem uma intervenção educativa mais sistemática, o horizonte de lutas se amplia.**



A concorrência entre as cinco agroindústrias de algodão implantadas na região também pode permitir melhor negociação de preços, obtendo condições mais favoráveis no contrato da produção integrada.

De dois anos para cá, a cultura do algodão vem se implantando como alternativa econômica para o campesinato. Porém, isso não se dá sem problemas de ordem econômica e técnica. Problemas de ordem econômica tais como a descapitalização dos lavradores, que os obriga a manter relações de financiamento com os intermediários ou mesmo com algumas algodozeiras. As algodozeiras dominam a situação, na medida em que o Estado não está interessado até agora em desenvolver mecanismos eficientes de atuação, por exemplo, via Emater.

A relação comumente mantida entre as firmas de algodão e o campesinato dá-se da seguinte maneira: eles compram as sementes das algodozeiras e vendem o algodão somente para elas (o preço é fixado pelas algodozeiras). E aí surge um novo problema: as sementes utilizadas na região não têm se mostrado capazes de evitar doenças no algodão. Os

solos já estão contaminados e os prejuízos dos lavradores são grandes. Outro aspecto problemático são os juros dos financiamentos feitos diretamente pelas algodozeiras, pois são mais altos do que os juros bancários.

O capital comercial compra dos lavradores gêneros tais como banana, milho, entre outros. Esta diversificação pode criar a alternativa de aumentar ou diminuir a produção de algodão.

### Sindicalismo

Até meados de 1989 havia só o sindicato de Vila Bela, sediado em Pontes e Lacerda. Recentemente, houve o desmembramento e hoje são dois sindicatos, que não têm nem nunca tiveram uma atuação autêntica. O movimento sindical do Vale do Guaporé, neste sentido, não se diferencia da quase totalidade dos 56 sindicatos de trabalhadores rurais de Mato Grosso. É um movimento sindical amorpho, pelego e sem tradição de luta. A atuação deste movimento sindical nas comunidades é fraquíssima.

A equipe entende que o sindicato terá de assumir a luta pela posse da terra (e titulação definitiva), pela saúde e educação dos lavradores, pelo incentivo e assistência à pequena produção, pela comercialização (preço, armazenamento etc.) e outras. Todas essas lutas tendem hoje a adquirir um caráter de enfrentamento político mais explícito na região.

As associações voltadas para a defesa dos interesses dos lavradores das comunidades, mas articuladas entre si e apoiando-se mutuamente, foram a base da realização da Primeira Assembleia do Movimento de União dos Lavradores. Suas lutas mais setorializadas, envolvendo pequenos benefícios mais fáceis de serem alcançados, se revelaram como forma privilegiada de aglutinação e mobilização de núcleos de lavradores.

Na medida em que as associações se consolidam, alicerçadas em lutas e pequenas melhorias conseguidas, permitem uma intervenção educativa mais sistemática, o horizonte de lutas se amplia, aparecendo a ocasião de enfrentamentos mais globais (envolvendo a forma de organização sindical). É neste momento que se coloca a questão sindical.

A organização sindical ampliaria a luta pela eliminação de intermediários de algodão, surgindo possibilidade através dos contratos diretos de se criar contratos coletivos. O Centro de Treinamento seria útil nesta direção: formação, treinamento em negociação coletiva e pesquisas tecnológicas como munição para negociações.

A luta pela reforma agrária se dinamiza também no contexto da questão sindical. Luta pelo acesso, posse, estabilização e legalização da terra. Que envolve também a discussão sobre a política agrícola (a formulação e a gestão de novas políticas agrícolas por parte dos agricultores). A organização sindical deverá ser o instrumento privilegiado na luta pela reforma agrária e pela política agrícola. Nesse sentido, a discussão sobre novas tecnologias surge como um ponto importante, a ser tratado através do Centro de Tecnologia Agrícola articulado pelo movimento. [P]





[ 1991-2000 ]

## UMA SOCIEDADE CIVIL ATIVA E CRÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS NO BRASIL

No início dos anos 1990, começam a prevalecer os temas da cidadania e das políticas públicas sobre a ênfase na problemática dos sujeitos e da transformação social, que caracterizava o período anterior. Nesse período, ONGs e setores da esquerda embarcam de forma acrítica no discurso da globalização e do fim dos Estados, por exemplo. Inaugura-se um período de intensa disputa sobre o significado das ONGs: tem lugar a fundação da ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais). Percebíamos o avanço do neoliberalismo e a necessidade de nos contrapormos a ele. No campo das ONGs, o discurso anti-Estado (herdado da luta contra a ditadura) e a idealização da Sociedade Civil abrem brechas para o avanço do neoliberalismo. A FASE teve uma participação destacada nas iniciativas da sociedade civil na Rio-92, questionando o desenvolvimento e debatendo temas centrais como meio ambiente e desenvolvimento, cooperação, biodiversidade e sociodiversidade, entre outros.

Um das mais importantes contribuições da FASE à luta por um modo de desenvolvimento mais democrático, menos desigual e mais sustentável, foi seu apoio à organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e nos sindicatos. O artigo "CUT: conflito e negociação", de Iram Jácome Rodrigues, na edição 50 (setembro de 1991, pp. 10-12) ilustra essa contribuição.

Já a edição especial da Rio-92 traz um artigo do saudoso Jean Pierre Leroy, que, visionário, alertava para o papel de ONGs, sindicatos urbanos e rurais, cientistas, ambientalistas: "a democracia não é estática. Se realiza quando cidadãos se projetam para o futuro, na busca de projeto para a sociedade. Como essa busca envolve a participação complementar de muitos atores, a luta por uma democracia plena exige que procuremos convergências. Avançar em reformas que apontem para um novo modelo de desenvolvimento é, assim, inseparável de um projeto técnico, econômico e democrático" ("Modelo de Desenvolvimento: mudança real ou adaptação", **Proposta** nº. 53, maio de 1992, pp. 5-9). Brasil sustentável e democrático com propostas de investigação e mobilização como a enunciada por Sérgio Schlesinger e José Augusto Pádua na edição 79, de 1999.

Desigualdade, injustiça ambiental, violência... Como abordar questões como essas sem atentar para a questão de raça embutida nos índices de desenvolvimento humano e explicitada por Marcelo Paixão e Wânia Sant'anna na **Proposta** 73, de 1997? Os autores negros, assessores da FASE, denunciam que o relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) deixa para os pés de página os dados referentes às condições de vida da população afro-brasileira, 42% de nossa população. O artigo, de grande repercussão, rompe o silêncio e a insuficiência da produção estatística sobre essa comunidade: "Ela está articulada com um conjunto de fatores que pretendem fazer da 'inexistência do racismo' e do preconceito uma causa e não uma consequência" (pp. 20-37).

## CUT – Conflito e negociação

O novo sindicalismo optou por ampliar solidariedades, fortalecer sindicatos, crescer, desenvolver uma estratégia conflitiva para ser reconhecido como ator social e político

**Iram Jácome Rodrigues** – sociólogo, professor da Faculdade de Economia e Administração da PUC-SP e autor do livro *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria* (Cortez/FASE, 1990)

A onda de paralisações que varreu o país a partir de maio de 1978 trouxe com ela o nascimento do novo sindicalismo – que naquele momento aparecia como uma grande novidade –, possibilitando a realização da I Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), em 1981, e, posteriormente, o surgimento da Central Única dos Trabalhadores.

A CUT é fundada em 1983, mas as bases para o aparecimento de uma central sindical com as suas características já estão colocadas desde a onda grevista que se inicia em 1978.

Expressão do sindicalismo de massas que se desenvolve no ABC paulista, a prática da CUT, desde o primeiro momento, se diferencia bastante do sindicalismo que prolifera no país até 1978. Tendo suas bases de apoio inicialmente assentadas na Grande São Paulo, particularmente entre os metalúrgicos do ABC, nesses oito anos de existência a CUT conseguiu crescer de forma muito rápida nacionalmente.

São Paulo tem sido o polo mais dinâmico de atuação da CUT, pois é ali que o movimento dos trabalhadores tem uma presença significativa. Por outro lado, o sindicalismo da CUT tem conseguido uma grande penetração, nos últimos anos, em outras áreas urbanas do país, notadamente entre os empregados de empresas estatais e funcionalismo público, bem como no setor rural. Nesse sentido, a realização do III Congresso da CUT, em setembro de 1988 em Belo Horizonte, com a participação de 6.247 delegados de todas as partes do país e representando um total de 1.143 entidades, demonstra o crescimento do sindicalismo ligado à CUT em outras regiões do país.

### A CUT realizou o seu primeiro congresso em 1984

Participaram mais de cinco mil delegados, dois mil dos quais representavam o setor rural. Dois anos depois é realizado o

Originalmente publicado em *Proposta* n.º 50, setembro de 1991, pp. 10-12



segundo congresso. Nesse momento, a Central Única dos Trabalhadores já está consolidada nacionalmente e presente de forma ativa na maioria das greves ocorridas no país e na maioria das ações reivindicatórias da classe trabalhadora, tanto da cidade quanto do campo.

Dados de 1986 indicam que as entidades sindicais que participavam da CUT abarcavam, em suas bases territoriais, um contingente de aproximadamente 12 milhões de trabalhadores. Atualmente a central sindical possui cerca de 1.400 entidades sindicais com um contingente em torno de 18 milhões de trabalhadores. De qualquer forma, se conseguir atingir diretamente a metade desse total de trabalhadores com sua atividade já se terá uma ideia nítida do peso e da importância da CUT no país, tanto social quanto politicamente.

Setores da Igreja, de outra parte, têm um peso significativo no interior da CUT, principalmente na zona rural, nos conflitos de terra, através do Movimento dos Sem Terra (MST). Este é o principal apoio da CUT no campo, pois a maioria dos sindicatos rurais ainda está sob o controle da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que funciona como uma espécie de central sindical rural composta por cerca de 4.000 sindicatos e 23 federações espalhadas pelo país inteiro. Este ano a CUT deverá participar do congresso da Contag e tentará disputar, com os setores

que são hegemônicos no interior desta confederação, a sua direção, o que demonstra uma mudança na tática cutista com relação a esse setor do sindicalismo rural. Ora, se por um lado, “a Contag exerce um sólido papel institucional, debruçando-se sobre os grandes projetos governamentais relacionados com o campo, o Movimento dos Sem Terra é adepto da ação política direta, exercendo uma influência considerável em áreas de conflito” (RH: Assessoria de Comunicação Ltda., *Movimento Sindical: uma radiografia da estrutura, dos personagens e das contradições da relação capital/trabalho*, Rio de Janeiro, s/d., mimeo., p. 39).

Por outro lado, a taxa de sindicalização das instituições filiadas à CUT fica bem acima da média nacional: se em nível nacional a média de sindicalização não ultrapassa os 17%, as entidades sindicais ligadas à CUT têm 28% de seus trabalhadores filiados aos respectivos sindicatos e/ou associações. Vale dizer, uma média de filiação de quase 30% dos trabalhadores naquelas entidades que propugnam o sindicalismo ligado à CUT. Isso demonstra, de outra parte, um grau bastante elevado de participação sindical e/ou política dos sindicatos cutistas se levarmos em conta a porcentagem nacional de sindicalizados.

Também leva a isso a forma como se estruturou, os setores sociais que a compõem e o tipo de ação sindical que desenvolve: um sindicalismo que privilegia antes o conflito que a negociação; nesse sentido, é importante atentarmos para aspectos da estratégia dessa central sindical. Um outro ponto significativo que nos ajuda a entender sua estratégia se relaciona com o espectro dos setores que participam da CUT que são, grosso modo, como mostramos acima a partir dos dados de sindicalização, aqueles setores mais ativos no interior do movimento sindical e representativo das camadas de trabalhadores que mais se enfrentam com os patrões e que estão mais organizados no interior das empresas.

### A lógica do conflito

Como vários autores têm analisado, o sindicalismo-CUT tem como base de sua estratégia a “lógica do conflito”. Diferentemente do que se convencionou chamar de “sindicalismo de resultados”, anteriormente proposto por Luís Antonio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Antônio Rogério Magri, ex-presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e atual Ministro do Trabalho. Esta concepção tem como parâmetro o sindicalismo americano, que para as condições sociais e políticas de nosso país, com um alto grau de desigualdades sociais – de miséria mesmo – significa tão somente a manutenção do *status quo*, isto é, possui uma visão extremamente conservadora da sociedade. Nesse aspecto, a proposta das duas CGTs, em que pesem as mudanças no último período – inclusive apoiando a proposta de greve geral de 22 e 23 de maio –, está fadada ao fracasso. Por outro lado, o surgimento da Força Sindical, central sindical criada por Luís Antonio Medeiros, se guarda

alguma relação com as antigas teses do “sindicalismo de resultados”, sua estratégia tenderá a seguir rumo bastante distinto daquele propugnado pelas CGTs, por exemplo, e em condições de crescer e ampliar seu contingente sindical.

De todo modo, à medida que os trabalhadores no final da década de 1970 iniciam, de fato, a contestação ao modelo de corporativismo estatal que ordena as relações entre capital e trabalho no Brasil e, paulatinamente, pelo menos nos setores ligados ao então novo sindicalismo – que continua sendo representativo da imensa maioria dos trabalhadores que se mobilizam em nosso país por melhores condições de vida e trabalho – começam a se afastar do Estado, se observa uma mudança na relação entre sindicato e Estado, um processo que tem seu início com o fim do pacto populista em 1964. Isto leva os trabalhadores, enquanto atores políticos, à busca por romper com o corporativismo estatal, ao mesmo tempo em que precisam ser reconhecidos como um ator coletivo diante da sociedade e do Estado tendem a ampliar suas demandas. Isso explica em parte a estratégia sindical da Central Única dos Trabalhadores: em função dessas questões, uma parcela significativa da classe trabalhadora nucleada em torno da CUT busca ter sindicatos fortes, representativos e, ao mesmo tempo, reconstruir sua identidade que foi obscurecida pelo autoritarismo.

É dentro deste contexto que “a luta sindical vê-se diante de estratégias diversas de atuação: ampliar solidariedades, como meio de aumentar a pressão sobre o Estado, ou optar por uma política de pactos que induz a atual recessão econômica” (Maria do Carmo Campello de Souza, *A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles*. In: Alfred Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 609). Na verdade, o sindicalismo-CUT optou por ampliar solidariedades, vale dizer, fortalecer sindicatos, crescer, desenvolver uma estratégia conflitiva para poder ser reconhecido como um ator social e político pelo Estado e por outros setores da sociedade. É claro que a Central Única dos Trabalhadores busca a negociação. Se olharmos mais de perto, observaremos que a prática contratual está muito mais presente no interior desta entidade que nas CGTs; mesmo atualmente, quando senta à mesa com o governo e outros setores da sociedade civil na busca do que se convencionou chamar de “entendimento nacional”, demonstra uma predisposição ao diálogo, à negociação. No entanto, o que importa aqui é observar que a estratégia cutista tem se mostrado mais consistente e em consonância com a realidade dos trabalhadores em nosso país. Senão, vejamos: “segundo um levantamento do Centro de Pesquisa de Relações do Trabalho – entidade dirigida pelo especialista em negociações sindicais, Júlio Lobos, figura certamente isenta de cutismo –, a CUT predominava em 89% das empresas estatais, 51% das nacionais e 56% das multinacionais. A CGT, naquele momento ainda reunindo Joaquinção e Magri, tinha índices de 11%, 20% e 18%, respectivamente. Os independentes eram 14% nas nacionais, 18% nas

multinacionais e ausentes nas estatais" (Flávio Pachalsky e Gilmar Carneiro, CUT: a hora de pensar grande. In: *Teoria e Debate*, n. 11, São Paulo, agosto de 1990, p. 67).

### Disputa sindical: por dentro e por fora

O que esses dados demonstram é que é muito difícil que prospere entre nós um sindicalismo que tenha como fim último a manutenção do atual *status quo*, uma proposta que propugna, em última instância, um sindicalismo da ordem. Por outro lado, uma atuação sindical mais conflitiva e com certa dose de radicalidade, tendo presente, além disso, uma certa utopia de transformação social, terá mais condições de vicejar entre nós, e o exemplo da CUT aponta nessa direção. É possível também o crescimento de uma proposta que seja um meio termo entre a concepção sindical das CGTs e a estratégia cutista. De certa forma, é esse o espaço que Luís Antonio Medeiros está ocupando com a criação da Força Sindical.

Seja em razão de seu rápido crescimento ou em decorrência do que ela representa para amplas camadas de trabalhadores, tem havido uma luta sem trégua no interior da Central Única dos Trabalhadores pela hegemonia política. De um lado, estão, em larga medida, os sindicalistas que se alinham com as propostas do sindicalismo "autêntico", capitaneadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Do outro lado estão aqueles que se identificam com uma visão sindical mais à esquerda representados principalmente pela corrente "CUT pela base", que tem como centro principal de irradiação ideológica o Movimento de Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo (MOSMSP). Há ainda a Convergência Socialista, que tem tido um crescimento importante nos últimos anos no movimento sindical, bem como outros grupos menores.

Um dos principais temas dessa luta no interior da central sindical é a definição do seu papel na sociedade brasileira. Em larga medida, para aqueles que se alinham aos sindicalistas de São Bernardo (da tendência Articulação), a CUT deve ter apenas uma função sindical: combativa, privilegiando o conflito, levantando bandeiras de luta que não são estritamente sindicais, mas de forma alguma funcionar como um partido político, ou substituindo este. Nesta visão, as questões mais gerais, ainda que tratadas pela central, seriam de competência dos partidos políticos mais próximos dos trabalhadores, em especial o Partido dos Trabalhadores. Os setores mais à esquerda, em que pese

suas diferenciações, em grande medida consideram muitas das propostas da tendência majoritária (Articulação) como reformistas e vislumbravam, pelo menos até 1988 (época da realização do III Congresso da Central), a possibilidade de a CUT desempenhar um papel que normalmente caberia a um partido político, colocando o Partido dos Trabalhadores (PT) e/ou outros partidos em segundo plano. Maria do Carmo Campello de Souza, analisando esse aspecto da discussão no II Congresso da Central Única dos Trabalhadores, observa que "pela própria fragilidade do sistema partidário, que o torna incapaz de organizar o universo sociopolítico da população ou de articular a própria definição de seus interesses, as centrais sindicais são chamadas a ocupar o espaço dos partidos nessa função junto aos assalariados rurais e urbanos" (Maria do Carmo Campello de Souza, *op. cit.*, p. 610).

“

**A taxa de sindicalização das instituições filiadas à CUT fica bem acima da média nacional: se em nível nacional a média de sindicalização não ultrapassa os 17%, as entidades sindicais ligadas à CUT têm 28% de seus trabalhadores filiados aos respectivos sindicatos e/ou associações.**

No II Congresso da CUT, por exemplo, realizado em agosto de 1986, concorreram três chapas: a chapa 1, ligada à corrente Articulação, liderada pelos sindicalistas de São Bernardo, que obteve 59,9% dos votos; a chapa 2 (CUT pela base) conseguiu 28,95% do total dos votos; uma terceira chapa representada principalmente pelos setores alinhados à Convergência Socialista ficou com 11,07% dos votos. Como se vê, a situação não é de todo tranquila para a corrente que atualmente é hegemônica no interior da central sindical. Se a Articulação tem cerca de 60% dos votos, a esquerda mais radical possui os restantes 40%.

De certa maneira, o III Congresso realizado em 1988 manteve essa mesma correlação de forças. Esse aspecto ajuda a entender as ambiguidades na prática e no discurso da CUT, ora buscando negociar os conflitos, ora apostando no confronto, em um dado momento aceitando discutir o "entendimento nacional" e em outros se recusando a participar dessa negociação. De todo modo, estamos às vésperas do IV Congresso que se realizará em setembro deste ano; além das mudanças nos estatutos realizadas no III Concut (Congresso da CUT) que propiciarão uma maior participação dos sindicatos em detrimento da base, teremos também a entrada oficial do sindicalismo ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e de uma parte significativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Todos esses aspectos serão levados em conta, sem dúvida, nesse Congresso que estará definindo o projeto da Central Única dos Trabalhadores para os próximos anos. [P]

## Modelo de desenvolvimento: mudança real ou adaptação?

É preciso reinventar valores, conhecimentos e tecnologias, novos exercícios de poder e de relações entre os seres humanos

Jean-Pierre Leroy – educador, ex-integrante da coordenação nacional do Fórum das ONGs Brasileiras preparatório para a Rio-92 e ex-coordenador do Setor de Pesquisas e Debates (Sepede) da FASE

Frequentemente somos levados a pensar que o modelo de desenvolvimento é algo exterior a nós, arquitetado, planejado, construído com coerência, senão com perfeição; inexorável. Mão invisível do mercado, ditames do FMI (Fundo Monetário Internacional)... "Meus filhos, não há outro caminho que não seja o do ajuste estrutural; é verdade que a vida se complica para alguns e que os indicadores sociais indicam um certo empobrecimento, mas a economia volta a crescer." O modelo vence contra homens e mulheres.

Esquece-se que este modelo de desenvolvimento que conhecemos é fruto amargo de um longo embate de forças sociais durante vários séculos da História humana, nos quais certos valores, certas formas de conhecimento e de exercício do poder se impuseram sobre outros. Talvez resida aí o primeiro interesse deste grande debate do fim de século, marcado pela decomposição do bloco soviético, pela Guerra do Golfo, pela recrudescência do racismo, pela volta das intolerâncias e dos fundamentalismos, pelo empobrecimento do "Terceiro Mundo" e do "Quarto Mundo" (e dos sempre mais numerosos excluídos do "Primeiro Mundo"), pelas graves ameaças ao nosso meio ambiente. O "modelo" de desenvolvimento não esconde mais a miséria da humanidade e da Terra.

Assim, os encontros do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comerciais), do Banco Mundial ou do G-7, a "conclusão" da construção da Comunidade Europeia, os 500 anos de colonização das Américas, a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio-92 transformam-se em eventos da política mundial.

Originalmente publicado em *Proposta* n.º 53, março de 1992, pp. 5-9



Quebra-cabeça

Se há crise generalizada da Humanidade, forçosamente o modelo de desenvolvimento capitalista, na hora mesmo em que os seus guardiões promovem o seu triunfo, se inscreve nesta crise. Pertence, portanto, a cada um de nós, a cada organização e setor desta sociedade e das outras do mundo, às gerações vivas e às próximas, reconstruir pacientemente o quebra-cabeça de uma Humanidade reconciliada consigo mesma. Vamos reinventar valores, conhecimentos e tecnologias, novos exercícios de poder e de relações entre os seres humanos. É isto que está no horizonte da presença da sociedade civil na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento que temos está assentado sobre vários elementos: um padrão tecnológico, grande consumidor de recursos naturais não renováveis e grande poluidor; uma organização social do trabalho adaptada a esse padrão tecnológico de tal modo que lhe permite render o máximo em termos de produtividade e, no fim da linha, um lucro; um regime de acumulação em que os setores da economia, produtores de grande riqueza, se deslocam do setor primário (atividades agropecuárias e extrativas), para o setor industrial (e dentro deste, da produção de produtos pouco elaborados para produtos que incorporam valor agregado) e para o setor dos serviços (bancos, comunicação, consultoria etc.); os modos de regulação dos Estados – e mais recentemente, das instâncias internacionais – que impulsionam o modelo por suas políticas e, ao mesmo tempo, administram

os conflitos que o modelo provoca, concedendo aos explorados alguns anéis de bijuteria para que outros não percam algum dedo (ver Francisco Menezes (org.), *Política Agrícola no Governo Collor*, Rio de Janeiro: FASE/AS-PTA, 1991).

Sob a pressão dos argumentos científicos e dos movimentos ambientalistas – e também porque são pessoas que têm filhos e porque pensam no seu futuro, senão no nosso – vários setores dos vencedores do atual modelo estão dispostos a reconsiderar o padrão tecnológico vigente. Passa-se a falar de desenvolvimento sustentável: econômico no uso dos recursos naturais e na produção de dejetos, para que possa se manter ao longo do tempo, na escala dos séculos. Não se trata, porém, de mudar a relação entre ciência, tecnologia e produção. Substituem-se tecnologias por outras, mas continua-se a pesquisar para que daí inventem-se novas tecnologias, que poderão se transformar em produtos para serem consumidos vertiginosamente.

Para além de uma mudança de modelo, seria mais correto falar, portanto, de reconversão do modelo às novas realidades. Neste contexto, é evidente que as eventuais mudanças na organização social do trabalho só poderiam se dar no sentido de melhor adaptação ao modelo reconvertido/aperfeiçoado.

Um empresário carioca escrevia na imprensa para convencer seus pares: “venham para o desenvolvimento sustentável. Têm dinheiro a ganhar”. De fato, a coisa está muito clara. Já que é inevitável uma certa reconversão industrial, é melhor fazer dela uma oportunidade de novos lucros. Abre-se também espaço para novos produtos, com uma nova clientela ecologizada. Mais profundamente, e provavelmente mais decisivo para o futuro, as descobertas na área da biotecnologia, coincidindo no tempo com a nossa época de consciência ambiental, apontam para uma acentuação do regime de acumulação industrial. Vão dar um novo fôlego aos setores da química, da energia, da alimentação, da indústria da saúde etc.

Se as biotecnologias permitem pensar numa agricultura menos devoradora de insumos e pesticidas químicos, certos pesquisadores chamam a atenção sobre a possibilidade que oferece de maior subordinação da agricultura à agroindústria e à bioindústria, transformando-a em mero fornecedor de matéria-prima. Intensificar-se-ia, assim, o tipo de acumulação já promovido pela revolução verde, que já tinha deslocado o grosso do enriquecimento das atividades agrícolas para as atividades agroindustriais e industriais.

### A quadratura do círculo

Enfim, na área da regulação política, reina a maior desordem internacional. Os senhores da guerra comercial rearrumam-se em blocos (Japão e complexos sino-coreanos e Ásia do sudeste; Comunidade Europeia e Europa do Norte e do Leste; EUA e Canadá, México), na tentativa de resolver

a quadratura do círculo: manter o discurso neoliberal do mercado e de encolhimento dos Estados e, ao mesmo tempo, garantir o predomínio das multinacionais do seu bloco e o enriquecimento de parte das suas populações necessário para a sustentação do poder; ampliar esse discurso à dimensão do mundo e ao mesmo tempo manter “os novos bárbaros” na sua condição de coadjuvante.

Cada instância internacional exerce o seu papel próprio na tentativa de regulação internacional que perpetue a atual dominação: FMI, Clube de Roma e o GATT reafirmam que as regras do jogo são ditadas pelos países ricos em seu favor. O Banco Mundial, embora mostrando que as regras de fato nos são impostas, quer nos fazer acreditar que é em nosso favor. Quanto à ONU (Organização das Nações Unidas), gostaria de fazer acreditar que as regras são fixadas democraticamente por todos. Como não é verdade, resvala assim na impotência ou na hipocrisia. A regulação política está no impasse. Criou-se um vazio no plano dos Estados – que não conseguem mais e não querem colocar o cabresto no capital –, sem que eles sejam substituídos por instâncias internacionais que possam administrar os conflitos oriundos da nova pobreza nos países desenvolvidos e as disputas entre estes e os países do Sul.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento seria um enorme sucesso para os países do Norte se ela mais uma vez consagrasse, através do desenvolvimento sustentável, o seu domínio tecnológico e econômico, bem como sua direção política, e para isso conseguisse estabelecer mecanismos de transferência de

tecnologias e de recursos financeiros, que, sem afetar a sua preponderância, respondessem aos anseios dos países do Sul. Como isso não acontece, evidentemente, continuam o impasse e o vazio.

É frente a este modelo de desenvolvimento, esta nova ordem internacional, que se situa parte da sociedade civil, das mal denominadas ONGs e dos movimentos sociais. Frente, e não fora. Isso significa que por nos colocarmos “frente” a ele, tentamos fazer a sua crítica global e apontar para a necessidade de repensar um outro horizonte para a humanidade. Mas como não estamos “fora” dele, sabemos que os passos a dar não podem acontecer num outro espaço social, político e econômico do que este. Inscrevemo-nos entre a utopia e o concreto das reformas possíveis no dia a dia. Voltar-se para o concreto, sem essa dimensão da utopia, de querer uma outra terra dos seres humanos, conduziria a um pragmatismo que pode resvalar para a submissão. A força das ideias e do poder dominantes acaba circunscrevendo o possível a espaço de ações marginais e a ajustes que satisfazem a consciência do promotor de reformas, sem trazer reais soluções.

Cuidado, portanto, para não transformar essa tensão entre a utopia e o concreto no slogan “pensar globalmente, agir localmente”. Nosso agir deve ser tensionado pela recusa firme do que está na nossa frente, recusa que nos projeta para a defesa de um novo horizonte. Nossa práxis se soma a outras práxis – recusa e afirmação –, na busca de sentido coletivo e de impacto real: que as reformas não sejam apenas pintura de fachada. [P]



O que é pequeno é mesmo bonito, necessariamente? É preciso não apenas tirar um grupo de meninos e meninas da rua, mas encarar de frente o sistema que despeja a cada dia um contingente sempre renovado dessas crianças. Reformar não é agir como salva-vidas. A perversão é, também, achar que salvar vida é coisa de herói, quando deveria ser o primeiro sentimento de solidariedade humana. Reformar é deslanchar um processo de mudança que mude a vida de grupos sociais que estão “por fora”, senão fora.

### Uma agenda para as ONGs

Neste espaço, o que a Conferência de Junho/1992 nos inspira?

1. Deveríamos desconfiar de nós mesmos. Vejam bem quanta honra! A ONU e as ONGs, frente a frente, o secretariado da ONU para a Conferência afirmando que a presença da sociedade é tão importante quanto a dos governos! Talvez possamos entender isso além do reconhecimento do papel preponderante exercido pelas ONGs ambientalistas e de solidariedade Norte-Sul/Sul-Norte neste debate como a confirmação de uma trágica impotência da parte da ONU e dos Estados. E, de modo mais insidioso e mais profundo, como a afirmação de que não há mais espaço para a regulação política, que é a hora do mercado e do setor privado. ONGs e iniciativas empresariais são confundidas e rotuladas de “setor independente”. Não haveria mais políticas de desenvolvimento, mas iniciativas privadas, sem o ônus da burocracia estatal e da corrupção.

Tomamos registro da desagregação política e, portanto, de uma certa corrupção da democracia. E, de fato, vemos surgir movimentos sociais e ONGs com um sentido verdadeiramente público, ultrapassando interesses peculiares e corporativistas para contribuir na consolidação da democracia e na “coisa pública”. Porém, mais do que substituir os partidos, deveriam trabalhar na reconstrução do político, fornecendo forças, ideias e experiências novas para renovar a vida política, indispensável para que as maiorias não sejam esmagadas em nome de um desenvolvimento sustentável das minorias.

2. As ONGs e os movimentos sociais, na sua multiplicidade e infusão, são a expressão da diversidade das culturas, dos povos e das nações. Profundamente enraizadas num chão bem definido, ao mesmo tempo, os seus ativistas, por enfrentarem problemas sociais e ambientais e tecer solidariedades transfronteiriças, sentem-se cidadãos do mundo. Querem contribuir para a criação e para a gestão da civitas, da cidade política estendida às dimensões espaciais e temporais do mundo. O enraizamento faz com que o seu internacionalismo não ameace a defesa das soberanias, que por ela é baseada no povo, no “universo sociocultural”, que vai elaborando num determinado espaço e assegurando pela construção dos seus direitos de cidadão.

A soberania não é só geopolítica – controle de um território – e econômica – controle sobre as coisas (Henri Acselrad, *Amazônia, soberania e interesses, Políticas Governamentais*,

nº. 77, Rio de Janeiro, Ibase, fevereiro/março de 1992, p. 23) –; é “sociocultural”, pois nesse espaço nacional convive um povo, que através do tempo construiu nele a sua casa (oikos), a sua história, os seus direitos. A soberania funda-se nisso.

Vale ressaltar que as ONGs, por serem diversas e por serem o que são, representam interesses diferenciados, cada uma isoladamente – não podem pretender serem as campeãs da soberania. O seu internacionalismo faz com que não abram o flanco aos fundamentalismos e aos etnocentrismos, precursores das intolerâncias e do racismo, nem se rendam à internacionalização de uma economia colocada acima dos povos.

É neste sentido que ONGs e movimentos reivindicam mudanças nas instâncias de decisões, da menor, no território de um município ou no espaço de um setor de atividade bem delimitado, até as maiores, como a ONU, expressão da diversidade, transparência, controle, criação de poderes independentes, contrapesos às forças do mercado etc.

3. A leitura dos documentos preparados pela Cima – Comissão Interministerial preparatória à Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, organismo do governo brasileiro – para o IV Prepcom de Nova York (março de 1992) mostra que o governo brasileiro considera como pontos centrais na Conferência a transferência de tecnologia e a de recursos. Paralelamente, recusa qualquer monitoramento internacional que condicione essas transferências. Essa posição, compartilhada pela quase totalidade dos governos do Sul, mostra que a visão dominante é a de que precisamos reproduzir no Sul o modelo proposto pelo Norte.

Reafirma o que colocamos acima: são técnicas que estão sendo questionadas, não o modelo. É certo que, como credores sociais e ambientais do Norte, devemos exigir tecnologia e recursos, mas fazer disso uma questão central é paralisante. É como dizer: já que não receberemos grande ajuda, não poderemos fazer muita coisa. Na realidade, talvez seja uma chance para nós. Os poucos recursos que chegam deveriam servir para dinamizar, enriquecer projetos endógenos, soluções baratas e criativas adaptadas à nossa realidade, que aliam governo (no nível do projeto), cientistas e técnicos, comunidade envolvida via suas organizações e ONGs e empresas, se for o caso. É isso que realmente desestabiliza

o modelo tecnológico, subtraindo-o à lógica do lucro antes de tudo, para colocar a tecnologia a serviço da sociedade, pondo-o em discussão, como instrumento da democracia, pela sociedade.

As ONGs e os movimentos não podem passar ao largo desse debate. Se já têm um acúmulo razoável no campo da cultura agroecológica, faz-se urgente se envolverem com experiências em questões como transporte, lixo, saneamento etc., criando, por exemplo, cooperativas, órgãos de gestão paritária, que contribuam para amarrar as tecnologias a outras formas de organização social.

4. Se a tendência do regime de acumulação dominante, no que diz respeito ao “desenvolvimento sustentável”, for de reforçar o setor industrial (química fina, agroindústria, bioindústrias), isso não quer dizer que devemos aceitá-la como se estivesse escrito nas estrelas ou na tábua das leis. Trava-se uma batalha incessante sobre o preço das matérias primas e das commodities, quase sempre perdida pelos produtores e fornecedores (a Opep – Organização dos Países Produtores de Petróleo – nos anos 1970 foi uma das pouquíssimas exceções). Um comércio internacional mais justo é evidentemente uma reivindicação fundamental para os países do Terceiro Mundo. No entanto, não deveria ser o alvo prioritário, à medida que assistimos à pilhagem de parte dos nossos recursos minerais só para fins de pagamento da dívida.

Além de acentuar a degradação do nosso meio ambiente, essa exploração não reverte para um crescimento industrial gerador de empregos, como é o caso da exploração da bauxita e das indústrias do alumínio no norte do Brasil, que exportam a sua produção sem sofrer transformação para produtos que dariam maior lucratividade. A exploração agrícola, em muitos setores, também se volta para a exportação. Esse sistema acentua a dependência internacional, a concentração na indústria e na agricultura, e as desigualdades sociais.

É preciso reequilibrar o modelo de acumulação e, portanto, reafirmar a necessidade de políticas públicas nos países do Terceiro Mundo, que resistam a uma internacionalização ditada pelo mercado e grandes monopólios e oligopólios internacionais. Verticalização e descentralização industriais, reforma agrária e reforço da pequena produção, vão de par com políticas sociais que visem garantir uma renda mínima, para criar

uma dinâmica de consumo, com políticas de reordenamento do espaço brasileiro e reocupação do espaço rural, integrado com cidades pequenas e médias. Supõe novas relações entre setores governamentais, a começar pelos municípios, micro e pequenos empresários, ONGs e movimentos sociais.

### Democracia e complementaridade

Esses temas estiveram em debate por ocasião da preparação da Conferência Rio-92. Em conclusão – e ao mesmo tempo para ampliar a discussão –, pergunto-me o que a experiência do Fórum de ONGs Brasileiras preparatório à Conferência Rio-92 permite avaliar sobre as possibilidades de intervenção das ONGs nas questões do desenvolvimento.

Poder-se-ia mencionar, para não sermos ingênuos, alguns dos nossos problemas, defeitos, limitações: defesa corporativa da “minha entidade”, dos interesses que represento; em consequência, dificuldade em assumir compromissos e responsabilidades reais, para além dos usuais, dentro de coletivos mais amplos; discurso dito “militante”, superficial, com pouca fundamentação; pouco investimento em estudos.

Em contrapartida, o Fórum mostrou setores procurando ultrapassar o corporativismo, se abrindo a outros discursos e outras práticas, pensando e agindo além do seu horizonte anterior. Mostrou que é possível criar dinâmicas de integração e trabalho comum ao redor de objetivos bem determinados.

De fato, o problema ambiental, por colocar em questão o próprio modelo de desenvolvimento, favorece a fixação de objetivos muito amplos, que por isso mesmo não podem ser alcançados (pelo menos por esta geração) – não são mais objetivos. Leva-se por aí à diluição e à dispersão. Para fugir a esse risco, temos que delimitar e priorizar claramente os objetivos. Neste sentido, a experiência dos fóruns estaduais, criados ou não dentro do quadro do Fórum Nacional de ONGs para a Rio-92, pode ser bastante promissora, pois se dá numa escala de intervenção mais factível, mais operacional.

A intervenção das ONGs e movimentos sociais no plano nacional deve ser objeto ainda de um longo investimento. Há poucas entidades da sociedade civil trabalhando numa perspectiva nacional. As redes e articulações ainda são débeis, como mostra a experiência do Fórum Nacional. Por sua vez, o movimento ambientalista é muito rico em sua diversidade. Precisa de tempo para se consolidar em articulações, como por exemplo os Encontros Nacionais de Entidades Ambientalistas Autônomas (ENEAs).

Além disso, o movimento ganharia em ser apoiado por entidades com características de ONGs, que lhe permitiria fundamentar as suas propostas e ações ao nível regional/nacional. Entendo como características dessas ONGs a possibilidade de acumular conhecimentos e informações e trabalhá-los em termos de análises e interpretações;

a estabilidade, baseada por exemplo no número de associados; a profissionalização ou semiprofissionalização de quadros; a continuidade de sua direção; a possibilidade de executar projetos e programas de médio prazo; a garantia de recursos financeiros.

É irrealista, no quadro atual, achar que é viável uma multiplicação de ONGs desse tipo. Trata-se, portanto, de trabalhar numa perspectiva de complementaridade. Complementaridade entre movimentos sociais e ONGs, mas também entre movimentos e ONGs ambientalistas e de outras tradições. A experiência do Fórum mostrou que é impensável e impossível, por exemplo, se preocupar com a conservação do meio ambiente sem cuidar das reformas econômicas e sociais. Um dos motivos de pressão sobre os mananciais e áreas de conservação é claramente a ausência de espaço para os moradores urbanos e a ausência de política urbana de habitação popular; e a ausência de reforma agrária, que impele os pequenos agricultores a ocupar áreas “vazias”, e de política agrícola, que dê aos pequenos agricultores condições de viabilizar economicamente a sua posse/pequena propriedade, sem precisar buscar novas áreas.

A poluição industrial afeta em primeiro lugar aos próprios trabalhadores da indústria. Desde já vários sindicatos, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e provavelmente outras centrais sindicais discutem e agem conjuntamente para mudar o panorama, com associações de bairro e movimentos ambientalistas. Essa dinâmica leva um conjunto de atores a repensar o modelo de industrialização.

Complementaridade também com a pesquisa científica. Neste momento de desmonte de muitos programas e instituições de pesquisa no país de um lado, e de outro da necessidade de parte dos setores organizados da sociedade de afinar suas propostas e mostrar – por suas ações e experiências – a sua viabilidade, é indispensável que movimentos e ONGs contribuam para resgatar a função social da pesquisa, proponham temas de pesquisa e possam se beneficiar dos seus resultados.

A democracia não é estática. Se realiza quando os cidadãos se projetam para o futuro, na busca de projeto para a sociedade. Como essa busca envolve a participação complementar de muitos atores, a luta por uma democracia plena exige que procuremos convergências. Avançar em reformas que apontam para um novo modelo de desenvolvimento é, assim, inseparável de um projeto técnico, econômico, democrático e ético. [P]

“

**Pertence, portanto, a cada um de nós, a cada organização e setor desta sociedade e das outras do mundo, às gerações vivas e às próximas, reconstruir pacientemente o quebra-cabeça de uma Humanidade reconciliada consigo mesma. Vamos reinventar valores, conhecimentos e tecnologias, novos exercícios de poder e de relações entre os seres humanos.**

## Fórum pela Democratização da Comunicação quer sacudir a sociedade civil

Quem não controla os meios de produção da sua própria cultura, não consegue escolher o destino e não está apta a produzir projetos para o país

**Daniel Herz** – ex-diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas, ex-coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e autor do livro *A História Secreta da Rede Globo*

Semanalmente, em horário nobre, uma instituição representativa da sociedade civil vai apresentar um programa de uma hora em rede nacional de televisão, cumprindo uma função de ombudsman da televisão brasileira, com análise e crítica política e estética da programação de todas as redes de TV. Será um programa de alta qualidade técnica, estruturado para disputar audiência, incluindo desde segmentos lúdicos, como a apresentação de “gafes” e erros cometidos pelas emissoras na semana, até críticas à programação que apela gratuitamente para pornografia, violência e cenas mórbidas, e mesmo para o recuo cultural representado pela exibição dos “dramalhões mexicanos”. O programa também fará denúncia de práticas de concorrências desleais e predatórias entre as emissoras e de manipulações que forem flagradas. Outro objetivo do programa é esmiuçar para o público a linguagem da televisão, seus recursos, artifícios e suposta “naturalidade”, procurando estabelecer parâmetros para avaliação da qualidade da programação, buscando dotar o público de senso crítico, propor referenciais para os profissionais e produtores, e imbuir a sociedade de compromisso com a cultura que é produzida no seu próprio seio.

Não se surpreenda. Por enquanto, este programa ainda é apenas uma das propostas do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que foi incluída num amplo projeto para superar a crise da Rede Manchete e transformá-la numa “TV da Cidadania”. A instituição que teria a incumbência de produzir este programa, uma fundação sem fins lucrativos, seria integralmente voltada para atuar como um ombudsman da televisão brasileira, realizando estudos especializados, recolhendo documentação e material veiculado diariamente pelas redes, analisando e opinando as suas programações.

Originalmente publicado em  
**Proposta** n.º 58,  
setembro de 1993, pp. 5-7



Esta proposta tem como um dos seus objetivos a superação das dificuldades da sociedade civil para compreender o papel estratégico da comunicação na construção da democracia e da cidadania, e para se posicionar sobre os graves problemas da televisão brasileira. Reunindo hoje 44 comitês e comissões pró-comitê em 20 estados e 36 entidades nacionais, o Fórum está amadurecendo novas perspectivas de luta pela democratização.

Marcam essa nova fase da luta a recusa de fórmulas mágicas e salvacionistas, a superação de perspectivas meramente oposicionistas e a compreensão de que a luta pela democratização é uma tarefa permanente e não um esforço com um final previsível. Transformar os atuais “telespectadores/consumidores” em cidadãos diante dos meios de comunicação é uma tarefa que vem impulsionando o Fórum em diversas frentes de luta.

### Controle público

A gigantesca máquina de poder da comunicação há muito vem sendo denunciada. Desde a década de 1980, diversos movimentos de luta pela democratização surgiram e desapareceram. No final de 1990, entretanto, surgiu o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que vem demonstrando fôlego invulgar. No conjunto, integram o Fórum mais de 500 entidades da sociedade civil.

A novidade do Fórum, além das suas dimensões expressivas – embora ainda modestas diante da tarefa a que se propõe –, está na superação do oposicionismo e da linguagem da impotência que até então marcavam as posições da esquerda. Na abordagem do Fórum não há a espera do momento de uma suposta “conquista do Estado”, nem a expectativa simplória de se produzir uma Globo com “sinal contrário”, com a virtual substituição do “mal” pelo “bem”. O Fórum reivindica uma democratização da comunicação baseada no estabelecimento de novas relações políticas em torno dos sistemas de comunicação de massa.

Uma das ideias-chave é a de controle público, entendido como algo distinto de um poder burocrático, normativo, censório ou restritivo. Por controle público entende-se a criação de relações e instituições que, em última instância, resultam em possibilidades de incidência do público sobre o privado. Concebe-se, desse modo, inúmeras práticas e instituições que realizam esse conceito de controle público. As instituições voltadas para o controle público, por exemplo, constituíram espaços apropriados para uma permanente pactuação e repactuação, um “fórum mediador” estabelecendo relações entre os setores organizados e representativos da sociedade, os empresários da comunicação e o Executivo, produzindo diretivas que incidam sobre os meios de comunicação de massa.

Essa justificativa para essa incidência do público sobre o privado não se limitaria, por exemplo, a partilhar das decisões sobre a distribuição das frequências e canais de rádio e televisão. Entende-se que a principal disputa se dá na atribuição de um papel para os meios de comunicação na determinação da cultura. Encara-se a “artificialidade” das relações culturais como algo que deve ser produzido, apropriado e controlado pela sociedade, como um gesto de consciência, e não como resultante de espontaneidade das relações de mercado.

Uma sociedade que não controla os meios de produção da sua própria cultura não consegue escolher o destino e não está apta a produzir projetos para o país. Assim, não há justificativa para que qualquer setor social, mesmo majoritário, nem o Estado, possa controlar exclusivamente meios com tamanha capacidade de determinação da cultura, independentemente de a operação ser privada ou pública, são necessários meios para assegurar o exercício do pluralismo.

A ideia de democratização, sob este enfoque, passa a ser encarada como processo: nenhuma conquista é pequena demais para ser desprezada e nenhuma vitória poderá ter a dimensão de resultado final. Os programas fechados e finalistas são substituídos por uma conduta orientada por objetivos estratégicos. Assim fundamentado, o Fórum preocupa-se, imediatamente, não apenas com formas de socialização da propriedade, mas principalmente com meios de controle público sobre o conteúdo da programação. E não apenas porque, conjuntamente, a correlação de forças é desfavorável, mas por princípios políticos e finalidade estratégica. Pretende-se assim o engendramento de uma eticidade, de uma conduta que é meio, mas também é fim, no sentido da afirmação da pluralidade.

### Conselho de Comunicação

Em menos de dois anos de existência, o Fórum conseguiu uma expressiva vitória e está tendo chance de testar seu projeto. Como resultado de negociações diretas com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), foi criado o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Integrado por representantes da sociedade civil e dos setores empresariais e profissionais da área da comunicação, o Conselho surge como o primeiro espaço institucional para o debate da comunicação no Brasil, superando a relação direta e exclusiva entre o Executivo e o empresariado e criando uma instituição que pode se voltar para o equacionamento dos conflitos, busca de consenso e superação do atraso da sociedade civil sobre as questões da comunicação.

O acordo em tomo da criação do Conselho, posteriormente, foi reeditado para estabelecer sua composição, cuja proposta foi levada ao Congresso em abril de 1992. O mesmo Congresso que, generosamente, acolheu um acordo firmado na sociedade, rejeitou o acordo em tomo da composição e passou a descumprir a lei já aprovada. A instalação do Conselho foi sucessivamente adiada. Na data da redação deste artigo, o Fórum preparava uma ação para ingressar no Supremo Tribunal Federal contra a presidência do Congresso, exigindo a imediata votação da composição do Conselho.

“  
**Na abordagem do Fórum não há a espera do momento de uma suposta “conquista do Estado”, nem a expectativa simplória de se produzir uma Globo com “sinal contrário”, com a virtual substituição do “mal” pelo “bem”. O Fórum reivindica uma democratização da comunicação baseada no estabelecimento de novas relações políticas em torno dos sistemas de comunicação de massa.**



### Lei da Informação Democrática

Outra frente de luta do Fórum é a aprovação do Projeto de Lei 2735/92, a Lei da Informação Democrática (LID), apresentada pelo deputado Zaire Rezende (PMDB-MG) e elaborada em conjunto com o Fórum. Este projeto está tramitando na Câmara junto com o projeto de “Lei de Imprensa” já aprovado no Senado – o substitutivo Fogaça (PMDB-RS) – e doze outros projetos. A LID distingue-se dos demais pela sua abrangência, indo muito além de uma mera regulamentação das práticas jornalísticas e buscando soluções para alguns dos principais problemas da comunicação no Brasil, como a definição de monopólio e oligopólio, a necessidade de regionalização da produção e o estímulo à produção independente, entre outros.

O relator é o deputado Pinheiro Landim (PMDB-CE), que está prometendo acelerar a tramitação da matéria e deve colocar seu relatório em votação até meados de

setembro. Num país em que cerca de 90% de tudo que se lê, se ouve ou se vê através dos meios de comunicação de massa é originado em conglomerados controlados por nove famílias (Marinho, Santos, Saad, Bloch, Civita, Frias, Mesquita, Nascimento Britto, Levy), é explicável porque o projeto da LID vem enfrentando fortes resistências. O deputado Pinheiro Landim, diante da magnitude do tema, está realizando audiências públicas em diversas capitais, o que já ocorreu em Recife, Fortaleza e Porto Alegre. Outras audiências estão previstas, pelo menos, para São Paulo e Manaus. Enquanto isso, prossegue uma campanha nacional de coleta de assinaturas em apoio à LID, movida pelo Fórum desde o início de 1992.

Finalmente, a terceira grande frente de luta do Fórum é a regulamentação da TV a cabo. Depois de quase duas décadas de tentativas de implantação desta tecnologia através de verdadeiras negociações – bloqueadas por

iniciativas da sociedade civil –, o Ministério das Comunicações resolveu “jogar a toalha” e participar de um processo de negociação que hoje inclui o Executivo, o Legislativo, o empresariado de comunicação e o Fórum. A disposição para o diálogo, entretanto, não exclui uma disputa duríssima. Há uma corrida contra o tempo. Atualmente, 106 sistemas de cabo estão sendo instalados, em todo o Brasil, criando uma situação “de fato” que procura se antecipar à regulamentação. O Fórum, por sua vez, já conseguiu apoio da Telebrás para sua proposta e também busca adoção do empresariado.

A proposta do Fórum aponta, simultaneamente, para uma revolução na comunicação e nas telecomunicações. É que as tecnologias de telefonia e TV a cabo, até o final da década de 1980, eram distintas. Com o advento da informatização das redes, digitalização dos sinais e substituição dos cabos metálicos por cabos de fibra

óptica, é possível integrar todos os serviços (telefonia, dados, sinais de TV etc.) numa mesma rede. A ideia, para o Brasil, não é implantar uma rede especializada para sinais de TV, mas utilizar a demanda por este serviço para financiar a transformação das atuais redes de telecomunicações. O Fórum, por isso, propõe: Rede Pública, Rede Única e Participação da Sociedade para tomar o serviço efetivamente público. A vantagem da rede ser pública é a amplitude e a velocidade da sua universalização e a completa democratização do seu acesso. Quem quiser usar, basta “alugar” os canais de que necessitar. Em setembro, a discussão do projeto entra em fase final no Congresso. [P]

# Desenvolvimento humano e população afrodescendente no Brasil: uma questão de raça

Wânia Sant'anna – historiadora,  
ex-assessora nacional da FASE  
Marcelo Paixão – economista,  
ex-assessor nacional da FASE

## Os indicadores de desenvolvimento da população negra: um debate que se abre

Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem levantando dados sobre os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) de 174 países do mundo. Por outro lado, esta metodologia, que pondera o Produto Interno Bruto de cada país com suas médias de rendimento *per capita*, nível de escolaridade e esperança de vida, é uma preciosa fonte de informações sobre a qualidade de vida dos povos das diferentes nações. Por outra via, tal recorte permite colocarmos o debate sobre o desenvolvimento em um outro patamar, ampliando seu tradicional enfoque econômico-empresarial direcionando-o para aspectos que dizem respeito à própria finalidade do progresso que é, ou deveria ser, o bem-estar das populações. À guisa de informação, nosso país, pujante décima-primeira economia mundial, quando analisado sob a luz do IDH, cai para o modesto quinquagésimo oitavo lugar em termos de padrão de desenvolvimento humano, trigésimo sexto em termos de consumo diário de calorias por habitante e em termos de índice de analfabetismo e quadragésimo sexto em termos de esperança de vida ao nascer.<sup>1</sup>

Apesar de relevantes, as informações levantadas pelo PNUD no plano mundial constituíam somente um momento do debate sobre o IDH. Este mesmo órgão fomentou que os diversos países elaborassem relatórios nacionais objetivando um aprofundamento, a nível de cada nação, desta metodologia e de seus resultados.

Seguindo as recomendações do PNUD, o Brasil, no ano de 1996, produziu um extenso documento sobre o

<sup>1</sup> Ver **Relatório Sobre Desenvolvimento Humano** PNUD, 1996. Esta era a colocação do Brasil em 1993. Recentemente, foi editado novo relatório sobre o desenvolvimento humano pelo PNUD que apontou que o Brasil ocupa a 68ª posição no ranking do IDH. As três últimas informações foram retiradas, a partir desta mesma fonte, de Paulo Sérgio Pinheiro, **Democracia, Direitos Humanos y Desarrollo Economico y Social: Obstáculos y Resistencias. El Caso Brasil**, 1991 (mimeo).



desenvolvimento humano de sua população. Ao longo das 185 páginas do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil,<sup>2</sup> verificamos que, sob a luz da metodologia do PNUD, a realidade do bem-estar da população brasileira é dividida em três grandes blocos: a região Sul-Sudeste é marcada por um elevado padrão de vida, a Região Centro-Oeste e parte da Região Norte são caracterizadas por um padrão de vida mediano, e, por fim, na Região Nordeste e no Estado do Pará existe um baixo índice de desenvolvimento humano.

No relatório do PNUD, também verificamos diversos textos e boxes dedicados aos mais variados temas: saúde, gênero, educação e... a questão racial. Neste último âmbito, entretanto, verificamos que os dados apresentados, ainda que relevantes, mostravam-se absolutamente insuficientes. Apenas dois breves boxes foram dedicados à questão de cor, um referindo-se à correlação entre a cor e o nível do rendimento e o outro apontando os aspectos educacionais da população preta e parda do Brasil.

Acreditamos que a iniciativa de produção dos indicadores de desenvolvimento humano por parte deste órgão vinculados às Nações Unidas foi louvável. O relatório do PNUD traz inúmeros dados sobre a realidade social brasileira que, sem sombra de dúvida, são de fundamental importância, seja pelo quadro que revelam, seja pelas virtuais orientações de políticas

<sup>2</sup> **Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, DF: PNUD, 1996.

sociais que trazem em seu bojo. Contudo, não podemos deixar de ressaltar o desapontamento com a constatação de que os dados referentes às condições de vida da população afro-brasileira, apesar de constituírem, oficialmente, 42% da população do país, continuam – tal como na novela das oito, onde comumente são coadjuvantes – sendo deixada para os pés de páginas dos livros oficiais.

Neste sentido, o relatório do PNUD, devido ao “esquecimento” de uma análise mais aprofundada à temática das relações raciais no Brasil, contribuiu muito pouco para a produção de políticas específicas para este grande contingente da população que vive em uma situação de ampla vulnerabilidade econômica e social.

A reiterada negação da questão racial do Brasil é uma realidade tão marcante quanto o racismo e o preconceito em nosso país. É sabido, por exemplo, que, em 1970, os militares proibiram o IBGE de levantar dados sobre a cor da população durante o Censo. Somente, em 1995, ou seja, 30 anos após a sua fundação, a Rede Globo de Televisão se dignou a pôr um núcleo familiar negro em sua telinha.<sup>3</sup> Apenas no ano passado, 107 anos após o fim da escravidão no Brasil, foi lançada uma revista dedicada abertamente às questões de beleza e autoestima dos afrodescendentes brasileiros. Foram necessários 100 anos após a abolição para que fosse realizada uma PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) com dados específicos sobre a realidade interétnica do Brasil e para que os negros brasileiros pudessem ter o direito à obtenção de informações sobre sua situação de conjunto. No ano de 1996, pela primeira vez, uma loja foi punida judicialmente pela prática do racismo contra um freguês!

Naturalmente, sabemos que os problemas sociais brasileiros são muito diversos, cada qual com especificidades e vicissitudes próprias. Entretanto, também constatamos que em vários destes problemas (questão de gênero, menores de

<sup>3</sup> Isto se deu na novela *A Próxima Vítima*, na qual havia uma família de classe média negra cujos integrantes eram modelos, profissionais liberais e estudantes universitários, deixando-se de lado o estereótipo do negro enquanto trabalhador braçal e/ou serviçal. Contudo, duas ressalvas devem ser feitas nesta questão. Primeiro, esta novela sucedeu uma outra, *Pátria Minha*, que em um de seus capítulos mostrou uma cena de racismo explícito gerando amplos protestos da comunidade negra no Brasil. Segundo, cabe apontar que, após *A Próxima Vítima*, as coisas voltaram ao normal na TV Globo, ou seja, os negros voltaram a ser representados em funções subalternas, funções estas muito nobres, diga-se de passagem, mas que não são nem por natureza ou por realidade o único ou exclusivo campo profissional dos afrodescendentes brasileiros.

idade, pobreza, analfabetismo, desemprego ou subemprego etc.) igualmente existe um nítido conteúdo racial. A questão interétnica no Brasil não pode continuar a receber o tratamento que lhe tem sido tradicionalmente conferido. Afinal de contas, um século após a abolição, a situação dos afrodescendentes no Brasil, na sua maioria, oscila entre a marginalidade e a vulnerabilidade social, cultural e econômica. Nada justifica, portanto, que se deixe esta questão para um plano secundário.

A realidade do racismo em nosso país pôde ser medida por uma pesquisa feita pelo Datafolha, ligado ao jornal Folha de S. Paulo. Este levantamento verificou que 89% da população acha que existe preconceito contra os negros, mas apenas 10% dos não negros admitem que são racistas.<sup>4</sup> Tal postura não se limita, naturalmente, à sociedade, mas permeia os meios de comunicação, o Poder Judiciário e o Estado em seu conjunto.

Isto pode ser medido, por exemplo, no inexpressivo número de aparições de negros na mídia, na grande quantidade de afrodescendentes nos presídios e nas insuficientes políticas existentes, atingindo inclusive a produção estatística oficial, para enfrentar o problema do preconceito e da marginalização social. Sendo assim, o fantasma do racismo continua atormentando o cérebro dos vivos no Brasil. Mas, posto sob o eterno véu da hipocrisia, nunca é enfrentado de fato pelo Estado e pelo conjunto da sociedade.

Acreditamos, portanto, que a superação do racismo no Brasil não pode ficar relegada à eterna resignação do mero reconhecimento de sua existência.

É necessária a constituição de uma estratégia pública voltada para a promoção das condições de vida deste amplo contingente da população brasileira. Como, por exemplo, as políticas de ação afirmativa, de melhoria dos patamares educacionais da população afrodescendente e pobre em geral, e de preservação e garantia das áreas remanescentes de quilombos. Para que isto ocorra, é preciso que haja um sincero reconhecimento do Estado e da sociedade da grave situação vivida atualmente pelos negros e mestiços no Brasil e da realidade do preconceito e do racismo como um problema tipicamente brasileiro.

Neste sentido, se de um lado somos bastante críticos em relação à ausência de aprofundamento das questões raciais no Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil (1996), por outro, consideramos que o próprio debate sobre a

<sup>4</sup> A este respeito ver a pesquisa publicada no Caderno “Mais” (“Racismo Cordial”) do jornal *Folha de S. Paulo*, 25 jun. 1995. Apenas à guisa de comentário, cabe apontar que este racismo pode ser muito cordial para quem o pratica, já para quem é vítima dele as coisas podem soar um pouquinho diferentes...

ética e a finalidade do desenvolvimento traz importantes oportunidades de debatermos e levantarmos os dados necessários sobre estas antigas mazelas nacionais que são o racismo e a marginalização social da população afrodescendente.

Assim, utilizando a metodologia do IDH e inspirando-nos na sua aplicação feita no âmbito regional brasileiro, faremos na próxima seção deste artigo uma projeção preliminar dos indicadores de desenvolvimento humano da população afrodescendente no Brasil. Pretendemos, desta forma, dar modestos passos para o preenchimento daquela lacuna verificada no Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil. Na terceira parte de nosso trabalho, discutimos a abrangência dos indicadores listados pelo PNUD e apresentamos outras possíveis variáveis explicativas das condições de vida desfavoráveis da maioria dos negros no Brasil. Por fim, no último bloco, debatemos a necessidade da produção de informações sobre a temática racial no Brasil e a virtual adoção do IDH como instrumento potencializador das políticas sociais voltadas para a população afrodescendente no Brasil.

### Aspectos da realidade afrodescendente no Brasil: da senzala ao sufoco

O quadro geral de vulnerabilidade vivida pela população afrodescendente brasileira pode ser verificado através da publicação dos resultados da tardia PNAD de 1987. No ano de 1990, com três anos de atraso, mas em ação inédita na história

das estatísticas oficiais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou cinco volumes inteiros dedicados a desvendar a situação socioeconômica de brancos, pretos, pardos e “amarelos” nos níveis nacional e das grandes regiões metropolitanas – reunindo, então, o mais amplo conjunto de indicadores sociais sobre essa população elaborado pelo Estado.<sup>5</sup> Vale salientar que, depois disso, nenhum outro levantamento nacional uniu aos seus objetivos a aplicação de um plano tabular com tal especificação: cor.<sup>6</sup>

Aliás, antes de avançarmos neste ponto, é preciso que sejam ditas algumas palavras em relação à questão da produção das estatísticas oficiais sobre a população afrodescendente brasileira. A insuficiente produção estatística no Brasil sobre esta comunidade não é fortuita. Ela está articulada com um conjunto de fatores que pretendem fazer da “inexistência” do racismo e do preconceito uma causa e não uma consequência. Consequência porque a “inexistência” é resultado da tentativa de “esconder” a nitidez da situação de exclusão e marginalização dos afrodescendentes e fortalecer o discurso da democracia racial, de cujo ideal de embranquecimento é parente de primeiro grau. Por isso, durante quase um século, tentou-se esconder uma realidade socioeconômica que

<sup>5</sup> Na PNAD – 1987, os pretos aparecem como sendo 5,5%, os pardos 37,2%, “amarelos” 0,6% e os “brancos” 56,4%. Está excluída a população rural da Região Norte.

<sup>6</sup> A justificativa apresentada pelo IBGE diz o seguinte: a concepção do sistema PNAD, na década de 1980, previa a aplicação, juntamente com a pesquisa básica PNAF – Mão de Obra, de um suplemento contemplando temas específicos a cada ano. Entretanto, em 1987, não foi aplicado esse suplemento, com a introdução da característica cor no questionário básico. Deste modo, gerou-se um plano tabular específico, constituído inteiramente por cruzamentos com esta informação.

privava os descendentes de pessoas escravizadas<sup>7</sup> no país de direitos mínimos a condições de vida adequadas.<sup>8</sup>

Por outro lado, o ocultamento desta realidade é produto da falta de disposição política, quando não de um sentimento contrário, para a construção de ações concretas que revertam este quadro. Se o Estado e a sociedade brasileira como um todo tivessem tido o empenho de integrar e promover a população de origem escrava ao pleno desenvolvimento social, seria muito pouco provável que, passado mais de um século da abolição da escravidão, a população afrodescendente estivesse concentrada nos níveis de maior vulnerabilidade e marginalidade econômica e política.

Voltando ao nosso assunto principal, apesar do constrangimento de apresentar dados desagregados segundo classificação pardos e pretos, é fato, analisando e confrontando dados socioeconômicos desagregados por cor, que ambos os grupos estão inscritos no mesmo quadro de vulnerabilidade, ou seja, estão em situação francamente desvantajosa frente à população branca.

Vamos utilizar basicamente os dados da PNAD de 1987 para cruzá-los com os Indicadores de Desenvolvimento Humano do PNUD de 1994.<sup>9</sup> Como vimos, são três os indicadores escolhidos por este órgão para a medição dos índices de desenvolvimento humano: nível de rendimento, nível de escolaridade e esperança de vida.

#### Nível de rendimento

Analisando a situação do nível de rendimento da população preta e parda vis-à-vis com a população branca, verificamos que toda nossa argumentação sobre a marginalização social daquele grupo étnico faz sentido.

Segundo o levantamento da PNAD, 38,8% dos pretos e 35,1% dos pardos ocupados ganhavam até 1 salário mínimo, contra 18,6% dos brancos com igual rendimento. Somente 1,2% dos pretos e 2,5% dos pardos ocupados possuíam renda superior a 10 salários mínimos contra 9,3% dos brancos com renda nesse patamar. Neste mesmo ano, verificou-se que 11,3% dos pretos e 10,5% dos pardos ocupados, trabalhando entre 40 e 48 horas, ganhavam até 1/2 salário mínimo, enquanto os brancos nessa mesma situação constituíam 4,1%. Outra pesquisa feita em São Paulo, utilizando os mesmos dados da PNAD, também

<sup>7</sup> N. do E.: Originalmente, “escravos”. No entanto, o debate sobre as questões raciais no Brasil ganhou mais visibilidade e avançou nos últimos 25 anos. Em sintonia com essas transformações, decidimos substituir a palavra “escravo” e suas derivações pela expressão “pessoas escravizadas” e derivações sempre que ela ocorrer neste e em outros textos originais da FASE.

<sup>8</sup> A este respeito ver Regina P. Pinto, *Os Problemas Subjacentes ao Processo de Classificação da Cor da População no Brasil*, trabalho apresentado no Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, Rio de Janeiro, 27 a 31 de maio de 1996 (mimeo).

<sup>9</sup> PNUD – *Relatório do Desenvolvimento Humano*, *op cit.*

revela outros aspectos muito curiosos. O diferencial de rendimento médio no trabalho entre brancos e pardos atinge a marca de 110% e entre brancos e negros atinge a marca de 142%. O diferencial na média de remuneração no trabalho entre um homem branco e uma mulher negra atinge a média de 295%.<sup>10</sup>

Saindo do ângulo da remuneração direta e entrando no aspecto dos salários indiretos e demais benefícios sociais, observamos que a situação dos pretos e pardos também não é mais favorável que a dos brancos: 47% dos pretos e 51% dos pardos não possuíam carteira de trabalho assinada contra 35% dos brancos na mesma situação.

Quando observado sob o ângulo dos rendimentos médios, o estudo do PNUD para o Brasil aponta que “o rendimento médio dos homens pretos e pardos correspondiam em 1990, respectivamente, a 63% e 68% do rendimento dos homens brancos. A posição relativa da mulher preta e parda em relação à mulher branca é semelhante: seu rendimento correspondia a 68% da mulher branca”.<sup>11</sup> De acordo com este estudo existem duas razões que ajudariam na compreensão destes diferenciais: a maior concentração dos pretos e pardos nas regiões mais pobres do Brasil (principalmente na região Nordeste) e as diferenças de níveis educacionais entre os brancos e pretos e pardos. Contudo, o relatório do PNUD aponta que mesmo quando se corrige estatisticamente estes fatores, as diferenças de rendimento entre os grupos étnicos perduram: “vale dizer, mesmo quando se compara pessoas de diferentes cores de uma mesma região e com mesmo nível educacional, constata-se que o diferencial entre pretos, pardos e brancos, embora mais reduzido é ainda mais significativo”.<sup>12</sup> Feitas estas correções, os diferenciais de rendimento líquido entre pretos e pardos e os brancos são de 74% e 79%, respectivamente, entre os homens, e de 86% e 82%, respectivamente, entre as mulheres.

A construção do índice de desenvolvimento humano da população afrodescendente no Brasil necessariamente teria de passar por uma avaliação do rendimento *per capita*/ano deste contingente em nosso país, informação esta que não está disponível. Para fins da construção do indicador da população afrodescendente no item rendimento consideramos duas situações. Na primeira, ignoramos quaisquer diferenças existentes entre os níveis de rendimento dos afrodescendentes e dos brancos. Na segunda situação, partimos de uma média ponderada dos quatro níveis diferenciais entre o rendimento líquido da população preta e parda em relação à população branca. A ponderação está baseada nas proporções entre os tamanhos das populações negras e mestiças. Deste

<sup>10</sup> Charles Wood & José Carvalho, *A Demografia da Desigualdade no Brasil*. IPEA, 1994. *Folha de S. Paulo*, 8 abr. 1995.

<sup>11</sup> PNUD, *op cit.*, p.22. Quadro 2.2.

<sup>12</sup> Idem.



modo, considerando que os homens e mulheres negras correspondem a 11,08% da população afrodescendente no Brasil e que os homens e mulheres mestiços correspondem a 88,91% deste contingente, verificamos que em média o rendimento líquido dos pretos e pardos corresponde a 80% do rendimento líquido da população branca. Após termos feito isto, fizemos uma ponderação entre estes níveis de rendimento da população afrodescendente e a média do rendimento nacional ajustado. Adotamos, ainda, a simplificação de que a população brasileira seja dividida exclusivamente entre brancos e afrodescendentes de modo a chegarmos em um nível de rendimento médio da população afrodescendente baseado no rendimento dos brancos e não em relação à média de rendimento da população brasileira.

Deste modo, dado um rendimento nacional *per capita* igual a US\$ 5.142,00 e um nível diferencial líquido de 80% do rendimento dos afrodescendentes em relação aos brancos, verificamos que o rendimento da população negra e mestiça seria igual a US\$ 4.583,33.

Cada um destes métodos apresentou um inconveniente. No primeiro, quando as diferenças de rendimentos são desprezadas, deixamos de levar em consideração um fato óbvio que é a diferenciação do nível de rendimento médio dos pretos e pardos em relação aos brancos. No outro método, quando levamos em conta o diferencial destes rendimentos, o procedimento estatístico adotado não foi dos melhores, tendo em vista que partimos de uma suposição de que a população brasileira seria formada exclusivamente por brancos, negros e mestiços. Não obstante estas observações, a forma adotada para o cálculo do indicador de rendimento dos negros e mestiços aparentou ser bastante razoável na medida em que está vinculada ao próprio indicador de rendimento feito pelo PNUD. Qualquer outra forma de levantamento deste indicador, que, por exemplo, englobasse a concentração de renda, correria o risco de estar fundamentada em dados e metodologia diferentes dos oficiais, o que tornaria imprecisa a comparação entre os mesmos.

Tendo em conta este conjunto de observações metodológicas, verificamos que o índice do PIB da população afrodescendente no Brasil ficaria situado, no mínimo, dentro da seguinte faixa: o indicador otimista da população afrodescendente não precisa ter sua fórmula indicada, posto ser igual à média nacional igual a 0,940. A forma pela qual chegamos ao indicador pessimista está calcada na base de cálculo das Notas Técnicas (p. 152) do *Relatório Sobre Desenvolvimento Humano no Brasil* para o indicador de rendimento. O valor  $W(y)$  é a utilidade ou bem-estar derivado da renda ( $y$ ) e a elasticidade marginal da renda ( $E$ ) indica que o rendimento é decrescente. Para incorporar essa hipótese ao cálculo do IDH recorre-se à fórmula de Atkinson relativa à utilidade de renda:  $W(y) = [1 / (1 - E)] * y^{1-E}$ .

Esta fórmula é válida para um nível de rendimento abaixo de US\$5.120,00, definido como equivalente à renda média mundial ao nível de pobreza. Para qualquer outro nível de rendimento médio abaixo deste valor, a elasticidade-renda é igual a 0. Deste modo  $W(y)$  é definido por ser igual a:  $W(y) = [1 / (1 - 0)] * y^1 - 0$ ; ou:  $W(y) = y$ .<sup>13</sup>

Como a média pessimista de rendimento da população afrodescendente é igual a US\$ 4.533,33, seu nível de rendimento médio estaria abaixo da linha de pobreza, definida pelo PNUD. Assim, a elasticidade marginal de sua renda pode ser calculada de acordo com a fórmula verificada acima, fazendo com que o indicador  $W(y)$  da população afrodescendente seja igual à própria média do rendimento desta população tal como indicado neste parágrafo.

Dado que a fórmula do indicador de rendimento é definido por:  $R = (W - 100) / (5449 - 100)$  e que o rendimento pessimista da população afrodescendente seria igual a US\$ 4.583,33, o indicador pessimista do rendimento da população afrodescendente no Brasil seria igual a:

- $R^*$  => Indicador otimista de rendimento da população afrodescendente no Brasil;
- $R^{**}$  => Indicador pessimista de rendimento da população afrodescendente no Brasil;
- $R^* = 0,940$ ;
- $R^{**} = (4583,33 - 100) / (5449 - 100) = 0,838$ ;
- (1) Cálculo otimista;  $R^* = 0,940$  (igual ao indicador de rendimento do Brasil);
- (2) Cálculo pessimista;  $R^{**} = 0,838$  (89% do indicador de rendimento do Brasil).

Deste modo o indicador de rendimento da população afrodescendente no Brasil situar-se-ia entre 0,838 e 0,940.

### Nível educacional

Da mesma forma que nos níveis de rendimento, a situação educacional da população afrodescendente não é nada favorável. Segundo os dados da PNAD, apresentados no Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil, 35,2% dos pretos e 33,6% dos pardos com mais de 25 anos eram analfabetos, contra 15% dos brancos em igual condição. Vale lembrar que o índice de analfabetismo no Brasil é de 18%. Somente 1,7% dos pretos e 2,9% dos pardos declararam ter 12 ou mais anos de estudos, contra 11,4% dos brancos e 28,5% dos amarelos.

De acordo com o mesmo estudo, a probabilidade de entrar na escola é de 85% para os brancos, contra 65% para os pretos e pardos. A probabilidade de ingressar na segunda fase do ensino elementar, uma vez tendo ingressado na escola, é

<sup>13</sup> Para um nível de rendimento médio entre 2 e 3 vezes o valor desta linha de pobreza o cálculo de  $W(y) = y + 2^{*1/2} + 3 [(y - 2y^*)]^{1/3}$

de 55% para os brancos, frente a 40% para os pretos e 44% para os pardos. A probabilidade de um branco que completou o primeiro grau chegar ao segundo grau é de 57%, ao passo que a probabilidade de um preto e de um pardo fazerem o mesmo cai, respectivamente, para 36% e 46%. O acesso à Universidade é ainda mais restrito aos negros. Somente 18% dos pretos e 23% dos pardos que completaram o segundo grau têm probabilidade de chegar às Universidades, frente a uma probabilidade de 43% dos brancos na mesma situação.<sup>14</sup>

Este jogo de probabilidades se completa quando observamos o percentual da população branca e preta e parda de 14 anos de idade com atraso escolar. Apenas 6,1% dos pretos e 8,3% dos pardos não ficaram para trás em seus estudos, ao passo que este índice entre os brancos sobe para 27,7%. O percentual dos afrodescendentes atrasados com mais de dois anos de estudo são ainda mais assustadores: 72% dos pretos e 60% dos pardos menores de 14 anos encontram-se nesta situação, frente a 34,9% dos brancos.

Naturalmente, este menor acesso ao ensino se traduz em um ingresso mais precoce no mercado de trabalho. A praga do trabalho infantil afeta 20% das crianças “pardas” e “pretas”. A quantidade de crianças “brancas” afetadas por este problema atinge a marca, também muito elevada, de 15% do total.<sup>15</sup>

Outro aspecto que merece ser mencionado é a baixa qualidade das escolas públicas no Brasil, que afeta as crianças pobres em geral e as negras em particular. Na mesma via, muitas vezes o preparo dos professores não é suficiente e os livros didáticos não são adequados para o enfrentamento da questão racial. Ou pior, não poucas vezes, tanto os professores como os livros didáticos escondem o problema do preconceito de suas turmas ou o estimulam abertamente. Recentemente, o jornal Folha de S. Paulo publicou a relação de livros didáticos reprovados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). Segundo a reportagem, um destes exemplares, o livro *Viva Vida: Ciência*, da Editora FTD, destinado a crianças da terceira série, ou seja, a partir de oito anos. No livro, “duas ilustrações mostram uma sala de aula com crianças pobres, negras e mestiças. Uma delas está se coçando e a legenda diz: ‘Na classe de Pedrinho havia um menino com piolhos’. Na figura seguinte, todos estão se coçando e uma série de perguntas indaga de quem é a culpa dos alunos estarem com piolhos”.

<sup>14</sup> Doze ou mais anos de estudo pode significar ingresso no terceiro grau.  
<sup>15</sup> Wood & Carvalho, *op cit*.

Segundo a reportagem da Folha, notava-se uma “tendência de reduzir a problemática das condições sanitárias a procedimentos individuais. As ilustrações mostram crianças pobres, uma delas descalça, como se cidadãos mestiços e pobres fossem os responsáveis pela disseminação de doenças”.<sup>16</sup>

“

**Segundo os dados da PNAD, apresentados no Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil, 35,2% dos pretos e 33,6% dos pardos com mais de 25 anos eram analfabetos, contra 15% dos brancos em igual condição. Vale lembrar que o índice de analfabetismo no Brasil é de 18%.**

Com este exemplo concreto, verificamos que, além de todas as condições sociais adversas, as crianças afrodescendentes são obrigadas a enfrentar na escola a reprodução de práticas elitistas e racistas, o que, certamente, é um desestímulo a mais à continuidade dos estudos.

O PNUD calcula o item educação estabelecendo uma média entre o nível de analfabetismo da população adulta e uma taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior. Utilizando uma média ponderada dos níveis de alfabetização das populações pretas e pardas, verificamos que a taxa de alfabetização entre os afrodescendentes é de 34%. Já o índice combinado de matrícula da população de afrodescendentes nos três níveis de ensino foi calculado a partir da probabilidade que estes têm de atingir cada um daqueles quatro patamares. Outra vez utilizamos uma média ponderada das populações pretas e pardas. Adotando esse procedimento, verificamos que a taxa combinada de matrícula e o índice educacional da população afrodescendente encontra-se no seguinte nível:

- $E^*$  => Indicador de padrão educacional da população afrodescendente;
- $A^*$  => Taxa de analfabetismo de adultos afrodescendentes = 34%;
- $M1^*$  => Taxa de matrícula de afrodescendentes na primeira fase do ensino primário = 65%;
- $M2^*$  => Taxa de matrícula de afrodescendentes na segunda fase do ensino primário = 27%;
- $M3^*$  => Taxa de matrícula de afrodescendentes no ensino de segundo grau = 11,4% e;
- $M4^*$  => Taxa de matrícula de afrodescendentes no ensino superior = 2,3%.

Desta forma,  $M^* =$  Taxa combinada de matrículas dos afrodescendentes nos três níveis de ensino é igual a:  $M^* = M1^* + M2^* + M3^* + M4^* / 4$ .

Ou seja,  $M^* = 65 + 27 + 11,4 + 2,3 / 4 = 26,42$ .

<sup>16</sup> Fernando Rossetti. Só 14% dos livros “passam” no MEC. *Folha de S. Paulo*, Caderno Cotidiano, 14 mai. 1997, pp.1-2.

Corno pondera a Nota Técnica do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano: o cálculo do nível educacional E envolve: (i) a aplicação naquela expressão dos valores observados para as variáveis relacionadas à educação (a taxa de alfabetização de adultos A e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior M); e (ii) cálculo da média ponderada das duas variáveis, na qual a primeira tem peso dois e a segunda peso um.

Desta forma, a fórmula do indicador de nível educacional dos negros e mestiços é igual a:  $E^* = 2/3x \{(A^* - 0) / (100 - 0)\} + 1/3 X \{(M^* - 0) / (100 - 0)\}$ . Ou seja:  $E^* = 2/3x \{(34 - 0) / (100 - 0)\} + 1/3 X \{(26,42 - 0) / (100 - 0)\}$ ;  $E^* = 0,314$ . Deste modo, o indicador educação para a população afrodescendente seria igual a 0,314. Vale apontar que o índice nacional de educação do Brasil, medido pelo PNUD, é igual a 0,76, isto é, mais do que o dobro do indicador da população afrodescendente para este item.

### Esperança de vida

As informações referentes à esperança de vida da população afrodescendente no Brasil também não são nada animadoras. Entre 1940 e 1950, a expectativa de vida ao nascer da população branca brasileira era de 47,5 anos. Entre os anos de 1970 e 1980, a esperança de vida deste contingente subiu para 66,1 anos. Já a população não branca tinha uma expectativa de vida de 40 anos entre a década de 1940 e 1950. Ao longo do decênio dos anos 1970, esta esperança de vida havia subido, mas para um nível menor que o da população branca, para 59,4 anos, ou seja, praticamente sete anos a menos no mesmo período.<sup>17</sup>

Considerando estas informações, em absoluto seria absurdo apontarmos que os pretos e pardos têm, no mundo real, menos direito à vida que os brancos. Contudo, vale apontar que diversos outros aspectos, além do nível de rendimento, do nível educacional e das influências regionais, se fazem presentes na determinação desta menor esperança de vida da população afrodescendente frente à população branca. Devemos englobar também outros dados, que embora não entrem no cálculo do IDH propriamente dito, fazem parte dos Indicadores do Perfil de Desenvolvimento Humano e Perfil de Privação Humano elaborados pelo mesmo PNUD. Segundo os dados da PNAD de 1987, 13,9% dos pretos e 13,3% dos

pardos viviam em “habitações rústicas”, ou seja, barracos ou casas de adobe, contra 3,4% dos brancos vivendo no mesmo tipo de moradia.

Do mesmo modo, 42,2% dos pretos e 50,4% dos pardos não desfrutavam dos serviços de água com canalização interna, o que certamente resultaria em um melhor padrão de saúde, contra 19,9% dos brancos na mesma situação. Também o tratamento do lixo é diferenciado segundo o critério da cor: 34,1 % dos pretos e 39,5% dos pardos escoavam lixo em terrenos baldios, contra 18,3% dos brancos utilizando-se da mesma alternativa. Por fim, as diferenças raciais acabam envolvendo o acesso a um padrão civilizatório mínimo, como o acesso à informação e a um conforto no lar: 21,7% dos pretos e 28,0% dos pardos não desfrutavam de energia elétrica, contra 10,2% dos brancos sem o mesmo tipo de serviço.

Consideraremos que a esperança de vida da população afrodescendente se encontra nos mesmos patamares da esperança de vida da população não branca como um todo.

“

**Verificamos que, além de todas as condições sociais adversas, as crianças afrodescendentes são obrigadas a enfrentar na escola a reprodução de práticas elitistas e racistas, o que, certamente, é um desestímulo a mais à continuidade dos estudos.**

Este procedimento é bastante razoável se levarmos em consideração que a população afrodescendente (preta e parda) corresponde a mais de 90% da população não branca do Brasil. Deste modo, o indicador de longevidade da população afrodescendente é igual a 59,4 anos. Assim:

- $I^* \Rightarrow$  Esperança de vida da população afrodescendente = 59,4;
- $L^* \Rightarrow$  Indicador de longevidade da população afrodescendente.

Este indicador, segundo a Nota Técnica do Relatório do Desenvolvimento Humano, tem como fórmula a seguinte expressão:  $L^* = (1 - 25)/(85 - 25)$ . Assim:  $L^* = (59,4 - 25) / (85 - 25)$ ;  $L^* = 0,573$ .

Deste modo, o indicador da esperança de vida da população afrodescendente seria igual a 0,573. Vale apontar que o indicador nacional de longevidade, medido pelo PNUD, está situado na faixa de 0,69.

### Indicadores de desenvolvimento humano da população afrodescendente no Brasil: uma avaliação preliminar

Antes de finalizarmos nossas contas acerca dos indicadores de desenvolvimento da população afrodescendente no Brasil, cabe apontar algumas observações. Em primeiro lugar, o resultado a que se chegou é absolutamente preliminar, posto que alguns dos indicadores estão baseados em hipóteses. Em segundo lugar, também tivemos pouco tempo para discutir

estes resultados com outras pessoas que teriam, com certeza, diversas ponderações a fazer acerca da nossa base de cálculo. Neste sentido, ficaremos satisfeitos se este índice calculado conseguir pura e simplesmente provocar o debate e auxiliar a produzir políticas mais adequadas para o trato da questão racial no Brasil e em outros lugares do mundo. Por fim, como vimos, o conjunto dos indicadores foram calculados a partir das indicações metodológicas apresentadas nas Notas Técnicas do Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil (1996).

Na verdade, uma vez tendo-se calculado os índices de rendimento, educação e longevidade, o cálculo do índice de desenvolvimento humano torna-se trivial, bastando-se fazer uma média simples entre estes três indicadores. Como observamos nas páginas acima, os indicadores verificados foram:

- $R^* \Rightarrow$  Indicador de rendimento da população afrodescendente = 0,838 <  $R$  > 0,940;
- $E^* \Rightarrow$  Indicador de nível educacional da população afrodescendente = 0,314;
- $L^* \Rightarrow$  Indicador de longevidade da população afrodescendente = 0,573.
- Assim, o IDH da população afrodescendente seria igual:  $R^* + E^* + L^*/3$ .

Ou seja: (1) Perspectiva pessimista:  $0,838 + 0,314 + 0,573 / 3 = 0,575$ ; (2) Perspectiva otimista:  $0,940 + 0,314 + 0,573 / 3 = 0,607$ .

Postos estes números, verificamos que o IDH da população afrodescendente no Brasil situa-se entre 0,575 dentro de uma perspectiva pessimista, e 0,607, dentro de uma perspectiva otimista. Estes indicadores apontam que a qualidade de vida da população afrodescendente no Brasil fica abaixo da média da maioria dos estados brasileiros.<sup>18</sup>

De acordo com os padrões internacionais, ao apresentar estes dados, o IDH da população negra e mestiça brasileira seria considerado mediano-baixo, visto estar situado, no máximo, no patamar de 0,607. Os países de IDHs tidos como medianos apresentam um indicador médio de 0,647. Dentro da leitura otimista, o IDH da população afrodescendente estaria situada na 109ª posição, abaixo da China, cujo IDH é igual a 0,609, e acima do Iraque, cujo IDH é igual a 0,599.

Dentro do enfoque pessimista, ao nosso ver o mais realista, o IDH da população afrodescendente cairia para a 116ª posição, abaixo de El Salvador (América Central) e praticamente junto com a Namíbia (África), cujo IDH está na faixa de 0,573. Neste enfoque, a situação dos afrodescendentes no Brasil é melhor que a maioria dos países da África, mas cabe apontar que ainda assim seu IDH é pior do que os indicadores apresentados em

<sup>18</sup> A tabela do ranking do IDH dos estados brasileiros está em Relatório sobre o Desenvolvimento Humano Brasil, IPEA/PNUD, 1996, p. 169. A tabela do ranking do IDH entre as 174 nações do planeta estão nas pp. 135-137 do mesmo documento.

nove países deste continente (Ilhas Maurício, Líbia, Tunísia, Botswana, África do Sul, Argélia, Egito e Swazilândia) e está situado pouco acima da Namíbia, como vimos, além do Marrocos, do Gabão e do Zimbábue. Do mesmo modo, no enfoque pessimista, o IDH da população afrodescendente no Brasil é pior do que as médias de todos os países da América Latina, com exceção da Nicarágua, que vem logo abaixo com um IDH igual a 0,568.

Por fim, não deixa de ser curioso que, depois de mais de um século do fim da escravidão, o IDH da população negra brasileira seja tão baixo e venha tão abaixo da média nacional, cujo IDH é igual a 0,796, o que é considerado mediano-alto. Triste situação para o paraíso da democracia racial...

### Os indicadores indicam tudo?

Com certeza a metodologia do IDH traz muitas possibilidades em termos de uma melhor compreensão da realidade brasileira. Contudo poderíamos nos perguntar: será que aqueles indicadores mencionados indicam tudo o que é necessário ser revelado sobre a população afrodescendente?

Antes de respondermos a esta pergunta, precisamos fazer uma ponderação inicial. Com os problemas metodológicos de levantamento e tratamento das informações, existem sérias questões de compatibilização estatística entre os diversos países do mundo. Por isso, dificilmente seria possível construir um indicador de desenvolvimento humano em nível internacional se este não se restringisse a captar somente poucas variáveis mais relevantes. Do contrário, o próprio instrumento analítico IDH ficaria comprometido, posto que ele retira muito de sua força justamente da comparação das situações socioeconômicas vividas pelas diferentes nações em um mesmo momento.

Neste sentido, a pergunta sobre a capacidade de revelação por parte da ferramenta IDH da realidade da comunidade afrodescendente brasileira aponta tão somente para a necessidade desta própria comunidade, junto com os órgãos estatais de produção estatística, e define quais seriam o conjunto de critérios e parâmetros balizadores deste seu bem ou mal-estar coletivo.<sup>19</sup>

Será que todos os problemas dos negros no Brasil serão resolvidos no dia em que estes forem alfabetizados, receberem salários maiores e viverem mais? Ou mesmo que outras variáveis sejam contempladas, como o acesso

<sup>19</sup> Vale lembrar, neste sentido, que o PNUD já desenvolveu um indicador específico sobre a Situação da Mulher, englobando as seguintes variáveis: esperança de vida ao nascer, mortalidade materna, taxa de fecundidade total, idade da mulher no primeiro casamento, domicílios cujo chefe é a mulher, taxa de alfabetização da população feminina adulta, mulheres integrantes da PEA, participação das mulheres no mercado de trabalho, rendimento das mulheres ocupadas e mulheres como administradoras e gerentes. A este respeito, ver: Relatório Sobre Desenvolvimento Humano Brasil, IPEA/PNUD, 1996.

<sup>17</sup> A este respeito, ver Wood & Carvalho, *op. cit.*

ao tratamento de lixo, esgoto, luz elétrica etc.? Ainda assim, será que as condições de vida da população afrodescendente estariam compatíveis com os níveis desejados?

Na verdade, é preciso que as medidas visando a superação da situação de marginalização econômica e social população afrodescendente se combine com medidas concretas de combate ao preconceito e à discriminação racial. Dados do Datafolha revelam que 52% dos negros e 54% das negras apontam a discriminação no trabalho como o maior problema, o que é bastante coerente com outro dado levantado na mesma pesquisa, segundo o qual para 14% dos brancos, 16% dos pardos e 17% dos outros grupos étnicos entrevistados, negro é sinônimo de incompetência.<sup>20</sup> Ou seja, mesmo que os negros estudem, se esforcem para obter diplomas, roupas bonitas, “boa aparência” etc., ainda assim, eles serão um potencial alvo de possíveis desrespeitos, preconceitos e violência.

Mesmo com a falta de informações específicas, supomos poder encontrar diversos outros indicadores que apontam o nível de precariedade em que vive a população afrodescendente do Brasil. Um dos mais importantes seria a questão da violência policial, que, muito embora não incida somente sobre os negros, tem nesta população seu alvo preferencial. Por outro lado, não é somente a falta de direitos que caracteriza a situação da população afrodescendente no nosso país. A sua própria autoestima fica abalada no preconceito cotidiano, implícito e explícito, presente nas salas de aula, nos programas de televisão, nas mensagens da mídia, nos textos didáticos e na falta de oportunidade de acesso aos altos escalões hierárquicos de empresas e entidades públicas (como, por exemplo, o Itamaraty e as Forças Armadas). Estes últimos aspectos também colocam a nu toda a falsidade do ideário da democracia racial no Brasil, ou, sob outro ângulo, coloca esta nação como uma das mais racistas de todo o planeta.

Enfim, a desigualdade que se inicia com a falta de oportunidade de educação, atravessa as chances de participação plena, leia-se condições igualitárias, no mercado de trabalho, aprofunda-se na menor remuneração obtida na atividade produtiva, perpassa os mecanismos velados ou explícitos de violência e discriminação e desemboca em outras desvantagens como o não gozo de serviços públicos e outros serviços essenciais. Assim é que a população negra continua a construir escolas que não frequentarão; instalar tubulações hidráulicas e construir torres de transmissão para viabilizar e disponibilizar serviços os quais não terão a satisfação de usufruir e a produzir riquezas que jamais poderão desfrutar.

<sup>20</sup> Folha de S. Paulo, 25 jun. 1995. A pergunta feita era: “negro quando não faz besteira na entrada faz na saída?”, significando, no mínimo, se a sociedade questionava a capacidade profissional dos negros e negras. Por outro lado, cabe ler as respostas a esta pergunta, na qual a esmagadora maioria discordava, sob a luz da hipocrisia racial reinante no Brasil tal como vimos linhas acima em nosso texto. Ou seja, é de esperar que esta concepção seja ainda mais frequente junto à população.

Podemos perceber, assim, que a questão racial no Brasil envolve um aspecto inerentemente político. Portanto, nossas constatações acerca da péssima situação vivenciada pelos negros brasileiros desdobram-se em nossa convicção da necessidade de enfrentarmos esta problemática pela via da constituição de estratégias públicas como: ação afirmativa (política de cotas em diversos órgãos públicos e privados), políticas de garantia de renda mínima, preservação das áreas remanescentes de antigos quilombos, a melhoria do padrão educacional de toda população – e da negra e mestiça, em especial – e através do estímulo à dignidade e autoestima de todos os afrodescendentes brasileiros. Observamos também que a temática sobre desenvolvimento humano para a população negra no Brasil exige ainda uma discussão paralela imprescindível: o aperfeiçoamento, coleta e disponibilização ampla e adequada de dados relativos aos afrodescendentes. Isto requer que o Estado deixe de se omitir perante esta questão e, de forma amplamente discutida por toda sociedade, capacite e confira os recursos adequados aos órgãos oficiais de levantamentos estatísticos visando a produção de informações – e seu respectivo tratamento – sobre a situação social, cultural e econômica dos diversos grupos étnicos do Brasil.

### Conclusão: vamos pôr o esqueleto fora do armário!

Na Grã-Bretanha existe um provérbio que diz “há um esqueleto no armário”. Tal frase significa que, por exemplo, uma determinada família guarda um segredo a sete chaves, segredo este envolto em um ar de mistério, mas que constitui uma mácula na história daquele dado grupo. O Brasil também guarda um esqueleto trancafiado no armário. Este segredo, envolto em meio a densa bruma, é constituído pelas relações raciais em nosso país, envolvendo principalmente, embora não unicamente, a população de origem afrodescendente brasileira e a sua integração junto ao mundo branco. Mas por que e para quem a questão racial no Brasil poderia se constituir em uma vergonha?

O Brasil abriga a segunda maior população negra em todo o Mundo. Como diria Malcom X, os bisavôs e bisavós deste amplo contingente não foram convidados para vir passear na América. Não puderam cantar bonitas canções para o Mundo Novo. Enfim, não viveram o sonho americano. Como diz a música, “tudo chegou sobrevivente no navio”. Trazidos à força, os negros viram “a crueldade bem de frente”: tiveram seus nomes, nacionalidades, identidades, crenças apagadas da história. Segundo as tradições econômicas e religiosas vigentes à época, escravos eram coisas e não gente, não tinham alma... Seja como for, os séculos se passaram, belos monumentos, hoje históricos, foram erguidos, muita riqueza – açúcar, ouro, fumo, café – foi e continua sendo gerada.

Sem dúvida a história dos escravos trazidos para o Brasil e a sorte de seus descendentes guardam muito sofrimento e

privações. Mas demonstra também a disposição de uma raça em sobreviver, em resistir aos maiores tormentos, enfim, em acreditar na vida. Logo, para os próprios afrodescendentes e para a maioria do povo brasileiro, não existe a menor razão para se envergonhar de seu passado e muito menos para serem céticos em relação ao seu futuro. Quem guarda o esqueleto no armário é quem quer esconder não apenas sua própria vergonha, mas sua dupla responsabilidade pelo período escravocrata e pela situação atual onde o racismo, a discriminação e a falta de oportunidades são aspectos cotidianos da esmagadora maioria da população descendentes de escravos em nosso país.

A formação do Brasil republicano trouxe consigo uma intensa vontade, se não necessidade, de aprofundar os sentidos da identidade nacional. O país almejava ser uma nação séria, moderna, progressista. Entretanto, na ausência de uma revolução democrática, o discurso das elites do Brasil do começo do século XX produziu a alquimia de transferir, através de uma análise pseudocientífica, para as maiores vítimas do antigo sistema, os ex-escravizados, a culpa pela situação de atraso econômico, moral e intelectual no país. O Brasil era do jeito que era por culpa dos negros preguiçosos e das mulatas lascivas que, com sua indolência e permissividade, impediam o progresso da nação. Após a Revolução de 1930, outro discurso ganhou corpo no Brasil. Inspirado em Gilberto Freyre, a nação adotou o ideário da democracia racial, segundo o qual não haveria racismo no Brasil, mas uma doce e malemolente forma de dominação dos brancos

sobre os negros. Desta vez, não se tratava mais de impingir aos negros a culpa pela sua própria dor, mas de negar a realidade do racismo, do preconceito e das profundas desigualdades socioeconômicas que separavam a população branca e negra e mestiça no país.

“

### A insuficiente produção estatística no Brasil sobre esta comunidade não é fortuita. Ela está articulada com um conjunto de fatores que pretendem fazer da “inexistência” do racismo e do preconceito uma causa e não uma consequência.

Esta concepção de que vigoram relações interétnicas harmoniosas exerce um papel hegemônico até hoje no Brasil, o que foi confirmado pela já citada reportagem da Folha de 1995, que apontou a prática de um racismo “politicamente correto” cordial em nosso país.

Como podemos perceber, ao longo da história, o racismo no Brasil tanto já foi fundamentado em concepções (pseudocientíficas como já recebeu tentativas de acobertamento socioideológico que ora não reconhecia sua existência e ora o cobria de adornos e paetês.

Sobre isso existem muitas histórias. Uma das mais populares relembra Rui Barbosa. Esse, cioso em ver realizado um futuro sem as marcas da escravidão ou buscando evitar indenizações a escravizados e senhores, teria mandado queimar arquivos contendo documentos das compras de pessoas escravizadas. Sendo verdadeiro o ato, coloca-nos a questão de alcance das tentativas de evitar o tratamento adequado à problemática racial. Não sendo verdadeiro, mas popular a hipótese, revela-se aí o simbolismo do tratamento dissimulado frente aos escravizados e seus descendentes.

Finalmente, por um lado ou por outro, esta história exemplifica a questão de que o levantamento e o acesso aos dados, aos documentos e às estatísticas colocam-se como elementos estratégicos para a constituição de políticas promotoras da melhoria da qualidade de vida, seja dos negros e mestiços brasileiros seja de qualquer outro grupo específico da população. O debate sobre os indicadores de desenvolvimento humano para a população afrodescendente é importante porque permite ampliar o enfoque do desenvolvimento. Contudo, para que de fato o IDH venha a representar uma ferramenta a favor da ampliação da cidadania para esta comunidade é preciso que seus formuladores reconheçam que a questão racial é uma das variáveis chave para a compreensão da exclusão social no Brasil, requerendo assim, um adendo especial na produção de conhecimentos sobre o assunto e no levantamento de informações. A sua execução ou não, de forma alguma alterará, por si mesma, a situação hoje vivida. Mas, na medida em que esclareça ou enevoe aspectos da realidade, podem ajudar a abrir ou fechar importantes caminhos para sua transformação. [P]



# Brasil sustentável e democrático: uma proposta de investigação e mobilização popular

Reflexão e ação coletiva para construir horizontes que contemplem preservação do meio ambiente e justiça social

**Sergio Schlesinger** – economista  
**José Augusto Pádua** – cientista político  
Ex-consultores da equipe de coordenação do projeto  
“Brasil Sustentável e Democrático”

## O Brasil hoje e o Brasil sustentável e democrático

A crise decorrente da globalização dos mercados financeiros ocupa diariamente as manchetes dos jornais de nosso país e de todo o mundo. O desemprego, a recessão e a destruição ambiental frequentam com assiduidade outras páginas desses mesmos noticiários. Sabemos que estas notícias estão intimamente relacionadas, mas o prato – indigesto – nos é servido de maneira fragmentada: a crise financeira é assunto exclusivo das editorias econômicas. O meio ambiente é tratado em outra seção, e as relações entre estes temas permanecem ocultas.

A crise financeira, no entanto, embora se desenrole através de fluxos imateriais de ordens de compra e venda de títulos de toda espécie, pode ser responsabilizada por boa parte das agressões ao meio ambiente que estão ocorrendo e, sobretudo, das que estão por ocorrer. Concentrando cada vez mais a riqueza e a renda, permitem, mais que nunca, que uma parcela cada vez menor da humanidade – menos de 20% – consuma de forma insaciável cerca de 80% dos fluxos de matéria e energia produzidos a cada ano em escala planetária. Boa parte deste consumo, aliás, é desperdiçada em artigos supérfluos, que pouco têm a ver com a felicidade individual ou coletiva.

No México, na Rússia ou no Brasil, o desequilíbrio das contas externas representa uma pressão crescente sobre os recursos naturais, elaborados ou não: produtos agrícolas, petróleo, minério, aço, alumínio, celulose e muitos outros. É com a venda destes produtos, cada vez mais baratos no mercado internacional, que se tenta pagar a conta interminável das crises financeiras e das dívidas que se multiplicam. O

Originalmente publicado em  
**Proposta** n.º 79,  
fevereiro de 1998, pp. 32-42



agravamento da crise financeira, por outro lado, direciona um volume cada vez maior dos recursos do setor público para o setor financeiro privado, em grande parte para o capital especulativo, reduzindo a capacidade de ação e regulação do Estado frente à deterioração do espaço ambiental comum e da qualidade de vida da sociedade.

É certo que faz parte da estrutura do Poder Executivo brasileiro o Ministério do Meio Ambiente. Mas é pouco provável que seu titular tenha sido ouvido a respeito de nossa suposta política industrial, que praticamente se resume ao incentivo à expansão da indústria automobilística. Por melhor que fosse a política especificamente ambiental brasileira, isto representaria muito pouco: são as políticas econômicas em vigor que prevalecem sobre todas as demais, e nos conduzem por caminhos insustentáveis.

Por isso, a questão ambiental requer, sem dúvida, uma visão integrada dos acontecimentos. Ao longo dos últimos anos, sobretudo através do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, caminhamos bastante no sentido de estudar, debater e entender questões relativas ao problema da insustentabilidade em diversos segmentos da economia e da sociedade no Brasil – agricultura, florestas, pesca, transportes, mineração, indústria, comércio internacional, assentamentos humanos e tantos outros. A última grande publicação do Fórum, *Brasil no Século XXI*, contribuiu bastante nesta direção.

Acreditamos que nosso próximo desafio é o de buscar compreender as relações que se dão entre estes setores de atividade. Todos eles estão em permanente interação, disputando os mesmos e escassos recursos naturais: água, ar, solo, energia, madeira e muitos outros. Além disso, é necessária uma leitura do conjunto destes setores que os situem transversalmente em relação aos temas centrais do desenvolvimento sustentável e democrático: apropriação equitativa dos recursos naturais, qualidade de vida, democratização das políticas públicas, fortalecimento da sociedade civil, equidade de gênero e etnia, geração de trabalho e renda, aprimoramento das oportunidades culturais e educativas etc.

É neste âmbito e neste enfoque que o Projeto Brasil Sustentável e Democrático se propõe a atuar, estimulando os mais variados segmentos da sociedade civil brasileira a refletir e agir coletivamente, rumo à construção de melhores horizontes, que contemplem ao mesmo tempo os objetivos de preservação do meio ambiente e justiça social. É necessário escapar da armadilha dos problemas financeiros de curto prazo, que empurram as forças democráticas para uma posição reativa e superficial, para começar a construir a visão do país que queremos e merecemos ter. É necessário escapar, por outro lado, da tendência irrealista para construir modelos alternativos fundados em premissas ultrapassadas, que não levam em conta as novas temáticas que a realidade global apresenta, a começar pelo imperativo da sustentabilidade ecológica. Sem equacionar este último ponto, na verdade, nenhuma proposta de transformação social poderá ser implementada de forma profunda e permanente.

## Buscando padrões de vida sustentáveis

A noção de que o consumo planetário dos recursos naturais já se encontra em níveis muito superiores àqueles apropriados, de modo a não comprometer o bem-estar das gerações futuras, é certamente um consenso nos dias de hoje. A necessidade de implementar um novo conceito de desenvolvimento também adquiriu uma certa unanimidade internacional, após a “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, no Rio de Janeiro, em 1992.

A verdade, porém, é que a definição do termo “desenvolvimento sustentável” permaneceu vaga e imprecisa, favorecendo o tipo de consenso superficial que se estabeleceu. O desafio que hoje se coloca é o de definir quais são os elementos, em termos conceituais e práticos, que permitam considerar um modelo de desenvolvimento como sendo realmente sustentável. Nesta discussão, certamente, o grau de disputa política e teórica se tornará muito maior.

Mas é necessário ampliar este conceito, além de explicitá-lo, pois sabemos que a questão não diz respeito somente às gerações futuras: grande parcela das gerações atuais encontra-se, em todo o planeta, em situação de pobreza e mesmo de extrema miséria. Esta mesma pobreza pode ser vista, em termos econômicos reais, como a impossibilidade do acesso ao consumo daqueles recursos naturais que seriam necessários a uma vida digna e plena.

“

**Uma parcela cada vez menor da humanidade – menos de 20% – consuma de forma insaciável cerca de 80% dos fluxos de matéria e energia produzidos a cada ano em escala planetária.**

E já neste ponto, acaba-se o consenso. Pois se a humanidade como um todo já consome os recursos naturais do planeta em quantidades insustentáveis, fica evidente que aquela pequena parcela da população mundial que consome a maior parte destes recursos teria que mudar radicalmente os seus padrões de vida. Mesmo insustentáveis, estes mesmos padrões só se tornam possíveis às custas do consumo insuficiente daquelas camadas mais pobres. O verdadeiro desenvolvimento sustentável, portanto, requer não só padrões de produção e consumo muito distantes daqueles adotados nos dias de hoje, mas valores éticos e morais estão também em jogo.

Pensar o desenvolvimento sustentável, construir coletivamente visões dos caminhos que coloquem nosso país neste rumo, significa, portanto, pensar não só em novos padrões de produção de consumo, adoção de tecnologias ecologicamente mais eficientes e outros tantos conceitos. Exige também uma nova dinâmica social e econômica que, contrariamente àquela em vigor, fortaleça a participação cidadã e desconcentre a riqueza e a renda, permitindo que nossos recursos naturais sejam utilizados de maneira ecologicamente adequada, mas também justa e equitativa. Daí o nome do nosso projeto: Brasil Sustentável e Democrático.

## Objetivos

O Projeto Brasil Sustentável e Democrático, que possui o patrocínio institucional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, representa o esforço compartilhado de um grupo de cinco organizações não governamentais e dois centros universitários que formam a sua coordenação institucional: AS-PTA (Assessoria e Projetos em Tecnologia Alternativa), FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas), IEE-USP (Instituto de Energia da Universidade de São Paulo), IPPUR/UFRJ (Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro), PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul) e REDEH (Rede de Defesa da Espécie Humana). Sua duração inicial será de três anos, tendo como principais objetivos:

- Valorizar e estimular as experiências e propostas dos movimentos sociais, organizações populares e ONGs em direção a um modelo de desenvolvimento alternativo no Brasil, que contemple sustentabilidade ambiental, justiça socioeconômica, equidade de gênero e etnia e democracia participativa.

- Promover a elaboração de argumentos sólidos e cientificamente bem fundamentados em favor deste modelo alternativo de desenvolvimento, inclusive com a produção de novos enfoques analíticos, novos indicadores e novas ideias para a mudança social. Este material deve ser colocado a serviço dos movimentos acima mencionados.

- Promover a incorporação do tema da sustentabilidade na agenda sócio-política e na opinião pública brasileira, através da organização de debates, encontros e campanhas de conscientização de caráter geral ou voltadas para setores específicos da sociedade.

- Estimular a presença das questões internacionais no debate público sobre a sustentabilidade no Brasil, considerando a inserção do país na América Latina, nas relações Norte-Sul e nas relações Sul-Sul.

### Origens

Em 1992, a organização Amigos da Terra, da Holanda, publicou um documento denominado *Plano de Ação Holanda Sustentável*. O documento, que buscava projetar um cenário futuro para um país altamente industrializado, baseado na partilha mais equitativa dos recursos naturais com o resto do mundo, produziu um forte impacto junto aos especialistas e à opinião pública daquele país. Buscava demonstrar que é possível manter um padrão de vida relativamente elevado e, ao mesmo tempo, promover uma redução drástica na utilização de recursos, sobretudo através de uma revolução na eficiência.

No documento dos Amigos da Terra mencionado acima ficava claro que o superconsumo de cerca de um quinto da humanidade, especialmente concentrada nos países desenvolvidos, mas também presente na elite dos países mais pobres, representava o principal elemento constitutivo da atual crise ecológica. A sustentabilidade real, portanto, teria que passar por uma grande redução no uso do espaço ambiental por parte desta minoria. O documento procurava apontar caminhos através dos quais a sociedade holandesa poderia manter um nível apropriado de qualidade de vida, sem exercer um impacto desproporcional sobre a biosfera, abrindo espaço para que os

outros povos pudessem se desenvolver e consumir uma porção apropriada dos recursos globais.

O desafio proposto para a Holanda foi também colocado em outros países europeus, onde setores da sociedade civil começaram a elaborar planos semelhantes. O Instituto Wuppertal, sediado na Alemanha, foi encarregado de elaborar um projeto para a “Alemanha Sustentável” e para o conjunto da “Europa Sustentável”. Estes documentos provocaram um impacto considerável no debate político de diferentes países europeus.

“

**O agravamento da crise financeira, por outro lado, direciona um volume cada vez maior dos recursos do setor público para o setor financeiro privado, em grande parte para o capital especulativo, reduzindo a capacidade de ação e regulação do Estado frente à deterioração do espaço ambiental comum e da qualidade de vida da sociedade.**

A continuidade deste processo, que se estendeu por diversos países europeus, logo deixou claro que o debate não poderia restringir-se aos países do Norte. Em primeiro lugar, porque a interdependência crescente do mundo atual não permite pensar isoladamente o problema do desenvolvimento sustentável.

Os países mais pobres, que constituem a esmagadora maioria da população do planeta, enfrentam enormes dilemas ambientais e necessitam desesperadamente encontrar caminhos sustentáveis de desenvolvimento. As propostas em elaboração nos países ricos, por outro lado, poderiam ter sérias implicações para os mais pobres. A redução no consumo de energia e matérias-primas, por exemplo, exerceria um forte impacto sobre países cujas economias dependem da exportação de recursos naturais, apesar de a longo prazo criar condições ecológicas melhores para que estes países pudessem se desenvolver e consumir uma parcela maior dos recursos naturais do planeta. Toda esta transição, portanto, precisaria ser pensada e discutida em termos globais e inclusivos.

Com o objetivo de expandir o debate, nos termos do que acabou de ser dito, foi estabelecido em 1995 o projeto “Perspectivas Norte-Sul de Sustentabilidade”, coordenado pelos Amigos da Terra da Holanda e algumas organizações dos países do Sul. No Brasil, este esforço foi coordenado pela FASE, que promoveu alguns estudos sobre os impactos no país dos planos europeus de sustentabilidade.

O avanço da discussão revelou a necessidade de um trabalho mais profundo e menos reativo, que não apenas pensasse as consequências das iniciativas europeias para o Brasil, mas, sim, elaborasse um projeto próprio de sustentabilidade para o país, levando em conta suas peculiaridades socioeconômicas e ambientais. A FASE considerou que este desafio deveria

ser enfrentado de forma coletiva, propondo sua realização através de um esforço compartilhado entre diferentes grupos e universidades, com o apoio do Fórum Brasileiro. Logo ficou evidente, além disso, que no caso de uma sociedade como a brasileira, e na verdade no conjunto da situação mundial, seria inviável pensar a sustentabilidade sem considerar os problemas da concentração de riqueza, desigualdade de gênero, injustiça social e insuficiência de participação política. O estabelecimento de um Brasil realmente sustentável apenas poderia ocorrer no contexto de uma sociedade mais justa, equilibrada e participativa. Daí a necessidade de unir, desde o início, o ideal da sustentabilidade ao ideal democrático.

### Atividades

O projeto pretende discutir e estimular a busca da sustentabilidade no Brasil através de uma estratégia múltipla e integrada que inclui pesquisa científica, debate social e difusão pública. A sua dinâmica precisa envolver ao mesmo tempo um trabalho de diagnóstico prospectivo, que produza uma análise coerente da realidade atual do país – no que ela tem de favorável ou desfavorável para uma transição rumo à sustentabilidade – e um esforço propositivo, que indique e difunda caminhos possíveis e efetivos para esta transição. Este processo envolverá a realização de cinco atividades principais:

- Realizar um conjunto de investigações científicas que sejam úteis para o esforço de construção de um modelo alternativo de desenvolvimento no Brasil. As pesquisas serão encomendadas e acompanhadas pela coordenação do projeto, sendo realizadas por instituições e especialistas que tenham um compromisso político e filosófico com a visão de uma sociedade sustentável e democrática. Estas pesquisas devem incluir a produção de indicadores, diagnósticos e propostas. A apresentação dos resultados será feita em linguagem clara, sendo seus resultados, na medida em que se consolidem, divulgados através de textos de fácil compreensão, que sirvam como instrumentos para o debate social.

- Organizar uma série de reuniões e oficinas com representantes de movimentos sociais, ONGs, organizações populares, sindicatos e demais entidades representativas da sociedade civil, no sentido de discutir a visão de um Brasil sustentável e democrático, assim como as metas e estratégias necessárias para se chegar a este objetivo. Alguns dos interlocutores básicos serão a Central Única dos Trabalhadores, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, as redes de organizações das mulheres, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a União Nacional dos Estudantes entre outras. Este diálogo se dará através de visitas de caráter específico, participação em congressos e assembleias gerais destes movimentos e

promoção de oficinas especialmente organizadas com esta finalidade. O objetivo destes encontros será o de recolher e sintetizar as experiências, visões, estratégias e propostas para o desenvolvimento sustentável que estão emergindo na sociedade civil brasileira. Pensa-se na realização de um “Seminário Nacional por um Brasil Sustentável e Democrático”, que possa reunir representantes da sociedade civil e intelectuais na busca por uma proposta mais conclusiva e política de transição para a sustentabilidade. Este encontro será uma fonte essencial para a redação do livro básico do projeto.

- Publicar um livro básico, intitulado *Brasil sustentável e democrático*, que será elaborado a partir das investigações científicas e debates sociais acima mencionados. A responsabilidade da redação e edição estará a cargo da coordenação executiva. O livro sintetizará, de forma integrada, consistente e clara, os principais dados, indicadores, análises e propostas produzidas ao longo do processo.

- Produzir materiais didáticos e peças de divulgação nos meios de comunicação que sirvam para disseminar os resultados do trabalho para um público mais amplo, estimulando a difusão do debate sobre sustentabilidade e democracia na sociedade brasileira.

- Realizar campanhas de conscientização sobre a importância deste debate junto a formadores de opinião, movimentos sociais, igrejas, empresários, entidades representativas da sociedade civil, parlamentares e governos a nível municipal, estadual e federal. Os materiais mencionados acima servirão como instrumentos para este trabalho.

### O conceito de espaço ambiental

O chamado espaço ambiental é um conceito amplamente utilizado nos estudos europeus. O conceito aqui descrito foi usado pela primeira vez no esboço de uma estratégia de sustentabilidade nacional por Amigos da Terra em seu Plano de Ação Holanda Sustentável, e posteriormente modificado pelo Instituto Wuppertal, da Alemanha. O objetivo deste instrumento é o de possibilitar a mensuração, para uma determinada área geográfica de referência, da quantidade de recursos não-renováveis (inclusive a água), energia (fóssil e renovável) e terras (inclusive madeira, biomassa, entre outros) que podemos obter da ecossfera de maneira sustentável.

Como pressuposto para atender ao requisito de equidade social, no sentido da distribuição igualitária da quantidade física de recursos da área de referência, o indicador utilizado é o consumo por habitante. A quantidade total disponível destes recursos dividida pelo número de habitantes indicaria, assim, o limite superior do espaço ambiental, ou seja, do consumo médio por habitante. O limite inferior ou piso é definido como a quantidade mínima de uso dos recursos por habitante necessária para uma vida digna. O princípio de equidade definiria, assim, uma

espécie de direito humano ao uso dos recursos globais, e é parte integrante da definição de espaço ambiental.

O espaço ambiental disponível fixa um teto permissível do uso e gasto dos recursos naturais. Comparando o uso atual deste espaço com seu uso permissível, obtemos a cota de redução de consumo para que uma economia nacional atinja uma situação sustentável. Para evitar que esta redução implique em queda da qualidade de vida, são propostas diversas medidas alternativas: desmaterialização de produtos, sua substituição por serviços que requerem um uso menos intensivo de recursos, reutilização e reciclagem são alguns exemplos.

O limite inferior, o “pisso” do espaço ambiental, compreende dois elementos: o mínimo fisiológico (alimentação, vestuário, moradia...) e o mínimo de participação social (serviços de saúde, mobilidade, educação, segurança...). Os estudos europeus concentraram seus esforços no que diz respeito a este conceito de espaço ambiental, na definição do “teto” deste espaço, para uma série de recursos, renováveis ou não, que são considerados essenciais para assegurar a qualidade de vida em nosso planeta para as atuais e futuras gerações.

Tratando-se de países onde a utilização de tais recursos é nitidamente superior àquela que pode ser considerada sustentável, é natural que a ênfase tenha sido dada à quantificação do consumo permissível destes mesmos recursos, e à formulação de uma série de propostas e programas que permitam estabelecer metas e estratégias de redução em bases mais concretas, visando atingir níveis sustentáveis de consumo e de emissão de resíduos.

Parece evidente que, em nosso país, a pequena parcela da população que se apropria da maior parte da riqueza e da renda – e, por consequência, da maior parcela de nossos recursos naturais – já atingiu, há muito, padrões de consumo insustentáveis. E que o modelo de sociedade de consumo em que vivemos leva as classes menos favorecidas a querer atingir estes mesmos padrões insustentáveis de consumo. Sabemos também que a exportação massiva de recursos naturais é responsável, em grande parte, pela crescente degradação de nosso meio ambiente.

Atualmente, estamos estudando uma maneira apropriada de utilização deste conceito para o caso brasileiro. A possibilidade de quantificar os limites máximos de utilização de alguns recursos pode tornar evidente, para além do discurso, as ameaças reais consequentes dos atuais padrões de produção e consumo.

Devemos considerar também as interligações entre o trabalho que nos propomos a desenvolver com aqueles efetuados na Europa, bem como o fato de que atuaremos em conjunto com outros países de nossa região. Assim, a utilização de ferramentas igualmente comuns nos parece um princípio a ser atingido, de modo a obtermos uma linguagem similar, bem como possibilitar a obtenção de resultados passíveis de comparações e consolidações.

“

**O verdadeiro desenvolvimento sustentável, portanto, requer não só padrões de produção e consumo muito distantes daqueles adotados nos dias de hoje, mas valores éticos e morais estão também em jogo.**

A deficiência mais evidente do conceito de espaço ambiental reside na utilização de indicadores *per capita*, nos níveis nacional, regional e global. A pressuposição de que, por exemplo, no nível nacional, a apropriação dos recursos se daria de forma equitativa, ou mesmo em função das necessidades, invalidaria logo de saída nosso trabalho, cujo foco central é a democratização do acesso a estes mesmos recursos. Outra fragilidade relevante é a omissão quase total à questão da destinação dos recursos consumidos. Sentimos falta do “para que” são utilizados tais recursos, em termos da essencialidade do consumo. Afinal, um quilo de ferro utilizado na construção de moradias não é equivalente a um quilo de ferro utilizado na construção de aviões particulares.

Em nossas primeiras atividades, já vínhamos dando especial atenção à questão que nos parece mais relevante para nossa sociedade: o desenvolvimento do conceito do piso do espaço ambiental. É abaixo deste piso que vive a maior parte de nossa população. Qual seria a composição de uma “cesta básica” de bens e serviços que asseguraria, ao mesmo tempo, a qualidade de vida de nossa população e a preservação do meio ambiente?

#### Indicadores de sustentabilidade

A identificação e construção de indicadores de sustentabilidade é outro desafio importante para o conjunto de nossos projetos. Se conceitos como o de espaço ambiental são úteis para demonstrar os limites que precisam ser respeitados, em relação ao consumo dos recursos naturais, indicadores adequados à identificação e construção de indicadores de sustentabilidade é outro desafio importante para o conjunto de nossos projetos. Além disso, consideramos a utilização dos indicadores de sustentabilidade como instrumento e estratégia de comunicação de nossos projetos com a sociedade: é fundamental selecionar e construir indicadores que tenham relevância para os atores sociais com os quais o projeto pretende se relacionar.

Para isto, iniciamos, em âmbito regional a discussão e reflexão sobre o conjunto de indicadores que devemos adotar, de modo que estes nos respondam, ao longo do tempo, se estamos nos

aproximando ou nos distanciando de nossos objetivos centrais: a preservação do meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida do conjunto da população, a apropriação justa da riqueza, da renda e dos recursos naturais.

Será necessário, a partir destes critérios, definir indicadores apropriados para cada um dos temas escolhidos para o desenvolvimento do projeto. Neste momento, buscamos a definição inicial de indicadores para dois dos temas, cuja primeira fase de pesquisas se encontra em andamento: agricultura e energia.

#### Próximos passos

O projeto iniciou-se em janeiro de 1998. O primeiro semestre deste ano foi dedicado ao seu refinamento conceitual e ao estabelecimento de uma rede de especialistas e atores sociais que com ele desejam colaborar. Também teve início o trabalho de divulgação pública dos seus objetivos e da sua dinâmica. As pesquisas científicas tiveram início neste mesmo período e se estenderão até meados de 1999. Seus resultados serão divulgados na medida em que se consolidem.

As oficinas e assembleias com setores e movimentos sociais estão previstas para ocorrer no ano de 1999, sendo que o seminário nacional Brasil: Sustentável e Democrático está previsto para o final daquele ano. Neste seminário serão definidas as metas e políticas a serem utilizadas na campanha. A divulgação do livro básico do projeto, resultado das pesquisas científicas e dos encontros sociais, deverá ocorrer no início do ano 2000. Também neste ano serão produzidos os materiais didáticos para divulgação em maior escala da proposta de sustentabilidade, inclusive programas de rádio. O ano 2000, que marcará 500 anos da chegada dos europeus ao Brasil, será especialmente dedicado à realização de uma campanha mais intensa de conscientização e debate público junto aos meios de comunicação, à sociedade civil, aos parlamentos (municipais, estaduais e federal) e aos governos (municipais, estaduais e federal).

O trabalho do projeto é essencialmente político, estando o aspecto científico subordinado ao objetivo maior de impulsionar a conversão do Brasil para um modelo sustentável de desenvolvimento. Neste sentido, trata-se de um trabalho de longa duração, e não de um projeto que acabe no prazo de três anos. A própria dinâmica do projeto, na medida em que envolve um amplo trabalho de mobilização e discussão entre especialistas e representantes da sociedade civil, já representa um passo importante neste sentido. A proposta é que esta dinâmica se desdobre em muitas outras iniciativas políticas e sociais. O projeto deverá ser um ponto de partida e não de chegada. As campanhas realizadas no terceiro ano, especialmente, terão o objetivo de ampliar as condições e incentivos necessários para esta continuidade.

#### Perspectiva Regional: por um Cone Sul sustentável

O debate internacional sobre sustentabilidade deu origem na América Latina, até o momento, a pelo menos dois outros projetos além do brasileiro. São eles: o “Chile Sustentable”, coordenado pela Renace (Rede Nacional de Acción Ecológica) e o “Uruguay Sustentable”, coordenado pela Redes (Rede de Ecologia Social). O apoio inicial para estes projetos, e para a articulação latino-americana, tem sido dado, dentre outras instituições europeias, pela Fundação Heinrich Böll, com sede na Alemanha.

Os três projetos resolveram investir em um esforço integrado no âmbito da América do Sul, atuando de forma conjunta e cooperativa. A ideia é a de construir, ao longo da elaboração de cada um dos projetos nacionais, através do intercâmbio das experiências e das informações produzidas, uma visão regional de sustentabilidade. Neste sentido, já realizamos, desde o início do projeto brasileiro – que se deu no mês de janeiro deste ano – dois encontros regionais, reunindo as equipes dos três projetos. Representantes de outros países de nossa região vêm também participando desses encontros, o que tem se constituído num estímulo à implementação de programas similares nestes mesmos países.

No mês de abril, foi realizada no Chile a I Oficina Metodológica Regional dos projetos de sustentabilidade na América do Sul. O encontro teve como objetivos gerais compartilhar os progressos alcançados até aquela data, revisar e aprofundar questões conceituais e metodológicas, permitindo também que os estudos em cada país gerem resultados comparáveis que potencializem o desenvolvimento de uma agenda regional comum. No mês de agosto, realizamos em Itatiaia, Rio de Janeiro, um segundo encontro, cujo tema central foi “Indicadores para um Cone Sul Sustentável”. A identificação e construção destes indicadores é um desafio importante para o conjunto de nossos projetos. Além de conceitos inovadores, que demonstrem os limites ambientais que precisam ser respeitados pelo desenvolvimento humano, é importante elaborar instrumentos quantitativos que permitam monitorar a trajetória que estamos seguindo. [P]





[ 2001-2010 ]

## TEMPOS DE LUTA PELA AMPLIAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO E PELA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Na passagem para o século XXI, a FASE continua ativa no ciclo das conferências sociais da ONU e se engaja nas primeiras edições do Fórum Social Mundial – como documenta o artigo de Fátima Mello, “Fórum Social Mundial: muito mais que um evento” (**Proposta** nº. 102, novembro de 2004, pp. 6-9) –, que constitui uma das mais relevantes expressões dos crescentes movimentos de oposição à globalização neoliberal. Os artigos de Wânia Sant’anna e Tatiana Dahmer denotam a articulação entre essa participação em nível global e a intervenção no território a partir de uma perspectiva de gênero. No período inaugurado com a eleição de Lula à Presidência da República, em 2002, a FASE atua para a ampliação do espaço institucional para a participação ativa da sociedade civil sobre as políticas públicas, pressão por ganhos reais pelos setores populares e por reformas estruturais efetivas, ainda não concretizadas. Como documenta a seleção de artigos a seguir, questões estruturais da sociedade brasileira permanecem não resolvidas e, como é o caso do lugar da Amazônia no capitalismo autoritário e predatório dominante no país, aprofundam o seu potencial conflitivo ao longo das seis décadas aqui retratadas.

## A caminho de Beijing+5

Entrevista com Wânia Sant'anna, ex-assessora nacional da FASE

Cinco anos após a IV Conferência Mundial da Mulher e o Fórum Paralelo de ONGs, que se realizaram em Beijing, pouco, ou mesmo quase nada, avançou no Brasil em relação aos acordos feitos pelos países-membros da ONU naquela ocasião. A Articulação de Mulheres Brasileiras, criada em 1994 com o objetivo de ampliar e preparar a participação brasileira em Beijing, promoveu, em abril passado, um encontro nacional com vistas a realizar um balanço destes cinco anos e buscar caminhos concretos para a implementação de políticas públicas para mulheres no país. Trata-se de um esforço sem precedentes e que, certamente, necessitará do concurso de amplos setores da sociedade brasileira, mas, em particular dos movimentos feminista e de mulheres. Este é o tema principal da entrevista. 1

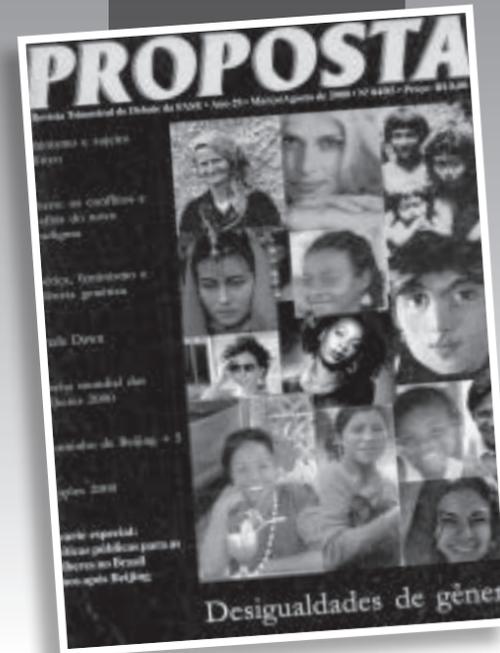
Ninguém nos deu nada de presente, mulheres: atrás de cada negociação, atrás de cada conquista, estão as reuniões de autoconsciência, as marchas infinitas, as discussões eternas, as análises acadêmicas e as instituições brilhantes. Está a luta de Joana por seu terreno, a de Julieta na universidade e a de Sônia na enxada, a de Maria Elena, assassinada pelos que não queriam a sua paz; a de Margot parada em qualquer esquina da grande avenida. A de Ana enamorando-se de Irene e a de Domitila nas minas que oxalá já não existam no século XXI. Está a confrontação e o paciente diálogo. E estão, claro que estão, as horas roubadas de sono pelo sonho, os amores perdidos e os conquistados, as rupturas e as cumplicidades. Fomos milhares e seremos milhares as que participamos desta continuidade.

Virgínia Vargas  
Fórum de ONGs  
Huairou/China, 1995

**PROPOSTA:** Nesses últimos seis meses, na agenda internacional do movimento de mulheres, nota-se um crescente envolvimento e participação na Conferência Beijing+5. O que é esta Conferência? Por que essas organizações tomaram para si esta tarefa?

**WÂNIA SANT'ANNA:** Primeiro, é importante destacar que Beijing+5 faz parte de um processo. Algumas de nós, envolvidas no movimento feminista e movimento de mulheres,

Originalmente publicado em  
**Proposta** n.º 84/85,  
agosto de 2000, pp. 43-53



costumam afirmar que este processo já dura duas décadas. Outras tomam mais explicitamente o processo de preparação da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing, China, em 1995, como marco. Essas duas referências estão corretas e não se contradizem. O processo inaugurado em 1975, quando as Nações Unidas lançaram a Década da Mulher (1975-1985), é de fato um marco e, desde então, tem sido crescente a participação ativa das organizações de mulheres neste fórum internacional, ou seja, o das Nações Unidas.

Oficialmente, Beijing+5 será uma Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas destinada a rever a implementação da Estratégias de Nairobi – “Estratégias de Nairobi orientadas hacia el futuro para el adelanto de la mujer hasta el año 2000”, Declaração e Plataforma de Ação acordadas na IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995). “Beijing+5”, simplesmente, se impõe como terminologia também aplicada aos processos de avaliação e revisão dos acordos assumidos em outras Conferências convocadas pela ONU na década passada, o chamado ciclo de conferências sociais: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92); II Conferência de Direitos Humanos (Viena, 1993); II Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995); IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995); e Conferência sobre Assentamentos Humanos – Habitat (Istambul, 1996). Todas essas Conferências têm tido o seu processo “+5”, ou seja, avaliação dos compromissos assumidos.

No caso de Beijing+5 também é importante mencionar que esta Assembleia Geral das Nações Unidas está recebendo um nome especial: “Mulheres 2000: Gênero, Igualdade e Paz no Século XXI”. De alguma forma, estamos recuperando o slogan lançado em 1975 e, ao mesmo tempo, lançando mão de um conceito gerado durante a primeira Década da Mulher, no caso, “gênero”. Beijing+5 está carregada, na minha opinião, de simbolismo e, talvez, o mais expressivo deles reside no fato de a IV Conferência ter sido uma das mais participativas na história das Nações Unidas. Estima-se que aproximadamente 35 mil pessoas, na maioria mulheres, participaram da Conferência Mundial e do Fórum Paralelo de ONGs (em Huairou, cidade vizinha a Beijing). Dois eventos sobre os quais entrevistaram os mais diversos grupos de mulheres de todas as partes do mundo, um momento político-cultural de envergadura sem precedente – especialmente levando-se em conta o país no qual se realizou.

Assim, a principal questão é como continuar este processo de participação, de construção de uma agenda global capaz de atingir os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz no século XXI e assegurar que os 185 governos, que concordaram com as bases lançadas em Beijing, transformem suas palavras em ação. Esta é a principal questão em Beijing+5.

Agora, quanto à razão de as organizações de mulheres passarem a responder positivamente ao chamado de participar deste momento, na minha opinião, isto tem a ver com o fato de existir uma maior compreensão sobre os ganhos possíveis de se atuar localmente sem prescindir de uma visão global. As organizações de mulheres têm aprendido o valor desta oportunidade, o valor de se ter um documento formal, assumido por seus países no plano internacional, para as realidades regional e nacional. A participação nesses processos tem criado a oportunidade de diálogo das organizações de mulheres com os governos e, também, com outras organizações de mulheres, fortalecendo suas ideias, posições e estratégias. Através deste processo, tem sido criada e mantida uma série de redes de contatos e ações, cujo objetivo principal é defender os direitos das mulheres a uma vida mais digna e plena de realizações. Participar é manter esta chama acesa.

**P:** Esta é a visão dos grupos que assumiram participar deste processo, mas o que se passa com aqueles que desacreditam desses processos internacionais? Há organizações que acreditam que a agenda das Nações Unidas tem uma relevância muito pequena no cotidiano do seu trabalho, não é verdade?

**WS:** Sim, isto é verdade. Muitos grupos ignoram e não veem relevância em um processo como este. Daí a importância de, no âmbito nacional, divulgar os acordos assumidos pelos governos nesses processos internacionais, como as responsabilidades no plano internacional que devem ser cumpridas no plano nacional. Os documentos acordados nessas Conferências podem ser considerados âncoras, um instrumento ao qual nós podemos e devemos nos agarrar e dizer: vocês assumiram isto e agora? O que vocês fizeram? O que vocês irão fazer? Um documento sobre o qual nós podemos e devemos cobrar uma atitude.

“

**Isto tem a ver com o fato de existir uma maior compreensão sobre os ganhos possíveis de se atuar localmente sem prescindir de uma visão global. As organizações de mulheres têm aprendido o valor desta oportunidade, o valor de se ter um documento formal, assumido por seus países no plano internacional.**

O processo de revisão dos acordos é uma oportunidade de checar os ganhos, as perdas, os desafios para o futuro. Quais programas implementados funcionaram? Quais aqueles que não funcionaram e por quê? Quais programas, simplesmente, não foram elaborados, e por quê? O que ainda existe por fazer para se alcançar os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz? Este é um momento de troca de experiências e de novas reivindicações. O processo é altamente político. Este também é um momento de os governos colocarem suas realizações e fracassos em cena. Nossa tarefa, como movimento, é dar visibilidade ao grau de compromisso dos governos, alto ou baixo, com as necessidades específicas das mulheres.

Neste sentido, os grupos que consideram o processo internacional algo pouco relevante talvez tenham uma visão um tanto limitada das suas possibilidades. Não se trata de depositar todas as fichas nessa estratégia, mas considerar que existe pertinência em cobrar dos governos os compromissos assumidos na esfera internacional. Além disso, tanto os processos das Conferências como as suas revisões constituem uma excelente experiência para se fazer balanços, recolher e comparar informações sobre a situação das mulheres globalmente, estabelecer redes, cobrar a aplicação de instrumentos internacionais – Convenções e Tratados – assinados por seus e outros governos. Este é o caso, por exemplo, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher.

**P:** No Brasil, o que tem sido feito neste sentido?

**WS:** Tomando a década de 1990 como marco, nós podemos dizer que um expressivo número de organizações de mulheres brasileiras tem se envolvido com este debate global ou, mais especificamente, atendido às discussões impulsionadas pelas Nações Unidas. Na ECO-92, não há como negar a participação

das organizações de mulheres brasileiras. O mesmo se pode dizer do Cairo (1994) e, mais decisivamente, da IV Conferência Mundial da Mulher (1995). Neste último caso, foi criada, em 1994, a Articulação de Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing. Entre janeiro de 1994 e maio de 1995, mulheres brasileiras de 25 estados e do Distrito Federal estiveram organizadas em Articulações e Fóruns Locais para a IV Conferência. Conseguimos registrar a realização de aproximadamente 90 eventos com a participação de mais de 800 organizações.

Esses Fóruns e Articulações Locais foram responsáveis pela realização dos eventos e também pela elaboração dos 22 documentos/diagnósticos que serviram de base para o Documento das Mulheres Brasileiras para a IV Conferência. Internamente, todo esse trabalho culminou com a realização de uma Conferência Nacional (Rio de Janeiro, junho de 1995), com a participação de 700 mulheres, aprovando propostas que foram gestadas em âmbito local.

Este trabalho de articulação foi histórico. Durante todo o tempo, reafirmamos a necessidade de produzir um documento, uma intervenção pública, que expressasse o nosso cotidiano marcado pela diversidade regional, racial, étnica, etária, sexual, de credo, de inserção política. Tanto a Conferência quanto o Documento expressaram este propósito. Logramos demonstrar que o movimento feminista e de mulheres é, para além de um movimento político, um movimento cultural comprometido com as necessidades materiais e de identidade dos seres humanos.

No plano regional, este foi um momento de maior articulação com a América Latina que, por seu turno, também criou uma instância regional de intervenção, a Coordenação Regional de ONGs da América Latina e Caribe.

Neste nível foi realizado um encontro

igualmente histórico, o Fórum de Mar del Plata (setembro de 1994), no

qual se pretendia tanto dar visibi-

lidade à mobilização das mulhe-

res na região como promover

a difusão de nossas propostas

e elaborar um Documento

Regional das ONGs – o que

foi, efetivamente, realizado.

Apenas para se ter uma ideia

do nível de participação no

Fórum de Mar del Plata, nós

contamos com a presença de

41 países e, aproximadamente,

1.200 mulheres. A delegação bra-

sileira ultrapassou o número de cem

mulheres, de vários estados, inter-

vindo em um conjunto ampliado de temas:

cidadania, participação política, comunicação,

modelo de desenvolvimento, violência e direitos huma-

nos. Atuamos decisivamente na elaboração de reivindicações

específicas como aquelas ligadas às mulheres negras, jovens, indígenas, lésbicas, pessoas com deficiência. Enfim, repassamos, naquele momento, às mulheres latino-americanas não só as nossas preocupações, mas a nossa disposição em ajudar na construção de um documento regional plural.

**P:** Esta articulação e intervenção, nacional e regional, em algum momento manteve diálogo com os governos? Como os governos reagiram a este processo?

**WS:** Todo este esforço de organização e produção esteve voltado tanto à elaboração de subsídios para uma intervenção apropriada em Beijing como também para uma intervenção qualitativa junto aos governos. No caso regional, nossa intenção foi intervir nas negociações com os governos durante a Sexta Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e do Caribe, que aconteceu logo após a realização do Fórum de Mar del Plata.

Nacionalmente, o Governo Brasileiro desenhou um plano de trabalho para a elaboração do documento nacional que incluía a realização de seminários temáticos. Foram realizados um total de cinco seminários, que ocorreram em distintas cidades: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Brasília. Fomos chamadas a participar de todos eles e este também foi um momento de troca, apresentação de visões e reivindicações. Eu diria que nós fomos crescendo em termos de potencial de intervenção até Beijing propriamente dita. Sempre deixando muito claro que as ações governamentais tinham o seu lugar tanto quanto a mobilização da sociedade civil tinha o seu papel a cumprir. Muito definido, o Governo apresenta o seu diagnóstico e intenções, e nós, de nosso lado, também.

“

**Sempre muito claro que o Governo, em que pese a presença no Comitê de mulheres de inegável expressão junto ao movimento de mulheres, estava no seu papel de elaborar o seu balanço e nós, como movimento social, no nosso papel de fazer um outro balanço, o nosso balanço. E assim seguimos.**

**P:** Para Beijing+5 o perfil de participação e diálogo tem sido o mesmo? O que se transformou, positiva e negativamente, nesses últimos cinco anos?

**WS:** No Brasil, em termos de mobilização das organizações de mulheres, mantivemos o mesmo espírito, ou seja, estimular os Fóruns e Articulações Estaduais a participar criticamente do processo de avaliação das políticas públicas destinadas às mulheres nesses últimos cinco anos. Em janeiro de 1999, a Articulação de Mulheres Brasileiras realizou um encontro nacional reafirmando este compromisso e, também, inaugurando uma nova estrutura operacional – a indicação de uma Secretaria Executiva e a instituição de uma Coordenação Executiva

Nacional composta por representantes regionais eleitas nos fóruns de mulheres estaduais. Esta estrutura foi proposta justamente como uma forma de reforçar tanto as dimensões regionais das organizações de mulheres quanto valorizar especificidades temáticas que, muitas vezes, têm origem nessas regionalidades.

No que diz respeito ao governo brasileiro, este constituiu um Comitê Nacional sobre Beijing+5 responsável pela tarefa de balanço. As organizações de mulheres não foram consultadas sobre a composição do Comitê e dos termos de referência do balanço solicitado pelas Nações Unidas. De fato, nós deixamos sempre muito claro que o Governo, em que pese a presença no Comitê de mulheres de inegável expressão junto ao movimento de mulheres, estava no seu papel de elaborar o seu balanço e nós, como movimento social, no nosso papel de fazer um outro balanço, o nosso balanço. E assim seguimos.

Sinalizamos ao governo duas demandas. Primeiro, que o balanço elaborado fosse apresentado ao movimento. Segundo, tal como recomendava as Nações Unidas, que o governo brasileiro integrasse na delegação oficial a presença de representantes do movimento de mulheres. Apesar das resistências iniciais, fomos atendidas nessas duas reivindicações. No que diz respeito à apresentação “pública” do documento oficial brasileiro, contam-se duas ocasiões, dezembro de 1999 e abril de 2000. Não foi lá a sétima maravilha do mundo, especialmente porque, ao contrário de 1994-95, o empenho na elaboração do documento foi significativamente menor. Quanto à participação na delegação oficial nas últimas reuniões internacionais – 8ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (Lima, fevereiro de 2000) e 2ª Reunião Preparatória (Prepcom) de Beijing+5 (Nova Iorque, março de 2000) –, na minha opinião, os resultados foram mais palpáveis e produtivos.

**P:** Quais são os elementos concretos que levam a esta avaliação?

**WS:** Estamos enfrentando um cenário internacional de negociação bastante difícil. São claros, por exemplo, os sinais de resistência tanto à reafirmação dos direitos humanos das mulheres como à indicação objetiva de recursos necessários à implementação da Plataforma de Ação. Neste contexto, o nível de influência sobre as delegações não é o mesmo quando se está nos corredores das Nações Unidas e quando se está dentro das salas de negociações. O ideal é estabelecer a ponte, fazer fluir os corredores para dentro das salas, confrontar diretamente as

posições que sinalizam retrocessos, apoiar e fortalecer posições que apontem para avanços. No último Prepcom (Reunião Preparatória), em março, a presença de organizações de mulheres junto às delegações latino-americanas, por exemplo, possibilitou, do meu ponto de vista, uma melhor e mais orquestrada atuação da região do que no passado. Existe algo de novo por aí.

“

**É importante surgir algo de novo e que também dê materialidade a todo este esforço de empreender algo global e coletivo. Esta energia, este debate político, sem dúvida desagrada a muita gente. Está bastante claro que o pensamento conservador, antes de mais nada, pensa as mulheres como seres subordinados, com papéis e atuação subordinados.**

É importante surgir algo de novo e que também dê materialidade a todo este esforço de empreender algo global e coletivo. Esta energia, este debate político, sem dúvida desagrada a muita gente. Está bastante claro que o pensamento conservador, antes de mais nada, pensa as mulheres como seres subordinados, com papéis e atuação subordinados. Países com tendência política de perfil fundamentalista não estão comprometidos com outro papel para as mulheres. Por seu turno, o Vaticano evoca a sua doutrina para também se opor a conquistas fundamentais às mulheres.

O direito ao exercício de uma sexualidade plena, o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos soa profundamente ameaçador às práticas de subordinação das mulheres. Neste processo global de revisão e apresentação de propostas que visam destituir padrões de subordinação, esses grupos conservadores emergem com força. Uma força que só pode ser superada com uma reação organizada do movimento de mulheres.

Hoje, neste processo, nosso lema é “Nós apoiamos a Plataforma de Ação”. E por que Plataforma de Ação? Porque este documento consolidou visões, abordagens, conceitos que, politicamente, muito nos interessa ver aplicados nas situações cotidianas das relações sociais. Sendo uma plataforma de ação assumida por Estados Nacionais, isto significa a elaboração e implementação de políticas públicas e ações de sensibilização junto aos outros segmentos sociais que visem superar as desigualdades baseadas no gênero.

**P:** É por isto que se diz que há itens inegociáveis para Beijing+5? A Carta da Paraíba, lançada pela Articulação de Mulheres Brasileiras, menciona a questão nesses termos.

**WS:** Sim, é inegociável alterar os conteúdos acordados em Beijing. É importante assegurar os conteúdos positivos obtidos no processo de revisão da Conferência de População, Cairo+5, por exemplo. A “Carta da Paraíba”, elaborada na V Reunião da Articulação de Mulheres Brasileiras, realizada em João Pessoa,

no início do mês de maio, é uma mensagem ao governo brasileiro, que, ao mesmo tempo, articula pontos em debate no âmbito internacional. Dirigir-se ao governo brasileiro significa apontar a responsabilidade assumida há cinco anos e comprometê-lo a avançar na implementação da Plataforma de Ação, defendê-la.

Está bastante claro que as políticas econômicas em curso não contribuem para a superação das desigualdades de gênero e, mais, as mulheres têm pago uma parcela consideravelmente maior da conta. A consignação de recursos técnicos e financeiros suficientes à implementação da Plataforma de Ação é um ponto a defender. É importante também citar os efeitos negativos que estamos colhendo pelo fato de não ter sido cumprido este requisito.

A criação dos chamados mecanismos institucionais de promoção da mulher e da igualdade de oportunidades precisa ser dotada de recursos adequados, autonomia financeira e administrativa para que, efetivamente, concorra para a implementação de políticas de gênero de forma transversal, ou seja, que esteja presente em todas as metas e as ações concernentes às políticas públicas. Isto é um desafio. No caso brasileiro, estamos muito longe disto. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por exemplo, chegou, em março deste ano de 2000, ao mais rebaixado perfil desde a sua criação, em 1985. E isto ocorreu apesar dos esforços do movimento de mulheres em restituir-lhe um mínimo de representatividade. É fato que os movimentos de reversão deste quadro, para melhor, são evidentes. Mas, apesar desta movimentação, houve um claro descaso por parte do governo brasileiro sobre as funções e responsabilidades deste órgão. E isto é inadmissível frente aos compromissos firmados em Beijing.

**P:** Mas o que mais se aponta como inegociável? Essas questões levantadas por você até agora dizem respeito ao cenário político, precário, de implementação de políticas voltadas para a igualdade de gênero, mas quanto aos temas, quais têm sido aqueles mais difíceis de serem negociados?

**WS:** No último Prepcom, em março deste ano, o Vaticano lançou uma contundente campanha ressaltando a importância e a centralidade da família, especialmente no aspecto da forma de sua composição, ou seja, uma unidade composta de pai, mãe e filhos. A Plataforma de Ação reconhece as famílias em suas variadas formas e não exclusiva e necessariamente uma

família nuclear tal como nos termos propostos pelo Vaticano. Neste debate foi extremamente desgastante, por exemplo, brigar para que não se fizesse uma associação direta entre “desintegração familiar” e empobrecimento das mulheres. Na lógica de preservar as famílias, afirma-se que as separações trazem como resultado uma maior probabilidade de as mulheres serem incluídas na categoria dos mais pobres.

“

**A criação dos chamados mecanismos institucionais de promoção da mulher e da igualdade de oportunidades precisa ser dotada de recursos adequados, autonomia financeira e administrativa para que, efetivamente, concorra para a implementação de políticas de gênero de forma transversal, ou seja, que esteja presente em todas as metas e as ações concernentes às políticas públicas.**

Ora, as mulheres têm engrossado a fileira dos mais pobres e desprovidos porque existe uma histórica distribuição desigual dos recursos. O fim de uma união conjugal, em países desenvolvidos, não necessariamente leva as mulheres a integrar a categoria dos pobres. Associar união conjugal com bem-estar socioeconômico das mulheres é desconhecer ou querer ignorar fatores estruturais de desigualdade e, especialmente, da desigualdade de gênero. Por último, como bem afirmaram muitas delegações africanas, no caso das mulheres o estabelecimento de uma união conjugal, não raro, significa empobrecimento, além de perda de autonomia das mulheres. Ou seja, não dá para deixar passar isto.

A chamada questão da diversidade é um outro ponto de grande polêmica. Durante as negociações em março passado, ouviu-se muito sobre a necessidade de “evitar listas”. Esta era a expressão utilizada como justificativa para não explicitar a diversidade de condição e situação das mulheres no documento que vai ser levado para aprovação durante a Conferência. Nesta perspectiva, o reconhecimento de fatores como raça, etnia, classe, idade, língua, religião, orientação sexual, deficiências físicas, migração, refúgio e viver em zonas rurais como obstáculos adicionais ao pleno gozo de direitos fica sobremaneira comprometido. Isto é algo inadmissível.

Com esta mesma argumentação, “evitar listas”, fica comprometida a qualificação dos tipos de violência enfrentados pelas mulheres, tais como: racismo, crimes perpetrados em nome da honra, apedrejamento, estupro, abuso sexual dentro do casamento, prostituição e outras formas comerciais de exploração sexual, tráfico com propósito de exploração sexual, intimidações em função da opção sexual, entre outras.

As organizações que trabalham as temáticas de violência e defesa dos direitos das mulheres fizeram circular uma posição em defesa da Plataforma de Ação que, reconhecendo a diversidade de condição e situação das mulheres, é plena

de “listas” e, também, fizeram lembrar que a linguagem mais aconselhável para tratar a diversidade cultural não deveria ser a de seu “pleno reconhecimento”, mas, sim, a de “diálogo entre culturas”. Ou seja, a defesa de uma expressão positiva e propositiva deveria não dar margem à negação dos direitos humanos das mulheres. Enfim, deixar passar a expressão “pleno reconhecimento da diversidade cultural”, como foi tentado, significava entrar em franca contradição tanto com o conteúdo da Plataforma de Ação como com o da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher, nas quais se sublinha a necessidade de eliminar as práticas culturais danosas ao pleno gozo dos direitos das mulheres.

Existem outras questões igualmente capciosas e que merecem muita atenção. Precisamos garantir, por exemplo, que sejam revistas as leis punitivas do abortamento e cumpridas as leis que conferem às mulheres o direito de recorrer a uma intervenção deste tipo. É preciso garantir o direito à livre orientação sexual, os direitos das populações jovens a uma contracepção segura e orientada. É preciso que não se caia

na armadilha de condenar a prostituição, ou seja, percebê-la de uma perspectiva moral, condenação ou absolvição, desconsiderando ou minimizando as questões de ordem econômica e de poder que movimentam as redes de tráfico e prostituição pelo mundo afora. Porém, esses são apenas alguns temas em debate. Uma discussão dificultada não só pelos interesses explícitos de alguns países e alianças como também pela fraca condução do secretariado da Conferência e pela tensão sobre a definição dos termos de participação das organizações não-governamentais e do movimento organizado de mulheres.

Enfim, as palavras mencionadas por Virginia Vargas, cinco anos atrás, possuem uma atualidade impressionante. É mesmo verdade que ninguém deu nada às mulheres de presente e somente as suas ações e luta servem como referência para as transformações ainda largamente necessárias.

Há cinco anos, foi aprovada, em Beijing, a Plataforma de Ação Mundial da 4ª Conferência Mundial sobre Mulher e Desenvolvimento, assinada sem restrições pelo Governo brasileiro. [P]

### Articulação de Mulheres Brasileiras Carta da Paraíba

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que reúne fóruns e articulações de mulheres das 27 unidades da federação, contando ainda com uma representação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, foi criada no contexto do processo preparatório para Beijing, e tem como principal missão o monitoramento das políticas governamentais para as mulheres no país. Por ocasião do 13º Encontro Nacional Feminista (João Pessoa, 27 a 29 de abril de 2000), a AMB lançou um balanço nacional denominado “Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil – 5 Anos após Beijing”.

Estando reunidas na 5ª Reunião Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras (1º a 3 de maio de 2000), vimos nos dirigir aos governos federal, estaduais e municipais para tratar de nossas principais urgências e preocupações.

A Plataforma de Ação Mundial (PAM) reúne um conjunto de aspirações, interesses e necessidades identificadas pelo movimento de mulheres brasileiro ao longo dos últimos 25 anos. Foi com base nesses elementos que influenciámos o processo Constituinte, alcançando avanços importantes para a cidadania e direitos humanos das mulheres no país. Reconhecemos a PAM como um instrumento valioso para apontar caminhos de efetivação desses direitos.

Temos lutado para preservar o espírito e a integridade desta Plataforma, resistindo à sua fragmentação e ao enfraquecimento de seus conteúdos. Entretanto, nossa mobilização e nossos consensos não têm sido suficientes para imprimir o mesmo vigor e comprometimento por parte de todos os poderes que governam este país diante da PAM. Está cada vez mais flagrante a presença de forças políticas e econômicas que atuam na contramão dessas conquistas.

Identificamos os avanços obtidos no campo legislativo, na formulação das Estratégias da Igualdade, na criação de mecanismos governamentais voltados para a formulação e implantação de políticas para as mulheres. Entretanto, esses avanços têm acontecido de forma desigual de região para região, além de que se fazem presentes ameaças concretas de retrocesso. Este retrocesso e esta desigualdade afetam as condições de vida das mulheres e maculam o estabelecimento da democracia no país.

No plano econômico, as reformas impulsionadas pelos governos não contribuíram para fortalecer a institucionalidade democrática, comprometendo de forma perversa o acesso ao direito de cidadania e afetando especialmente as aspirações de igualdade de oportunidades para mulheres de todas as classes sociais, de todas as raças, em todas as regiões do país. Este modelo tem ainda contribuído para gerar condições que atentam contra a estabilidade ecológica, destruindo o meio ambiente.

Os direitos das mulheres constantes na PAM não poderão ser garantidos em estruturas democráticas débeis. Tampouco serão viabilizados se não houver vontade política, estabelecimento de mecanismos efetivos de consulta e participação, e prestação transparente de contas à sociedade. Sua realização depende também da reafirmação e garantia, pelos governos, do caráter transversal das recomendações da PAM, assegurando que as políticas públicas respondam a seus objetivos estratégicos através da assinatura dos suficientes recursos técnicos e financeiros.

Reivindicamos, portanto, uma solução imediata para superar a situação absolutamente precária em que subsiste o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Reafirmamos a necessidade de que o governo brasileiro, antes da Sessão Especial das Nações Unidas para Beijing+5, cumpra com os compromissos assumidos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, e reafirmados em fevereiro último, na VIII Conferência Regional da Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em Lima, Peru, no sentido de:

Criar ou fortalecer os mecanismos institucionais para a promoção da mulher e a igualdade de oportunidades, dotando-os de recursos adequados de toda índole, personalidade jurídica e autonomia orçamentária, assim como do respaldo político ao mais alto nível para que, entre outros, impulsionem e vigiem a aplicação de políticas de gênero de forma transversal (Consenso de Lima, fevereiro 2000).

Reafirmamos, como condição fundamental para tornar realidade os objetivos da PAM, o cumprimento da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), assinada e ratificada pelo Governo brasileiro. Exigimos que o Governo brasileiro cumpra o compromisso internacional informando pontualmente ao Comitê de Vigilância da CEDAW sobre a situação brasileira neste campo. Exigimos também que o Governo brasileiro assine, de imediato, o Protocolo Adicional à referida Convenção.

Na defesa dos direitos trabalhistas e dos direitos reprodutivos das mulheres, somos contrárias à proposta de revisão da Convenção 103 da Organização Internacional do Trabalho, assim como somos contrárias à modificação do texto constitucional que flexibiliza os dispositivos referentes à proteção à maternidade. Afirmamos a maternidade como uma função social, o que implica consequentes deveres por parte do Estado, da sociedade e das famílias neste campo.

O ideal de igualdade proposto pelas mulheres sustenta-se na eliminação de toda e qualquer forma de discriminação e desigualdade baseada na origem de classe, raça, etnia, na identidade cultural, religiosa, na situação geracional e na incapacitação física ou mental. Neste país tão profundamente diverso, somos pela preservação e respeito a todas as diversidades, para o que se requer o exercício democrático do direito à formação, informação e livre expressão cidadã.

A AMB espera que o Governo mantenha, no processo que leva a Beijing+5, sua postura em defesa da PAM e da aprovação de um Documento de Resultados que não represente qualquer retrocesso, de modo a que tenhamos diretrizes claras para prosseguir com ações prioritárias a serem empreendidas para a realização dos direitos humanos das mulheres, inclusive com explicitação dos compromissos relativos aos direitos reprodutivos e direitos sexuais estabelecidos em Cairo+5.

Contamos com a influência positiva da Delegação Brasileira para Beijing+5, especialmente para garantir avanços (ou ao menos impedir retrocessos) com relação aos seguintes pontos:

- recomendação para que os países revejam as leis punitivas do abortamento e para o cumprimento das leis que conferem às mulheres o direito de recorrer a esta intervenção;
- direito à livre orientação sexual;
- direito das jovens e dos jovens à contracepção;
- manutenção da linguagem que se refere às “famílias”, garantindo o reconhecimento da diversidade cultural, social e étnica que não convive com a concepção abstrata desses núcleos como células básicas e heterossexuais de formação das sociedades, visão esta que intimida, por exemplo, a formulação clara de políticas contra a violência doméstica e sexual;
- abordagem do tema do tráfico de mulheres, de jovens e de adolescentes e da prostituição não como questões morais, mas como questões sociais que envolvem interesses econômicos;
- garantia da explicitação das diversidades quando se trate de fazer referência às mulheres;
- garantia da manutenção da linguagem sobre direitos humanos das mulheres;
- ênfase na importância de criação e manutenção de mecanismos institucionais voltados para a formulação e monitoramento de políticas para as mulheres, dotados de autonomia financeira e administrativa;
- ênfase nos efeitos perversos do ajuste estrutural sobre a condição de vida das pessoas, com impacto especialmente negativo sobre a vida das populações dos países do Terceiro Mundo.

O movimento brasileiro de mulheres, organizado em torno da Articulação de Mulheres Brasileiras, reivindica sua integração oficial ao processo que levará o país à participação na 1ª Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Violências Correlatas, a se realizar na África do Sul, em 2001.

Para finalizar, não poderíamos deixar de expressar nossa indignação diante das agressões contra a cultura e da violência física perpetrada contra lideranças indígenas e negras por ocasião das atividades realizadas pelo Governo brasileiro em alusão aos 500 anos do “descobrimento”.

Para nós, Beijing é mais do que meras palavras. Nossa História desde o período colonial não nos traz motivos de comemoração, se o que temos em mente é o sonho de Justiça e igualdade. O século XXI brasileiro só será das mulheres se for também o século da democracia, não somente no campo político, social e econômico, mas também no campo cultural, racial/ étnico, no campo do privado e do íntimo.

*João Pessoa, 3 de maio de 2000.*

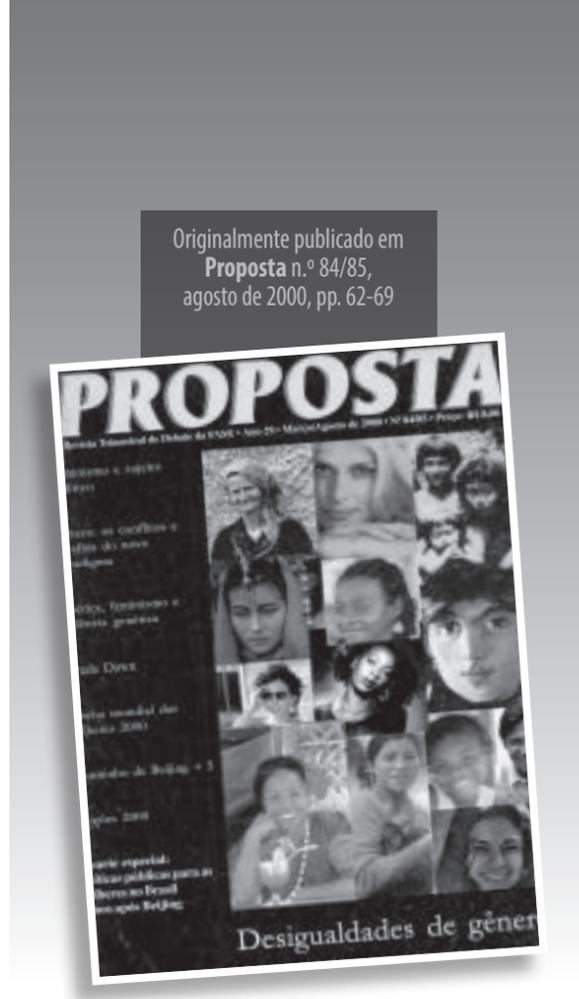
## Gênero, políticas públicas e cidadania: uma experiência urbana na Baixada Fluminense

Impregnada por uma cultura patriarcal e escravocrata, as relações sociais geram e reproduzem formas desiguais de apropriação quando olhamos para homens e mulheres

**Tatiana Dahmer Pereira** – assistente social, mestre em Planejamento Urbano e atual presidenta da FASE

Os conflitos sociais na ocupação e utilização das cidades têm dimensões complexas e passam, cada vez mais, a ser melhor discutidos pelos atores sociais destes processos. No espaço da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro – mais especificamente na Baixada Fluminense –, a desigualdade social produtora do quadro de pobreza, violência e carências de toda ordem, está no centro das ações do Programa Metropolitano Rio de Janeiro da FASE. No entanto, combater desigualdades sociais sem compreender como estas impactam diferenciadamente homens e mulheres e as diferentes etnias acaba por perpetuar relações discriminatórias étnicas e de gênero. O que apresentamos neste artigo é o processo de incorporação do recorte de gênero em ações cotidianas relacionadas a direitos sociais, acesso e democratização de políticas públicas e a serviços urbanos para homens e mulheres. Como relato de uma experiência em curso, essa apresentação não pretende avaliar conclusivamente o trabalho. Apenas expomos uma experiência que, com todas as dificuldades, vem mostrando-se bastante exitosa.

A FASE atua junto a movimentos sociais organizados na Baixada Fluminense – imenso bolsão de miséria com quase três milhões de habitantes, situado na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, desde meados da década de 1970. Trabalhando com temáticas como saneamento ambiental, orçamento participativo, geração de trabalho e renda, entre outras, a FASE assessora e capacita organizações e lideranças populares para cidadania. Entidade do campo da educação popular que tem como norte a construção de uma sociedade justa e solidária, a FASE contribui para: (a) democratizar a gestão municipal do espaço urbano; (b) universalizar o acesso a serviços e equipamentos urbanos; e (c) construir mecanismos de controle social por parte da sociedade civil, sobre políticas e recursos públicos. Dentro destes eixos, desenvolvemos ações voltadas para o enfrentamento e a



superação das desigualdades socioeconômicas produzidas historicamente no espaço urbano.

Cabe aqui um breve e importante parêntese. Quando refletimos sobre desigualdades sociais, precisamos reconhecer as peculiaridades que histórica e culturalmente essas desigualdades adquirem. O espaço urbano reflete as contradições e a cultura de cada sociedade. Como não poderia deixar de ser, em uma sociedade marcada por desigualdades socioeconômicas estruturais, os segmentos das camadas sociais têm acessos diferenciados aos equipamentos e serviços urbanos. Ao mesmo tempo, fortemente impregnada por uma cultura patriarcal e escravocrata, as relações sociais estabelecidas geram e reproduzem formas desiguais de apropriação das riquezas, de serviços e equipamentos coletivos, não apenas entre pobres e ricos: essa diferença está fortemente presente quando olhamos para homens e mulheres, negros/as e brancos/as. Portanto, reconhecer que mulheres e homens têm necessidades diferenciadas em relação à cidade e formas culturalmente diferentes de viver o espaço urbano – tanto no âmbito público, da rua, quanto no privado e no doméstico, da casa – demonstra a necessidade de olhar as questões tanto a partir de uma perspectiva de classe quanto de gênero. Neste sentido, Hirata & Kergoat (1994) afirmam que as relações sociais de classe e de sexo – e podemos incluir étnicas – organizam a totalidade das práticas sociais

A Baixada Fluminense tem em sua composição, segundo dados recentes, em torno de 52% de mulheres e 60% de

peças “não brancas”. No caso específico de São João de Meriti – considerada a cidade de maior adensamento populacional do Brasil, com quase 450 mil habitantes em 34km<sup>2</sup> –, há praticamente o mesmo número de mulheres e homens no município. E, deste total, em torno de 24% das mulheres são chefes de família.

No entanto, a precariedade de serviços públicos nas áreas de saúde, segurança pública (incluindo violência doméstica), educação, saneamento e creche têm impacto diferente, e podemos dizer, bem mais perverso, em relação às mulheres – mais especificamente, em relação às mulheres negras. Sendo as relações de gênero relações sociais instituídas historicamente, cabe à parcela feminina da população o zelo e a manutenção do espaço doméstico e a perpetuação de condições favoráveis à reprodução da família – com maiores repercussões sobre o tempo livre da mulher de baixa renda. Tanto no âmbito privado, quanto no público, tais desigualdades estão presentes.

Questões que merecem particular atenção na região – e que se articulam entre si – referem-se aos casos de pobreza, trabalho, escolaridade e violência. Embora com a mesma, e até superior, média de anos de estudo que os homens, as mulheres ganham, em média, em todas as camadas sociais, cerca de 30% a menos que eles.

Sabemos que, além da jornada normal de trabalho, cabe às mulheres não apenas os cuidados com a casa e com os filhos, mas também a participação nas dinâmicas da vida comunitária. Essa mobilização ocorre em busca de solução para problemas que as afetam cotidianamente, tais como a escassez de creche, a precariedade dos serviços nos postos de saúde, a preocupação com a falta de escoamento do esgoto – que invade casas –, a falta de iluminação pública, expondo-as ao risco de violência sexual etc. Embora não tenhamos a intenção de hierarquizar necessidades, podemos afirmar que mulheres vivenciam o espaço comunitário, muitas vezes, de forma mais intensa que os seus parceiros. Portanto, olhar a cidade é, principalmente, reconhecer as diferentes necessidades geradas a partir dos papéis sociais de gênero.

Objetivando afirmar essas diferenças – e erradicar desigualdades entre mulheres e homens –, lançamos em maio 1997, em parceria com a Casa da Cultura, o projeto demonstrativo Disk Mulher Baixada. Constituído como um serviço telefônico de informações, o projeto volta-se às mulheres – que podem ligar anonimamente – de toda a Baixada, informando sobre serviços públicos e comunitários existentes nas áreas de saúde, AIDS, violência, creche e cidadania. O Disk Mulher

nasce da constatação de que as mulheres sequer tinham acesso às informações fundamentais sobre direitos que lhe assegurassem a cidadania e propiciassem qualidade de vida. No entanto, tínhamos clareza da avalanche de problemas com a qual nos defrontaríamos, considerando a precariedade dos serviços públicos, os muitos indícios de violência doméstica e sexual contra mulheres e meninas e a dificuldade de acesso a serviços e equipamentos urbanos por parte das mulheres.

“

**As informações relacionadas à temática de Violência (39% das ligações em 1999), seguida pelas de Saúde, aparecem como as mais procuradas – o que é um indicador significativo da relevância destes temas na região da Baixada.**

Portanto, para além da prestação de informações, sabíamos ser fundamental a articulação com entidades populares, visando refletir sobre e elaborar ações afirmativas no campo da cidadania das mulheres no plano local e mesmo regional. Era preciso, a partir de entidades populares sensibilizadas para o combate às desigualdades de gênero como algo imprescindível à construção de uma sociedade justa e igualitária, atuar intensamente: (i) no campo da formulação de políticas públicas; (ii) no controle social da implementação e do impacto na reversão das desigualdades de gênero; (iii) na articulação com Conselhos Municipais setoriais, imprimindo às políticas públicas claro recorte afirmativo de gênero e étnico.

Assim, logo à época do lançamento do serviço, obtivemos conquistas iniciais significativas no campo das políticas públicas: conseguimos a aprovação de leis relevantes para as mulheres em São João de Meriti. Entre elas, destacamos a implantação do cartão de saúde da mulher e da gestante nos postos municipais de saúde, assegurando às mulheres um registro do histórico de exames e consultas realizados, e a lei que regula a criação, em caráter sigiloso, da Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica na cidade. O cartão foi implantado, tendo funcionado por um tempo. Junto ao Conselho Municipal de Saúde, vimos debatendo a importância de sua manutenção. A Casa Abrigo ainda é alvo de luta das organizações e deve ser construída em breve, vinculada ao governo do Estado. Embora aprovadas, as leis em si não asseguram a existência de serviços de qualidade. Assim, espaços de fiscalização e controle social sobre as deliberações do legislativo são importantes de serem ocupados. E dentre alguns canais institucionais de democratização da gestão municipal, ressaltamos especialmente os Conselhos Municipais de políticas setoriais.

Nossa proposta não era “resolver” problemas no plano imediato – por termos clareza do quão estruturais tais questões são –, mas dar visibilidade às desigualdades de gênero na ocupação do espaço urbano, fomentar articulações e sensibilizar as existentes para fortalecer as lutas por cidadania das mulheres e homens na região. Sabíamos ser

preciso, para que este debate não se “guetificasse”, tornando-se “problema de mulheres”, ter uma base social mais ampla junto aos movimentos sociais.

Da mesma forma, para que o serviço não ficasse restrito a um centro de informações e pudesse desenvolver ações integradoras de diferentes políticas setoriais, bem como fomentasse a organização de mulheres na cidade, articulamos uma coordenação interinstitucional, envolvendo oito mulheres e um homem de entidades mistas (compostas por homens e mulheres) populares da cidade – tais como o Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti, a Pastoral do Negro da Igreja Católica, o Centro de Atividades para a Terceira Idade, a própria FASE e, mais tarde, a Rádio Comunitária Onda Livre. Neste veículo de comunicação, há mais de um ano, semanalmente é veiculado o programa “Mulheres nas Ondas da Rádio”.

É importante salientar que, desta coordenação, quase todas as pessoas participam ativamente de Conselhos Municipais setoriais, o que permite o vínculo de nossas ações a estes espaços fundamentais de formulação de políticas e de controle social. Cabe ressaltar que, embora tenha assinado a Convenção Fluminense, em 1997, comprometendo-se a implementar o Conselho Municipal de Direitos da Mulher, a prefeitura municipal apenas agora dá os passos iniciais para o seu efetivo funcionamento. Ainda assim, o Conselho de Direitos da Mulher do município foi criado por decreto, podendo comprometer o perfil progressista e democrático das entidades que o compõem. Este é mais um desafio posto às entidades populares na cidade: ocupar o espaço do Conselho instituído, imprimindo ao mesmo tempo ações críticas, democráticas e articuladas intersectorialmente com as demais secretarias e conselhos.

Essa coordenação acompanha o serviço, mas, para além de preocupar-se com sua dinâmica cotidiana, é responsável por construir estratégias coletivas de ação política frente aos poderes públicos municipal e estadual, nos âmbitos executivo e legislativo, e de dar visibilidade às desigualdades sociais de gênero na cidade. Nestes três anos de existência do serviço, conseguimos bastante projeção na mídia e alguma divulgação, ainda que não tão sistemática. Talvez a dificuldade de obter recursos que permitam exposição sistemática do serviço tenha relação com a ainda baixa incidência de ligações. Outra questão que atribuímos a este fator é a desconfiança e descrédito das mulheres quanto à possibilidade de alteração de situações que vivenciam a partir de informações ou de qualquer tipo de orientação. Mesmo assim, as informações relacionadas à temática de Violência

(39% das ligações em 1999), seguida pelas de Saúde, aparecem como as mais procuradas – o que é um indicador significativo da relevância destes temas na região da Baixada.

“

**O interessante, neste processo, é perceber que as lideranças inicialmente envolvidas apresentavam sensibilidade à temática do trabalho com mulheres, de luta por direitos igualitários e cidadania das mulheres na cidade.**

No entanto, ao lidar com um campo tão delicado quanto importante, muitas problemáticas foram emergindo a partir da existência do Disk Mulher. Junto ao êxito de pautar temáticas referentes à cidadania das mulheres como preocupação nas entidades mistas com as quais trabalhamos, também vieram fortes demandas por parte de lideranças populares e mesmo de cidadãos e cidadãs por solução ou encaminhamento de problemas apresentados.

#### Conclusões

Para além da informação, o Disk Mulher tornou-se, como vimos, um instrumento de fomento do debate sobre as desigualdades sociais de gênero e sobre a necessidade de incorporar a leitura de gênero em nossas ações de transformação da cidade.

O interessante, neste processo, é perceber que as lideranças inicialmente envolvidas apresentavam sensibilidade à temática do trabalho com mulheres, de luta por direitos igualitários e cidadania das mulheres na cidade. Também, desde o início deste trabalho, em 1997, não havia estruturado movimento de mulheres que se constituísse em uma referência de lutas globais na cidade. Ao mesmo tempo, o conceito de gênero ainda era algo profundamente distante daquela realidade.

Havia, sim, um conjunto de mulheres com consolidada trajetória de militância em movimentos de bairro e excelente nível de liderança comunitária que, na prática, tinham a cidadania feminina como agenda secundária. Enquanto portadoras de uma bandeira eminentemente comunitária, sua presença e participação eram bem aceitas, mas para a introdução de uma agenda própria de superação de desigualdades de gênero, foi – e tem sido – fundamental todo um processo de sensibilização para alcançar legitimidade pública e política, tanto em relação aos demais segmentos sociais, como até mesmo entre atores do campo popular.

Para consolidar essas adesões e objetivando essa crescente sensibilização dos demais atores sociais, vimos realizando ciclos de formação e palestras, além da disputa cotidiana no debate político nos espaços coletivos de construção das ações das entidades. A partir de capacitações da coordenação do Disk Mulher realizadas pela FASE, desde o início do processo e do aprendizado cotidiano do trato destas questões

em diferentes espaços, as entidades vêm incorporando progressivamente a leitura crítica sobre injustiças de gênero no espaço urbano. Realizamos, em setembro de 1999, a primeira sensibilização para lideranças (homens e mulheres) das entidades mistas com as quais atuamos. A capacitação, voltada para Gênero e Políticas Públicas, foi bem-sucedida e permitiu maior reconhecimento das desigualdades sociais de gênero das entidades em suas ações e o pensar sobre a cidade com esse recorte.

Um dos êxitos desse processo exprime-se na recente implantação do Programa de Renda Mínima vinculado à Bolsa Escola na cidade. Após longa e intensa campanha de sensibilização da opinião pública e de pressão do Executivo e Legislativo para aprovação do programa, foi assegurada, dentre os critérios, uma pontuação maior para famílias chefiadas por mulheres – reconhecendo-as como as mais pobres dentre as

pobres. Além disso, à época do Congresso da Cidadania, organizado pela ABM (Conselhos de Entidades Populares de São João de Meriti), realizamos encontros em um fórum de debates sobre o tema “Mulheres”, incorporando à pauta do evento e à agenda social para a cidade produzida no mesmo a necessidade de construir uma cidade socialmente igualitária para ambos os gêneros. Nestes espaços, debateu-se sobre a difícil realidade das mulheres – afetadas tanto pela miséria, quanto pela dificuldade de vivenciar a cidade e ter seu tempo liberado para si – considerando as horas que perdem em postos de saúde, por exemplo, quando precisam buscar atendimento para os filhos.

Em construção e formado por uma diversidade de atores, o processo de formação do fórum promete ser um espaço de referência para o debate e transformação das condições de vida na cidade. [P]



# O Brasil tem Fome de Direitos!

Participe da campanha e faça valer o Artigo 6º da Constituição Federal

Caro assinante, a FASE está fazendo a campanha O Brasil tem Fome de Direitos, com ênfase no Artigo 6º da Constituição Federal. O texto a seguir é de um guia que pretendemos distribuir em larga escala e em âmbito nacional.

## Guia dos Direitos Sociais

### Apresentação

O objetivo deste guia é mostrar à população brasileira que podemos e devemos exigir os nossos direitos. Para isso, escolhemos um caminho a partir da Constituição Federal, cujo Artigo 6º consagra os nossos direitos fundamentais como o direito à educação, à saúde, à moradia, à Previdência Social, ao lazer e ao trabalho.

Atenção! Apesar do direito ao meio ambiente não estar inscrito no Artigo 6º, ele atravessa todos os outros direitos, pois sem Justiça Ambiental, isto é, o equacionamento das questões que relacionam meio ambiente e justiça social, não haverá desenvolvimento e nem justiça.

No Guia dos Direitos Sociais você vai ficar sabendo: o que diz o Artigo 6º; como reivindicar aquilo que a norma constitucional garante a cada cidadão brasileiro; e como elaborar um relatório de denúncia da violação de direitos e onde ir para encaminhar a sua denúncia e/ou pedir apoio. Ele é uma ferramenta para aqueles que querem fazer valer os seus direitos sociais, trazendo informações de como viabilizar esta conquista.

Além disso, a divulgação deste artigo é de extrema importância para a criação de uma cultura cidadã no Brasil. Informe-se, oriente-se e faça valer os seus direitos. No guia você também encontrará sugestões de como participar da campanha.

### Apresentação da FASE

A FASE é uma ONG com mais de 43 anos, com escritórios regionais no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Pará e Mato Grosso, que contribui para a construção de uma sociedade democrática, com base no desenvolvimento sustentável, na inclusão social, no acesso à justiça e na

Originalmente publicado em  
**Proposta n.º 101,**  
julho de 2007, pp. 12-19



universalização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

### Apresentação da campanha e seus objetivos

A campanha O Brasil tem Fome de Direitos visa dar a mais ampla divulgação ao Artigo 6º da Constituição Federal, de forma que se exija do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) o cumprimento dos direitos sociais ali estabelecidos através de políticas públicas.

A adoção de políticas públicas demonstra como o Estado está agindo nas suas funções de coordenação e fiscalização dos agentes públicos e privados para a realização de certos fins essenciais à população. As políticas públicas estão ligadas ao resguardo dos direitos sociais e políticos, pois estes demandam do Estado prestações positivas e significam o alargamento do leque de direitos fundamentais.

É preciso que a prática de se exigir o cumprimento dos direitos sociais se torne um hábito enraizado na sociedade brasileira. Para isso, a divulgação massiva do Artigo 6º, suas implicações e potencialidades, é indispensável.

A promoção dos direitos só se dará através da pressão política exercida pelos movimentos populares organizados e as instituições da sociedade civil, mas o uso do recurso de ações judiciais, bem como as denúncias das violações, também é fundamental.

### Objetivos

- Criar uma cultura de direitos no Brasil.
- Divulgar o Artigo 6º e um conjunto de informações básicas sobre como exigir direitos.
- Contribuir para o fortalecimento das diversas instituições e movimentos na perspectiva da reivindicação do cumprimento dos direitos.
- Mapear e denunciar as principais violações dos direitos nos estados e municípios.

### Veja o que diz o Artigo 6º

“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

O Artigo 6º que se encontra dentro do título sobre os Direitos e Garantias Fundamentais da nossa Constituição Federal trata sobre os direitos sociais que devem ser respeitados, protegidos e garantidos a todos pelo Estado. São eles:

- Direito à educação: direito de cada pessoa ao desenvolvimento pleno, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho.
- Direito à saúde: direito ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como à redução do risco de doenças e de outros agravos.
- Direito ao trabalho: direito a trabalhar, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- Direito à moradia: direito a uma habitação permanente que possua condições dignas para se viver.
- Direito ao lazer: direito ao repouso e aos lazeres que permitam a promoção social e o desenvolvimento sadio e harmonioso de cada indivíduo.
- Direito à segurança: direito ao afastamento de todo e qualquer perigo e garantia de direitos individuais, sociais e coletivos.
- Direito à Previdência Social: direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.
- Direito à maternidade e à infância: direito da mulher, durante a gestação e o pós-parto, e de todos os indivíduos, desde o momento de sua concepção e durante sua infância, à proteção e à prevenção contra a ocorrência de ameaça ou violação de seus direitos.

- Direito à assistência aos desamparados: direito de qualquer pessoa necessitada à assistência social, independentemente da contribuição à seguridade social.

### Por que o Artigo 6º e não outro?

Porque ele prescreve os direitos sociais fundamentais e pode servir de base para a luta cidadã contra as desigualdades, a pobreza e a discriminação, de tal modo que seu pleno reconhecimento certamente habilitará os grupos marginalizados a conquistar uma cidadania plena.

O Artigo 6º serve de plataforma para unificar as lutas e demandas sociais coletivas em nossa sociedade porque:

“

### O Artigo 6º que se encontra dentro do título sobre os Direitos e Garantias Fundamentais da nossa Constituição Federal trata sobre os direitos sociais que devem ser respeitados, protegidos e garantidos a todos pelo Estado.

- Garante uma linguagem unificada entre instituições da sociedade civil e os diversos movimentos populares em torno da reivindicação de políticas públicas que garantam os direitos sociais fundamentais.
  - Coloca um referencial para orientar a construção do novo Estado Social.
  - Barra as tendências regressistas e minimalistas em matéria de direitos sociais.
  - Reafirma o caráter integral e universal de construção de um projeto de sociedade com centralidade nos direitos.

### Como participar?

- Através da divulgação do Artigo 6º com panfletagens e debates, *spots* de rádio, programa de TV local e no desenvolvimento de atividades culturais.
- Passando os vídeos da campanha produzidos pela FASE, debatendo as violações concretas que a população de um determinado bairro, município ou região vive e as soluções para os problemas.
- Através do debate e da afirmação dos direitos sociais nos processos educacionais, nas mobilizações sociais e na formulação das políticas públicas.
- Ações jurídicas através do Ministério Público e/ou Defensoria Pública.
- Realizando atividades de capacitação de grupos e instituições sobre como exigir e montar ações individuais e/ou coletivas na Justiça.
- Na construção de esferas públicas, onde os problemas das comunidades e dos sujeitos sociais são apresentados com a perspectiva de uma nova aliança contra as desigualdades.
- Formando uma rede, núcleo ou fórum regional em defesa dos direitos garantidos pelo Artigo 6º junto com sindicatos, associações, grupos artísticos, rede pública de

ensino, movimento pela moradia, igrejas, entre outros, para ações conjuntas. Veja no Anexo 2 sugestões de como montar um núcleo regional.

- Montando um dossiê das violações locais e/ou regionais para denunciá-las (elaboração de relatórios que possam descrever (através de provas) as violações nas comunidades, no município ou na região).

- Colocando em seu site pessoal ou da sua instituição um banner da campanha.

- Incluindo o material de divulgação da campanha em sua mala direta e/ou fornecendo o seu cadastro para que isso possa ser feito pela FASE.

### Como garanto o cumprimento dos meus direitos? O que devo fazer?

Existem vários degraus que você deve percorrer para que esses direitos sejam garantidos.

1. Saber que você é importante: parece bobagem, mas esse é o passo fundamental para a conquista dos seus direitos. Entender que você é um ser humano tão importante quanto qualquer outro e, portanto, digno de ter direitos e de fazer com que seus direitos sejam cumpridos é o princípio dessa caminhada.

2. Conhecer seus direitos: é necessário que você conheça seus direitos para poder exigir que eles sejam cumpridos.

3. Conhecer e identificar o conflito ou situação de violação: é preciso que a violação fique clara, explícita.

Para tanto podemos fotografar, filmar em vídeo, recolher testemunhas e colher depoimentos que comprovem a violação. Além disso, é ideal que seja feito um relatório sobre o ocorrido (dizer quais direitos foram violados, como foram violados e há quanto tempo isso tem acontecido) e, no caso da violação ser em relação a várias pessoas, reunir as vítimas (anotar: nome e sobrenome, endereço, telefone, profissão e estado civil).

4. Procurar ajuda: exigir o cumprimento de seus direitos fica mais difícil se você está sozinho e por isso é sempre bom pedir ajuda. Você dispõe de uma série de instituições para obter um acesso mais amplo à justiça: a Defensoria Pública, o Ministério Público, além dos inúmeros serviços de assessoria jurídica gratuita disponibilizados por entidades da sociedade civil e por faculdades de direito (escritórios-modelo).

5. Informar a opinião pública: Não é suficiente denunciar os fatos perante as autoridades, é conveniente torná-los público, isto é, fazer com que a opinião pública tome conhecimento das violações. Devemos tentar fazer isso por todos os meios ao nosso alcance: jornais, rádio, televisão, boletins etc. Esse é um meio muito eficaz para pressionar as autoridades e mobilizar a sociedade.

6. Estar sempre antenado: durante o processo ou mesmo depois da efetivação dos resultados esperados, você deve seguir vigilante em relação aos seus direitos. Você deve ser um guardião constante dos seus direitos ajudando assim a construir uma cultura de exigência e garantia dos direitos.

### Deixe-me ver se entendi... para exigir o cumprimento dos meus direitos eu posso usar mecanismos não-jurídicos e mecanismos jurídicos?

Exatamente. Os mecanismos não-jurídicos não levam a luta pelos direitos para o âmbito do Judiciário, fica no plano político, onde o cidadão tem até maior influência. Esses instrumentos basicamente dependem da movimentação e organização do maior número de pessoas possível para pressionar a atuação do Estado. É essencial reunir vizinhos, colegas de trabalho ou de estudo para dialogar sobre a situação que se está vivendo, analisá-la e procurar coletivamente alternativas para enfrentá-la. Isto porque a melhor maneira de impedir que essas violações continuem ocorrendo é unindo esforços. Quanto mais pessoas estiverem informadas sobre as violações que estão sofrendo e o que podem fazer em relação a isso, mais fácil será exigir efetivamente seus direitos.

“

**A melhor maneira de impedir que essas violações continuem ocorrendo é unindo esforços. Quanto mais pessoas estiverem informadas sobre as violações que estão sofrendo e o que podem fazer em relação a isso, mais fácil será exigir efetivamente seus direitos.**

A melhor forma de mobilizar a população que está sendo violada é buscando lideranças que tenham influência entre essas pessoas. Por exemplo: associações que trabalhem dentro ou com as comunidades, líderes comunitários, escolas presentes nestes locais, rádios e TVs comunitárias etc. Mas quando esses não são suficientes, o jeito é recorrer aos mecanismos jurídicos e cobrar seus direitos junto ao juiz, sempre contando com a ajuda da Defensoria Pública ou do Ministério Público.

### E como sei quando devo pedir ajuda à Defensoria Pública ou ao Ministério Público?

A Defensoria Pública é o órgão responsável por prestar assistência jurídica integral e gratuita às pessoas que não

possuem recursos financeiros para pagar um advogado. Além disso, também podem acompanhar casos relacionados à violação de direitos humanos, como é o caso do estado do Rio de Janeiro, que já conta com o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos específico para esse fim.

O Ministério Público tem a função de ser o defensor dos interesses sociais e individuais indisponíveis, ou seja, direitos dos quais os indivíduos não podem abrir mão. É o fiscal da lei e da sociedade.

Portanto, ambos os órgãos podem receber denúncias de violações aos direitos que estão descritos no Artigo 6º. Para encontrar os endereços desses órgãos mais próximos, vá ao final deste guia ou acesse os seguintes endereços eletrônicos:

- Defensoria Pública: <http://www.defensoria.df.gov.br/>;
- Ministério Público: [http://www.brasil.gov.br/estr\\_mpu.htm](http://www.brasil.gov.br/estr_mpu.htm).

Em algumas cidades não há Defensoria Pública; nesses casos, a Procuradoria Geral de cada Estado tem núcleos especializados para assessorar jurídica e gratuitamente a população (ex.: estado de São Paulo – Procuradoria de Assistência Jurídica).

Outros órgãos e instituições: escritórios de advocacia das faculdades, seccionais da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil (escritório-modelo), PROCONS, Juizados Especiais, Balcões de Direitos.

### Se eu decidir procurar a Defensoria Pública, o que devo fazer? E se eu optar pelo Ministério Público, como devo agir?

Se você optar pelo Ministério Público, deverá procurar a sede mais próxima, fazer sua denúncia contando quais direitos estão sendo violados e de que forma. Você deve levar todo tipo de prova necessária (fotos, vídeos, testemunhas etc.) destacando o que é prova e o que é indício. A partir dessas informações, o procurador irá promover a abertura de inquérito civil público para investigar a situação e as violações e, se achar necessário, promoverá uma ação civil pública.

Se você quiser fazer uma denúncia, mas não puder se dirigir à sede do Ministério Público, poderá enviar uma carta (anônima se preferir) ao mesmo endereço. Sua denúncia será distribuída para a Promotoria mais próxima do local onde ocorreu a violação.

Você poderá acompanhar o que está acontecendo indo até a sede (preferencialmente) ou por telefone. Tenha em mãos o número de protocolo que foi dado no momento em que você fez a denúncia; se sua denúncia foi por carta, basta que você ligue para um dos telefones acima e diga o nome do requerente (você, se for o caso). Se a denúncia for anônima, especifique o assunto no envelope e no conteúdo da carta; na hora de fazer a consulta, siga os mesmos passos, mas dizendo

o título da denúncia em vez do nome do requerente. Não se esqueça de pedir o número do protocolo, que poderá servir para futuras consultas.

Atenção: Sua denúncia deve estar bem fundamentada, baseada em fatos, sem exageros e omissões, pois assim ela merecerá crédito e será respeitada. Veja no Anexo 1 como fazer um relatório de violação de direitos.

Uma ação civil pública pode ser proposta, entre outros, por associações/ONGs (ver Art. 5º da lei 7.347 de julho de 1985) ou pelo Ministério Público. No caso da associação, basta que exista há mais de um ano e que tenha como objeto o motivo da denúncia. O cidadão não pode individualmente propor uma ação civil pública, mas pode provocar o Ministério Público, como já dito anteriormente, para que esse tome as devidas providências.

Já uma **ação popular** pode ser proposta por um indivíduo, mas é sempre bom ter a ajuda de um advogado, que pode ser encontrado no Núcleo da Defensoria Pública de cada estado. Mas não é só para isso que serve a Defensoria. Chegando lá, você deve procurar um dos núcleos de atendimento específico para direitos coletivos e pedir a ajuda de um defensor, contando-lhe sobre a violação do direito, para que esse dê orientações a respeito do que deve ser feito.

Essas ações devem procurar sempre envolver o maior número possível de pessoas, visando garantir o cumprimento dos direitos em situações onde todas estejam sofrendo com o mesmo problema. As pessoas que não entraram no início do processo poderão entrar posteriormente.

### Mas essa história de exigir que se cumpram os meus direitos não deve funcionar. Existe alguém que já conseguiu isso?

De fato, existem diversos exemplos de pessoas e/ou grupos que conseguiram reivindicar seus direitos apenas através de organização e uso dos instrumentos corretos. Veja estes exemplos:

- Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro/ Processo: 2002.001.27540. Direito à educação e a assistência – Com essa decisão, o Estado ficou responsabilizado por colocar adolescente com deficiência física em escola de rede educacional privada, caso não encontre escola da rede pública com instrumentos que permitam a frequência dos deficientes às aulas e que garantam seu desenvolvimento intelectual.

- Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro/ Processo: 2004.002.04029. Direito à saúde – Com essa decisão, o Município ficou responsabilizado pelo fornecimento gratuito dos remédios necessários à sobrevivência de portadora de doença grave que não possuía os recursos financeiros suficientes.

## Anexo 1

## Como fazer um relatório de violação de direitos

Situações em que pessoas, grupos ou comunidades têm seus direitos violados e desrespeitados podem ser denunciadas. Como? Não é tão complicado. Basta reunir o máximo possível de informação num documento assinado por alguém responsável.

Entenda como fazer um relatório de denúncia às autoridades lendo as orientações abaixo. Atenção! Cada passo será uma parte do seu relatório.

1 – Em primeiro lugar, é preciso dizer quem são as pessoas que têm seu direito desrespeitado. Você deve caracterizar este grupo de pessoas. Um exemplo fictício: moradores da comunidade João de Deus, em sua maioria trabalhadores informais, quase todos vivendo em famílias com três filhos em média; as casas da comunidade são de alvenaria, mas não há tratamento de esgoto, que corre a céu aberto. Quantas pessoas são ao todo? Vamos imaginar que na comunidade morem 100 famílias que, em média, têm cinco pessoas cada. Podemos estimar então que a comunidade conta com cerca de 500 pessoas.

2 – Sobre o que essas 500 pessoas reclamam? Qual é a violação a seus direitos? No nosso exemplo, a comunidade João de Deus não tem tratamento de esgoto. Isso causa doenças nas crianças, despesas extras com remédios e leva mal cheiro para dentro das casas. Mas esse é só um exemplo: você pode denunciar que não estão respeitando seu direito à educação, à saúde, ao lazer, à moradia etc.

3 – É hora de dizer quem está causando o problema. A comunidade João de Deus precisa urgentemente que respeitem seu direito à saúde, e por isso precisa de tratamento para o esgoto. Naturalmente, ela vai responsabilizar o poder público (município, estado ou governo federal), já que o tratamento de esgoto é uma obrigação do Estado. Para cada situação, vai haver um ou vários responsáveis. É preciso identificá-los muito bem e escrever isso no relatório: é frequente que a causa da violação do direito à saúde seja, por exemplo, uma indústria.

4 – Depois disso, conte a história do caso. Desde quando o direito está sendo desrespeitado? Como isso começou? O que está acontecendo com as pessoas? Tem aparecido doenças respiratórias, erupções na pele? Houve melhora ou a situação só piorou? Quem já esteve no local para tomar conhecimento do problema? As pessoas atingidas já se mobilizaram de alguma forma para resolver? Qual foi o resultado? Estas perguntas e tudo mais que for necessário para contar a história completa do problema devem ser escritos no relatório.

5 – É muito importante dizer também o que as autoridades já fizeram para mudar a situação. Se não tiverem feito nada, diga isso. Às vezes, as autoridades tomam atitudes pela metade e as comunidades acham isso insuficiente. Nesses casos, o problema continua, portanto isso precisa ser relatado. Ou seja, você deve contar o que já foi feito para resolver, seja da parte das autoridades ou da própria comunidade. É claro que o simples fato de fazer uma denúncia quer dizer que nada do que foi feito antes deu uma solução definitiva para o problema.

6 – Para que sua denúncia seja levada a sério, ela tem que ser baseada em depoimentos reais de vítimas e testemunhas. Você não precisa entrevistar as 100 famílias da comunidade João de Deus, mas é necessário que você monte uma boa amostra. Pegue nome completo e endereço de seus entrevistados. Eles deverão relatar a situação de desrespeito em que vivem. As entrevistas têm que ser bem detalhadas para que o problema fique bem evidente e caracterizado. Além de vítimas da violação, entreviste também testemunhas, pessoas que viram ou ouviram a violação. As entrevistas são importantes para que a denúncia não fique parecendo boato, e sim um relatório sério sobre fatos verdadeiros. Se houver possibilidade e a violação específica permitir, anexe fotografias que comprovem o problema que está sendo causado pela violação de um direito.

7 – Não se esqueça de reunir material já publicado sobre o problema. Matérias de jornal, revista, rádio e TV são muito úteis em seu relatório. Além disso, procure saber se pesquisadores já estudaram o problema. Se houver algum estudo, é bom colocá-lo em anexo ao relatório.

8 – Depois desse trabalho, você terá um pequeno dossiê em suas mãos. Um relatório que vai contar tudo sobre uma violação de direitos que atinge um grupo de pessoas de um determinado lugar. Mas falta uma coisa: um responsável pela informação. Quem organiza este documento deve se responsabilizar por ele. Pode ser uma pessoa ou mais. Pode ser também um grupo organizado, uma associação, uma ONG, uma paróquia etc. Mas é preciso que os responsáveis assinem embaixo de seu nome completo e que coloquem o endereço. Atenção: não se esqueça de pôr data e local no documento.

9 – Uma última informação importante. É muito bom que todos aqueles que deram depoimentos, sejam vítimas ou testemunhas, assinem o documento também, mas muitas vezes estas pessoas sentem medo de represálias. Neste caso, não cite o nome destas pessoas no relatório, mas diga que o senhor X ou a senhora Y tiveram medo de se identificar e que por isso sua identidade foi mantida em segredo.

## Anexo 2

## Debatendo e organizando a campanha

Veja algumas sugestões para a montagem de um núcleo regional para fazer valer o Artigo 6º da Constituição Federal.

O primeiro passo é pensar e debater internamente até onde a instituição que está pensando em puxar a organização do núcleo e/ou fórum no primeiro momento tem condições de ir, isto é, qual a abrangência territorial que suas instituições amigas e/ou parceiras conseguem articular em um primeiro momento.

O segundo passo, após a discussão, é preparar o convite para um encontro junto às outras instituições da região escolhida, isto é, as instituições do bairro ou do município ou de vários municípios, conforme a capacidade de convocação da instituição.

Atenção! Este convite deve ser bem pensado, pois as instituições convidadas têm que se sentir convencidas de que será um encontro importante para a melhoria da qualidade de vida das populações dos locais.

Preparar a reunião. Discutir como será encaminhada a reunião. A minha sugestão é que se comece com uma apresentação de cada pessoa presente através da técnica do cochicho ou da teia, dependendo do tamanho do grupo.

Colocar os objetivos da reunião (que sejam apresentados de forma bem sucinta e clara).

## Sugestão:

Esclarecer que a promoção dos direitos só se dará através da pressão política exercida pelos movimentos populares organizados e instituições da sociedade civil;

Por isso, é importante a convocação de uma reunião, que discutirá a formação de um núcleo ou fórum para lutar pelo cumprimento dos direitos fundamentais inscritos no Artigo 6º da constituição federal;

Desta forma, teremos uma ação integrada e conjunta no território, isolando a possibilidade de fragmentação, fortalecendo as instituições presentes. Ademais, o uso do recurso de ações judiciais, bem como as denúncias das violações, também é fundamental, e isso só podemos fazer de maneira articulada.

Passar o vídeo que a FASE fez com o primeiro programa.

Abriu o debate tendo um roteiro de perguntas a serem feitas aos presentes.

## Outra sugestão:

É importante criar uma cultura de direitos no Brasil? Por quê?

A divulgação do Artigo 6º e um conjunto de informações básicas sobre como exigir direitos ajuda na criação desta cultura?

As instituições aqui presentes poderão também se fortalecer com essa perspectiva da reivindicação do cumprimento dos direitos. Por quê?

Que ações podemos fazer nesse primeiro momento para a divulgação do Artigo 6º e de como exigir os direitos?

O que vocês acham de a gente começar a articular o núcleo ou fórum do Artigo 6º?

Se as pessoas acharem interessante a proposta e estiverem animadas realizando a importância de uma ação conjunta, então fazer um pequeno plano de ação colocando num quadro negro ou em papel de rolo que deverá ser copiado por todos os presentes:

O quê? (tipo de ação) Quando? (data) Onde? (local) Quem? (a pessoa da instituição que será responsável pelo cumprimento do compromisso marcado ali perante as outras instituições) Como? (com que recursos será desenvolvida a ação).

Marcar a próxima reunião dando como dever de casa para as instituições o **início** da feitura do relatório de violação dos direitos de cada localidade, entregando o passo a passo a seguir (se desejado, uma vez elaborado o relatório, a FASE poderá auxiliar vendo se está tudo conforme as exigências de feitura de um bom relatório de violação de direitos, basta que a instituição nos envie uma cópia que retornaremos com as recomendações necessárias se assim for preciso).

## Os programas de vídeo da Campanha o Brasil tem Fome de Direitos

A FASE produziu oito programas de vídeo, com aproximadamente 15 minutos cada, com o intuito de facilitar os trabalhos em torno da campanha O Brasil tem Fome de Direitos. Para além da parte educativa de divulgação dos direitos, espera-se que os vídeos contribuam para o seu cumprimento efetivo.

Gostaríamos de ressaltar que a trilha sonora de todos os programas é de autoria da banda Djangos, que faz parte da Rede de Solidariedade, e de Reginaldo, o RMc, da Rede Funk Social de São Gonçalo. Abaixo estão as sinopses dos vídeos para que vocês possam escolher o que passar e ir organizando os debates.

**Programa 1** – Cunca Bocayuva, diretor da FASE, e Maria Elena Rodriguez, coordenadora do Programa Direitos econômicos,

sociais e culturais (DESC) da FASE, falam sobre a campanha O Brasil Tem Fome de Direitos. Ele explica as razões de uma campanha que lida com o Artigo 6º da Constituição, e também aponta os meios para articular apoios de outras entidades na luta pelo cumprimento dos direitos sociais. Maria Elena fala dos materiais de capacitação da FASE para que organizações e cidadãos exijam seus direitos.

**Programa 2** – O professor de Direito da UERJ Gustavo Binenbojm fala aos espectadores sobre como exigir direitos sociais. Ele comenta experiências bem sucedidas de exigência de direitos: grupos que se organizaram e conseguiram respeito aos direitos através de uma ação jurídica eficaz. Ele também dá dicas de instituições e órgãos públicos que podem auxiliar o cidadão no cumprimento de seus direitos sociais. Neste segundo programa, a coordenadora da ONG Criola, Lúcia Maria Xavier, há 12 anos na defesa dos direitos das mulheres negras, discute como conjugar um trabalho focado na defesa de direitos universais.

**Programa 3** – Neste programa, o músico Marcelo Yuka comenta a campanha O Brasil Tem Fome de Direitos. Para ele, a juventude brasileira é a parte da sociedade que paga mais caro o preço do desrespeito aos direitos sociais. Ele se pergunta o que é necessário para que toda a juventude possa exercer a cidadania. A outra entrevistada deste programa é Ilda Correia de Oliveira, presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro. Ela explica como o assistente social lida com o desrespeito a direitos no seu cotidiano, e comenta sobre a importância de criar uma cultura de direitos na sociedade.

**Programa 4** – Arquiteta e assessora do Programa Nacional Direito à Cidade da FASE, Regina Ferreira é a entrevistada deste quarto programa da campanha O Brasil Tem Fome de Direitos. Ela lança um olhar sobre o direito à moradia, parte integrante do Artigo 6º da Constituição. Ela comenta o enorme déficit habitacional que fere os direitos e a dignidade de milhões de brasileiros de todas as regiões. Também trata das questões do saneamento, que ainda não chegou a muitas localidades do país. A conversa se estende para o relatório produzido pela FASE Pernambuco e entregue ao Relator Especial da ONU Miloon Kothari, que visitou o Brasil e se escandalizou com a carência de moradias dignas.

**Programa 5** – O quinto programa da campanha O Brasil Tem Fome de Direitos traz uma entrevista com o professor Antonio Ivo, vice-diretor da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Ele analisa o conceito de direito à saúde presente no Artigo 6º da Constituição. E comenta como esse direito pode vir a ser cumprido com um sistema público de saúde ainda precário e numa sociedade que vê antigas doenças reaparecerem, enquanto vive uma onda de violência. O professor também aponta como o direito à saúde pode se ligar com os outros direitos que estão também inscritos no Artigo 6º.

**Programa 6** – Neste programa, a campanha O Brasil Tem Fome de Direitos recebe a colaboração de Laura Tavares, professora de economia da UFRJ. Estudiosa da economia do setor público, a professora comenta o direito à Previdência, parte integrante do Artigo 6º da Constituição. Laura Tavares conta o que aconteceu com a Previdência Social brasileira depois das várias reformas dos últimos anos, fala sobre a ideia do déficit eterno da Previdência e aponta propostas alternativas para este intrincado problema brasileiro.

**Programa 7** – O direito à educação é o tema do sétimo programa da campanha O Brasil Tem Fome de Direitos. Agora, a entrevistada é a educadora e professora da UFF Regina Leite Garcia. Ela pergunta: Por que todos apontam a educação como essencial para desenvolver o país enquanto nenhum governo dá soluções definitivas para o problema? Regina Garcia também aborda a brutal queda de qualidade do ensino público no Brasil nas últimas décadas, e fala sobre como lutar pelo cumprimento do direito à educação de qualidade.

**Programa 8** – Representantes de dois programas sociais ligados à cultura e juventude são os entrevistados do oitavo programa da campanha O Brasil Tem Fome de Direitos. Sérgio Perim Junior, diretor do Programa Social Crescer e Viver, e Écio Salles, do núcleo de educação do Afroreggae, discutem o direito ao lazer. Eles falam sobre sua experiência com jovens para afirmar a importância do lazer vinculado à cultura como fator de diminuição da violência. Também ressaltam que lazer e cultura são capazes de criar perspectivas de vida para jovens a quem a sociedade não deu grandes chances. Por fim eles refletem sobre qual seria uma boa política pública para garantir o direito ao lazer. [P]



## Fórum Social Mundial: muito mais que um evento

O retorno a Porto Alegre anuncia o desafio de saber se o FSM conseguirá manter a sintonia com os movimentos, campanhas, redes e forças sociais que lhe dão vida e sentido

**Fátima V. Mello** – ex-assessora da Área de Relações Internacionais da FASE e integrante do Comitê Organizador da quinta edição do Fórum Social Mundial

Manter a sintonia com os movimentos, campanhas, redes e forças sociais que lhe dão vida e sentido é a chave principal para a renovação e a atualização da agenda do Fórum Social Mundial (FSM), mantendo-o, desta forma, com a capacidade de seguir sendo o espaço que aglutina as forças sociais que lutam contra o neoliberalismo e a guerra.

Desde a primeira edição do FSM, a ordem internacional passou por transformações profundas de natureza sistêmica, ou seja, desde 2001 o sistema internacional passou por mudanças que alteraram a forma como as relações de poder se organizam em seu interior. O fato que simboliza estas transformações é o atentado às torres gêmeas em 11 de setembro, que significou a consolidação do ciclo de mudanças iniciado com a queda do Muro de Berlim. Entre o final da década de 80 e o ano de 2001, o sistema internacional encerrou a ordem bipolar da Guerra Fria, fazendo com que alguns criassem a expectativa de uma nova ordem multipolar, enquanto a década de 1990 assistia, ao contrário, à consolidação da unipolaridade expressa na absoluta supremacia militar, econômica (via Consenso de Washington) e política (via domínio dos processos de decisão nas instituições de Bretton Woods e no sistema das Nações Unidas) da superpotência norte-americana.

O FSM nasceu e se fez necessário, por um lado, em meio à ampliação e expansão do poder do Império e, por outro, contrariando as teses que advogavam o “fim da História”, a necessidade de articulação de forças dispostas a inaugurar um movimento contra-hegemônico – uma espécie de empate contra o rolo compressor do neoliberalismo. Por isso o FSM nasceu em contraposição a Davos e em uma demonstração de vitalidade e de capacidade de resposta aos novos desafios globais; foi se moldando e se nutrendo das novas questões apontadas pelas mobilizações antiguerra que emergiram no pós-11 de setembro. Desde então o FSM tem sido o ambiente onde as forças antiglobalização neoliberal e os movimentos contra a guerra têm construído suas convergências.

Originalmente publicado em  
**Proposta** n.º 102,  
novembro de 2004, pp. 6-9



Mas, o que explica a grande adesão e legitimidade que teve a convocação da primeira edição do FSM e as edições subsequentes? Como foi possível que um espaço como o FSM se tornasse o polo de referência das resistências e da gestação de alternativas em meio a estas transformações no sistema internacional? Talvez a recuperação da trajetória de construção do FSM, em sua relação com a trajetória dos movimentos globais, possa ajudar a responder a estas perguntas, a identificar o sentido de sua necessidade e a colocar luz sobre a questão da pertinência da continuidade de um espaço como o FSM.

Durante a primeira metade da década de 1990, a grande maioria dos movimentos sociais que hoje participam do FSM vivia o enfrentamento das desigualdades e a luta por direitos de forma setorizada e, muitas vezes, pulverizada. Em diversos casos, estes movimentos e campanhas tinham passado pela experiência de monitorar e participar do chamado ciclo social de conferências da ONU – iniciado com a Rio-92 e passando por Viena, Cairo, Beijing, Copenhagen – que havia trazido muitas desilusões em relação à esperança depositada nas instituições internacionais, mas que, ao mesmo tempo, havia dado a estes movimentos a oportunidade de compreenderem melhor a dinâmica das políticas internacionais e a importância de atuarem em âmbito global; sobretudo, por meio da organização das chamadas conferências e fóruns paralelos. Estes movimentos expressavam a soma de lutas diversas que, na maioria dos casos, não se articulavam entre si. Assim, grosso modo, os ambientalistas se organizaram

em torno da Rio-92 e do Fórum Global; as feministas se ocuparam do Cairo e de Beijing; os movimentos em defesa dos direitos humanos priorizaram Viena; o movimento sindical se organizava nas várias instâncias internacionais em defesa dos direitos dos trabalhadores; as campanhas contra o pagamento da dívida externa (que existiam desde os anos 1980) seguiam, no entanto, sem dialogar com as demais plataformas de luta, e os movimentos de atuação voltada a questões locais faziam pouca ou nenhuma ponte entre suas agendas e as questões de natureza global. Diante da fragmentação produzida pelas políticas neoliberais, os movimentos ambientalistas, de mulheres, trabalhadores e antirracistas, igrejas, camponeses e ONGs, embora estivessem em contato em inúmeros eventos internacionais, não possuíam um espaço próprio que fosse capaz de reagir a tal fragmentação.

Porém, no meio da década de 1990, os sinais de uma resistência mais articulada começaram a se expressar, ainda que de forma não tão nítida. Um exemplo foi o ano de 1994, quando o então presidente dos Estados Unidos Bill Clinton realizava, em Miami, sem nenhuma resistência ou protesto, a I Cúpula das Américas, que daria início às negociações da ALCA. Por outro lado, neste mesmo ano, no mesmo momento em que era assinado o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, entre Estados Unidos, Canadá e México – NAFTA, emergia em Chiapas o movimento indígena de contestação ao modelo expresso naquele acordo. Também em 1994, os movimentos e campanhas em torno dos “50 Anos Bastam” se espalhavam de Washington em direção a todos os continentes e questionavam a fundo a permanência do sistema de Bretton Woods.

Estes e outros movimentos, no entanto, ainda estavam longe de fazerem suas contestações se traduzirem em crise de legitimidade do modelo hegemônico e de suas instituições. Prova disso foi a criação, ao final de 1994, da OMC (Organização Mundial do Comércio), a mais poderosa instituição criada pelo neoliberalismo – com poder de obrigar os países membros a implementarem seus acordos através de sanções e retaliações. Apesar disso, durante a segunda metade da década de 1990, os movimentos de resistência experimentaram o ascenso de importantes mobilizações por ocasião das reuniões anuais do FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial; das ações de resistência contra o AMI (Acordo Multilateral de Investimentos) em 1998; dos encontros do G-8, que culminaram com aquilo que é considerado

por muitos como o ato inaugural do Fórum Social Mundial: a manifestação global e multissetorial em Seattle, por ocasião da reunião ministerial da OMC em 1999.

Mas Seattle inaugurou também o forte sentimento de que a trajetória ascendente de mobilizações de resistência deveria se combinar com um espaço próprio, onde aquelas forças sociais pudessem articular suas agendas, acumular forças, planejar o futuro e pensar em alternativas. As diversas experiências de resistência que foram se acumulando, ainda que de forma fragmentada durante a década de 1990, talvez tenham em comum o fato de que, com a queda do Muro de Berlim, todos estavam em busca de novas referências políticas. Todos sabiam que as esquerdas, no sentido amplo, teriam que passar por um processo de revisão de seus paradigmas, suas práticas políticas, suas formas de organização, seus processos decisórios. O sucesso da primeira edição do FSM se explica por aí. O FSM traduziu e deu forma aos anseios destas forças de se reencontrarem para, juntas, em um ambiente sem hierarquias nem expectativas com relação a qual documento final ou tese seria aprovado, se repensarem, iniciarem a complexa jornada de reconstrução em bases novas de um movimento contra-hegemônico. A legitimidade e a capacidade de convocação do I FSM não pode ser explicada pelo brilhantismo da ideia de uma ou outra liderança, mas, sim, pelo ciclo histórico de reinício e recomposição de forças contra-hegemônicas. O FSM 2001 deu conta deste recado de forma ampla ao convocar o movimento global a partir do anti-Davos e do amplo eixo “Outro Mundo é Possível”. Esta era a agenda comum possível, em torno da qual pôde se realizar um evento que traduziu vários dos anseios acumulados ao longo da década anterior.

Desde a sua primeira edição, o FSM tem tentado desenhar e experimentar novas formas de organização e de ação política. Entre o FSM I e II, foi criado um Conselho Internacional que aprovou a Carta de Princípios do FSM. Na Carta e no Conselho se traduzem as expectativas de encontrarmos estas novas formas: no FSM não há um documento final, nem um plano de ação aprovado pelo FSM; como o FSM não é uma organização, mas, sim, um espaço, dali emergem múltiplos documentos finais e planos de ação. Ao mesmo tempo, o Conselho Internacional é uma instância de gestão política, mas não visa ser um comitê central do movimento global. Ou seja, há uma tentativa de gestão de todo o complexo

“  
**O FSM nasceu e se fez necessário, por um lado, em meio à ampliação e expansão do poder do Império e, por outro, contrariando as teses que advogavam o “fim da História”, a necessidade de articulação de forças dispostas a inaugurar um movimento contra-hegemônico – uma espécie de empate contra o rolo compressor do neoliberalismo.**

processo do FSM por meio de um mínimo de estruturação que seja capaz de facilitar seu avanço e ampliação, em um ambiente caracterizado por ser um espaço de encontro de várias gerações políticas, desde os movimentos de tradição mais hierárquica e piramidal, como o movimento sindical, até os grupos culturais e os novos movimentos de juventude que reúnem desde forças ligadas a partidos até grupos radicalmente contrários à forma partidária e que não adotam os modelos tradicionais de representação nem de tomada de decisão.

As marcas fundantes do FSM – pluralidade, diversidade, não ser um movimento ou instituição em si, mas, sim, um espaço sem poder de deliberação – são formas radicalmente novas e que, portanto, necessitam de permanente reflexão sobre o seu sentido. Afinal, qual deve ser a mediação possível entre manter um espaço amplo – que muitos consideram que no limite torna-se uma grande feira sem nenhuma eficácia política – e a expectativa de tomarmos alguma iniciativa que faça diferença na correlação de forças atual, que contribua de forma mais direta e imediata para a transformação social? O debate sobre o significado do FSM e sobre sua capacidade de produzir novas formas de ação política tem apontado para muitas dúvidas e perguntas, entre elas o que Teivo Teivainen (2004)<sup>1</sup> chama de risco de despolitização do FSM. Para o autor, certas regras e práticas no espaço FSM incluem “elementos de despolitização que bloqueiam as possibilidades de procedimentos mais democráticos e transparentes”, entre estes o fato de ignorarmos que existem relações de poder e que estas deveriam ter visibilidade no processo FSM; o fato de as regras e procedimentos adotados pelo Conselho Internacional não serem explícitas nem transparentes; e o fato de não produzir declarações (por exemplo, contra a guerra no Iraque), que são usados pelos opositores do FSM para apontar sua inutilidade nas lutas anti-imperialistas. O autor argumenta que devemos transcender a dicotomia entre ser um movimento/ator político versus ser um mero espaço e que há formas do FSM construir canais para ações políticas eficazes sem criar movimentos tradicionais. O autor também aponta para os limites do slogan adotado em 2001, “outro mundo é possível”, argumentando que ele foi útil em certo momento, mas que devemos nos mover para algo mais propositivo.

<sup>1</sup> Teivo Teivainen, *Twenty-Two Theses on the Problems of Democracy in the World Social Forum*, 5 dez. 2004 (mimeo).

Ainda sobre o caráter de espaço aberto, é interessante observar como alguns organizadores do FSM da Índia definem a conformação das fronteiras deste espaço:

(...) o FSM é um espaço aberto circunscrito pela condição fronteira de que o espaço é aberto a todos que se opõem às políticas econômicas neoliberais e ao imperialismo. Além disso, na Índia nós fomos além na circunscrição deste espaço aberto afirmando que ele se opõe ao patriarcado, à guerra, ao casteísmo, ao racismo e ao comunismo (exclusões religiosas sectárias).<sup>2</sup>

Assim como na Índia, também na Europa (onde a luta contra a guerra é predominante) e em Quito (onde a presença indígena e a luta contra a ALCA organizam o espaço FSM), ou em qualquer lugar para onde o FSM se mova, a noção de espaço tende a ser delimitada pelas questões que orientam e organizam as lutas em cada território.

#### Rumo à quinta edição à frente desafios

Até a sua quarta edição, o FSM tem revelado uma extraordinária capacidade de se renovar e de sintonizar com os novos desafios. Foi assim entre 2001 e 2002, quando o problema fundamental no pós-11 de setembro era o de retomar a iniciativa política e reverter o clima de criminalização dos movimentos sociais. O FSM 2002 foi capaz de dar a volta por cima. Ao mesmo tempo, as gigantescas manifestações realizadas no 15 de fevereiro foram possíveis graças ao processo gerado pelo FSM. É claro que ainda há um longo caminho a ser percorrido até que se consolide a junção das agendas de lutas contra o neoliberalismo e as de luta contra a guerra.

Há muito que fazer no sentido de expandir o processo FSM para a África, a Ásia e para o mundo árabe, construindo as pontes com parâmetros políticos e culturais mais plurais. O IV FSM deu um passo importante neste sentido, iniciando seu enraizamento na Ásia e tornando-o mais popular. Mumbai foi fundamental para abrir o FSM para além do Ocidente.

Agora nosso grande desafio será combinar a valorização da diversidade com o enfrentamento da pulverização e da fragmentação das atividades e dos participantes, que tem

“  
**A legitimidade e a capacidade de convocação do I FSM não pode ser explicada pelo brilhantismo da ideia de uma ou outra liderança, mas, sim, pelo ciclo histórico de reinício e recomposição de forças contra-hegemônicas. O FSM 2001 deu conta deste recado de forma ampla ao convocar o movimento global a partir do anti-Davos e do amplo eixo “Outro Mundo é Possível”.**

<sup>2</sup> Prabir Purkayastha e Amit Sen Gupta, *World Social Forum: Adding to the Debate*, 22 dez. 2003 (mimeo).



sido percebido como um dos mais importantes obstáculos para que o FSM siga sendo uma referência política com utilidade para os movimentos sociais e demais forças que dele participam. Nosso desafio será manter a renovação da agenda, ir além do diagnóstico para sermos mais propositivos e, sobretudo, nos articularmos mais. Isto requer uma alteração crucial em nossa cultura política e na forma como encaramos o FSM. Ao invés de nos prepararmos para dar visibilidade a atividades individuais em Porto Alegre, devemos tentar dialogar com outras iniciativas, buscar a concertação, articular propostas, investir na interação entre agendas e lutas como forma virtuosa de potencializar as lutas comuns.

Esta é a aposta da nova metodologia proposta para Porto Alegre 2005. Esta proposta de organização supõe que o FSM não pode por si só inventar questões, definir caminhos, criar plataformas e planos de ação. Sua razão de existir deve ser mensurada pela sua capacidade de ser um espaço útil e em sintonia com os movimentos, campanhas e redes para que eles construam suas plataformas. Para tal, a nova metodologia propõe que o FSM siga sendo um espaço aberto, porém que não seja um espaço de experiências desconectadas que não conseguem dialogar entre si.

Ainda está em aberto se conseguiremos tornar o FSM de fato um processo que, para além do evento que se realiza anualmente, consiga dialogar e ser referência para as lutas cotidianas. Aqui é crucial que sejamos capazes de incorporar de forma mais consistente os processos gerados pelos FSMs regionais. Eles aproximam o FSM das agendas locais e contribuem para moldar e enriquecer o FSM com as agendas dos movimentos em cada região do mundo. Foi assim em Quito, no Fórum Social das Américas, onde o protagonismo indígena revelou o quanto o processo global do FSM precisa incorporar de forma mais central estes atores. Tem sido assim na Europa, onde o Fórum Social Europeu desafia o processo global a combinar a luta contra a guerra com a luta contra a globalização neoliberal.

Na arrancada final para Porto Alegre, o desafio é conseguirmos transformar o evento em um ponto fundamental e claro de um processo de maior permanência. Para isso, será vital que o FSM siga sendo útil para que movimentos e campanhas se encontrem. E que este espaço favoreça a construção e fortalecimento de articulações, convergências e planos de ação. [P]

## Uma campanha de desterritorialização

Direitos territoriais e étnicos: a bola da vez dos estrategistas dos agronegócios

**Alfredo Wagner Berno de Almeida** – doutor em Antropologia Social pela UFRJ, bolsista de produtividade CNPq 1A e pesquisador sênior da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Os esquemas explicativos da intensificação dos conflitos e tensões sociais no campo apontam para duas ordens de argumentos que explicitam aspectos contraditórios de estratégias governamentais e empresariais voltadas para o que hoje se denomina “desenvolvimento sustentável”.

A primeira vertente considera que a elevação geral dos preços das commodities agrícolas e minerais, propiciando um ritmo forte de crescimento dos agronegócios, tem provocado um aumento da demanda por terras, tanto para fins de extração de minério de ferro, bauxita, caulim e ouro, quanto para a implementação de grandes plantações homogêneas com fins industriais (pinus, eucalipto, cana-de-açúcar, soja, algodão, mamona, dendê). Segundo esta interpretação, não obstante os percalços de vários setores dos agronegócios em 2005 e 2006 (queda de rentabilidade da agropecuária, redução da área plantada de soja, aumento do endividamento e mudanças cambiais que com a queda do dólar tem diminuído a competitividade, como no caso dos óleos vegetais), retraindo circunstancialmente o volume de negócios, pode-se afirmar que no último quinquênio a tendência ascensional dos preços das commodities provocou um aumento geral nos preços das terras, notadamente em regiões do sul e sudoeste do Pará, na pré-Amazônia Maranhense e no sul do Amazonas, mais particularmente nas regiões de Apuí e Lábrea. Em decorrência, acentuou-se os índices de desmatamento nestas referidas regiões, notadamente com a formação de pastagens para criação intensiva, cujos resultados têm sido chamados de “carne verde”, e com a ação carvoeira das usinas de ferro-gusa, a despeito das estatísticas oficiais enfatizarem uma redução geral da área desmatada na Amazônia.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> O fato mais recente acionado para reforçar esta interpretação refere-se à suspensão do embargo à carne bovina e suína do sul do Pará e de mais sete estados brasileiros, pela Rússia, propiciando aos “frigoríficos retomarem as exportações há muito impedidas devido aos focos da febre aftosa”, como sublinha o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), Sr. Carlos Xavier (Rússia abre as portas à carne paraense, **O Liberal**, Belém, 24 nov. 2007, p. 2). “O Rabobank, banco holandês que é o maior provedor mundial de financiamento à agricultura, está se preparando para lançar um esquema de créditos de carbono visando incentivar o replantio de florestas ilegalmente derrubadas na região do Xingu, na Amazônia Brasileira. Os organizadores esperam que ele venha a tornar-se um modelo para conservação do resto da floresta amazônica” (Jonathan Wheatley, Banco incentiva replantio no Xingu. Experiência piloto libera recursos para 8 fazendas conservarem florestas, **Valor**, 27 nov. 2007, p. A5).

Originalmente publicado em **Proposta** n.º 114, outubro de 2007, pp. 33-36



A segunda vertente aponta para novas modalidades de intervenção na questão ambiental por parte de órgãos governamentais, agências de financiamento e grandes empreendimentos bancários, que estariam se preparando para lançar um amplo programa de concessão de créditos de carbono a projetos que preservem ou promovam o reflorestamento. Para incentivar esta prática conservacionista, estariam sendo criados inúmeros incentivos financeiros para manter as florestas intactas.<sup>2</sup> Tal prática denominada por seus críticos de “colonialismo verde” parece estar se tornando também o principal objeto de ação de inúmeras associações voluntárias não-governamentais. Um dos exemplos mais conhecidos refere-se ao fato de mais de 20 mil pessoas terem feito doações durante a primeira semana de campanha do site da ONG Cool Earth, que promete comprar e proteger terras na Amazônia. A iniciativa foi lançada em junho de 2007 com apoio de várias personalidades e entidades ambientais britânicas. O projeto propõe que os doadores patrocinem a conservação, por 35,00 libras (cerca de 140,00 reais), de meio acre de terra (o equivalente a dois mil metros quadrados de

<sup>2</sup> O banqueiro sueco, naturalizado britânico, Johan Eliasch, que faz parte do que se denomina “colonialismo verde”, comprou terras nos municípios de Manicoré e Itacoatiara (AM), correspondentes a 160 mil hectares, área que equivale à “Grande Londres”. Tais terras teriam pertencido à Gethal Madeireira e seriam conservadas através de projetos de crédito de carbono (Milionário sueco vai visitar terras no Amazonas, **A Crítica**, Manaus, 4 jan. 2007).

mata).<sup>3</sup> Esta vertente ganha força com as notícias de que a República da Guiana, antiga colônia britânica, que possui uma floresta tropical com área superior àquela da Inglaterra, estaria propensa a “entregar toda sua floresta ao controle de um organismo internacional de liderança britânica” mediante financiamentos voltados para o desenvolvimento econômico do país.<sup>4</sup>

Uma variante desta vertente seria constituída por empresas de biotecnologia, laboratórios farmacêuticos e indústrias de cosméticos, cujas demandas pelas florestas se voltam para determinados recursos genéticos de espécies silvestres a partir dos quais pesquisam, praticam a coleta, direta ou indiretamente, e desenvolvem produtos.

De maneira resumida e evitando esquematismos, pode-se asseverar que haveria pelo menos duas grandes estratégias empresariais hoje face aos recursos da natureza, as quais estão em marcha e são aparentemente contraditórias. Os efeitos de ambas, a despeito da diferença dos objetivos imediatos entre os chamados “colonialismo verde” e “carne verde”, convergem para uma maior pressão sobre as terras e as florestas e seus recursos, cujo resultado mais perceptível é o aquecimento do mercado de terras. A formação do preço de terras no país tornou-se muito atrelada às oscilações do mercado de *commodities*<sup>5</sup> e em particular da soja, que ocupa hoje 47% da área plantada com grãos.<sup>6</sup> Com a expansão atual dos agronegócios tem-se argumentos triunfalistas, que afirmam que o setor pretende ocupar 250 milhões de hectares, ou seja, quase 30% da superfície do Brasil, consoante depoimento do representante da Confederação Nacional de Agricultura, em Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, realizada em Brasília no dia 11 de setembro de 2007. Sob esta ótica triunfalista os povos indígenas e quilombolas, bem como as demais comunidades tradicionais, são considerados como um obstáculo à expansão ou à implementação dos agronegócios e às livres transações de terras. São vistos como sujeitos biologizados, isto é, como uma mera extensão dos recursos naturais, sem consciência nem direitos. Este é um dos fatores explicativos do agravamento dos conflitos sociais no campo, numa quadra em que os indígenas, quilombolas,

quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos e seringueiros já conquistaram seus direitos territoriais e emergiram como sujeitos sociais.

### Coalizão de interesses

Ao nos determos nos pontos em que tais estratégias se articulam umas com as outras, podemos adiantar que estamos assistindo de fato à composição de uma poderosa coalizão de interesses, que objetiva limitar os direitos territoriais reconhecidos a povos e comunidades tradicionais, bem como controlar, sob diferentes meios, seus direitos de propriedade intelectual sobre o conhecimento dos recursos genéticos. As formas de ação dos integrantes desta coalizão têm levado inclusive a certa judicialização dos conflitos. Bem explícita isto a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) proposta pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas, em junho de 2004, contra o Decreto 4.887 que regulamenta o reconhecimento das terras de quilombos.<sup>7</sup> No mesmo sentido, tramita na Câmara dos Deputados o anteprojeto de lei do deputado federal Valdir Colatto, que visa revogar o Dec. 4.887 e anular seus efeitos. De outra parte, o Estatuto do Índio permanece sem aprovação legislativa e há movimentação parlamentar no sentido de abrir as terras indígenas à extração mineral.

Acrescente-se a estas pressões sobre os direitos étnicos e territoriais aquela relativa aos empreendimentos voltados para os biocombustíveis<sup>8</sup> e para papel e celulose. Além dessas, outras pressões têm mobilizado entidades patronais, partidos políticos conservadores e as grandes empresas de comunicação de massa. Registrem-se os inúmeros artigos que vêm sendo regularmente publicados em *O Globo*, *n'O Estado de São Paulo* e na *Folha de S. Paulo*, além de notícias veiculadas através de canais de TV, apresentando os direitos étnicos e a figura jurídica da autodefinição como “descabidos”, “absurdos” ou meras “fraudes”, tal como sucedido com a comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu (BA). Mediante fatos desta ordem, pode-se falar numa ação sistemática em que o senso prático das estratégias empresariais busca flexibilizar as normas que asseguram os direitos territoriais para expandir suas atividades econômicas sobre territórios coletivos, etnicamente configurados. Nesta iniciativa, buscam tornar as políticas governamentais um instrumento auxiliar de sua expansão econômica.

<sup>7</sup> Até 19 de dezembro de 2007 deve ser julgada a ADIN, cujo relator é o Ministro Cezar Peluso. No Supremo Tribunal Federal.

<sup>8</sup> No decorrer de 2007, têm aumentado as transações comerciais num dos componentes mais destacados do agronegócio, a chamada “agroenergia”, liderada pelo plantio de cana-de-açúcar para a extração de álcool combustível. E em decorrência, o mercado de terras, num raio de 50km de proximidade das usinas, está num processo de forte valorização (Cíntia Cardoso, Cana-de-açúcar valoriza terras em até 49%, *Folha de S. Paulo*, 31 jan. 2007 e N. Staviski, Terras no Paraná valem até 95% mais desde 2000, *Gazeta Mercantil*, 5 jul. 2007. No Espírito Santo, Aracruz Celulose mantém disputa judicial com as comunidades quilombolas de Sapê do Norte.

As ações de inconstitucionalidade vêm inspiradas no propósito de impedir o livre acesso dos povos e comunidades tradicionais aos recursos naturais básicos e não apenas de limitar ou condicionar tal acesso. A médio prazo, tais ações resultarão por praticamente anular o reconhecimento institucional dos territórios quilombolas e indígenas. Traduzem um propósito de retirar da imobilização recursos naturais que passam a se tornar objeto de compra e venda. Destruiriam assim o que já foi conquistado e formalmente reconhecido. Em outras palavras, o objetivo de anular os direitos territoriais pode ser lido como uma forma de expulsar os povos tradicionais das terras para incorporá-las aos grandes empreendimentos ou como uma forma de neutralizar os direitos étnicos convertendo os membros destas comunidades em uma peça da engrenagem empresarial de gerir o que ela considera como “desenvolvimento sustentável”.

Na verdade, estamos diante de uma campanha de desterritorialização que já dura mais de dois anos e que tem recrudescido nos últimos meses, visando negar direitos ou neutralizá-los, assim como reverter conquistas dos povos e comunidades tradicionais. Negar o reconhecimento do território pode significar a negação da identidade coletiva e fazer com que os atos de compra e venda de terras passem a incluir as comunidades que passariam a ser contempladas com compensações.

Impõe-se uma reflexão mais detida sobre o senso prático do conjunto destas estratégias empresariais quando se sabe que no Brasil existe um percentual significativo de áreas com maior cobertura vegetal, com florestas e cursos d'água preservados, que se encontra sobre o controle direto de povos e comunidades tradicionais. Embora sejam elevados os índices de concentração fundiária, não são nos grandes imóveis rurais que se encontram as áreas preservadas. Estas estão localizadas nas terras tradicionalmente ocupadas, quais sejam, terras indígenas, terras de quilombolas, de seringueiros, de quebradeiras de coco babaçu, de castanheiros, de ribeirinhos, de comunidades de faxinais e de fundos de pasto e outras formas de uso comum dos recursos naturais controlados por unidades familiares agroextrativistas.

Em virtude disso, o acesso às florestas, seja em terras da União, seja em terras destas referidas comunidades, tem que ser necessariamente mediado pelo conjunto de direitos que estes povos e comunidades tradicionais estão logrando conquistar a partir da Constituição de 1988. Torna-se redundante afirmar que as terras mantidas sob estes direitos coletivos são valiosas, notadamente na Panamazônia, por sua riqueza em biodiversidade e por se constituírem de maneira efetiva num fator básico para a existência cultural desta diversidade de identidades coletivas.<sup>9</sup> [P]

<sup>9</sup> Para uma reflexão sobre outros países da Panamazônia, como Colômbia, Bolívia e Peru, consultar *Etnias & Política* n. 1, Bogotá, julho de 2005.





[ 2011-2020 ]

## DIREITO A UM BRASIL SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICO

Ao longo desta década, a FASE aprofunda a sua perspectiva crítica em relação ao desenvolvimento, de acordo com o seguinte enfoque: Nem neoliberalismo nem desenvolvimentismo: por um Brasil sustentável e democrático fundado no primado dos direitos. Sob o conceito de “justiça ambiental”, reunimos boa parte da luta contemporânea pelos direitos humanos e por outro desenvolvimento, tendo como um dos pontos de partida e referência os (bens) comuns. Esse conceito estabelece que todos os grupos sociais – independentemente da sua origem, da sua renda, da sua classe social, do seu sexo, raça ou etnia – devem participar efetivamente do processo de decisão sobre o acesso e uso dado aos recursos naturais, de forma a garantir proteção equânime em relação aos potenciais danos ambientais e à saúde que as atividades propostas possam causar para serem implementadas em seus territórios. O artigo de Jean-Pierre Leroy é uma importante contribuição para esse debate.

A carta política da FASE, publicada no final da década, e aqui reeditada, resultou de intenso debate interno, com o enfrentamento de questões polêmicas, ao mesmo tempo em que a FASE dialogava com organizações parceiras e lideranças de grupos populares através do “Ciclo de Debates – Desenvolvimento e Movimentos Sociais”. Por outro lado, a FASE dava seguimento, nesta década e na seguinte, ao apoio financeiro às iniciativas autônomas de grupos populares, institucionalizado com a criação, em 1985, do Setor de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP) e ampliado com a criação do Fundo Dema. O artigo de Cleia Silveira – “O papel dos fundos de apoio e a ação transformadora dos pequenos projetos” (**Proposta** nº. 126, fevereiro de 2013, pp. 28-32) – mostra o papel transformador dos pequenos projetos.

## Contra a mercantilização e a privatização da vida e da natureza, os Bens Comuns

Um ecologismo pragmático escorrega facilmente para o ecologismo de mercado; governos comprometidos com o crescimento minimizam a questão ambiental e climática

**Jean Pierre Leroy** – ex-consultor da FASE, autor de *Territórios do Futuro. Educação, meio ambiente e ação social* (Lamparina, 2010)

### Da Rio-92 à Rio+20: os discursos à prova de realidade

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio- 92, contribuiu para sensibilizar parte da sociedade civil mundial para os graves problemas ambientais e climáticos que o desenvolvimento capitalista produzia na época, dando a partida para um ciclo de protestos e campanhas mundiais. Por outro lado, ela foi realizada num contexto de neoliberalismo implacável. Este contaminou, inclusive, a Agenda 21. Pela primeira vez em documento oficial, os países ocidentais reconheciam sua responsabilidade pelos problemas ambientais, mas, em contrapartida, a Agenda afirmava que o desenvolvimento sustentável somente poderia ser alcançado com a abertura das economias.

Desde então, o grande capital adquiriu uma força inigualada, tornando seu discurso hegemônico. Apoiou-se, para isso, sobre um conjunto de estratégias: a abertura das fronteiras; o afrouxamento das legislações nacionais e a desregulação; a livre circulação das mercadorias e dos capitais; a deslocalização das empresas; a concentração empresarial em conglomerados e corporações, combinando empresas produtivas e bancos; capital produtivo e capital especulativo; o enfraquecimento e mesmo a demolição das instâncias de representação da classe trabalhadora através da deslocalização e da chantagem ao emprego; a submissão da maioria dos Estados e dos seus governos aos seus propósitos.

Ele, porém, abusou da sua força. A sua empáfia nos facilita fazer da Rio+20 um grande momento de protesto e de afirmação. Não à economia verde! Sim a outras economias, a outra sociedade mundial!



Originalmente publicado em **Proposta** n.º 125, maio de 2012, pp. 53-59

### Último avatar do capitalismo: a economia verde

Hoje, o capital, mesmo não conseguindo mascarar as crises econômicas e financeiras que precipitam dezenas de milhões de pessoas na miséria, ainda se apresenta como a solução para as crises ambientais e climáticas. O discurso do “desenvolvimento sustentável”, apesar da contradição insanável existente entre os dois termos, já cumpriu sua função de nos fazer acreditar que estávamos no bom caminho – seja lá o que se entenda por “bom caminho”. Entra agora em cena a “economia verde”, nova palavra mágica alçada à tarefa salvadora do planeta e do futuro em perigo.

O que significa essa conversão ao “verde” por parte dos governos e das grandes corporações? Uma confissão de culpa? Um reconhecimento do fracasso das políticas definidas na Rio 92, revelado pelas alterações climáticas, pela redução da biodiversidade, pela ampliação dos desertos, pelo número crescente de pessoas sem acesso à água potável? Acreditam que seja possível que substituir uma terminologia (desenvolvimento sustentável) por outra (economia verde) vai fazer com que as coisas mudem? Em nome de quê? Que coelho vai sair dessa cartola?

Os aparelhos do grande capital martelam os argumentos: “Os governos não têm os meios de cuidar do meio ambiente, são corrompidos. Os nossos impostos servem para sustentar

administrações ineficientes. Faltam técnicos preparados... Nós somos a solução. Conosco, é *win-win*, todo mundo ganha: a natureza, o povo e... nós também”. Outra mágica!

A capacidade de expansão permanente do capital está intimamente ligada à necessidade premente que, para assegurar sua sobrevivência, tem de manter ou recuperar a qualquer custo, se necessário, suas taxas de lucro. Em encontro recente em Porto Alegre, Pablo Solón, que foi embaixador do governo boliviano de Evo Morales junto à ONU e que participou da preparação oficial da Rio+20, identificava o interesse do capital pela natureza como necessidade de recuperar as suas percentagens de lucro. Este novo movimento do capital se manifesta em dois planos. Primeiro, na busca de apropriação e mercantilização de novos espaços territoriais (solos, subsolos, fundos marinhos, éter) e de novos domínios (biodiversidade, ecossistemas, corpo humano, culturas, conhecimentos). Com o mercado de carbono, muda-se de escala: é o conjunto da biosfera que se torna passível de apropriação e mercantilização. E, em segundo lugar, no plano ideológico, com a admissão do setor privado como ator central para a resolução da crise ambiental e para fazer com que a economia verde, tal como este a concebe, se impusesse como caminho do desenvolvimento futuro, em que todos, bem como o planeta, ganhariam.

Se o discurso do desenvolvimento sustentável continua, de fato, para uso externo, prevalece nas relações sociais, políticas e econômicas, o jogo bruto da acumulação do lucro fundado sobre o crescimento a todo custo e a qualquer preço e a “desposseção” de muitos. Em nosso país, os ecossistemas ainda relativamente preservados (bioma amazônico, cerrado, pantanal, caatinga, litoral) e o que sobrou da mata Atlântica – que garantem, em parte (ressalvando a crise climática global), o equilíbrio climático, a disponibilidade de água, a biodiversidade e a agrobiodiversidade – estão sendo destruídos aceleradamente. O crescimento, que permitiu que milhões de pessoas saíssem da miséria e que outros tivessem acesso aos bens de consumo, mascara a piora da qualidade de vida do conjunto da população (à exceção de uma pequena minoria cuja riqueza lhes permite gozar de ar puro, de paisagens encantadoras, de alimentação de qualidade e de trânsito rápido) e a reprodução da pobreza e da miséria de outros milhões que estão no caminho das grandes obras, hidrelétricas, termelétricas, estradas e ferrovias, portos, minas, siderúrgicas, agropecuária etc. A poluição e a contaminação química urbano-industrial e agrícola tomam conta do ar, dos solos, das águas e da alimentação, condenando milhões de pessoas, em particular crianças, a desenvolver doenças ambientais. A agropecuária industrial estende seus tentáculos sobre o território, continuando seu histórico processo de expulsão e acunando camponeses/agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais a territórios sempre mais limitados e cercados.

É essa a verdadeira face da economia, produtora de uma profunda injustiça ambiental, atualização e síntese da histórica

injustiça e da profunda desigualdade que marcam a ferro e fogo o Brasil desde os primórdios da colonização.<sup>1</sup> E é essa economia, agora controlada por um seletivo e reduzido grupo de corporações produtivas e financeiras, que se converte ao verde?<sup>2</sup>

Vale ressaltar que não somos contra qualquer melhoria tecnológica que poupe o consumo de recursos naturais, melhore a qualidade do ar, economize água, facilite o trânsito urbano etc. Mas faz sentido batizar de economia verde a chegada ao mercado de carros elétricos para cuja produção se vai exigir mais usinas hidrelétricas ou nucleares? E o plantio direto das monoculturas que protegem os solos da erosão, mas exigem maior uso de agrotóxicos? E a produção de sementes transgênicas supostamente poupadoras de agrotóxicos que criam resistência aos mesmos e contribuem à erosão agrogenética?<sup>3</sup> E a dominação, através dos serviços ambientais e do mercado de carbono, de territórios em que povos e comunidades tradicionais que aí vivem e se reproduzem são transformados em meros guardiões da natureza?

Um ecologismo pragmático – que acredita ou que a gestão coletiva da natureza é inviável, e leva à depredação do meio ambiente tanto quanto o desenvolvimento tradicional, ou que somente quem detém o poder e destrói pode consertar – escorrega facilmente para o ecologismo de mercado. Governos comprometidos com o crescimento – e respaldados na sua postura pelo apoio da maioria da população – minimizam a questão ambiental e climática, na sua amplitude e na sua urgência, em prol do curto prazo. Partidos políticos, com raras exceções, não desenvolvem uma reflexão estratégica, além dos seus interesses. Setores da academia são movidos pela crença que a ciência e a tecnologia saberão dar resposta às crises e se submetem ao setor privado. Os meios de comunicação dominantes, em que pese lampejos de lucidez e de sensatez, são antes de tudo o eco desse conjunto de forças e do pensamento hegemônico.

### Por uma economia dos “Comuns”

Neste contexto, quão difícil é perceber a existência de bens – materiais e imateriais –, territórios, atividades humanas que ainda escapam ao mercado: os “bens comuns”, ou, simplesmente e talvez melhor, os Comuns (*Commons*), acompanhando o inglês que elimina a palavra “bem”, ambígua na expressão, como será dito abaixo?<sup>4</sup>

Mais do que de um conceito imediatamente inteligível e indiscutível, trata-se, no meu entender, de um campo de

<sup>1</sup> Ver Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Disponível em: [www.justicaambiental.org.br](http://www.justicaambiental.org.br).

<sup>2</sup> Ver ETC Group, Quién controlará la economía verde? Disponível em: [www.etc-group.org/](http://www.etc-group.org/).

<sup>3</sup> Ver AS-PTA. Disponível em: <http://aspta.org.br/campanha/>.

<sup>4</sup> Ver HELFRICH, Silke. (Org.) **Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía**. México: Ediciones Böll, 2008.

reflexão aberto e de um campo de luta social e política. Aqui estão algumas definições do que se entende por bens comuns. Para David Bollier, os bens comuns se referem a

recursos compartilhados que uma comunidade constrói e mantém (biblioteca, parque, rua), os recursos nacionais que pertencem a todos (lagos, florestas, vida silvestre – o espaço radioelétrico) e os recursos mundiais dos quais os seres vivos necessitam para poder sobreviver (atmosfera, água, biodiversidade).<sup>5</sup>

Incluem também o que ele chama de “economias dom”, como “a ciência, (...) grupos de software livre até Wikipedia”. Podem ser divididos em três categorias: “presentes da natureza, criações materiais e criações imateriais”.<sup>6</sup>

Por sua vez, o professor Yochai Benkler<sup>7</sup> divide os bens comuns em quatro tipos, conforme estejam “abertos a qualquer um ou somente a um grupo definido”, “regulados ou desregulados”. Como bens abertos a todos, ele cita os oceanos, o ar, as autoestradas, a maioria do conhecimento científico e a cultura. Áreas de pastagens ou de irrigação comunitárias são exemplos de bem comum de acesso limitado. Os bens abertos poderiam, em tese, ser desregulados, caso do ar, que seria um sistema aberto ainda bastante desregulado, apesar do controle sobre poluições industriais e urbanas, porém, as ruas e as autoestradas, bens abertos, são totalmente reguladas.

A maioria dessas classificações poderia ser questionada. Elinor Ostrom, prêmio Nobel de Economia de 2009, contribuiu fortemente para que os bens comuns fossem tratados com seriedade. Ela mostrou que uma gestão coletiva de bens podia funcionar tão bem ou melhor do que empreendimentos individuais ou empresariais dentro da economia capitalista. O que eu gostaria de salientar aqui é o potencial dos Comuns para ir além e se contrapor à economia capitalista e, em particular, à economia verde tal qual se apresenta à sociedade neste momento que antecede a Rio+20.

Podem ser apreendidos como Comuns os territórios indígenas, quilombos, reservas extrativistas e outros territórios ocupados por comunidades tradicionais, mas também áreas em que predomina a agricultura camponesa/familiar, com suas águas, sua biodiversidade e sua agrobiodiversidade. Comuns, as tradições culturais expressas, por exemplo, na culinária, na música, na dança, no artesanato. São esses territórios materiais e imateriais os pontos de partida dessa reflexão, mas não esqueçamos que eles se estendem às águas do mundo, à atmosfera, aos

sistemas vivos, já sendo privatizados pela poluição imposta pelos interesses do grande capital em reproduzir um sistema de produção e de consumo ambiental e socialmente falidos.

A seguir, apresento, superficialmente, pontos sobre os Comuns que se originam, em particular, nas práticas de povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia, através dos estudos do antropólogo Alfredo Wagner de Almeida,<sup>8</sup> e a partir de reflexão pessoal sobre esses grupos sociais e sobre o campesinato brasileiro.<sup>9</sup> Todavia, espero que quem se ocupa de questões relacionadas à economia solidária, à produção de conhecimento, à cidade e à cultura urbana, aos novos meios de comunicação e de expressão, possa estabelecer conexões entre o que está sendo dito aqui e seu campo de reflexão e ação.

1. No que diz respeito à natureza, os Comuns não são somente os recursos naturais. Eles são indissolavelmente ligados às populações locais. Eles são construções sociais.

2. Por serem construções sociais de interação entre um “recurso” (uma microbacia ou um ecossistema, por exemplo) e uma comunidade/povo, são processos complexos, tanto por sua abrangência espacial quanto temporal. Não remetem ao passado, mas ao futuro, a um devir de um grupo social em permanente adaptação e inovação para assegurar a sua reprodução.

3. A dimensão econômica dos Comuns prende-se justamente à reprodução do grupo social e das famílias que o compõem. Além de praticar uma economia de autoprodução e de autoconsumo, podem estar conectados com os mercados locais. Há vasos comunicantes entre sua economia e a economia capitalista. Saliento isso para que lembremos que uma outra economia não nascerá provavelmente como um sistema fechado, absolutamente estranho ao sistema existente, e para que não esperemos eternamente as condições supostamente favoráveis para começar a criar o novo.

4. A gestão dos Comuns não se reduz à dimensão econômica. Envolve dimensões sociais, culturais e políticas, como fica exemplificado por essas observações de Alfredo Wagner de Almeida, refletindo sobre as terras de quilombos e de povos indígenas. Para ele, as “terras de uso comum”:

(...) compreendem, pois, uma constelação de situações de apropriação de recursos naturais (solos, hídricos, florestais), utilizados segundo uma diversidade de formas e com inúmeras combinações diferenciadas entre uso e propriedade e entre caráter privado e comum, perpassadas por fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos, por elementos identitários peculiares e por critérios político-organizacionais e econômicos, consoante práticas de representações próprias.<sup>10</sup>

5. Esses Comuns são regulados. Em “A tragédia dos Comuns”,<sup>11</sup> assim enunciada no célebre artigo de Garrett Hardin, originalmente publicado em 1968. O autor sustenta que o uso comunal (de um pasto) causa degradação – o interesse individual se

8 Ver ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Elaine Cantarino. (Org.) **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

9 Ver LEROY, Jean Pierre. Amazônia: território do capital e territórios dos povos. In: ZHOURI, André; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Bem como: LEROY, Jean Pierre. Por uma reforma agrária sustentável. In: LEROY, Jean Pierre. **Territórios do futuro. Educação, meio ambiente e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

10 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *op. cit.*, p. 45.

11 HARDIN, Garrett. La tragedia de los bienes comunes. In: SMITH, Richard Chasey; PINEDO, Danny. (Org.) **El cuidado de los bienes comunes**. Gobierno y manejo de los lagos y bosques en la amazonía. Lima: Instituto de Estudios Peruanos; Instituto del Bien Común, 2002, pp. 33-45.

sobrepondo ao coletivo. Ele abre duas possibilidades: estatização (estabelecimento de regras prementes) ou privatização. Os privatistas desde então fizeram coro: o que é coletivo não é cuidado. Os Comuns tratados aqui, enquadrados por normas consuetudinárias e outras “leis” internas ao grupo, aportam um desmentido a Hardin. As regras asseguram tanto o uso compartilhado quanto a disponibilidade dos recursos no futuro. Essas regras são frutos da vivência do grupo e não impostas de fora ou de cima.

6. Há uma distinção a fazer entre bens públicos e bens comuns. Trata-se de bem público quando o Estado chamou para si a responsabilidade de cuidar, por exemplo, de um parque nacional ou do acervo cultural-artístico, quando o município cuida de uma praça ou do ambiente de um bairro (espaços de convivência, mobiliário urbano, serviços públicos, ruas e praças etc.). A maioria dos Comuns não é bem público, enquanto todo bem público deveria ser em princípio bem comum. Isso em princípio, pois vemos como as concessões de serviços e bens públicos ao setor privado restringem o acesso a certos bens. Tornar uma floresta parque nacional, às vezes, atinge comunidades locais que gerem esse território como seu bem comum, sendo, em consequência, dali expulsas.

7. Os Comuns se inserem em Estados, em territórios administrativos e políticos, municipais, estaduais e nacionais. A Constituição brasileira reconhece os direitos coletivos dos povos indígenas e de comunidades tradicionais. Porém, os poucos territórios quilombolas reconhecidos pelo Estado mostram o quanto é difícil reconhecer na prática os direitos coletivos num país marcado pela primazia jurídica e política da propriedade privada.<sup>12</sup> As comunidades e grupos sociais que gerem esses Comuns compete fazer com que eles continuem sendo Comuns a serviço de todos. Ao Estado compete garantir a sua continuidade, elaborando um estatuto jurídico para os Bens Comuns.

8. Os Comuns aqui referidos são “posse” de determinados grupos sociais que os gerem, mas são também comuns da humanidade. Setores sociais sempre mais numerosos, atentos ao que ensinam cientistas e ambientalistas, tomaram consciência da importância para a humanidade das águas, das florestas, das fontes da alimentação. Eles dizem às comunidades tradicionais, aos povos indígenas e aos camponeses/agricultores familiares:

as florestas que vocês cuidam e das quais tiram seu sustento, as águas que deixam brotar e crescer, as sementes que melhoram... são vitais para nós. Para que amanhã o mundo não seja somente de privilegiados que é do nosso interesse que continuem cuidando delas. Vocês vão prestar um serviço incomensurável a nós e aos nossos filhos. É seu direito querer continuar vivendo em seus territórios, assim como é o direito da humanidade poder se beneficiar dos seus Comuns, que são também o nosso Bem Comum.

Como resolver esse duplo pertencimento? Frente à mercantilização e à privatização da natureza, os bens comuns estão em perigo e os grupos sociais que os gerem precisam de apoio. O sociólogo e ecologista Alain Lipietz lembra que “Comum” vem da palavra latina *munus*, que significa simultaneamente “dávica” e “encargo”. Entra aqui a noção de reciprocidade: alguém recebe um encargo e, em troca, recebe alguma recompensa, uma doação. E Lipietz precisa: “A reciprocidade tem uma palavra para nomear a forma de dom monetário que vem recompensar um encargo (múnus): a remuneração. A remuneração não é um salário, nem um preço, mesmo se lhes é parecida”.<sup>13</sup>

12 Ver SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Os Direitos Invisíveis. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. São Paulo: Vozes/FAPESP, 1999.

13 LIPIETZ, Alain. Questions sur les “biens communs”. In: **Les biens communs, modèle de gestion des ressources naturelles**. Passerelle dph No 02, 05/2010. Paris: Ritimo, 2010, p. 26. (Tradução livre do autor) Disponível em: [mercredis.coredem.info/communs](http://mercredis.coredem.info/communs).

O termo “serviço ambiental” foi sequestrado pelo mercado. No melhor dos casos, a transformação de populações locais, que vivem em ecossistemas considerados importantes para o clima, em prestadoras de serviços ambientais, faria delas meros guardiões da natureza. Na condição de apenas guardiões, lhes seria tirada a chance de manter esse Comum como uma construção evolutiva viva. Entregariam a outros sua identidade e seu destino. Seria acabar com o próprio Comum, pois a permanência de bens comuns é ligada, em nosso entendimento, à possibilidade de quem cuida deles construir o seu devir. No lugar de serviço ambiental, dever-se-ia falar de “encargo ambiental”. É uma visão de solidariedade e de responsabilidade para além do nosso lugar e do nosso tempo que coloca a questão do encargo. Comuns manejados por uma comunidade como parte dos bens comuns da Humanidade e em nome dela. No passado, a responsabilidade do pequeno agricultor, da família indígena, ou do ribeirinho não ultrapassava a família e a sua comunidade. Agora, impõe-se a eles uma responsabilidade muito maior. Deveriam ser remunerados por isso? A conservação e o uso através do tempo das águas, das florestas, dos cerrados, dos manguezais e de outros ecossistemas se deram através das suas estratégias de sobrevivência e de reprodução. Eles querem continuar e consolidar suas economias e suas culturas, sua *oikonomia*, não apenas se transformar em guardiões de recursos.

São políticas públicas – nacionais, regionais e mundiais, em nome do novo encargo ambiental que passam a assumir – que devem ser reivindicadas. Trata-se de dinamizar, potencializar as suas capacidades de gestão dos seus territórios e de viver do que deles produzem e extraem, para que possam ao mesmo tempo e no mesmo movimento, continuar sendo os cuidadores do Bem Comum. O Bem Comum não podendo ser privatizado, somente o poder público pode ser o agente a garantir tanto os direitos dessas populações sobre seus *Comuns* quanto os direitos da sociedade sobre o Bem Comum.

### Realismo e radicalidade no protesto e na esperança

Frente às previsões sobre o esgotamento dos recursos naturais e mudanças climáticas que apontam para cenários de catástrofes econômicas, ambientais e sociais, diferentes atitudes são possíveis. *Carpe diem*, vamos aproveitar o dia de hoje, já dizia o poeta latino Horácio. E o rei Luís XIV ecoava: “Depois de mim, o dilúvio”. A financeirização da natureza não vale mais do que isso. Uns que estão ou estiveram ao serviço do neoliberalismo se interrogam sobre o futuro do capitalismo, enquanto outros dizem ter encontrado a solução. A ciência e a tecnologia conheceram nesses dois últimos séculos tais avanços que estão surgindo demiurgos para quem tudo é possível. Sementes transgênicas darão conta da fome e mirabolantes soluções da geoengenharia, tais como o guarda-sol gigante implantado no espaço, amenizarão o clima.

Nosso propósito é ser simultaneamente mais modestos e

5 BOLLIER, David. Los bienes comunes: un sector soslayado de la creación de riqueza. In: HELFRICH, Silke. *op. cit.*, p. 37. (Tradução livre do autor)

6 Ibidem, pp. 30-31. (Tradução livre do autor)

7 BENKLER, Yochai. La economía política del procomún. In: HELFRICH, Silke. *op. cit.*, pp. 128-129. (Tradução livre do autor)

mais radicais. Mais modestos porque não pretendemos deter a solução. Uma economia dos Comuns não resolve todos os problemas que se acumulam. Mas parte de algo real, rico de muitas potencialidades, que é ignorado ou combatido porque está no campo dos “perdedores” (dos testemunhos folclóricos do passado, dos que querem voltar à idade da pedra), ou porque ameaça efetivamente os interesses dominantes. Mais radicais porque mostramos que certas dinâmicas e práticas de organizações e movimentos não se inserem no sistema capitalista e não se subordinam a ele, não porque são resquícios do passado, mas sinais do futuro.

Se podemos afirmar com um grau elevado de certeza que o futuro do campo está na agricultura familiar em bases sustentáveis, o do conhecimento no seu compartilhamento, que a sobrevivência dos ecossistemas é associada aos povos que vivem neles e deles, não temos todas as soluções organizacionais do futuro. O que temos é uma análise e os atores que permitem travar uma disputa política entre formas de organização social. Nosso não a essa economia verde é portado por um surdo, mas profundo movimento pela justiça ambiental. Nosso protesto surge dele, ainda mais forte, porque sabemos que somos portadores de esperança. [P]

Texto originalmente publicado  
como manifesto em agosto  
de 2018

## Nem neoliberalismo, nem desenvolvimentismo: por um Brasil democrático, sem desigualdades e com Justiça Ambiental

Carta política lançada em momento de rupturas institucionais no Brasil pós-golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial, atualiza e renova compromissos da FASE

### Um convite

Diante das profundas mudanças por que passou a sociedade brasileira nas últimas décadas, a FASE vem atualizar e renovar os seus compromissos com as classes populares e por densas transformações da sociedade. Conforme já afirmávamos em 1982,<sup>1</sup> entendemos que a consecução desse objetivo pressupõe um acúmulo prolongado de forças pelos povos, populações, trabalhadoras e trabalhadores das cidades, do campo e das florestas. Ao longo da sua história, a FASE sustenta a posição segundo a qual a construção de um “Brasil Sustentável e Democrático”<sup>2</sup> só terá lugar com a incorporação ao processo de conscientização e luta por essas transformações sociais de vastos segmentos da população que dele ainda se encontram excluídos. Esse processo de acumulação de forças passa também pela crítica de ideias-forças que seguem mobilizando as energias das lutas sociais em nosso país, em especial a ideologia do progresso e a ilusão do desenvolvimento.

A conjuntura em que escrevemos esta carta está marcada por rupturas institucionais no Brasil pós-golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial. Depois de

<sup>1</sup> “Compromissos Básicos da FASE”, dezembro de 1982, p. 4.

<sup>2</sup> Parte importante da trajetória da FASE está associada à luta por um “Brasil Sustentável e Democrático”. Nesta carta, partimos do reconhecimento de que a noção de sustentabilidade não resolve a contradição do conceito, já que, mesmo na sua versão mais consensual, desenvolvimento sustentável está sempre vinculado ao crescimento econômico.

décadas de ciclos desenvolvimentistas e períodos de predomínio do neoliberalismo, o contexto em que se dá o debate sobre a questão do desenvolvimento encontra-se, hoje, substancialmente modificado. O golpe de 2016 aparentemente deslocou essa questão do centro do debate político nacional.

Vivemos um momento de crise de legitimidade dos paradigmas desenvolvimentista e neoliberal, no qual a diferenciação entre o campo desenvolvimentista e as propostas de matriz anticapitalista são incipientes. Neste contexto, a FASE quer se somar às iniciativas dos seus parceiros e interlocutores no universo das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais que se proponham a contribuir para a formulação de novos paradigmas e para a construção de um ideário alternativo ao desenvolvimento. Entendemos que este propósito inclui a tarefa incontornável de ampliar esse debate junto às diversas camadas da população e aos sujeitos políticos que ainda compartilham o ideário do desenvolvimento.

Convidamos para esse processo todas e todos que se identificam com as causas, os princípios e os conceitos que nos servem de referência: a radicalização da Democracia, o respeito aos Direitos Humanos, à Natureza, a defesa dos bens comuns,<sup>3</sup> a preservação das condições de vida humana, a solidariedade, o direito à cidade, a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a justiça ambiental, o Bem Viver, o feminismo, a valorização da diversidade étnico-racial, geracional, de identidade de gênero e de orientação sexual. Nossos valores são opostos ao individualismo exacerbado que se encontra no cerne do modo de vida dominante na sociedade capitalista. A superação da cultura patriarcal e machista dominante na sociedade atual, a erradicação de todas as formas de violência sexistas e do racismo, o fim do Estado de Exceção permanente a que está submetida a população pobre em nosso país, a interrupção do genocídio da população negra e do etnocídio dos povos indígenas constituem referências centrais. Este convite visa recuperarmos, coletivamente, nossa capacidade de não tolerar injustiças, dispositivos e ações de discriminação e repressão, porque ferem de morte o pacto civilizatório hoje profundamente ameaçado em nossa sociedade.

A centralidade da questão da democracia – fundamentada, em particular, na justiça socioeconômica, étnico-racial, de gênero e ambiental como base para a realização desses valores – se torna evidente ao atentarmos para a complexidade das transformações para as quais nos propomos a contribuir coletivamente. Temos a compreensão de que se trata de dar passos em um processo

<sup>3</sup> Mais do que patrimônio material e imaterial comum a um grupo social ou sociedade, entende-se por Bens Comuns, ou Comuns, as relações sociais que instituem o caráter comunal de um território, de uma prática, de um conhecimento etc., contrapondo-se às lógicas de mercantilização.

de avanço de longo prazo, em que suas dificuldades se evidenciam nas contradições entre distintos segmentos das classes populares.

### É preciso romper com a armadilha do desenvolvimento

Estamos desafiados a responder à seguinte pergunta: por que continuamos prisioneiros do próprio conceito de desenvolvimento? Já faz tempo que temos constatado o aprofundamento da crise da ideologia desenvolvimentista e questionado o próprio conceito de desenvolvimento – e, conseqüentemente, o de subdesenvolvimento, entendido como ausência ou baixo grau de desenvolvimento. “Desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” são categorias estruturantes de um pensamento que coloca os países centrais do capitalismo como modelo para o conjunto da humanidade e como meta a ser alcançada, a qual se afasta, a cada virada da História, daqueles países – ditos “em desenvolvimento” – que a perseguem.

Os diversos adjetivos que se foram atribuindo ao conceito de desenvolvimento ao longo do tempo em resposta às críticas, como “sustentável”, “humano”, “social”, não resolveram a contradição inerente ao conceito, pois este permanece intrinsecamente associado ao de crescimento econômico.

Levantamos duas hipóteses para explicar o fato de continuarmos prisioneiros dessa armadilha ideológica. A primeira diz respeito à posição subalterna do Brasil na disputa de poder entre os Estados no sistema capitalista. A segunda decorre do colapso das supostas alternativas reais ao sistema capitalista, após a derrocada do bloco soviético e a derrota da socialdemocracia pela contrarrevolução neoliberal. Este suposto “Fim da História” decretou o triunfo do capitalismo globalizado neoliberal e estreitou os horizontes que guiam a luta social. Ao contrário da narrativa neoliberal que afirma não haver alternativa ao capitalismo, entendemos que, como o desenvolvimento é uma expressão ideológica da dominação da humanidade pela lógica da acumulação de capital, buscar alternativas a ele é buscar alternativas ao próprio capitalismo.

O esforço preconizado em nosso país pelos ideólogos do desenvolvimento – de alcançar o nível e modelo de desenvolvimento dos países centrais – raramente questiona a histórica dívida social, ecológica e econômica destes países com o Sul global, consolidada durante séculos de saque e de transferência de nossas riquezas, desde o período colonial. Ou seja, a ideia de desenvolvimento baseada num padrão, que só foi e é possível através da pilhagem sistemática, às custas da exploração e da espoliação de territórios e povos, não passa de uma ilusão. Romper com esta ilusão implica em denunciar e cobrar a reparação destas dívidas dos países “desenvolvidos”. Requer, ainda, questionar a legitimidade das dívidas financeiras, impostas pelas elites e governos do Norte ao Sul global, com a cumplicidade das elites locais, como



mecanismos de aprisionamento em relações assimétricas, e entender como esses processos compuseram a exclusão estrutural necessária à manutenção da própria ordem econômica mundial.

Esse sonhado desenvolvimento torna-se ainda mais impossível com o distanciamento tecnológico crescente entre o Brasil e os países centrais do capitalismo, a ofensiva neoliberal contra a classe trabalhadora, a financeirização e o colapso financeiro no centro do capitalismo globalizado em 2008. Na atual situação de crise profunda em que o país está mergulhado, fica cada vez mais claro que a especificidade do capitalismo periférico brasileiro reside, justamente, no fato de que a desigualdade e a exclusão há muito se transformaram em elementos vitais de sua dinâmica. Isso se evidencia em uma das premissas fundamentais subjacentes aos programas e políticas de desenvolvimento: a de que os modos de produção e de vida nos territórios não são reconhecidos ou não expressam o “interesse nacional”. Este fica, assim, reduzido a atividades econômicas que gerem valor de troca de forma integrada nas cadeias globais, mesmo que suas estruturas sejam concentradoras de renda, ambientalmente devastadoras e promovam o etnocídio de povos indígenas, a destruição de comunidades camponesas e de povos e comunidades tradicionais, como as comunidades quilombolas, além do extermínio da juventude negra nas cidades.

A ideia de “interesse nacional”, acessada para justificar o crescimento econômico como fim em si mesmo, acaba reafirmando a continuidade do capitalismo extrativo e espoliador e a invisibilização das assimetrias de poder, que sentenciam os grupos sociais subalternizados à espoliação ou à inserção subordinada aos empreendimentos que se projetam sobre seus territórios. A estas populações busca-se negar a possibilidade de serem sujeitos políticos com soberania popular sobre os destinos dos territórios que constituem e constroem. Pelo contrário, os sistemas produtivos tradicionais e agroecológicos, que têm dado sustentação à sociobiodiversidade dos territórios, são taxados de improdutivos por não promoverem a acumulação de capital em larga escala e não viabilizarem a extração financeira. Neste contexto, a reivindicação constante dos sujeitos políticos de que se respeitem os tempos e as formas de consentimento livre, prévio e informado a partir dos territórios é, em si, uma reivindicação pela própria radicalização da democracia.

A desigualdade distributiva dos ônus do desenvolvimento e a negligência brutal ao dissenso confirma que, como parte inerente à lógica da ideologia do desenvolvimento, está a erosão da própria democracia.<sup>4</sup> Diversos povos das cidades, do campo e das florestas se insurgem e entram em conflito direto com os projetos de “desenvolvimento” que implicam em sua

<sup>4</sup> Em última instância, trata-se da democracia em sua face institucional. De forma menos visível e, portanto, mais perversa, expressa a erosão da democracia enquanto princípio norteador das decisões em torno do interesse comum.

aniquilação e na transformação de seus territórios em zonas de sacrifício para o processo de acumulação do capital em escala global.

A aposta estratégica da FASE é fortalecer esta insurgência. A luta pela (re)existência nos territórios constitui, ao mesmo tempo, a luta por horizontes alternativos no campo da soberania dos povos, pela radicalização da democracia, em contraposição a uma soberania que se quer “nacional” e, portanto, é homogeneizadora, totalizante e definida pelos que detém o poder econômico e político. Esta perspectiva emancipatória qualifica e subsidia a construção de um projeto comum, que respeite e reconheça a diversidade sociocultural e produtiva e a multiterritorialidade contidas no Brasil, que reafirme o direito à autodeterminação dos sujeitos políticos sobre seus territórios de vida e que vise a ampliação da justiça social e ambiental.

Diante deste contexto, sentimos a urgência de levar para outro nível nossas críticas sobre os impactos do modelo de desenvolvimento neoextrativista,<sup>5</sup> que se aprofunda na base da expropriação, contaminação, mercantilização e privatização dos bens comuns. Propomos avançar para uma sinalização de ruptura com a ideologia do desenvolvimento e com o caráter estruturante das desigualdades que a sustentam. Por consequência, propomos um processo coletivo de construção e formulação de novos paradigmas. Nessa busca, destaca-se como referência maior a defesa e a promoção dos Bens Comuns – sejam os Comuns naturais ou de caráter social, cultural ou político – que servem ao bem coletivo.

Ao deixarmos de ser reféns do ideário do desenvolvimento, reconhecendo-o como uma promessa falida e irrealizável, que só existe para alguns poucos países e pessoas, na medida em que promove de forma generalizada a exclusão de muitos ou, no máximo, sua inclusão subordinada, estaremos livres, então, para recompor um imaginário utópico que mobilize e fortaleça as lutas sociais que buscam superar as desigualdades (ambientais, de gênero, raça etc.) que são forças motoras desse paradigma. Ao contrário de nos propor a repensar ou a retomar um projeto de desenvolvimento para o Brasil, a FASE, cujos valores centrais são a luta contra as desigualdades sociais e ambientais e em favor da democracia no seu caráter substantivo, com distribuição de poder e riqueza, defende romper com a armadilha do “desenvolvimento” e facilitar a emergência de práticas, valores e saberes contra-hegemônicos que possam informar o processo coletivo de construção de alternativas ao desenvolvimento e de formulação de novos paradigmas para um novo pacto societário, que promova as transformações socioeconômicas necessárias à reconstrução de um horizonte de futuro.

<sup>5</sup> Por neoextrativismo entendemos um modelo de economia primário-exportador (minerais, petróleo etc.) no qual se mantém a dependência da exploração intensiva de recursos naturais, ainda que o Estado procure captar uma maior proporção do excedente gerado pelos setores extrativos.

## O desenvolvimento realmente existente

Ao longo do século XX, alternaram-se ciclos de políticas liberais e desenvolvimentistas, sem que fosse afetado o caráter perverso do padrão de “desenvolvimento” dominante no país. A hegemonia desenvolvimentista se estendeu da Era Vargas aos anos 1980, e seu colapso foi marcado pela crise do chamado “modelo de substituição de importações” e pelo aprofundamento da inserção subordinada do Brasil na ordem mundial capitalista. A partir de certo ponto, o salto tecnológico e produtivo daqueles países já não pôde ser acompanhado pelos países ditos “em desenvolvimento”.

Nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, sob hegemonia do neoliberalismo, o caráter perverso do desenvolvimento realmente existente no país foi se acentuando, em decorrência da desindustrialização precoce e da reprimarização da economia. Durante décadas, parte da esquerda no Brasil e na América Latina alimentou o sonho de Estados-Nação com trajetória própria, soberana e pós-neoliberal. No último período, vivenciou-se uma aposta indistinta na região, seja dos governos progressistas ou não, em um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de *commodities* e no consequente avanço do extrativismo agropecuário, petroleiro e mineral, de megainfraestrutura energética e logística e na financeirização.<sup>6</sup> Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, apesar das contradições de suas políticas com determinados aspectos do receituário neoliberal, também não conseguiram reverter a desindustrialização, nem o primado do neoextrativismo. O boom da exportação de matérias-primas e a enorme dependência da China marcaram esses anos.

O período desenvolvimentista foi atravessado também por um vertiginoso processo de urbanização que, regido pelas lógicas da acumulação de capital e da maximização da renda da terra, derivou na negação do direito à cidade com justiça ambiental. Nas duas últimas décadas, o abandono da agenda da Reforma Urbana – apesar da ampliação dos investimentos públicos numa política habitacional subordinada aos interesses do capital –, assim como a financeirização e consequente deterioração dos serviços públicos – orquestrada para favorecer sua privatização e, assim, ampliar a presença das corporações privadas na sua gestão –, contribuíram para que nossas cidades se tornassem totalmente disfuncionais à

<sup>6</sup> Processo denominado como “Consenso das Commodities”, por SVAMPA, Maristela, 2013.

vida cotidiana da grande maioria da população, que é privada do direito à mobilidade urbana e do acesso a serviços urbanos básicos. Assistimos ainda ao crescimento da insegurança, paralelamente à militarização das cidades.

Por outro lado, o que diferenciou os governos progressistas dos anteriores foram, sobretudo, as políticas sociais que tiveram impactos na situação de vida de milhões de pessoas. Não subestimamos a importância de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, as cotas universitárias, o Bolsa Família e o aumento do valor real do salário mínimo. O potencial emancipatório de algumas dessas políticas foi sufocado pelos entraves a sua implementação, sobretudo do ponto de vista das prioridades orçamentárias. Rompendo com a lógica dos governos ortodoxos anteriores, mas de menor visibilidade para o conjunto da sociedade, estava a condução da política externa. Esta foi pautada por uma agenda própria que não se alinhava automaticamente aos interesses dos Estados Unidos, ainda que tenha buscado continuamente tornar complementares a reivindicação da importância da integração regional e da cooperação Sul-Sul e o forte apoio à transnacionalização das corporações brasileiras na América Latina e na África (exportando o modelo desigual aqui implementado) e a condução da ocupação militar no Haiti.

Sem desmerecer a relevância concreta desses elementos diferenciadores, os limites socioambientais desse projeto já se expressavam na resistência de povos e comunidades tradicionais. Estes arcaram de maneira desproporcional com a erosão da base de seus modos de vida, com o cercamento de seus territórios por grandes projetos de investimento. O fim do *boom* das *commodities* evidenciou a insustentabilidade de um projeto que buscou agradar simultaneamente aos banqueiros e às classes populares, sem a confrontação direta com as oligarquias agrárias e midiáticas. Isto resultou na decadência e degeneração deste projeto político e, no caso do Brasil, das coalizões político-partidárias que o sustentaram, corroborando com as crescentes críticas de campos da esquerda.

As rupturas institucionais no Brasil pós-golpe provocaram o acirramento avassalador de processos de privatização, que remontam ao estabelecimento da hegemonia da agenda neoliberal na economia política mundial a partir da década de 1980. Esses processos deslocaram, paulatinamente, a



atuação do Estado de ações mais contundentes em prol do interesse público para a maximização das agendas do mercado. Populações de áreas periféricas das cidades, povos e comunidades tradicionais do campo e das florestas, antes reféns do pacto de governabilidade, tornaram-se hoje a primeira camada de absorção dos impactos dos pacotes de austeridade fiscal, impostos pela coalizão conservadora que usurpou o poder no Brasil por via não eleitoral. Vai se consolidando uma nova fase de privatizações, ou de ampliação do mercado, que não abandona a aposta extrativista e a acumulação financeira, mas antes a eleva a requintes de desumanidade, desmontando as políticas sociais que serviam de paliativo às espoliações.

A era neoliberal tem sido há décadas atravessada por uma lógica de colonização totalizante da vida política, social e cultural pelo mercado. Como resultado, o Estado, imbuído desta lógica, passa a operar cada vez mais como um Estado empresarial. Esse é o Estado que temos visto em conluio com as grandes empreiteiras, impondo às populações nos territórios projetos com graves impactos socioambientais como a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, o Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco, e o Estaleiro Jurong, no Espírito Santo, entre outros. É o Estado que permite a ocorrência de crimes ambientais, como o da Samarco, em Mariana e no Vale do Rio Doce (MG), e depois se mostra cúmplice da impunidade.

Não se trata, portanto, de um processo homogêneo e de avanço progressivo e contínuo. Dentro da mesma era neoliberal, vivemos momentos de franca implementação do receituário neoliberal mais ortodoxo, reféns do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de uma elite política organicamente convertida a este ideário. E vivemos também momentos de um suposto desenvolvimentismo, com matizes contraditórias, combinando, simultaneamente, o não enfrentamento do rentismo e o avanço do neoextrativismo como forma de realizar direitos e garantir a soberania nacional.

### Transições e seus desafios

Tendo clareza de que a questão de fundo que nos desafia aponta para a necessidade da emergência, em longo prazo, de uma sociedade pós-capitalista, em âmbito planetário, a FASE se vê provocada a participar da construção de um processo histórico global de transição, que talvez possa ser abordado inicialmente por nós nos seguintes termos: Como assegurar o atendimento das necessidades da população brasileira na transição para uma economia e uma sociedade pós-capitalista?

No ponto de partida desta reflexão precisam estar claras algumas referências, entre as quais o reconhecimento das limitações da consciência e da força de vontade dos diversos sujeitos políticos que só podem ser contrabalançadas pelo

exercício rigoroso da democracia e pelo reconhecimento da importância da ação em rede para a mudança. Entre essas referências destacamos também a sustentabilidade ecológica; a dimensão humana – não apenas econômica – das transformações; o reconhecimento dos inevitáveis conflitos entre os interesses e as prioridades de grupos sociais específicos; e as prioridades mais amplas da preservação do meio ambiente e da defesa dos bens comuns da humanidade. A luta pelo atendimento das necessidades básicas da população e sua efetivação constitui um fator decisivo de um processo de transição. Por serem básicas, tais necessidades são fundamentais para garantir as condições materiais e subjetivas no seio do povo, sem as quais é inconcebível um processo de transição. Não se deve perder de vista que a transição é uma transformação humana e que passará, necessariamente, pela constituição de novas subjetividades, como de novos papéis nas relações de gênero, pessoais, afetivas, na esfera pública etc. Somos contrários à uniformização dos desejos e dos modos de viver. Buscamos fortalecer valores que nos libertem da formatação pelo mercado das subjetividades individuais e coletivas.

Partindo do reconhecimento da centralidade da questão democrática na transição, devemos nos perguntar como estabelecer uma via democrática de reestruturação produtiva. Não podemos perder de vista que o processo decisório para a construção de uma nova economia passa por complexos processos de negociação entre as classes sociais e setores da população, enfrentando as “contradições no seio do povo”. A transição para um novo padrão de produção e consumo terá de assegurar o atendimento das necessidades da população – de acordo com um consenso democrático difícil de construir – e terá de responder concretamente a questões como a da lenta agonia da indústria no país. Se considerarmos as demandas da população de atendimento de saúde e educação de qualidade, mobilidade urbana em cidades democratizadas, alimentação adequada e saudável, lazer, segurança etc., tais questões não poderão ser respondidas na lógica de visões baseadas, exclusivamente, no decréscimo econômico ou na negação sumária de várias atividades produtivas (não ao petróleo, à mineração, à produção de celulose etc.), sem prejuízo de uma posição clara de princípio contra o neoextrativismo.

Tampouco podemos reduzir a transição à necessária adoção de políticas voltadas para a justiça distributiva. Sabemos que mesmo sem níveis expressivos de crescimento, mas com redistribuição mais equitativa do que já se tem, é possível elevar a qualidade de vida dos despossuídos. No entanto, essa redistribuição encontra limites tanto no caráter desigualmente concentrado da riqueza financeira, quanto na natureza privatista do acesso aos bens de consumo, levada a cabo pelos setores privilegiados da população.

Reconhecemos a extrema complexidade da transição para uma nova matriz produtiva que atenda às necessidades democraticamente priorizadas pela sociedade. Ainda

que, na transição, se avance no sentido da superação do individualismo exacerbado, do consumismo e do produtivismo, terão de ser feitas escolhas e definições de prioridades. Por exemplo, como proceder à substituição do transporte individual por transporte público de qualidade ou produzir equipamentos médicos de alto nível tecnológico sem que o país disponha de uma base industrial? Como equacionar a relação entre a manutenção dessa base industrial – talvez no início até mesmo a sua expansão – e a necessária contenção do neoextrativismo. Quais os critérios para estabelecer áreas livres de mineração (por que escolher umas e não outras?), para implantar uma economia de baixo carbono etc.? As implicações geopolíticas dessas questões não poderão ser esquecidas num contexto em que o Brasil é um dos países periféricos na mira do poder imperial, cuja dominação tem como um dos seus pilares o controle mundial do petróleo e dos recursos minerais, com enormes interesses – no caso do Brasil – na captura crescente da terra, da água e dos recursos genéticos. Outro componente extranacional é o entendimento de que nossa oposição ao estabelecimento e continuidade de zonas de sacrifício não significa a injusta realocação das zonas de sacrifício alhures, subjugando outros povos e suas territorialidades. A defesa dos bens comuns e de sua ampliação está baseada do ponto de vista internacionalista na defesa do princípio de cooperação Sul-Sul dos povos como estratégia de emancipação articulada. Inerente a isto está a defesa do princípio de soberania dos povos, expressa na reivindicação da legitimidade primeira na determinação do destino dos territórios pelos sujeitos políticos que os constituem e constroem.

Podemos prever um longo processo de transição, mas tal percepção não pode diminuir o sentido de urgência dos desafios que se colocam para todos nós frente à crise econômica global; os conflitos armados; a volta do Brasil ao Mapa da Fome; a mudança no Brasil e em outros países da curva demográfica (envelhecimento da população), na contramão da redução dos gastos públicos (desmonte da previdência social); as mudanças climáticas e às catástrofes ambientais, que já estão gerando intensos e conflitivos fluxos migratórios; o crescente número de refugiados de guerra, refugiados climáticos, refugiados da miséria.

### As alternativas já estão sendo construídas

Haveria motivo para desânimo se não tivéssemos a percepção de que as alternativas já estão sendo construídas no interior do sistema. Há uma força social que faz frente ao avanço da lógica capitalista, da financeirização e da mercantilização da vida. É uma reação insurgente de sujeitos políticos em defesa de bens e práticas comuns e de outras formas de ser, viver, produzir. Fazem parte desta gestação das alternativas os coletivos de comunicação popular; a multiplicação de circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos; de redes de guardiões e guardiãs de sementes crioulas; a gestão dos territórios baseadas em protocolos comunitários, em

estabelecimento de áreas livres de agrotóxicos, transgênicos, mineração e petróleo; propostas de convivência com o semiárido e de gestão democrática da água; os fundos comunitários socioambientais e solidários; as iniciativas de produção e usos coletivos dos espaços urbanos, ancoradas na perspectiva da justiça ambiental, dentre outros.

Além de enfrentarmos os já mencionados desafios frente à crise global – e sem perder de vista o papel do Estado na transição para uma nova sociedade –, devemos reafirmar a centralidade da aposta nos sujeitos do campo político comprometido com a transformação social e em suas autonomias como motor do processo de transição.

Não temos a pretensão de apresentar, neste momento, um programa das transformações necessárias para a construção de um “Brasil Sustentável e Democrático”, uma vez que a tentativa de formulação isolada de tal programa seria contraditória com o convite à abertura de um amplo debate, ora formulado. Porém, cabe destacar aqui algumas dimensões centrais de um projeto alternativo que se relacionam com as causas defendidas pela FASE:

- Democracia substantiva com igualdade e justiça racial e de gênero, e defesa e valorização da diversidade de identidades e modos de vida;
- Democratização das cidades, tendo em vista o Direito à Cidade com justiça socioambiental;
- Garantia do direito humano a uma alimentação adequada e saudável, soberania e segurança alimentar e nutricional, e promoção da agroecologia;
- Instituição e defesa dos bens comuns e da Justiça Ambiental;
- Defesa da Reforma Agrária e dos direitos territoriais;
- Soberania e justiça energética e hídrica;
- Solidariedade e soberania dos povos. [P]



## O papel dos fundos de apoio e a ação transformadora dos pequenos projetos

Fundo criado pela FASE nos anos 1980 prioriza grupos populares que primem pela autonomia, participação e geração de novas relações sociais

**Cleia Silveira** – ex-coordenadora do Serviço de Análise e Assessoria a Projetos da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (SAAP/FASE)

Existe uma infinidade de fundos de apoios a pequenas iniciativas, de diferentes naturezas e propósitos. Foi em 1985 que iniciamos na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) a construção do Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP), que teria como uma de suas atribuições a gestão de um Fundo de Apoio a Pequenos Projetos (FPP). Vale lembrar que este foi o ano que marcou o fim do regime militar que governava o país desde 1964. Mesmo com a Lei da Anistia, promulgada em 1979, e com o relaxamento das restrições às liberdades civis, continuamos com o regime até março de 1985, após a eleição presidencial de 1984. O momento era de retomada da participação da sociedade e de investimento na democracia.

Neste período, a FASE fazia muitas mediações entre os movimentos sociais que ressurgiam e a cooperação internacional. O custo operacional destas ações – que na maioria das vezes implicavam em pequenas quantias de recursos – e o reconhecimento do papel institucional cumprido pela FASE, fez com que algumas agências da cooperação internacional nos desafiassem a assumir a gestão direta de um fundo que atendesse a essas demandas pontuais dos movimentos. A proposta tanto agilizaria o atendimento das demandas destes grupos populares quanto reduziria o custo de gestão dos recursos. Evidentemente, tanto essas agências quanto a FASE estavam comprometidas com o fortalecimento da organização da sociedade. Entre muitas inquietudes da época, destaco algumas ponderações retiradas do documento de origem do SAAP. Ainda que pudéssemos atualizar alguns termos, o sentido da indagação e das afirmativas ainda são orientadoras de todo o trabalho do SAAP/FASE.

Há grupos/projetos que, por não terem existência jurídica e/ou não serem muito conhecidos, não teriam acesso a

Originalmente publicado em  
**Proposta** n.º 126,  
fevereiro de 2013, pp. 27-32



financiamento (apoios), embora seu trabalho seja válido e adequado ao contexto sociopolítico. A FASE, por sua experiência de trabalho, de relacionamentos e por sua solidez institucional (e administrativa) poderia se furtar a ajudar a estes grupos?<sup>1</sup>

Portanto, o que mobilizou a FASE a constituir um fundo é ainda hoje foco de sua ação. Priorizamos as iniciativas de grupos populares que, de alguma forma, contribuam na construção de um modelo de desenvolvimento com mais justiça socioambiental e que, na forma, primem pela autonomia, participação e geração de novas relações sociais. Daí não atendermos a solicitações de ações individuais ou que promovam projetos particulares (materiais ou políticos). Nossa preocupação central é o fortalecimento do tecido social, como pode ser notado no documento de origem do SAAP, redigido por Paul Laporte, seu primeiro coordenador:

(...) o ponto de partida de toda a colaboração é a nossa concepção de desenvolvimento e do trabalho de Educação Popular. Entretanto, evitar que nossa análise não seja contraditória à nossa orientação geral não pode fazer de nosso fundo a extensão natural de nosso próprio trabalho; são apenas referências para a definição de critérios (...). A FASE, ao assumir estas novas atividades de intermediação, não deve perder de vista a sua característica básica de entidade de intervenção direta...<sup>2</sup>

<sup>1</sup> LAPORTE, Paul. **Documento de origem do SAAP**. Rio de Janeiro: FASE, agosto de 1985.

<sup>2</sup> Idem.

Estes também são cuidados que continuamos tomando, nos quais os limites são tênues. Se, por um lado, devemos respeitar a autonomia dos grupos/movimentos que apoiamos – não os entendendo como a extensão do trabalho da FASE –, por outro lado, como fundo, também não devemos nos confundir e tampouco inibir a própria ação de intervenção da FASE. Contudo, a concepção de desenvolvimento e do trabalho da Educação Popular é o que continua caracterizando o nosso fundo e sendo o mais significativo elo direto com o trabalho da FASE.

Portanto, entendemos que o papel político do fundo se constrói a partir de seus critérios, de suas escolhas, da interrelação construída com os grupos apoiados e com outras organizações – sua rede de relações. Como fundo, não integramos fóruns, movimentos e espaços políticos de construção de políticas públicas. Entendemos que este é um espaço a ser ocupado pelos próprios grupos que apoiamos e buscamos fortalecer, bem como, igualmente, pela própria FASE. Todavia, também como fundo, nos cabe mantermos em sintonia e alimentarmos-nos daquilo que é produzido nestes espaços políticos que retratam as pautas de luta da sociedade organizada.

### A dignidade e a força dos que têm seus direitos violados

Discriminados por gênero, raça, orientação sexual ou geracional, os sem-terra, os sem-teto, os sem meios para produzir sua vida material ou desenvolver suas potencialidades, as vítimas de tragédias climáticas, atingidos diretamente pelas consequências do modelo econômico, cultural, social e político, é para quem se dirige a ação do fundo. Entretanto, aqui não são escolhidos pela vitimização, mas pela capacidade de reagir e de construir propostas e alternativas de reversão da condição que lhes é imposta.

As iniciativas possuem um claro significado de mudança social, ainda que variem tanto os públicos como os sentidos das propostas (construção de alternativas, resistência, protesto, entre outras). É importante destacar que as propostas de mudança não se restringem apenas àquelas que buscam interferir na dinâmica de funcionamento do Estado (reivindicando ou ampliando o controle sobre políticas públicas). São inúmeras as que buscam construir alternativas que modificam a forma de fazer, podendo, portanto, estar presente nas iniciativas de cunho promocional, produtivo, cultural etc.

Logo, a aposta está longe de se confundir com a caridade exercida de forma paternalista e que alimenta laços de dependência, que muitas vezes acaba indo na contramão dos processos de mudanças. A aposta é na força e no reconhecimento da capacidade da sociedade brasileira de se organizar das mais diferentes maneiras, de produzir e reagir a situações adversas. A busca é garantir e reforçar processos

locais em curso, em que nem sempre os meios estão disponíveis. Os recursos devem ser apenas um elemento a mais que representem o reconhecimento do próprio grupo e de todo seu investimento.

É preciso considerar que muitos destes grupos – que existem, resistem e possuem enorme capacidade produtiva, promovendo mudanças – estão, quase sempre, na invisibilidade midiática e que o acesso aos meios de comunicação mais ágeis ainda lhes é restrito. Entretanto, eles se articulam e são reconhecidos localmente. Identificá-los, reconhecê-los e apostar nas suas propostas – que, na maioria das vezes, se contrapõem à ação do próprio Estado – é o grande desafio para os fundos da mesma natureza do SAAP.

### Apostar e ver através de vários olhos

Acreditar que vale o investimento nas centenas de novos grupos surgidos nos últimos anos, a partir do local e do específico – como os centros comunitários, as associações comunitárias, os grupos culturais, as pequenas ONGs com ações localizadas –, e que estes cumprem importante papel na mudança de valores, na mobilização local e na solução de pequenos problemas que viabilizaram melhoria nas condições de vida de diferentes comunidades, contribuindo na construção de uma nova cultura democrática, não é uma tarefa muito fácil. Principalmente quando estamos falando de todo o território nacional.

A capilaridade que o SAAP conseguiu ao longo destes 25 anos dispensa qualquer tipo de divulgação de sua existência; ela existe independentemente do nosso controle e de nossa vontade. Neste caso, funciona o famoso “boca a boca”, afinal, mais de 10 mil projetos de todos os cantos do Brasil já transitaram por aqui.

Recebemos projetos de muitos grupos que não conhecemos diretamente, sobre os quais não possuímos a menor referência. Além de pequenos e de localizados em pequenos e médios municípios, não fazem parte do universo midiático e não se encontram nos meios de comunicação mais ágeis. Não adianta procurá-los na internet, eles não estarão lá. O que fazer com suas propostas? A mais simples, a mais segura e também a mais conservadora decisão seria negar o apoio. Se os próprios olhos não podem ver e se estão ausentes nas mídias mais valorizadas, que segurança e que retorno midiático esses tipos de grupos poderiam oferecer? Naturalmente, estas não são questões relevantes para nosso fundo; é exatamente aí que queremos chegar, mas, evidentemente, com algum grau de segurança.

Inicialmente, o SAAP se valeu do fato de ser um fundo que estava dentro da FASE, que já possuiu 14 escritórios locais distribuídos em três distintas regiões brasileiras. Entretanto, como o fundo não se restringe nem aos territórios nem

aos temas de atuação da FASE, sempre nos preocupamos em estabelecer uma rede de relações com outras ONGs de educação e de assessoria com presença permanente em diferentes territórios.

Estas organizações, além de serem fontes de divulgação do fundo – fazendo com que a informação chegue aos mais variados tipos de grupos populares –, muitas vezes foram também nossos olhos e contribuíram conosco levantando e nos subsidiando com informações atualizadas, movidas simplesmente pelo mesmo compromisso político. Assim como a própria FASE, muitas ONGs agregaram valor para o desenvolvimento do fundo, permitindo assegurar o grau de segurança necessária para o atendimento a grupos com os mais variados tipos de causas e localizados em várias regiões do Brasil.

Nossos olhos igualmente se estendem pela relação de parceria e de troca que mantemos com outros fundos de mesma natureza. Desde 1998, quando foi criada a Articulação Brasileira de Fundos, da qual participamos ativamente, estreitamos relações mais permanentes com outros fundos e passamos a trocar informações mais sistematicamente, especialmente com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE).

Analisar, compreender e valorizar as propostas dos pequenos grupos populares que se multiplicam em todo o território nacional depende da capacidade dos fundos em se manter atualizados nos processos, pautas, lutas e análises que fazem as ONGs e os movimentos sociais de maior envergadura. Ainda que muitos destes grupos não estejam articulados a nenhum processo nacional organizativo, seus projetos se inserem, na maioria das vezes, nas mesmas lutas. Seus investimentos e propostas buscam pequenas resoluções mais imediatas de suas vidas cotidianas e os resultados que obtêm revelam como é possível a reversão de muitas situações através de pequenos investimentos.

A importância dos fundos está diretamente relacionada à sua capacidade de renovação e de adaptação, visto que lidam com uma realidade complexa e nada estática. Os fundos, mesmo mantendo suas identidades, devem estar em constante sintonia com o público a que se dirige. Esta proeza se relaciona diretamente à compreensão de que sua força e seus resultados estão intrinsecamente relacionados aos produtos e aos resultados de uma rede de organizações e movimentos sociais que constituem um mesmo campo político.

### Os pequenos apoios e as mudanças nas políticas públicas

Os fundos devem também se manter sintonizados com as mudanças nas políticas públicas, especialmente nos últimos anos, em que se pode identificar alguns investimentos e tentativas de reconhecimento dos grupos populares e de alterações na forma de relação do governo com os mesmos e seus paradoxos. Não pretendo fazer, a partir deste breve

artigo, uma análise mais ampla dos processos de avanço e também de retrocessos das políticas públicas e programas de governo. Destaco um exemplo apenas, com o intuito de relacioná-lo à ação dos fundos de apoio a pequenos projetos.

Em 2003, o Governo Federal – através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) – criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, se utiliza de mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Segundo dados do MDA,<sup>3</sup> mais de 330 tipos de produtos da agricultura familiar hoje circulam no mercado institucional (creches, escolas etc.) graças a este programa que contribui para a conservação da biodiversidade, para a afirmação das especificidades das culturas alimentares regionais, valorizando o alimento tradicional e beneficiando 270 mil agricultores familiares.

Porém, mesmo reconhecendo e considerando este avanço, é preciso também observar suas lacunas e a necessidade de investimento da sociedade. Emma Siliprandi, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Universidade de Campinas (NEPA/UNICAMP) e Rosângela Cintrão, pesquisadora autônoma, no artigo “As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos”,<sup>4</sup> apontam que ainda é necessário “superar” a identificação normalmente feita na agricultura familiar, na qual família = chefe da família = marido. É preciso também um reconhecimento, por parte do Estado, do valor do trabalho de cada um dos membros da unidade familiar de produção, para a construção de relações mais igualitárias e democráticas no interior da família rural. Consideram, além disso, que muitas práticas abertamente discriminatórias com relação às mulheres são encontradas com muita frequência e encaradas de forma naturalizada.

O fundo de apoio a pequenos projetos do SAAP contribuiu no fortalecimento de muitos grupos tendo em vista sua preparação para o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, especialmente para grupos de mulheres no Mato Grosso. Entretanto, por ter o fundo como uma de suas prioridades o fortalecimento organizativo das mulheres, esta escolha lhe impõe um acompanhamento mais preciso sobre os avanços e as lacunas das políticas públicas neste campo. É nesta lacuna que o fundo deve situar-se, fazer suas

<sup>3</sup> Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário. PAA vai beneficiar 270 mil agricultores familiares em 2012. *Agrolink*, 3 jan. 2012. Disponível em: [https://www.agrolink.com.br/noticias/paa-vai-beneficiar-270-mil-agricultores-familiares-em-2012\\_142047.html](https://www.agrolink.com.br/noticias/paa-vai-beneficiar-270-mil-agricultores-familiares-em-2012_142047.html).

<sup>4</sup> SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 13–32, 2015. DOI: 10.20396/san.v18i2.8634675. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675>.

escolhas e estabelecer os seus critérios de forma a contribuir para o avanço e a construção de relações mais igualitárias e democráticas. Exercendo assim, de forma indireta, o seu papel político.

### O limite e a potência do papel educativo dos fundos

Toda informação e relação que construímos a partir da gestão do fundo se transformam também em recursos para os grupos populares. Portanto, quando defendemos a importância de recursos para o fortalecimento de grupos populares, não nos referimos exclusivamente aos recursos financeiros, apesar destes, neste caso, terem maior centralidade.

Um fundo com o perfil do SAAP deve manter, em todas as suas atividades, a dimensão educativa. Nossa perspectiva não se reduz a garantir um pequeno apoio ao grupo, mas, sim, a como esta experiência poderá contribuir para que dominem melhor os mecanismos de acesso de outras fontes mais formais. O nível de diálogo, questões, indagações e exigências que incorporamos no processo de gestão do fundo tem como principal objetivo este aprendizado.

Por outro lado, buscamos também dialogar com as propostas, levantando questões e oferecendo outros subsídios de reflexão para que os grupos aprofundem e atualizem seus projetos. Criamos pontes de interlocução e estimulamos que participem de encontros regionais, seminários temáticos, assim como em fóruns e outros espaços da institucionalidade democrática.

Todas as nossas atividades e metodologia de trabalho consideram que:

- O apoio não deve garantir apenas a execução de ações, deve ser visto como mais uma oportunidade para o desenvolvimento do grupo. O que valorizamos é a continuidade do próprio grupo, o avanço democrático de sua dinâmica e dos mecanismos de transparência, os resultados de sua ação para a comunidade e para a sua auto-organização.
- Cada caso é um caso, toda proposta deve ser lida e potencializar o processo em que se insere.

### A renovação e a origem como elementos permanentes

As interrogações da FASE nos anos 1980, quando criou o SAAP, sempre acompanharam a sua história. O cuidado do SAAP de não se apropriar indevidamente daquilo que representa o investimento de terceiros está diretamente relacionado à compreensão e à valorização de nosso próprio trabalho, desde seu berço ou nascedouro. Ainda, de se compreender apenas como um elo importante dentro de uma cadeia de lutas e conquistas, que fortalece processos autônomos da sociedade brasileira, e dar a isto a importância devida.

Entender que nosso papel é de intermediação para o fortalecimento dos sujeitos políticos – e não de ocupação de seus próprios espaços nem de direcionamento de suas lutas – foi o que sempre nos marcou. Reconhecer que os pequenos – localizados e nem sempre articulados aos processos organizativos mais amplos – são importantes e contribuem para a construção de resistências cotidianas nos permite optar e aprender com eles.

Entender que nossa contribuição não deve estar situada apenas na conquista de direitos formais – mas de superação de preconceitos, na transformação de subjetividades e na mudança de valores – tem sido a nossa marca. Reconhecer e respeitar as diferenças – ou seja, a convicção de que o avanço da democracia e do desenvolvimento é produzido pelas contribuições próprias de diferentes atores sociais – nos permite valorizar o nosso próprio lugar.

Assim, reconhecer que nossa capacidade está diretamente relacionada ao trabalho de tantas outras organizações têm nos permitido renovar e ampliar nosso universo de trabalho. Apostar nos grupos populares é, antes de tudo, compreender a sua realidade plural e complexa. É apostar em seu protagonismo, ouvindo o que dizem de forma organizada; é entender as diferentes formas como estão abordando e tratando de seus problemas; é respeitar e entender as suas diferentes linguagens e formas de ação e expressão que são processadas dentro de uma sociedade marcada por agudas desigualdades e violações de direitos.

O valor de tudo isso está na construção processual das relações, no acúmulo histórico e na capilaridade construída. O reconhecimento de um fundo se marca pelo tempo de sua existência, por sua capilaridade e por sua capacidade de renovação. [P]





[ 2021-2022 ]

O PERÍODO EM CURSO, SEUS RETROCESSOS,  
GOLPES, PANDEMIA, DESMONTES DAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS: A FASE EM LUTA E FORTALECENDO A  
RESILIÊNCIA DEMOCRÁTICA COM  
A SOCIEDADE BRASILEIRA

Selecionamos inicialmente como representativos desta década, marcada também pelo aprofundamento do regime de exceção a que estão permanentemente submetidas as maiorias da população nas cidades brasileiras, dois artigos que aprofundam a questão da militarização das cidades e o impacto da violência urbana sobre os sujeitos urbanos junto ao quais a FASE trabalha.

Igualmente representativo do compromisso da FASE com as mais diversas frentes de resistência às violações de direitos e à injustiça ambiental é o artigo publicado na edição 128, cujo foco é o tema da luta pelos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. O artigo se concentra na contribuição da FASE, por meio de seu programa na Amazônia e da união com outros parceiros de luta, no processo de debate e elaboração dos Protocolos de Consulta organizados com povos como os Munduruku e os beiradeiros de Montanha e Mangabal.

Os dois últimos artigos, abordando os temas da soberania dos povos sobre os sistemas alimentares e da água como um bem comum, são reveladores do fato de que o enorme desafio enfrentado pelos sujeitos coletivos populares e pelo campo de organizações da sociedade civil do qual a FASE faz parte não diz respeito apenas ao enfrentamento da ação estatal de negação de direitos, mas se defronta cada vez mais com o poder corporativo e com a ofensiva do capital voltada para a expropriação dos bens comuns.

## Vida militarizada: pontos sobre a violência urbana no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a violência urbana ganha importância tanto pelos altos índices de letalidade, quanto pelas políticas de segurança implementadas nas últimas décadas

**Rachel Barros** – doutora em sociologia pelo IESP/UERJ e educadora do Programa da FASE no Rio de Janeiro

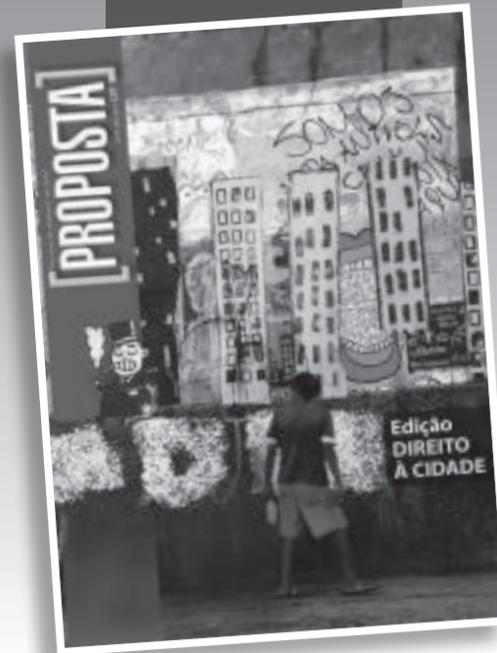
Neste texto, busco evidenciar os alicerces ideológicos que historicamente aparecem nas ações de combate à violência no espaço urbano e, ao mesmo tempo, demonstrar que tais ações, longe de darem uma resposta efetiva para a questão, têm intensificado práticas coercitivas e estabelecido novos parâmetros de gestão. Um dos grandes desafios da vida nas cidades é compreender as dinâmicas da violência urbana, fenômeno multifatorial e em constante transformação. No Rio de Janeiro (RJ), o tema ganha importância tanto pelos altos índices de letalidade, quanto pelas políticas de segurança implementadas nas últimas décadas.

A violência urbana, enquanto conceito, é entendida por alguns autores como linguagem que articula uma série de discursos com origens distintas, mas que mantém centralidade nos diferentes níveis de violência física e na sua relação com a ameaça à continuidade das rotinas cotidianas (MACHADO DA SILVA, 2008; 2011). Desta forma, problemas relativos ao controle social e à ordem pública que estejam relacionados à quebra das rotinas e à necessidade de repressão fazem parte dessa grande e heterogênea nebulosa que chamamos de violência urbana.

Contudo, enquanto uma linguagem do senso comum, a violência urbana se concentra no debate sobre as práticas ilícitas relacionadas à violência física. Esta apreensão de sentido associa a violência urbana aos processos de repressão e controle, e impede a sua conexão com outras dimensões – habitação, saneamento, mobilidade, trabalho e renda – que fazem parte do ordenamento urbano e são importantes na continuidade das rotinas. A história da formação do Rio de Janeiro, que tem relação direta com o processo escravagista, é um dos elementos que ajudam a restabelecer esses nexos.

Desde a abolição formal da escravidão e início da Primeira República, os discursos de disciplinamento da nova ordem social recaíam sobre os negros libertos, alvos privilegiados

Originalmente publicado em  
Proposta n.º 129,  
dezembro de 2019, pp. 52-57



do medo branco. Difundido e modulado em cada contexto, esse medo está na base da nossa constituição urbana e na justificativa das políticas autoritárias de controle social (BATISTA, 2003). Não é difícil pensar como as favelas, territórios negros que se originam neste período, passam a ser os principais alvos do processo de disciplinamento das condutas no espaço urbano. O racismo, presente na história da cidade, construiu um imaginário coletivo que identifica na população negra e nas favelas os sujeitos e os territórios do perigo, do medo e do caos.

A aposta na coerção e no controle como estratégia para conter a violência vem sendo reiterada ao longo dos séculos, mas é nas últimas décadas do século XX que o estigma dos territórios de favelas como *locus* da violência urbana se consolida. Quando a linguagem dos direitos é definitivamente substituída pela linguagem da violência urbana, a ação policial se legitima com base no uso extremo da força. A territorialização dos grupos armados atuantes no varejo de drogas, processo que ocorreu nos anos 1980, é um elemento importante para entender essa mudança (MISSE, 2003).

A partir dos anos 1990, todo e qualquer território que se enquadre na categoria “favela” é tematizado na esfera pública através da narrativa da “guerra às drogas”. Os dados de homicídio no estado tornam-se alarmantes<sup>1</sup> e as ações

<sup>1</sup> Em 1995, o percentual de homicídios no país era de 23,8 por 100 mil habitantes, e no Rio este índice chegou a 70,6 por 100 mil habitantes (WAISELFSZ, 2011, p. 184).

baseadas no enfrentamento coercitivo atravessam toda esta década e chegam nos anos 2000 com recorrentes episódios de chacina, tais como as de Acari (1990), Candelária e Vigário Geral (1993) e Nova Brasília (1994 e 1995). O envolvimento direto de policiais militares ocorreu em todos os casos.

É também neste período que o procedimento conhecido como auto de resistência<sup>2</sup> eleva o número de homicídios, casos com baixíssimo índice de investigações concluídas e recorrente incriminação da vítima. Concomitante a esse processo, as milícias, que surgem durante a ditadura militar, começam a ter capilaridade nos territórios da Zona Oeste, Baixada Fluminense e nos espaços da política partidária, com eleições de seus integrantes para vereadores, deputados e prefeitos. Citar esse fato é importante pois, como veremos, hoje as milícias estão no cerne do debate sobre a violência urbana.

### Segurança para turista ver

A virada do século XX para o século XXI, marca o Rio de Janeiro como um estado violento e da letalidade policial elevada.<sup>3</sup> A partir de 2008, esses números entram em progressiva queda, especialmente entre 2010 e 2014, período em que o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) está em pleno vigor.

Com apoio da grande mídia, do setor empresarial e de muitos pesquisadores, as UPPs representaram uma inflexão no crescimento histórico da letalidade. A propaganda da polícia de proximidade, da política de “pacificação”,<sup>4</sup> teve impacto na redução do número de tiroteios, medida que funcionou por algum tempo e produziu o efeito para apresentar o Rio como uma cidade controlada e segura, justamente no período em que se tornou sede de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). As UPPs também contribuíram para difundir a ideia de segurança atrelada ao turismo e à venda da imagem de “Smart city”,<sup>5</sup> uma cidade inovadora e controlada militarmente para garantia do entretenimento.

<sup>2</sup> Em 2016, o Conselho Superior de Polícia, órgão da Polícia Federal, e o Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil publicaram uma resolução conjunta substituindo os termos “auto de resistência” e “resistência seguida de morte” nos registros policiais por “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial”.

<sup>3</sup> Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) mostram que, no ano 2000, o número de mortos por intervenção de agentes do estado a cada 100 mil habitantes era de 427 no estado e 278 na capital; em 2007, esse número aumentou respectivamente para 1.330 e 902.

<sup>4</sup> Utilizo o termo entre aspas baseada na análise feita por Pacheco de Oliveira (2014), na qual o uso histórico do termo no Brasil está associado a atuações militarizadas, o que, na visão do autor, também se aplica para o caso das recentes ações de segurança pública.

<sup>5</sup> Em 2013, o programa “Morar Carioca”, anunciado como legado social dos Jogos Olímpicos de 2016, ganhou o prêmio City Climate Leadership Award na categoria “Cidades Sustentáveis”. Em 2015, o programa de transporte BRT foi premiado com o Sustainable Transport Award, cedido uma vez ao ano para estratégias de transporte consideradas inovadoras. Posteriormente, ambos os projetos foram alvos de críticas sobre má gestão e precariedade.

As tropas policiais das UPPs eram responsáveis pela resolução dos problemas públicos junto às secretarias estaduais e assumiram a posição de ente fundamental na gestão das favelas e seus moradores, deliberando sobre festas, horários de circulação e demais rotinas. O programa chegou a instalar 38 unidades entre 2008 e 2014, porém, as medidas que foram anunciadas – desenvolvimento econômico e social, retomada dos territórios de favela pelas forças de segurança, fim do comércio ilegal de drogas – não foram cumpridas. O programa perdeu força a partir de 2013, quando novamente crescem os números de homicídio na cidade.

### Vida militarizada

Mesmo após o seu fracasso, as UPPs contribuíram para recolocar a favela como “caso de polícia”. Várias práticas testadas pelas UPPs podem ser enquadradas num processo amplo e irrestrito que chamo de “militarização da vida”, que significa ter na cultura institucional e nas práticas executadas pelas forças militares os parâmetros da atuação política. Esse processo é sentido nas ações cotidianas da população, na gestão das instituições e espaços públicos, na política partidária, na execução das políticas públicas, no discurso tecnocrático associado à segurança pública, sendo também amplamente veiculado nos discursos que legitimam ações beligerantes, violentas e coercitivas.

A agressividade e intensificação das ações coercitivas implementadas após a descontinuidade das UPPs atestam que a militarização da vida está em plena expansão. O Rio se tornou um dos estados que mais sofreram intervenção das forças militares por meio do instrumento Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Em fevereiro de 2018, tornou-se o primeiro estado no período democrático a sofrer um processo de intervenção federal militar nas forças de segurança. Além disso, o estado tem investido na criação de tropas policiais financiadas por empresas privadas como a “Polícia Presente”, instaladas em diferentes bairros, e na presença de tropas policiais nas escolas.

Não bastassem esses exemplos, que atestam a irradiação das práticas militarizadas para outras esferas da sociedade, as recentes ações policiais e militares revelam a adoção de formas mais perversas e arrojadas do uso da força.

No dia 7 de abril de 2019, um carro foi alvejado por mais de 200 tiros no bairro de Guadalupe, Zona Norte da cidade. Dentro dele estavam o motorista e pai de família Evaldo Rosa dos Santos, seu sogro, a esposa, seu filho e uma amiga. Evaldo foi assassinado por 80 tiros disparados por militares. O sogro, Sérgio Gonçalves de Araújo, também foi atingido pelos tiros, mas sobreviveu. A mulher, Luciana Oliveira, saiu do carro implorando para que os militares parassem de atirar. O riso debochado dos militares foi o que recebeu como resposta. O catador de material reciclado, Luciano Macedo, que tentou ajudar as vítimas, também foi

gravemente ferido e morreu. Era uma família preta indo para um chá de bebê num dia de domingo.

O caso é estarrecedor por demonstrar um procedimento militar que pode ser resumido na frase “atira primeiro, pergunta depois”. Dos doze militares envolvidos no caso, um foi solto após alegar não ter feito disparos. Dos dez militares presos, o Superior Tribunal Militar decidiu soltar nove por maioria de votos. A eles, as únicas sanções foram a proibição de participar de atividades externas, patrulhamento e do uso de armas.

A lei 13.491, que está em vigor desde 2017, regulamenta que todos militares acusados de crime serão julgados pela justiça militar, mesmo em casos de morte de civis. Esse artifício jurídico, que delega à instituição acusada de cometer crimes o dever de julgá-los, é o que permite que o assassinato de Evaldo siga sem punição. A lógica de guerra, do inimigo da pátria que precisa ser exterminado, é o critério que autoriza a ação de militares junto a civis.

O Poder Executivo cria dispositivos usados pelo Poder Judiciário para legitimar a impunidade e proteger as forças armadas e instituições de segurança pública da punição pelos crimes que cometem contra a população. O efeito desse ordenamento jurídico é a normatização de práticas baseadas na tortura, na humilhação e no terror.

### Na mira do fuzil

Caso que demonstra o aumento das práticas letais é a adoção de *snipers* para ações policiais nas favelas. O governador em exercício, Wilson Witzel (PSC), declarou, em novembro de 2018, que “o correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro”, referindo-se à promessa constante em sua campanha eleitoral. Em março de 2019, Witzel assumiu que policiais *snipers* já estavam atuando na segurança do estado, mas sem divulgação.

Os moradores do complexo de Manguinhos, sem saber, foram os primeiros alvos dessa modalidade de atuação policial. Em 25 de janeiro de 2019, Carlos Eduardo dos Santos Lontra, de 27 anos, estava numa das favelas do complexo quando foi alvejado nas costas e morreu. Quatro dias depois, Rômulo Oliveira da Silva, de 37 anos, morreu baleado com um tiro no peito quando transitava de moto pelo mesmo local, após sair do trabalho. Neste mesmo dia, outro jovem foi comprar água de coco para sua filha no mesmo local, e enquanto esperava pela bebida, um tiro atravessou sua costela e saiu pela barriga. As três vítimas guardam em comum o fato de terem sido alvejadas por tiros que vieram do céu.

A perícia feita numa das torres da Cidade da Polícia,<sup>6</sup> que fica a 250 metros do local dos crimes, constatou que havia seteiras, como são chamados os buracos abertos na parede da torre, voltadas para o território de Manguinhos. O uso sigiloso dos *snipers* impede que haja controle externo da ação policial, e o discurso de que todo aquele que porta fuzil deve morrer novamente converte os moradores de favela em criminosos em potencial e transforma o ir e vir cotidiano num risco de morte iminente.

O quarto caso de uso de *snipers* foi durante o sequestro de um ônibus na ponte Rio-Niterói, em 20 de agosto de 2019. Com apenas três horas e meia de negociação, Willian Augusto da Silva, de 20 anos, foi morto com cinco tiros. O protocolo seguro baseado na negociação foi substituído por “o tomador de refém foi neutralizado por um atirador de precisão do BOPE”. A ação foi celebrada pelo governador, que desceu de helicóptero no local comemorando o assassinato transmitido ao vivo pela televisão. Para William, que era negro, com transtornos mentais e queria ser policial militar, restou apenas ser símbolo da eficácia policial.

“Neutralizar” é a linguagem cirúrgica, asséptica e distanciada que está permitindo a participação de atiradores de elite nas várias ações de segurança pública. E enquanto a sociedade celebra e premia esse tipo de procedimento,<sup>7</sup> os moradores de favela seguem sendo exterminados com extrema precisão, sem nem mesmo saberem quem os atinge.

O último exemplo, que demonstra como a militarização da vida é um processo em crescimento, é o uso de helicópteros como plataforma de tiro. Desde 2018, as polícias civil e militar adotaram o uso de helicópteros com atiradores durante as incursões em favelas. Chamado pelos moradores de “caveirão voador”, o procedimento tem sido responsável por gerar cenas de pânico generalizado. A operação realizada no complexo da Maré no dia 20 de junho de 2018 deixou sete mortos, entre eles o estudante Marcos Vinícius da Silva, de 14 anos. Após a operação, a ONG Redes da Maré contou mais de cem marcas de tiros no solo, que teriam sido provocadas por disparos feitos do helicóptero da polícia.

Assim como acontece com o uso dos *snipers*, o protocolo que regula o uso das aeronaves é sigiloso, justificado pelo secretário de Polícia Civil, Marcus Vinícius Braga, como medida para “resguardar a vida de policiais e das pessoas inocentes”. Operações em horário escolar, uso de atiradores de elite sem nenhum tipo de controle. Terror e pânico. O discurso tecnocrático adotado pelas instituições de segurança pública

<sup>6</sup> Espaço da polícia civil que abriga 14 delegacias especializadas, localizado entre os bairros do Jacarezinho e de Manguinhos, Zona Norte do RJ.

<sup>7</sup> No dia 10 de setembro de 2019, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou a concessão da Medalha Tiradentes, maior honraria concedida pela casa, ao sniper que matou Willian. O projeto teve autoria dos doze deputados da bancada do Partido Social Liberal (PSL).

tem dado uma aparência racional e necessária para ações que são, no mínimo, crimes contra a humanidade. Os moradores de favelas, especialmente as crianças, são marcados pelo trauma, desenvolvem distúrbios emocionais e psíquicos, ainda pouco mensuráveis.

### Tendências em curso

Como conclusão desse extenso debate sobre violência urbana e segurança pública nas cidades, teço algumas afirmativas.

Admitindo que os territórios de favelas e seus moradores são os alvos preferenciais das ações coercitivas empregadas historicamente, não há como esconder o caráter racista das políticas de segurança pública. Caso contrário, o Brasil não seria o 3º país em números absolutos de pessoas encarceradas, das quais 35,9% são presos provisórios e 70% são negros.

A intensificação da tecnocracia militar tem se alimentado do poder judiciário para garantir práticas cada vez mais letais com baixíssimo grau de punição. As instituições militares e de segurança pública tem aproveitado essas brechas legais para adensar a sua cultura institucional de procedimentos terroristas, com tortura e escárnio.

A linguagem beligerante e as práticas de terror nas favelas foram aprimoradas e estão sendo adotadas em diferentes aspectos da vida social. Escolas, símbolos e estética militares, pedagogia e disciplina militar aparecem como elementos fundamentais de uma nova ordem social calcada em valores profundamente conservadores. Por isso, debater a militarização da vida tem rebatimentos importantes no projeto de nação que está sendo gestado, a meu ver profundamente discriminatório e patriarcal.

Junto a essas tendências, faz parte do processo de militarização da vida a expansão territorial das milícias, que seguem no controle de empreendimentos públicos de habitação, no fornecimento dos serviços de água, luz e gás, cobrança de taxas para o funcionamento do comércio local e, especialmente, nos serviços de assassinatos por encomenda. Investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público (Gaeco) e do Departamento Geral de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil (DGHP) afirmam que cerca de 180 locais no Rio são controlados por milicianos, muitos em associação com facções que comandam o varejo de drogas.

As dinâmicas que permitem a expansão das milícias são alimentadas pela leniência do poder público. Como seus representantes ocupam hoje diversos cargos políticos, o poder de atuação das milícias tem crescido e se tornado cada vez mais forte. Somado a isto está o assassinato da vereadora Marielle Franco, crime político com fortes indícios de ter sido executado por agentes da milícia.

Do resgate histórico aos dias atuais, vemos que a força coercitiva segue como aposta central das ações de combate à violência nas cidades. Uma tendência de controle completo do ordenamento social, formada por uma cadeia de crimes e ilegalismos que articula agentes estatais, parlamentares, criminosos e paramilitares, com o objetivo de ganhos políticos e econômicos. A população, alimentada pelo medo do caos generalizado, contribui para esse arranjo reproduzindo os argumentos que clamam por mais controle, mais armas e mais mortes.

Sem o reconhecimento, a denúncia e o enfrentamento dessa teia bem estruturada de relações, o processo que relatei seguirá em curso com bastante sucesso. Contudo, ainda que seja difícil enxergar mudanças nesse cenário, refletir sobre o tempo presente é tarefa fundamental para colaborar com os movimentos de transformação, que continuam surgindo a cada violação cometida. [P]

### Referências Bibliográficas

- BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In: Vera Malaguti Batista. (Org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 1, p. -.
- BARROS, Rachel. Urbanização e “pacificação” em Manguinhos: Um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo. **Tese (doutorado)** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2015.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. **Etnográfica**. Fevereiro de 2011, 15 (1): 67-82. 2011.
- VIOLÊNCIA urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. (Org.) **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MISSE, Michel. O Movimento. A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. In: BAPTISTA, Marcos et al. (Orgs.) **Drogas e pós modernidade 2**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: os padrões da Violência Homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.



## As mulheres negras, a negação dos direitos e o acesso às políticas públicas

Sempre houve e continua havendo lutas contra as diversas violências sofridas pela população negra. Dando continuidade a esse processo de resistência, nasceu, em Pernambuco, a Campanha Mulheres Negras Pela Vida

**Rosimere Nery Peixoto** – pedagoga, militante feminista e educadora do programa da FASE em Pernambuco

“Eu te digo o que a liberdade significa para mim: não ter medo.”  
(Nina Simone)

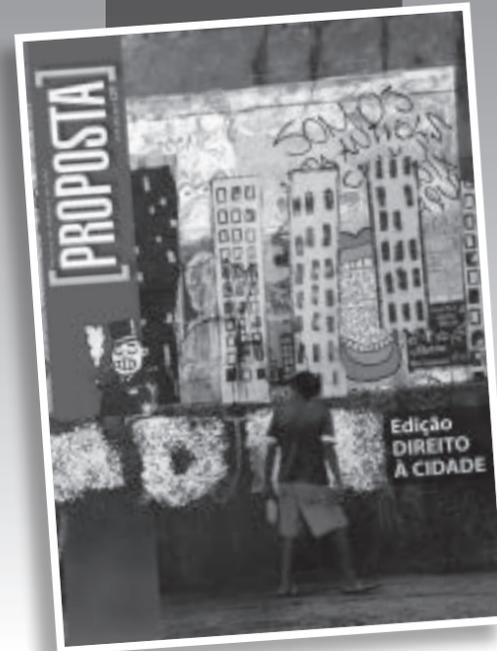
“Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.”  
(Angela Davis)

Como entidade nacional que atua na defesa dos Direitos Humanos e na ampliação da democracia e das condições de igualdade e acesso às políticas públicas para todas as pessoas, a FASE se coloca como uma organização antirracista, antissexista e a favor da igualdade dos direitos. Sua missão é “contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, sustentabilidade do meio ambiente e universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, civis e políticos”.

No decorrer dos seus 58 anos de existência, a entidade tem incorporado a perspectiva do combate ao racismo e a promoção da igualdade racial em sua atuação, norteadas pelo conceito de interseccionalidade. No conjunto de questões específicas de cada um dos feixes de atuação temática, debateram-se os motivos e formas de manifestação do racismo em suas diversas dimensões e a partir das causas da FASE: Direito à Cidade, Justiça Ambiental, Mulheres e Soberania Alimentar.

Na causa Mulheres, o programa regional da FASE em Pernambuco tem trabalhado, nesses últimos doze anos, dando destaque às questões relacionadas às mulheres negras, integrando a temática e as próprias mulheres, gradativamente, ao conjunto de nossa atuação como elemento estrutural. Além disso, tem desenvolvido projetos específicos ligados ao assunto. Exemplos significativos

Originalmente publicado em  
**Proposta** n.º 129,  
dezembro de 2019, pp. 73-77



desta forma integrada de atuação são os projetos Mulheres Negras Fortalecidas na Luta contra o Racismo e o Sexismo<sup>1</sup> e Juventudes nas Cidades,<sup>2</sup> dos quais participam, em maioria absoluta, jovens mulheres negras. Por meio dessas iniciativas, buscamos a integração das seguintes dimensões: “Mulheres”, “Juventude” e “Enfrentamento ao Racismo e Igualdade Racial”.

As participantes dos projetos trazem casos de precarização vivenciados historicamente e cotidianamente, resultantes do longo e presente processo de escravização e da falta de oportunidades, face mais visível do racismo estrutural consequência da constituição do país a partir do sistema escravista. Ainda que a escravidão tenha sido interrompida como sistema oficial de produção, a população negra teve sua vida marcada e estruturada por este evento colonial, que segue sendo repostado e se dá a conhecer pelas formas estruturais da desigualdade e das formas abertas e veladas de racismo cotidiano.

O Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, ficando somente atrás da Nigéria. Nosso país foi o maior território escravocrata das Américas, recebeu cerca de 5

<sup>1</sup> Projeto desenvolvido em parceria com Oxfam Brasil, Instituto Pólis, Inesc, Ibase, Ação Educativa e Crioula. Participam da iniciativa jovens negras de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

<sup>2</sup> Projeto com jovens das comunidades e periferias em parceria com a Oxfam Brasil, Ibase, Inesc e Ação Educativa. O objetivo é trabalhar a questão Direito à Cidade e dos Direitos na Cidade.

milhões de pessoas escravizadas trazidas do continente Africano e teve o maior período do mundo de exploração de escravizados, que sofriram todo tipo de violência, tortura e crueldade. Quando ocorreu a abolição, os antigos escravizados foram colocados nas ruas sem nenhum direito ou apoio por parte do Estado. Não foi oferecida nenhuma política de reparação ou de oportunização a essa população.

### Resistência nos dias atuais

Historicamente, a falta de políticas públicas tem reforçado o racismo e o controle da vida e dos corpos negros. Atualmente, estamos vivenciando no Brasil um processo de muitos retrocessos: o governo Jair Bolsonaro autoriza a sociedade em seus atos e ações racistas, além de eliminar as políticas afirmativas étnico-raciais que existiam como forma de o Estado reconhecer a dívida histórica com a população negra.

Dados do Atlas da Violência 2019 confirmam a ligação direta entre essa política de destituição de direitos, o aprofundamento das desigualdades vivenciadas pela população negra, em especial as mulheres, e as práticas de racismo:

A desigualdade racial pode ser vista também quando verificamos a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência letal: 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017. O crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação com as não negras evidencia a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas (p. 39).

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios<sup>3</sup> foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], utilizada também pelo SIM [Sistema de Informação sobre Mortalidade]), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos (p. 49).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2011, a taxa de escolarização de mulheres brancas foi de 23,8%, enquanto de mulheres negras somente 9%, comprovando a escassez de acesso dessas mulheres negras à educação. 68% das mulheres encarceradas são negras, a grande maioria por envolvimento no tráfico de drogas, enquadradas principalmente no crime de associação ao tráfico. Em muitos casos, a venda de drogas é a única alternativa de sobrevivência oferecida a elas, frente a uma

<sup>3</sup> Sobre o processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, já apontado em outras edições do Atlas da Violência.

### Trecho da Carta Pública “Em nome de nossas ancestrais, marchamos”

A “Marcha das Mulheres Negras de 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver como nova Utopia” foi um marco nos últimos anos, reunindo mais de 50 mil mulheres das cinco regiões do Brasil. Essa foi uma demonstração de articulação e força política que estruturou dali até os nossos dias formas de articulação em rede, visibilização da agenda de lutas e resistências, sobretudo as formas de combate ao racismo. Ao final da Marcha, foi entregue a Carta Pública à então presidenta da República Dilma Rousseff: “Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha inspiradas em nossa ancestralidade, que nos fez portadoras de um legado capaz de ofertar concepções que inspirem a construção e consolidação de um novo pacto civilizatório. Buscamos fundamentos em paradigmas que se orientam”.

realidade de falta de oportunidades, racismo e um modelo de educação inacessível. Por fim, 80% das mulheres presas são mães e, em sua maioria, as únicas responsáveis por seus filhos e filhas.

A violência é um fator também estrutural das desigualdades no Brasil, tanto nas áreas urbanas quanto no campo. Os dados mostram que as mulheres e jovens negras das comunidades periféricas estão sendo violentadas. O aumento dessa violência está pautado pela política racista que tem sido implementada com maior fôlego pelo Estado, que tem sido autorizado pelo modelo de desenvolvimento excludente que vem sendo implantado em nosso país nos últimos anos, onde o que é valorizado é o capital. As pessoas, o meio ambiente e os territórios têm sido expropriados para os grandes projetos de desenvolvimento.

### Campanha Mulheres Negras pela Vida

Sempre houve e continua havendo lutas contra as diversas formas de violência sofridas pela população negra. Mesmo com toda política para exterminar o povo negro, as mulheres negras continuam resistindo de muitas formas. Elas foram as principais heroínas na perspectiva de proteger o quilombo. Dando continuidade a esse processo de resistência, a FASE e a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco lançaram a Campanha Mulheres Negras Pela Vida, que denuncia as violências de que as mulheres negras são vítimas diariamente no seu cotidiano.

### Seis eixos são priorizados:

• **1. MORTALIDADE MATERNA:** No ano de 2017, no estado de Pernambuco, cerca de 72% das mortes por mortalidade materna foram de mulheres negras (pretas e pardas). A faixa etária mais atingida pelas mortes maternas está entre 20 e 39 anos, com cerca de 74% desses óbitos. Na cidade do Recife, 95% das mulheres que morreram de morte materna em 2018 eram negras.<sup>4</sup>

• **2. MULHERES ENCARCERADAS:** Em Pernambuco, 81% das mulheres que estão em situação prisional são negras. O Brasil é o 5º país do mundo que mais encarcera mulheres. Cerca de 20% dessas mulheres são analfabetas.<sup>5</sup>

• **3. EXTERMÍNIO DE JOVENS NEGROS:** Pernambuco é o terceiro estado com maior aumento de casos de homicídios de jovens no ano de 2017, com um aumento de 26,2% em relação a 2016. Em torno de 70% desses jovens assassinados são negros. São os filhos, maridos, irmãos, familiares e amigos das mulheres negras.<sup>6</sup>

• **4. ANALFABETISMO:** A taxa de analfabetismo entre pessoas brancas é de 4,2%, enquanto que entre pretos e pardos é de 9,9%.<sup>7</sup>

• **5. RENDA:** No Brasil, 67% dos negros estão incluídos entre os que recebem até 1,5 salário mínimo (cerca de R\$1.400,00). Entre os brancos, esse índice fica em 45%. Brancos e negros só terão salários iguais no ano de 2089, ou seja, daqui a 70 anos, se a situação do Brasil continuar como está hoje.<sup>8</sup>

4 Fonte: Comitê de Mortalidade Materna.

5 Fonte: INFOPEN.

6 Fonte: Atlas da Violência, 2019.

7 Fonte: PNAD Contínua, 2016.

8 Fonte: Oxfam Brasil, 2017.

• **6. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA:** Quase 67% das mulheres negras sofreram algum tipo de violência durante o parto, como gritos, procedimentos dolorosos não autorizados ou informados, ausência de anestesia e negligência.<sup>9</sup>

A FASE e a Rede de Mulheres Negras compartilham essa campanha na perspectiva de reforçar as redes de solidariedade e estratégias de resistências que as mulheres negras têm utilizado para enfrentar o racismo, interpelando a sociedade acerca das violências que as atingem cotidianamente e que são geradas pelo racismo, pelo machismo e a discriminação de classe.

Finalizo esse texto convidando todas as pessoas a terem atenção para como o racismo e o machismo têm se colocado em nossa sociedade, reforçando que a luta contra o racismo não é uma luta da população negra, e, sim, de toda a sociedade. [P]

### Referências

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Geledés**, jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>.

\_\_\_\_\_. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (Orgs.) **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

9 Fonte: Pesquisa Nascer no Brasil, 2014.

### Diálogo com a sociedade

Definimos como estratégia da campanha Mulheres Negras Pela Vida exposição em lugares públicos de manequins negros vestidos com peças contendo dados sobre os eixos políticos que orientam a iniciativa. Essas são as atividades realizadas até o momento:

seminário de lançamento da campanha Mulheres Negras Pela Vida, realizado no Recife, no início de outubro de 2019;

exposições na estação central do metrô do Recife – Joana Bezerra; e no terminal integrado de passageiros Xambá;

roda de diálogo de Lançamento da Campanha Mulheres Negras Pela Vida, em Vitória de Santo Antão, zona da mata de Pernambuco. E exposição de manequins na Praça da Matriz da cidade;

exposição de manequins e rodas de conversas nas seguintes escolas de Moreno, na região metropolitana do

Recife: Escola Estadual Maria do Céu Bandeira e Escola Estadual Artur de Mendonça;

exposição de manequins no Encontro Nacional de Escritoras Negras, na Faculdade Joaquim Nabuco no Recife;

exposição de manequins negras no Seminário MILBA – “Entre tradição e contemporaneidade: insubmissas vozes de mulheres”, realizado em outubro de 2019, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE);

exposição de manequins e distribuição do material no II Seminário “Vidas Negras Importam” de Serviço Social, realizado em novembro de 2019 no Centro de Ciências Sociais Aplicada da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

lançamento da Campanha “Mulheres Negras Pela Vida”, em Passira, no agreste pernambucano, também em novembro de 2019.

## O desafio dos pariwat<sup>1</sup> em rede

Compartilhando a experiência coletiva do Projeto 169: Como construir o apoio aos povos da floresta sem ferir sua autonomia e o direito de decisão sobre o caminho a seguir?

**Aldebaran Moura** – assistente social e ex-coordenadora adjunta do programa da FASE na Amazônia;

**Guilherme Carvalho** – historiador e coordenador do programa da FASE na Amazônia;

**João Gomes** – sociólogo e coordenador do programa da FASE na Amazônia;

**Marco Mota** – membro do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR);

**Solange Gayoso** – assistente social, professora da Faculdade de Serv. Social e do Prog. de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará; e

**Stefany Rafaela Ferreira e Silva** – assistente social

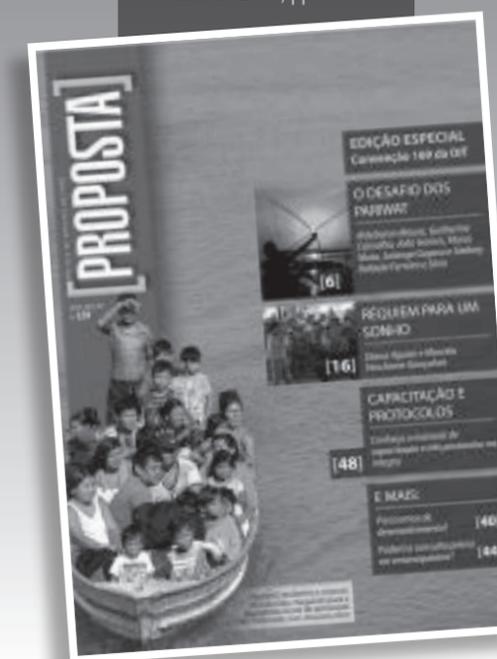
A organização de um trabalho em rede para apoio aos povos da floresta afetados por projetos de infraestrutura públicos e privados implantados na Amazônia possui potencialidades e suscita desafios. A possibilidade de articulação de diferentes organizações não governamentais e governamentais em ações concretas de fortalecimento da resistência pode oferecer estímulo adicional em suas lutas diárias na defesa de seus territórios, se respeitada a sua autonomia e o direito à decisão sobre os passos das ações.

Todos costumam falar do potencial do trabalho em rede, da possibilidade das articulações interinstitucionais e do diálogo plural e permanente. Contudo, da construção da rede até as decisões sobre as ações a serem realizadas, demanda-se o exercício permanente da troca de ideias e da reflexão sobre o papel de cada um e o respeito em relação ao outro. Por certo, um grande desafio aos pariwat “formatados” para valorizar o individualismo, o protagonismo e o corporativismo.

O trabalho em rede nos coloca questões de diferentes ordens: as redes têm poder de representação? Os membros falam realmente em nome de suas organizações quando se encontram nesse tipo de instância? No caso de um projeto voltado ao apoio das lutas de um povo indígena, os códigos de comunicação e as estruturas organizativas das parceiras são diferentes das dos índios; como evitar e/ou tratar os conflitos

1 Pariwat: denominação dada aos “não-indígenas”.

Originalmente publicado em **Proposta** n.º 128, abril de 2018, pp. 6-15



e a tentação de “falar em nome deles”? Na sequência dessa questão, como conciliar as normas e diretrizes das agências de cooperação com a realidade no chão do território, cujas regras e/ou vivências não estão pautadas pela legislação “dos brancos” e pelas exigências administrativo-burocráticas? São questões profundas que no cotidiano das ações interferem sensivelmente nos debates e na tomada de decisões.

Neste artigo, relato da experiência de seus autores, propõe-se uma reflexão sobre o desafio de como construir o apoio aos povos da floresta sem ferir sua autonomia e o direito de decisão sobre o caminho a seguir. Das articulações iniciais até a conclusão de uma etapa dessa experiência, foram muitos os fios e nós costurados e desfeitos na arte da tessitura da rede. Nesse processo, várias mãos, em diferentes momentos, manusearam o tear, umas com mais força, outras com mais harmonia; umas mais ponderadas, outras mais afoitas; mas certamente todas estiveram juntas na defesa dos povos da floresta e daquilo em que acreditam.

### Mobilizações e articulações iniciais

O embrião dessa rede surgiu durante o VII Fórum Social PanAmazônico realizado em Macapá (PA), de 28 a 31 de maio de 2014. Nessa reunião estiveram presentes representantes da FASE Amazônia, Ministério Público Federal (MPF), Movimento Xingu Vivo, Greenpeace, Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e da organização Artigo 19.

Outro momento importante, que contribuiu para a construção da referida rede, havia ocorrido um mês antes, durante o Simpósio Internacional “Os Impactos dos Projetos Econômicos e o Extermínio de Culturas: Energia e Mineração em Terras e Rios de Povos Originários”, evento organizado pelo FAOR, no espaço Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília, nos dias 17 e 18 de março de 2014, que debateu as repercussões das hidrelétricas e da mineração sobre as terras indígenas.

Neste último evento, além de algumas das entidades listadas acima, participaram ainda lideranças Munduruku e representantes do Conselho Indígena Missionário (CIMI), que deram apoio à iniciativa, e, assim, foram definidas as linhas gerais do projeto. Posteriormente, somaram-se à rede representantes do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (ICJ-UFPA) e do Centro de Información de la Consulta Previa (Colômbia). Com tais instituições e seus representantes formou-se um grupo de trabalho que passou a alinhar as ações e a metodologia a ser desenvolvida.

Um projeto, então, foi apresentado à Fundação Ford, que o aprovou para execução em 18 meses. Foram esses recursos que garantiram as viagens dos membros da rede de apoio e também de indígenas para participarem das atividades organizadas pelos Munduruku na própria região ou para garantir a presença dos mesmos em ações de incidência ocorridas em Brasília.<sup>2</sup> O apoio proporcionou, ainda, infraestrutura logística (combustível, aluguel de transporte – barcos, ônibus, aeronaves, camionetes –, aquisição de mantimentos etc.), produção de material didático, registros audiovisuais e a produção desta publicação.<sup>3</sup>

### Estratégias e meios de comunicação

Um desafio inicial foi estabelecer um meio de comunicação permanente com todas as pessoas envolvidas no projeto, que garantisse a participação na organização e decisões sobre as ações a serem executadas, tendo em vista que, em sua maioria, residiam fora da cidade de Belém. Três recursos foram adotados: a criação de um e-mail de grupo para comunicação direta com todos os membros, cuja lista chegou a ter 31 integrantes. A estratégia, apesar de ser a alternativa mais viável, apontou uma limitação, pois alguns integrantes da rede não conseguiram fazer adesão ao e-mail de grupo, falha que não foi corrigida e, por isso, impôs a obrigatoriedade de reenvio das mensagens aos membros de fora da lista, o que nem sempre ocorria, gerando desnivelamento das informações na rede. Outras formas de comunicação foram a realização de reuniões via Skype e o uso de telefones para a comunicação direta e encaminhamentos mais urgentes.

<sup>2</sup> A mobilização indígena contra o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215.

<sup>3</sup> Com relação a esta publicação também contamos com o apoio da Fundação Heinrich Böll (HBS).

### A pedagogia sobre a Convenção 169

A centralidade das ações do projeto foi direcionada para a capacitação de indígenas do povo Munduruku e de comunidades tradicionais da bacia do Tapajós sobre o direito à consulta prévia, assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por conta da intenção do governo federal de ali instalar um conjunto de barragens que, juntas, formariam o Complexo Hidrelétrico do Tapajós. A referência do grupo foi a experiência desenvolvida pelo MPF no município de Oriximiná, no estado do Pará, com comunidades quilombolas.

Contudo, a lógica organizativa e socioproductiva das comunidades quilombolas é qualitativamente distinta dos atores sociais com os quais interagimos na região do Tapajós, em que pese a existência de “pontos de contatos” entre os mesmos, como alguns aspectos da relação mantida por esses grupos sociais com a natureza.

Os Munduruku, por exemplo, primam por possuir uma dinâmica de debate e deliberação das questões de interesse do povo, que podemos denominar de “horizontal”. Diferentemente de outros povos indígenas, dentre os quais os caciques possuem grande poder de decisão sobre os mais variados assuntos que afetam a comunidade, os Munduruku primam pela presença e participação ativa de homens e mulheres e, em alguns casos, até mesmo das crianças, nas assembleias ou outros momentos da coletividade. Por conta desse modo de tratar os assuntos de seu interesse, as atividades dos Munduruku duram dias seguidos, demandando, inclusive, mais recursos humanos, materiais e financeiros para garantir sua realização.

No início do projeto, a metodologia que pensávamos empregar passava pela capacitação de professores/as indígenas para que eles/as replicassem as atividades nas aldeias junto aos demais. Porém, os conflitos envolvendo membros da prefeitura de Jacareacanga e da Câmara de Vereadores, alinhados com as diretrizes do governo federal – alguns Munduruku entre eles –, contra os/as professores/as indígenas que se colocavam contrários à construção das hidrelétricas acirrou os ânimos entre os próprios Munduruku, repercutindo negativamente no início dos trabalhos.

Por outro lado, a lógica sócio organizativa daquele povo – que valoriza o coletivo – também nos fez repensar a metodologia a ser adotada para o tratamento da Convenção 169. Em vista disso, solicitamos e tivemos a permissão dos Munduruku para participar das assembleias e debater o projeto e seu conteúdo com todos/as os/as presentes e, através deles/as, realizar a disseminação das informações pelas aldeias.

Foram elaborados materiais didáticos para divulgar o conteúdo. Abrimos mão de produzir cartilhas, pois chegamos à conclusão de que elas não eram os instrumentos mais

adequados para a melhor compreensão dos dispositivos da Convenção 169. No lugar delas, confeccionamos álbuns seriados em português e munduruku, em material resistente (impressão em lona), capaz de suportar as longas viagens às aldeias e o clima amazônico. Some-se a isso o investimento na produção de vídeos que pudessem ser utilizados pelos próprios indígenas nos seus debates internos. Tivemos preocupação semelhante com os beiradeiros.<sup>4</sup>

Antes da realização das atividades, uma equipe formada por integrantes da rede de apoio fazia o que denominamos de precursoras. Isto é, se deslocava para as áreas a fim de contribuir com a organização da logística dos eventos, ajudar na mobilização e fechar os detalhes com os Munduruku e os beiradeiros sobre a melhor maneira de tratar o conteúdo da capacitação e também o momento mais adequado. É preciso ressaltar o papel desempenhado pelo professor Maurício Torres, que há muito desenvolve trabalho de pesquisa naquela região, em especial com os beiradeiros; de lideranças Munduruku e do Projeto de Assentamento Agroextrativista, bem como de integrantes do FAOR, da UFPA e da FASE nesse processo.

No caso da UFPA, contamos com a participação ativa de integrantes do Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, coordenados pela professora Solange Gayoso. Esta, por sua vez, desenvolve atividades no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social, cuja metodologia de construção de mapas pretendíamos usar no início desse trabalho junto aos Munduruku. Contudo, as ações militares promovidas pelo governo federal no Xingu, a fim de garantir a presença à força de pesquisadores para realizar os primeiros levantamentos, visando a produção dos Estudos de Impacto Ambiental, fez com que os Munduruku impedissem a entrada de qualquer pesquisador na região. Esse fato nos fez rever a metodologia, em concordância com a UFPA; e os recursos previstos foram deslocados para garantir as oficinas que seriam realizadas durante as assembleias.

As oficinas aconteceram no período de 24 a 30 de setembro de 2014, no Médio e Alto Tapajós, mais precisamente na Aldeia Waro Apompu, passando logo depois pela Vila do Machado e, em seguida, pela Aldeia Praia do Manguê, na cidade de Itaituba.

Os primeiros componentes da equipe do projeto chegaram à Aldeia Waro Apompu um dia antes do início da Assembleia Geral dos Munduruku, dia 19 de setembro, com a intenção de negociar junto às lideranças sobre a metodologia mais próxima da forma de organização daquele povo e a maneira mais adequada de acompanhar a própria assembleia. Tal

<sup>4</sup> Entre os municípios de Jacareacanga e Itaituba se encontra um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), que congrega as comunidades Montanha e Mangabal. As pessoas que ali vivem são conhecidas como beiradeiras. Ou seja, que povoam as beiras (margens) de rios.

estratégia permitiu que a equipe pudesse estabelecer melhor entrosamento com os indígenas e organizar a dinâmica a ser utilizada durante a oficina.

Contudo, uma associação Munduruku pediu o adiamento da atividade por causa da morte, dias antes, de Amâncio Caetano Kaba Munduruku, mais conhecido como Kabá Biboy, importante liderança daquele povo. Com a logística toda montada, os participantes a caminho de Waro Apompu e o roteiro acertado para as demais áreas, tal suspensão acarretaria prejuízos de diferentes ordens. Os financeiros seriam certos. Por outro lado, não havia como desmobilizar a tempo as pessoas que rumavam para o local do evento; não é difícil imaginar, mesmo para quem não vive na região, a precariedade da comunicação na Amazônia. E, por fim, havia uma agenda a ser cumprida nas outras áreas que incluía receber o procurador Luis de Camões, do MPF de Santarém, e os/as demais integrantes da rede de apoio aos Munduruku, responsáveis por conduzir o debate sobre a Convenção 169.

Essa situação fez com que a FASE Amazônia, em nome da rede, enviasse mensagem ao coordenador da associação Munduruku se solidarizando com os indígenas pela perda daquela importante liderança, mas ponderando que aquela era uma oportunidade que não poderia ser dispensada. Afinal, o próprio povo Munduruku estava em risco, diante das ações do governo federal de atropelar prazos e etapas, a fim de agilizar o processo de instalação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós.

Além disso, era preciso articular as ações para a reunião que ocorreria no mês seguinte com o governo federal, na cidade de Itaituba, com representantes da Secretaria Geral da Presidência da República para tratar da construção da Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós que, caso construída, afetaria irremediavelmente a Aldeia Sawre Muybu. Todavia, a carta reconhecia que cabia tão somente aos Munduruku decidir pela realização ou não da atividade e não à rede de apoio. Portanto, os termos da correspondência enviada pela associação deveriam ser negociados entre os próprios indígenas. Ao final o evento foi realizado, conforme o previsto.

Este fato evidenciou duas questões delicadas. Em primeiro lugar, expôs as diferenças existentes entre organizações e lideranças Munduruku sobre a melhor estratégia de enfrentamento à construção das barragens. De um lado, os mais propensos a buscar uma “solução dialogada” com o governo, talvez negociando compensações que julgassem favoráveis aos Munduruku. De outro, os que se opunham a esse procedimento e defendiam uma renhida resistência aos interesses governamentais e de seus aliados. Esses conflitos latentes também compunham o cenário do debate sobre o adiamento ou não da Assembleia Munduruku, além, evidentemente, do luto por Kabá Biboy.

Em segundo lugar, o mesmo fato revela diferenças existentes no interior da própria rede de apoio, pois determinados segmentos defendiam a tese – publicamente ou não – de que o debate sobre a Convenção 169 e, conseqüentemente, o processo de construção do Protocolo de Consulta e Consentimento desviava os Munduruku do foco central da luta de resistência, que era barrar a construção das hidrelétricas. Evidentemente os fatos posteriores mostraram não haver incompatibilidade entre as diferentes ações.

Pelo contrário, a complexidade desse tipo de luta de resistência como a desenvolvida pelos Munduruku exige a adoção de múltiplas estratégias que abarquem os diversos planos – do local ao internacional –, os ajude a compor uma rede ampla de apoio e solidariedade, bem como propiciem o (re)conhecimento das suas demandas por amplas camadas das populações que vivem nos centros urbanos de dentro e de fora da Amazônia.

### Metodologia aplicada para elaboração do protocolo

Voltemos à oficina. Esta aconteceu em meio ao evento dos Munduruku, intercalando os momentos entre a capacitação por meio de exposição dialogada – apoiada no conteúdo trabalhado no álbum seriado – e a assembleia. Para melhor compreensão sobre o protocolo de consulta, foi utilizada a tradução simultânea durante todo o processo de capacitação e debate.

Para a elaboração do protocolo de consulta adotou-se como metodologia a apresentação de “perguntas guias”, cujas respostas permitiram a elaboração do texto. Sobre esse processo, Antonio Saw Munduruku nos fala:

(...) Seria o momento aqui de colocar em pauta nossa estratégia escrita para que possamos incluir nossas reivindicações de

consulta. Pela tarde de hoje podemos discutir isso. Vejo assim, que hoje em dia eu tive acompanhando a questão de dois interesses. O interesse do governo e o interesse nosso. Nosso é demarcação, que o governo já colocou sua ideia que vai ser muito difícil discutir isso lá já que é área de empreendimento. O governo, às vezes, se finge de cego e surdo. É só um informe. De alguma maneira precisamos colocar algo para o governo. Não querer consulta é bom pro governo. Queria saber se é possível, porque temos lutado pela demarcação, que agora o governo contraria. O representante disse não ser possível por ser área de empreendimento. Não só um projeto apenas para o empreendimento, mas um passo para a demarcação, inclusive como uma avaliação socioambiental nossa. Tem coisas que a ciência não consegue explicar o conhecimento tradicional. Precisa ser feito por uma organização não governamental para contrariar o estudo dele. Eles dizem estar pronto o estudo de impacto e componente indígena. Quero esse encaminhamento. Só no final a liderança pode dizer se concordam ou

não com fazer esse estudo. Como Munduruku, não podemos tirar um modelo dos parentes (Wajãpi), precisamos de nosso próprio modelo de luta (...). (Oficina de capacitação sobre o Direito à Consulta Prévia – Convenção 169 da OIT. Aldeia Waro Apompu – Jacareacanga/PA, 2014).

As seguintes perguntas foram realizadas: Quem participa? Quem organiza? Quem decide? Como decide? De qual apoio precisa? E quem responde ao governo? Seguidas a cada pergunta vieram as respostas, algumas geraram um tempo maior de discussão e reflexão que possibilitaram a elaboração da minuta do protocolo de consulta. Foi adotada a seguinte dinâmica para sua redação: a partir das respostas fornecidas pelos Munduruku, a antropóloga Daniela Alarcon sistematizou as informações em um texto corrido, sempre perguntando aos indígenas se estavam de acordo com a redação.

### Observações finais: a contribuição de cada um

Durante muito tempo, o Governo Federal acusou os Munduruku de não quererem dialogar sobre o Complexo Hidrelétrico do Tapajós. Tal argumento servia de base para que o Executivo tomasse uma série de iniciativas para viabilizar os empreendimentos, como a aceleração dos estudos de impacto ambiental, deslocando um número considerável de pesquisadores/as e de integrantes da Força Nacional para o Tapajós, afim de garantir o levantamento de dados, a adoção de medidas jurídicas para flexibilizar o processo de licenciamento e o estabelecimento de alianças com o setor empresarial buscando angariar o apoio de lideranças indígenas. Ressalta-se, para este fim, o papel desempenhado pelo grupo Diálogo do Tapajós,<sup>1</sup> que exerce enorme pressão para que os Munduruku aceitem a construção das hidrelétricas, bem como articula o apoio de outros segmentos sociais daquela região (comerciantes, pecuaristas e outros) aos empreendimentos.

A aprovação por parte dos Munduruku do seu protocolo de consulta quebrou a argumentação governamental e colocou o Executivo sob pressão. Isto porque, ao definir claramente os requisitos sobre como desejam ser consultados, os Munduruku demonstraram que estão dispostos ao diálogo, desde que sejam respeitados sua cultura organizativa e o seu próprio tempo. Por outro lado, o fato de os beiradeiros elaborarem o seu próprio protocolo e também exigirem ser consultados torna o processo mais complexo para as forças políticas e empresariais que querem a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós.

Nesse sentido, o projeto executado pela rede de apoio, ao ter propiciado os meios para que os Munduruku definissem o seu próprio protocolo, contribuiu para mudar qualitativamente as relações entre os indígenas e o Estado – agora incluindo o parlamento e o judiciário. Não há mais como ignorar a disposição dos Munduruku em debater a pertinência ou não da construção das hidrelétricas, assim como as repercussões das mesmas sobre o seu modo de vida e territórios.

Além disso, a experiência desenvolvida no Tapajós pode servir de referência a outras que porventura possam ser vivenciadas por povos indígenas e comunidades tradicionais, que também reivindiquem serem consultados com base na Convenção 169. Esse será, sem dúvida alguma, um dos fatos novos que mediará as negociações sobre o Complexo Hidrelétrico do Tapajós e evidenciará os conflitos entre os diferentes atores sociais envolvidos nesse processo.

Sobre o material didático – álbum seriado – a equipe observou que, mesmo sendo de grande utilidade e tendo utilizado a língua indígena, a transmissão do conhecimento pelo povo Munduruku se dá pela oralidade, sendo esta determinante para uma boa comunicação. Da mesma forma, por outros motivos, observou-se o mesmo limite imposto pela escrita na oficina realizada em Vila do Machado, pois os participantes, em sua maioria, apresentaram dificuldades com a leitura.

Por fim, outro elemento a ser evidenciado diz respeito ao próprio trabalho em rede que viabilizou o projeto. Numa sociedade cada

vez mais globalizada é impossível às organizações da sociedade civil, principalmente àquelas envolvidas em processos sociais de luta e resistência contra o modelo hegemônico de desenvolvimento e num quadro de muita carência de recursos (humanos, materiais e financeiros), atingirem as diversas escalas, do local ao internacional, se não for a partir da ação/participação em redes solidárias. Daí o porquê da estratégia de agregar um conjunto de instituições em apoio aos Munduruku, cada uma com sua especificidade, expertise e modos diferenciados de estruturação e intervenção social, ter sido uma iniciativa positiva.

As campanhas e o excelente trabalho de comunicação/divulgação executado pelo Greenpeace Brasil também propiciaram a algumas lideranças indígenas o sobrevoos nas áreas atingidas pelas hidrelétricas de Belo Monte (Pará), Santo Antonio e Jirau (Rondônia), uma experiência que valeu mais do que milhares de palavras. As contribuições dos/as representantes da Nova Cartografia Social, do Centro de Información de la Consulta Previa (Colômbia), do Curso de Serviço Social (UFPA) foram importantíssimas tanto para

a produção dos materiais didáticos quanto para a realização das oficinas de capacitação.

À ONG Artigo 19 coube a produção de informação e as atividades de capacitação; ao CIMI a facilitação dos contatos com os Munduruku, apoio financeiro à realização de atividades do projeto e a construção da metodologia empregada. À FAOR e ao Movimento Xingu Vivo, a articulação e mobilização das lideranças indígenas; à Amazon Watch a obtenção de recursos para viabilizar iniciativas do projeto; à International Rivers Network (IRN) a construção da metodologia e a articulação com povos indígenas da bacia do rio Teles Pires (Mato Grosso); e ao Instituto de Ciências Jurídicas (UFPA) o fortalecimento das relações institucionais com a universidade.

Somaram-se para garantir o pleno êxito do projeto os pesquisadores Maurício Torres e Daniela Alarcon; o primeiro, particularmente na articulação com os beiradeiros, e a segunda na elaboração dos termos dos protocolos. O Ministério Público Federal, em particular os procuradores Felício Pontes – que foi, na verdade, a pessoa responsável pelo início dessa experiência, por ter convocado a

reunião que ocorreu em Macapá e ter estimulado a constituição da rede – e Luis de Camões, que acompanhou todas as fases do projeto e foi de grande importância no diálogo com os Munduruku; e a FASE Amazônia, que atuou em cada uma das iniciativas do projeto, além de realizar a gestão dos recursos e a mediação política da rede de apoio.

A complexidade do trabalho em rede é muito grande. Conciliar diferentes estratégias e perspectivas não é uma tarefa fácil. Os tempos também são muito diferentes e conciliá-los nunca é simples. Conflitos ocorreram durante todo o processo e consideramos esse fato normal. Os mesmos acabaram colaborando para estimular e qualificar o debate interno e a tomada de decisões, assim como para visibilizar os limites e as potencialidades desse tipo de arranjo institucional que são as redes. A consciência de que precisávamos contribuir para garantir que indígenas e comunidades tradicionais tivessem preservados seus direitos à consulta livre, prévia e bem informada fez com que nos agregássemos em torno desse objetivo estratégico. Contudo, sem o decisivo apoio da Fundação Ford tal experiência dificilmente ocorreria.

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.grupodeestudos-tapajos.com.br/>.

Na sequência foi franqueada a palavra às lideranças, que seguiram discutindo várias questões que iam desde a participação ou não na “consulta do governo”, até demandas pontuais de cada aldeia ou mesmo dos Munduruku em geral. No retorno do jantar, foi realizada a leitura do protocolo dos Wajãpi (estado do Amapá), seguida de discussões sobre este texto. Esse momento aconteceu todo na língua Munduruku e sem tradução, porém a equipe se manteve no barracão até o final, acompanhando a discussão.

Na oficina realizada em Vila do Machado, onde participaram os beiradeiros das comunidades de Montanha e Mangabal, utilizou-se a mesma dinâmica de esclarecimentos e orientações sobre o direito à Consulta Prévia previsto na Convenção 169 da OIT, com uso do álbum seriado como material didático de apoio. Acrescentou-se a leitura explicativa do Protocolo Munduruku, feita pela antropóloga Daniela Alarcon, seguida das perguntas guias para construção de nova minuta do protocolo. Após essa etapa foi feita a leitura geral da minuta, momento em que foram realizados os ajustes finais para a sua aprovação pelos presentes.

É preciso ressaltar que o projeto original aprovado pela Fundação Ford não previa ações junto aos beiradeiros. Todavia, o interesse despertado em algumas de suas lideranças sobre a oportunidade de construir seu próprio protocolo, a proximidade delas com lideranças Munduruku e o reconhecimento acerca da necessidade de serem estabelecidas alianças para a defesa dos seus territórios foram alguns dos motivos que os levaram a se inserirem nas atividades desenvolvidas pela rede de apoio.

A oficina contou com a presença da liderança indígena Antonio Saw Munduruku, que participou ativamente com intervenções significativas durante toda a oficina em Machado. Construiu-se assim um momento histórico de articulação entre os Munduruku e os beiradeiros de Montanha e Mangabal, registrado, inclusive, nos textos dos protocolos de ambos.

Na oficina em Aldeia Praia do Mangue, seguiu-se com a mesma metodologia: a capacitação sobre o direito de consulta previsto na Convenção 169, seguida da apresentação da leitura do protocolo elaborado pelos Munduruku e das perguntas guias. Diferente das oficinas anteriores, em Praia do Mangue a capacitação durou apenas um dia e meio, sendo o primeiro dia usado para a discussão das alterações realizadas no protocolo Munduruku e a manhã do segundo dia para a reunião com o Ministério Público Federal para apresentação das demandas, assim como já vinha sendo realizado nas oficinas anteriores. No final da manhã, a pesquisadora Daniela Alarcon realizou a leitura do Protocolo, já contando com as alterações discutidas no dia anterior, sendo ao final aclamado por todos com um Sawé [saudação].

Como estratégia de fortalecimento da organização local foram viabilizadas as participações de lideranças de diferentes

povos nas oficinas. Dessa forma, na capacitação realizada na Aldeia Praia do Mangue, contou-se com a presença do professor Antonio Saw Munduruku, da Aldeia Waro Apompu, e do Sr. Francisco Firmino da Silva, mais conhecido como Chico Caititu, de Montanha e Mangabal.

O principal resultado obtido com as oficinas foi a elaboração e aprovação pelos povos indígenas e beiradeiros dos seus respectivos protocolos de consulta, instrumento considerado importante para a resistência à imposição da instalação do complexo de hidrelétricas no Tapajós.

Sou descendente dos Munduruku, sou morador do Posto Munduruku. Quero falar sobre a fala da Teresa. O povo Munduruku reivindica a Convenção 169 não apenas para nós, mas para todos: indígena, tradicional, tribo e quilombola. Tem jeito de colocar a pedra na frente do governo. Eleição está aí. Na fala do senhor, nossa comunidade decidiu consultar de ancião à criança. Quem decide? Não é associação, nem liderança, nem presidência. Todos. Comunidade indígena ajudando ribeirinho e vocês ajudando o povo Munduruku. Pimental tem necessidade de saber o que diz a lei, a barragem é prejudicial a todos. Aqui, como lá, o supermercado é nosso rio. Nossas raízes são nossos cemitérios. O dono da terra é o criador do mundo. A barragem traz coisa ruim para todos, puxa grandes empresas, ladrão e traficante. Em Belo Monte, 40 mil famílias perderam sua história. Quando o pesquisador veio pra cá e impedimos. Queria dizer isso para pedir a vocês para colocar essa pedra maior. (Antonio Saw Munduruku, Oficina de capacitação sobre o Direito à Consulta Prévia – Convenção 169 da OIT. Vila do Machado, Itaituba, 2014)

### Os desafios da gestão do projeto e do gerenciamento das ações

Do ponto de vista da gestão dos recursos financeiros do projeto os problemas foram enormes. O território Munduruku é muito grande, com pouca infraestrutura e onde as comunidades indígenas se encontram dispersas. Para a realização das atividades, os gastos com deslocamentos foram muito expressivos e a oferta de transporte é irregular e predominantemente informal. Essa situação exigiu intensa negociação com o único posto que se dispôs a vender combustível para o projeto. Tivemos que negociar com o proprietário alguns procedimentos para que este se sentisse seguro em vender para a FASE Amazônia, emitindo antecipadamente a nota fiscal.

Além do transporte, outro gasto substancial do projeto ocorreu com a compra de mantimentos. As mesmas dificuldades citadas se repetiram nesse caso. Alguns fornecedores se recusaram a vender para o projeto porque são favoráveis às hidrelétricas e, portanto, se opunham aos Munduruku e tivemos que realizar negociações para superar tais obstáculos. Portanto, cada atividade exigia a constituição de uma complexa logística, assim como



negociações com fornecedores para convencê-los a emitir notas fiscais, a fim de que pudéssemos prestar contas dos gastos com a instituição apoiadora. Em consequência disso, o setor administrativo da FASE via-se sobrecarregado a cada atividade realizada em Itaituba ou em Jacareacanga.

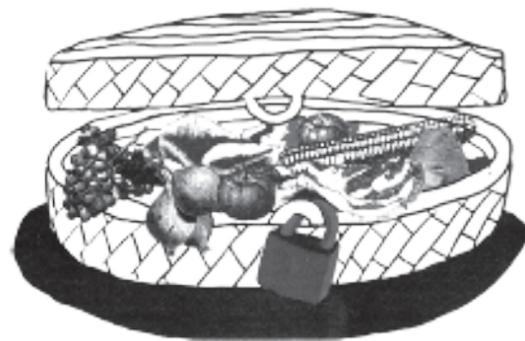
Outra situação difícil de ser gerenciada ao longo do projeto esteve relacionada à concepção, por parte de alguns membros da rede, de que as ONGs são apenas “repassadoras de recursos” àqueles que fazem a luta social. Ou seja, de acordo com essa perspectiva, às ONGs cabe tão somente apoiar toda e qualquer decisão dos movimentos sociais e lhes garantir as condições materiais para isso. Por conseguinte, para os que comungam de tal ideia, os recursos do Projeto Convenção 169 deveriam ser canalizados para as finalidades decididas, em tese, de forma autônoma pelos Munduruku.

Dizemos em tese porque, na realidade, tais segmentos se colocavam, mesmo que não reconhecessem isso de maneira aberta, como os que melhor compreendiam os interesses e objetivos daquele povo. Os pressupostos desse discurso se assentam na construção e reafirmação de dicotomias: nós da região e os de fora, os lutadores e os apoiadores, os movimentos sociais e as ONGs, os/as assessores/as e as bases, entre outros.

As repercussões dessa perspectiva na execução e gestão do projeto foram enormes. Isso porque passamos a ser constantemente inquiridos a apoiar ações que não faziam parte dos objetivos do projeto, e as tentativas para explicar o porquê de não podermos canalizar recursos para essa ou aquela atividade passou a ser encarada como recusa de apoio à luta dos Munduruku. A saída encontrada pela FASE foi estabelecer um canal direto com várias lideranças indígenas, seja de

maneira individual ou com a participação de parceiros, como o MPF, a fim de debater abertamente com eles as razões pelas quais não podíamos remanejar recursos, assim como os limites do próprio projeto.

O efeito dessa medida foi muito positivo, pois serviu para dar maior transparência à aplicação do dinheiro, comprometeu os indígenas com o cumprimento das exigências legais e burocráticas requeridas pelos termos do contrato com a Fundação Ford, bem como serviu para desarmar qualquer tentativa de criar oposição entre os Munduruku, a FASE e suas parceiras. Além disso, a FASE Amazônia se manifestou de maneira clara – sozinha ou articulada com outras organizações que compunham a rede – através da lista de e-mail do grupo sobre questões sensíveis relacionadas à estratégia de resistência às hidrelétricas. Tal posição, a nosso ver, contribuiu para a politização do debate, como também nos ajudou a consolidar o respeito entre os Munduruku e seus apoiadores. [P]



### Eventos significativos

**Apoio ao processo de autodemarcação da Terra Indígena Sawré-Muybu, no Médio Tapajós, que abrange os municípios de Itaituba e Trairão.** Essa área indígena é a primeira a ser diretamente afetada caso seja construída a usina de São Luiz do Tapajós. Contudo, a Funai se recusava a publicar o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da referida TI5. O apoio a esse processo foi importante para fortalecer a mobilização indígena no Médio Tapajós e para o debate acerca dos dispositivos previstos na Convenção 169.

**Realização de Oficinas de Capacitação com o povo Munduruku.** Ocorridas nos dias 24 e 25 de setembro na Aldeia Waro Apompu; nos dias 26 e 27 com os beiradeiros de Montanha e Mangabal; e nos dias 29 e 30 com os Munduruku do Médio Tapajós, na Aldeia Praia do Mangue, em Itaituba (PA).

**Reunião em Itaituba para apresentação do Projeto Convenção 169.** Essa atividade foi importante, pois serviu para detalhar os objetivos do projeto e os resultados que se pretendia alcançar com a sua execução. O apoio obtido das lideranças indígenas locais foi fundamental para o início das atividades.

**Assembleia Geral dos Munduruku realizada na Praia do Mangue, em Itaituba.** Debate com representantes do governo federal sobre a proposta de consulta aos indígenas.

**Reunião dos Munduruku e beiradeiros com o governo federal para a entrega dos seus protocolos de consulta.** Atividade realizada em janeiro de 2015, em Brasília, com o representante da Secretaria Geral da Presidência da República.

## A soberania dos povos sobre os sistemas alimentares contra a captura corporativa

Realização da Cúpula dos Sistemas Alimentares faz ecoar críticas e uma mobilização mundial em nome da defesa da soberania dos povos sobre os sistemas alimentares

**Maria Emilia Lisboa Pacheco** – antropóloga, assessora nacional da FASE, integrante dos Núcleos Executivos da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

Desde 2019, o anúncio da realização de uma Cúpula dos Sistemas Alimentares, em setembro de 2021, fez ecoar vozes críticas. Iniciou-se uma mobilização mundial de organizações da sociedade e movimentos sociais em protesto. Manifestações contra-cúpula em nome da defesa da soberania dos povos sobre os sistemas alimentares foram se afirmando e expandindo.

A Cúpula nasceu em reunião do Fórum Econômico Mundial (FEM), organização empresarial mundial que não é membro da Nações Unidas (ONU), e foi acolhida pelo seu secretário-geral. Afastou-se completamente da tradição de organização das conferências sobre alimentação convocadas pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), agência da ONU que lidera esforços internacionais para erradicar a fome no mundo.

Em anos passados, as conferências se realizaram como processos intergovernamentais, que asseguravam a participação da sociedade civil, para o embate das controvérsias e o debate das propostas. Mas nessa iniciativa da Cúpula dos Sistemas Alimentares, até o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), principal plataforma internacional, intergovernamental e que inclui significativa representação de redes internacionais de movimentos sociais e organizações da sociedade civil no sistema ONU, foi ignorado.

### Uma governança das empresas?

A visão de governança que presidiu a convocação da Cúpula expressou-se na proposta de representação de múltiplas

Originalmente publicado em **Proposta** n.º 130, outubro de 2021, pp. 92-96



partes interessadas, denunciada pelas organizações da sociedade civil como o “capitalismo das partes interessadas”, sem legitimidade democrática. A associação de estratégia entre a ONU e FEM, proporciona às empresas transnacionais um acesso preferencial ao sistema das Nações Unidas, e representa um antagonismo, pois as corporações têm causado o aprofundamento das crises sociais, econômicas e ambientais.

Segundo a ONU, a Cúpula foi convocada como parte da Década de Ação para gerar medidas importantes e avanços quantificáveis para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) de 2021 até 2030. Conscientizar e impulsionar o debate público sobre a reforma de nossos sistemas alimentares, elaborar princípios e criar um sistema de monitoramento para garantir que seus resultados sigam gerando novas medidas e progressos foram objetivos destacados pela ONU. Embora a erradicação da pobreza e da fome, o combate às mudanças climáticas e a proteção dos recursos naturais tenham destaque na Agenda 2030, esta relação não foi mencionada.

Como reformar os sistemas alimentares se os problemas estruturais do regime comercial desigual Norte-Sul, as relações de poder no mundo, a concentração corporativa no domínio da produção ao consumo com a formação de verdadeiros impérios alimentares e a tragédia da crise sanitária com a pandemia da Covid-19 ficaram fora da agenda?

Defensores da Cúpula argumentaram que o sistema alimentar está “quebrado” e que o crescimento da população e as mudanças climáticas ameaçam a alimentação no mundo. Só os novos desenvolvimentos tecnológicos podem nos salvar, anunciaram. Mas esta é uma narrativa que atende aos interesses das próprias corporações com a perspectiva de expansão da produção agroindustrial. São os impactos negativos na alimentação, saúde, biodiversidade e clima, nos direitos e na vida dos povos que precisam ser enfrentados. As receitas tecnológicas que se apresentam não levam em conta os fatores ecológicos, socioeconômicos, culturais e os direitos humanos de um mundo onde cresce a fome, que já atinge cerca de 800 milhões de pessoas, cresce a obesidade e desnutrição, acentuam-se as mudanças climáticas, caracterizando um cenário que vem sendo denominado de *síndrome global* (*The Lancet*, 2019).

O mercado e o lucro estiveram no centro. Os direitos humanos inicialmente ausentes, depois da forte pressão social, foram incorporados, porém marginalmente. Esta é a expressão da crescente injustiça social e alimentar se considerarmos que 70% da população no mundo obtêm seus alimentos principalmente das cadeias alimentares locais da agricultura familiar e camponesa e que apenas o equivalente a 30% da população mundial é alimentado, principalmente, pela cadeia alimentar industrial.

### O mercado e novas tecnologias comandam a vida?

Algumas linhas de ação da Cúpula falaram do objetivo de garantir a todos o acesso à alimentação segura e nutritiva, promover a igualdade dos meios de subsistência, construir resiliência contra vulnerabilidades. Acompanhando os debates e leituras de vários documentos de preparação, podemos dizer que a perspectiva de garantir o papel principal das empresas no sistema de governança no “sistema público privado”, articula-se com novos pacotes tecnológicos.

Nos tempos de ascensão neoliberal, vemos profundas mudanças de paradigmas e de conceitos, expressos na relação natureza, sociedade e economia. A utilização econômica da natureza que se traduzia em tornar o que lhe era extraído como um bem comercializável, como por exemplo, o petróleo, árvores transformadas em madeira, vem se ampliando e com outras motivações econômicas. O conceito de natureza tem sido redefinido, incorporando a linguagem da economia através de várias estratégias no caminho da mercantilização, financeirização e mais recentemente da digitalização.

Nos anos 1990, uma nova visão de natureza se expressou, a partir da adoção do conceito de biodiversidade. A Convenção da Biodiversidade colocou teoricamente a exploração econômica condicionada a sua preservação, suspendendo a divisão entre natureza/selvagem e natureza/cultura. A biodiversidade definiu a natureza como recurso (recursos

genéticos), combinado com a ideia da natureza prestadora de serviços para os seres humanos. Instaurou-se a noção de serviços ambientais. O marco geral da Rio-92 expresso na Agenda 21 destacou o desenvolvimento do mercado – um mercado aberto, sem barreiras – como condição e motor da sustentabilidade (Leroy e Pacheco, 2002).

Na década de 2000, títulos de livros como *A nova economia – a busca para tornar a conservação rentável* ou *A fortuna da natureza* mostraram o debate da natureza assumindo a linguagem dos negócios: ativos, riscos e inovação (Fateur, 2014). É essa perspectiva de financeirização da natureza, de mercantilização da vida que pavimentou os caminhos da Cúpula no entrelaçamento da natureza e economia a serviço do capital na agora chamada economia verde.

Sob o domínio das grandes corporações da cadeia industrial de alimentos, foi favorecida a agenda de grandes financiadores como a Fundação Bill e Melinda Gates, Fundação Rockefeller; gigantes da agroindústria e da indústria de alimentação como Nestlé, Unilever; das empresas que controlam o mercado de sementes, agroquímicos como Bayer-Monsanto, Dow Dupont, que formaram a Coterva, ChemChina-Syngenta. E novos agentes que representam transferência de poder e novas formas de acumulação e expropriação entraram em cena: empresas de dados como Google, Amazon e Microsoft, com as tecnologias digitais de controle de informações da agricultura e alimentação.

É uma nova fase de acumulação primitiva do capital sobre diversos componentes da natureza, até então fora do mercado, e vem acompanhada das plataformas digitais. Os fabricantes de máquinas e plataforma de dados fazem uma convergência para a chamada “agricultura de precisão” ou “agricultura digital” ou “agricultura baseada em dados”, nas tecnologias digitais e no tratamento algorítmico de grande volume de dados (*big data*). A concepção de produção de alimentos é reduzida a um “problema de otimização”, com registros sobre clima, umidade do solo, pragas, histórico das culturas transformadas em dados (Ribeiro e Zundel, 2018). Representa uma nova ameaça em todo o mundo uma vez que pode capturar o conhecimento tradicional sobre a produção de alimentos.

Desde a preparação da Cúpula foram anunciadas propostas tecnológicas que na visão das empresas são cruciais para a segurança alimentar. Entre as linhas de ação, incluiu-se um novo conceito: a produção positiva para a natureza ou soluções baseadas na natureza. Essa perspectiva promove o avanço em grande escala da indústria agroalimentar, as tecnologias da chamada “agricultura 4.0”. São novas biotecnologias que manipulam a vida, o clima e o planeta.

Um exemplo vem dos impulsionadores genéticos ou *gene drives*, que são formas de edição ou manipulação genética de seres vivos. Mais perigosas do que os transgênicos, editam

as características genéticas, sem necessariamente incluir um gene novo, mas manipulando os genes já existentes nos seres vivos. Isto é, uma microcirurgia nas informações genéticas de seres vivos e que podem fazer desaparecer espécies (Terra de Direitos, 2019).<sup>1</sup>

Na dimensão do consumo, há várias estratégias empresariais que se afastam da alimentação adequada e saudável. Os sistemas de informação, extração e acumulação de dados do campo, dos ecossistemas também incluem as condutas alimentares. Novos participantes da indústria alimentar digital, incluindo a Amazon, Alibaba, Ten Cent, Pinduoduo, FlipKart e outros, colocam-se na vanguarda dos envolvidos na venda e distribuição de alimentos. Há um processo de artificialização e desmaterialização do alimento. Os significados socioculturais imateriais dos alimentos como identidade, cultura, tradição e memória, são abandonados em favor dos alimentos como bens de mercado, privados e comercializáveis. O objetivo de obter informações sobre as escolhas da população consumidora, o marketing agressivo e as mudanças nos hábitos alimentares geram uma noção imaterial dos alimentos, muitas vezes sem relação com suas características físicas (Filardi e Prato, 2018, p. 9), como são os produtos ultraprocessados.

Atualmente, cresce o seu consumo. Esses produtos não são propriamente alimentos, mas, sim, formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivados de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratórios com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de ativos. Buscam dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes,<sup>2</sup> com impactos na saúde, na cultura alimentar e na vida social, como nos ensina o Guia Alimentar para a população brasileira, tantas vezes contestado pelas empresas (Brasil, 2014, p. 41).

Na preparação da Cúpula, países da América Latina defenderam a biofortificação, justificando sua importância para enfrentar a má nutrição. Mas a biofortificação também é uma forma de manipulação genética de plantas com o objetivo de aumentar a concentração de um ou mais micronutrientes específicos.

<sup>1</sup> No Brasil, onde desde 2016 há uma célere liberação de agrotóxicos que chegou a 493 somente em 2020 e de transgênicos que chega a 90 variedades. E seguindo o caminho da biotecnologia, em 2018, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO), sem participação da sociedade civil, aprovou uma Resolução Normativa n.º 16/2018 que inclui o gene drives, abrindo brechas para que organismos criados através desta tecnologia de alteração genética não sejam considerados transgênicos. A aprovação desta Resolução coloca o Brasil como pioneiro na decisão de definir canais legais para sua liberação em um cenário internacional de contestações a essas novas biotecnologias.

<sup>2</sup> São exemplos: refrigerantes, cereais açucarados, salgadinhos de pacote, salsichas etc.

O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), alerta sobre os impactos desta tecnologia que tem se concentrado em culturas de tradição alimentar como a mandioca. Os riscos se expressam em possíveis efeitos tóxicos com a ingestão excessiva de nutrientes, impactos na cultura alimentar, erosão genética e interferência na autonomia dos agricultores, guardiões da diversidade de sementes. Com o nome de Biofort, há um projeto brasileiro com o apoio dos programas HarvestPlus e AgroSalud, consórcios de pesquisas que atuam na América Latina, África e Ásia com recursos financeiros da Fundação Bill e Melinda Gates e Banco Mundial (FBSSAN, 2016).

Nos últimos períodos, com a justificativa de enfrentar as mudanças climáticas, vêm sendo defendidas tecnologias para desconectar da natureza e propor a “comida pós agro”, com produtos alimentícios produzidos artificialmente.

### Por uma conferência com base nos direitos, agroecologia e soberania alimentar

As vozes e manifestações da sociedade civil nos vários continentes protestaram contra a ofensiva de apropriação do mercado sobre a natureza, os territórios e a alimentação. Uma verdadeira cúpula precisa questionar o impacto do sistema alimentar industrial na alimentação, na saúde, no clima, na biodiversidade. Precisa reconhecer os sujeitos de direitos segundo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, Camponesas e outras pessoas que trabalham em áreas rurais, e trabalhadores e trabalhadoras nas cidades.<sup>3</sup>

Por isso reafirmamos o papel chave dos sistemas alimentares territoriais construídos por quem produz alimentos diversificados, protege a biodiversidade, a saúde e a natureza. Que estejam no centro os princípios do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas, da soberania alimentar, da agroecologia e os valores de justiça social e alimentar e da democracia.

A agroecologia tem uma perspectiva emancipatória. E cada vez mais se situa no campo do debate e das práticas com o objetivo da transformação dos sistemas alimentares em conexão com a natureza. Combinada com a perspectiva da soberania alimentar apresenta-se como alternativa hoje e para o futuro. Na sua dimensão social, defende as relações de igualdade, reconhecendo que as mulheres historicamente são as guardiãs da biodiversidade e dos bens comuns. Posiciona-se contra o racismo e reconhece que uma sociedade pluriétnica com diferentes formas de apropriação e uso da terra e dos bens da natureza é um componente fundamental da democracia e do enfrentamento dos grandes desafios na relação entre sociedade e natureza.

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/4532/Declaracao/de/Direitos/camponeses\\_UNU-portugues.pdf](https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/4532/Declaracao/de/Direitos/camponeses_UNU-portugues.pdf).

Por essas razões a FASE engajou-se na mobilização internacional da contra-cúpula, posicionando-se junto às organizações da sociedade da América Latina e da Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. [P]

### Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2ª. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

FATHEUR, Thomas. **Nova Economia da Natureza** – Uma introdução crítica. Série Ecologia. Vol. 35 Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Biofortificação: diálogos sobre saúde, direitos e soberania alimentar**. Boletim 1, 2016.

FILARDI, M. E. e PRATO, S. Resgatar o futuro dos alimentos: pôr em causa a desmaterialização dos sistemas alimentares, Observatório do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição. **Quando os alimentos se tornam imateriais: confrontar a era digital**. Pão para o Mundo e FIAN Internacional, 2018, Ed. 10.

LEROY, J. Pi. e PACHECO, M. E. Bem comum ou apropriação pelo mercado? A biodiversidade em disputa. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, José A. P. **Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos Pós-Rio-92**. Rio de Janeiro: CIDS-EBAPE-FGV; São Paulo: ISA e Estação Liberdade, 2002.

RELATÓRIO DA COMISSÃO THE LANCET. A sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. **Alimentando Políticas**, IDEC, SP, agosto de 2019.

RIBEIRO, S. e ZUNDEL, T. Que comam dados! Observatório do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição. **Quando os alimentos se tornam imateriais: confrontar a era digital**, Pão para o Mundo e FIAN Internacional, 2018, Ed. 10.

TERRA DE DIREITOS. **Os genes drives e as novas manipulações genéticas na agricultura**, 2019.



## Água é bem comum, não mercadoria!

“Com a escassez de água no mundo, o Brasil, já faz tempo, é cobiçado pelas grandes corporações”

**Aercio B. de Oliveira** – coordenador do programa da FASE no Rio de Janeiro e assessor nacional da FASE

Texto originalmente publicado no site do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)<sup>1</sup>

O Brasil possui 12% de toda a água doce superficial existente no mundo. Temos em nosso território dois dos maiores aquíferos do planeta – o Guarani e o Alter do Chão –, e o maior rio do mundo em vazão, o Amazonas. A riqueza dos nossos biomas, mesmo com as violações socioambientais cometidas pelas corporações, ainda consegue garantir um ciclo hidrológico capaz de alimentar nossos mananciais superficiais e subterrâneos. Esses mananciais garantem a produção de alimentos saudáveis no campo e nas florestas, o agroextrativismo que estabelece uma relação harmônica com a natureza, a agricultura familiar e a agroecologia e o abastecimento de água para o uso doméstico. São desses mananciais que empresas públicas de abastecimento de água e saneamento captam, tratam e distribuem água para os quase seis mil municípios do Brasil – as empresas públicas são responsáveis por 95% do abastecimento do Brasil.

No entanto, toda essa riqueza, fundamental à vida, e que tem diferentes significados e usos para a diversidade de culturas e tradições, com seus modos de existência, está ameaçada. Com a escassez de água no mundo, o Brasil, já faz tempo, é cobiçado pelas grandes corporações. Setores econômicos e financeiros intensificam a pressão para transformar a água em mercadoria. Seguindo a lógica de suprir a sede insaciável por lucro, a água, para esses grupos, serve de lastro a contratos no mercado financeiro especulativo, igual a qualquer outro produto, como a soja, o café, ferro, petróleo etc. A água, em alguns países, está integrada ao mercado financeiro, tendo seus contratos precificados para transações especulativas. Além dessa tentativa de captura da água pelo mercado financeiro, fundos de investimentos internacionais, corporações da construção civil, entre outros, estão interessadas em adquirir as empresas públicas responsáveis pelo abastecimento de água do Brasil.

A maioria dos congressistas, aliados do governo genocida, aprovaram a alteração do marco regulatório do saneamento e do abastecimento de água no final de 2020, em plena

<sup>1</sup> Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/22/agua-e-um-bem-comum-nao-mercadoria/>.

pandemia. Essa nova legislação acelera o processo de privatização do patrimônio público de água e saneamento e cria todas as dificuldades possíveis para manter uma empresa pública desse setor funcionando. A legislação é resultado da falácia de que o “mercado” garantirá a universalização do abastecimento de água no país. A experiência de privatização em outros países mostrou o contrário – a água ficou mais cara para o consumo e os serviços ficaram mais precarizados, os benefícios serviram apenas a famílias abastadas. Nos territórios periurbanos e rurais, o direito ao acesso à água para a produção da agricultura familiar, por exemplo, é inviabilizado para servir à agroindústria, que tem facilidade para obter a outorga para o uso intensivo de água.

Por isso, defendemos a água como um bem comum, um bem sagrado, que não pode ser transformado em mercadoria. A água deve servir à reprodução da vida humana e nossa biodiversidade, não ao mercado, às corporações, ao setor da agroindústria e da mineração. Esses setores são responsáveis pela maior parte do consumo de água. O agronegócio é responsável por 75% do consumo, enquanto a indústria é responsável por cerca de 10% da água captada. Essas, despejam seus efluentes sem tratamento nos rios agravando a poluição dos mananciais.

As corporações, seus representantes dentro do Congresso Nacional, nos governos, nos legislativos estaduais e municipais, precisam ser denunciados à sociedade do quanto ameaçam agravar as dificuldades de acesso a esse bem e de quererem passá-lo às mãos de quem só deseja o lucro, não se importando com os custos de vida e de todo o ecossistema. Devemos desmascarar as falsas soluções, verdadeiras propagandas enganosas como a de que “o agro é pop!”, que esses setores veiculam na mídia corporativa.

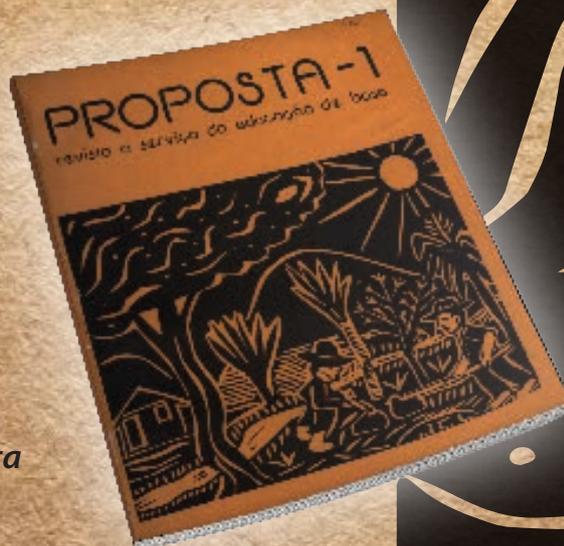
Mas as denúncias devem ser acompanhadas de anúncios. Divulgar as inúmeras experiências espalhadas pelo Brasil, que asseguram o uso da água como alimento, de maneira saudável, em diferentes escalas, no campo, nas cidades, nas florestas, em territórios indígenas, quilombolas e povos tradicionais, para diferentes usos, de acordo com seus modos de vida. Precisamos fortalecer e ampliar nossas mobilizações em defesa da água como um bem comum vital para a vida. Nossa água não pode virar uma mercadoria. [P]







A capa desta edição comemorativa reproduz gravura de José Costa Leite, publicada na capa da primeira Proposta, em 1976. Esta é uma homenagem da equipe atual a todas e todos que escreveram a história dessa revista ao longo das décadas.



- /ongfase
- @ongfase
- @ongfase
- /ongfase
- /ongfase

